



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGUÍSTICOS/LITERÁRIOS

BRUNA LORRAYNNE DIAS MENEZES

**ÁREAS DIALETAIS NO TOCANTINS:
ESTUDO DIALETOLÓGICO E GEOLINGUÍSTICO NO CAMPO DAS
BRINCADEIRAS INFANTIS**

PORTO NACIONAL-TO
2021

BRUNA LORRAYNNE DIAS MENEZES

**ÁREAS DIALETAIS NO TOCANTINS:
ESTUDO DIALETOLÓGICO E GEOLINGUÍSTICO NO CAMPO DAS
BRINCADEIRAS INFANTIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.
Orientadora: Dr^a. Greize Alves da Silva.

PORTO NACIONAL-TO
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

M543◆ Menezes, Bruna Lorryanne.

Áreas dialetais no Tocantins: estudo dialetológico e geolinguístico no campo das brincadeiras infantis. / Bruna Lorryanne Menezes. – Porto Nacional, TO, 2021.

189 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2021.

Orientadora : Greize Alves da Silva

1. Dialetologia Pluridimensional e Relacional. 2. Variação Lexical. 3. Variação Linguística. 4. Brinquedos/Brincadeiras Infantis. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA LORRAYNNE DIAS MENEZES

ÁREAS DIALETAIS NO TOCANTINS: ESTUDO DIALETOLÓGICO E GEOLINGUÍSTICO NO CAMPO DAS BRINCADEIRAS INFANTIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dr^a. Greize Alves da Silva.

Data de aprovação: 10/02/2021.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Greize Alves da Silva - UFT

Prof^a. Dr^a. Fabiane Cristina Altino, UEL

Prof^a. Dr^a. Vanderci de Andrade Aguilera, UEL

Prof^a. Dr^a. Karylleila dos Santos Andrade Klinger, UFT

Porto Nacional, 2021.

AGRADECIMENTOS

Ampliar os meus conhecimentos sempre me motivou a buscar por novos horizontes. Lembro, enquanto estudante e pesquisadora na graduação em Letras, por ocasião da pesquisa de campo para o ALITTETO, sentada na praça de Natividade, juntamente com a professora Greize Alves da Silva, autora do Projeto, e o colega de pesquisa Kleiton Araújo, numa tarde ensolarada de 2015, planejávamos qual seria o meu objeto de estudo no tão sonhado Mestrado.

Desde então na árdua caminhada que me esperava, me formei e comecei a trabalhar, mas a sede de conhecer mais sobre a variação linguística permanecia acesa, então comecei a planejar e a sonhar com aqueles que sempre estiveram comigo, Deus, família, namorado, amigos e orientadora. Então, roguei aos céus com a certeza do que eu queria, estudei e segui firme, forte e cheia de fé. Hoje concluo uma das tarefas mais difíceis que o Mestrado exige: a escrita da tão sonhada e desejada Dissertação e, assim, ofereço os meus agradecimentos às pessoas importantes que me ajudaram a tornar este trabalho realidade.

Agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado, guiando-me, dando força e fé para não desistir; responsável por todas as conquistas e sabedoria concedidas a mim em todos os momentos da caminhada.

Aos meus pais Wildenôra Dias Furtado e Pedro Ferreira de Menezes, por todo apoio que me deram durante as idas e vindas entre Santa Rosa-TO, Silvanópolis e Porto Nacional. Pelo carinho e amor que me fortaleceram para não desistir diante dos períodos mais difíceis e, principalmente, por acreditarem que sou capaz.

Aos meus irmãos Túlio Dias Rodrigues e Pedro Henrique Batista Menezes e a minha madrasta Maria Oneide pelo acolhimento, amizade e consideração, sentimentos estes que me guiaram nestes dois anos de estudos.

Ao meu namorado Júnior Ferreira de Carvalho, pelo amor e carinho, pois seu afeto foi vital para eu continuar. Agradeço por toda paciência que teve comigo, por crer que eu conseguiria, mesmo às vezes me sentindo incapaz e sem forças nos momentos de crises.

Aos familiares, tios, tias, primos, primas, avôs, que sempre compreenderam os afastamentos necessários, que vibraram com cada vitória e me incentivaram a prosseguir. Em especial, agradeço a minha avó Rosaltina Rodrigues Furtado (*in memoriam*), por ter feito parte do início da minha caminhada e me alegrar com o seu lindo sorriso nos dias mais sufocantes e de desânimo.

Às minhas amigas que compreenderam a minha ausência nos momentos de lazer e pelas boas vibrações que me passavam a cada conquista desta trajetória. Às amigadas conquistadas nas salas de aulas e nos encontros semanais da Pós-Graduação, obrigada pelo apoio, carinho, estímulo e sugestões dadas ao trabalho.

Aos meus colegas e amigos de trabalho da Escola Municipal Tia Mirêta e do Colégio Estadual João da Silva Guimarães, pela assistência necessária nos momentos de ausência escolar, cooperando para que eu pudesse assistir aos encontros sem causar prejuízos aos meus queridos alunos.

À Universidade Federal do Tocantins, em especial ao Programa de Pós Graduação em Letras, pelos esclarecimentos necessários e o suporte concedido até aqui.

Aos professores da Pós-Graduação, por terem partilhado de seus conhecimentos e contribuído de forma generosa com o meu crescimento pessoal, profissional e como eterna aluna que sou.

Aos informantes do ALITTETO – Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins, pelo carinho e pelas respostas fornecidas, formas que compuseram o *corpus* deste trabalho, assim como as pessoas e as instituições que direta ou indiretamente contribuíram para a recolha dos dados.

Às professoras presentes na banca de Qualificação e na Defesa Final: Fabiane Cristina Altino, Karylleila dos Santos Andrade Klinger e Vanderci de Andrade Aguilera, agradeço pelas importantes considerações feitas a respeito do meu trabalho.

Por fim, em especial, a minha orientadora Greize Alves da Silva, por confiar em mim desde 2013 a intensa tarefa de ser uma pesquisadora com sede de conhecimento. Ao longo destes sete anos de trabalho e companheirismo pude aprender, além dos conhecimentos linguísticos, a confiar naquilo que acreditava, a ter um olhar mais clínico e crítico sobre as coisas e, sobretudo, a ser uma profissional que acolhe, incentiva, exige, por isso me espelho em você. Professora, meu muito obrigada por me conduzir, pautada nos princípios da ética, do respeito e do profissionalismo. Por você tenho imenso carinho e admiração!

RESUMO

O atual Estado do Tocantins, com 32 anos de emancipação, comporta uma população proveniente de outros estados, em detrimento dos processos colonizatórios ocorridos ao longo dos séculos. Em um primeiro momento, o Estado tornou-se um espaço multivarietal em detrimento das explorações auríferas ocorridas entre os séculos XVII a XIX, quando ainda era conhecido como Norte de Goiás. Após esse momento, no século XX, a construção da BR-153 e o desmembramento das terras goianas para formação do Estado do Tocantins trouxeram pessoas vindas de vários lugares, transformando o espaço em um cenário de variações culturais, sociais e, conseqüentemente, linguísticas. Partindo desses pressupostos, é interesse deste trabalho fornecer uma macrovisão da variação dialetal do Estado a partir das análises das variantes do campo dos *brinquedos/brincadeiras* coletadas pelo Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (SILVA, 2018), em 12 localidades tocantinenses, com 96 informantes. Analisamos os dados sob o viés da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (THUN, 1998), com o intuito de apresentar a variação conforme as dimensões: *diatópica geral* e *diatópico-cinética*, ou seja, as respostas fornecidas pelos informantes topoestáticos em contraste com os grupos topodinâmicos. Além disso, a presente dissertação contrastou as variantes coletadas em solo tocantinense com os trabalhos de Ribeiro (2012) sobre o falar baiano, e de Portilho (2013) sobre o falar amazônico, com a intenção de observar quais variantes os três espaços compartilham entre si. Assim, os resultados obtidos estão dispostos em quadros, cartas linguísticas e gráficos, como forma de apresentar as variantes do campo semântico em estudo e observar se há influência dos processos de migrações e transmigrações. Dentre as 13 questões analisadas observamos que, no âmbito geral, há preferência dos informantes em chamar os entretenimentos infantis pelas formas consideradas norma (escolarizada). Ao contrastarmos este trabalho com Ribeiro (2012) e Portilho (2013), evidenciamos que no falar tocantinense ocorrem variantes tanto nortistas quanto nordestinas, aproximando-se mais deste último. Em relação ao recorte por mobilidade do informante, o público autóctone e alóctone mantêm as mesmas escolhas ao designarem os *brinquedos/brincadeiras*, com pequenas diferenças. Sobre as *abstenções*, em duas questões as *não respostas* superaram as variantes *pique* e *cair no poço*; já em quatro perguntas elas ocorreram em segundo lugar e em outras quatro tiveram baixa produtividade. Portanto, sob o ponto de vista dialetal, os dados indicam que há um falar tocantinense em construção, pois notamos preferências lexicais pelas formas também presentes no falar amazônico e no falar baiano, assim como também a utilização de variantes advindas de outras regiões brasileiras, variantes essas coletadas predominantemente no centro-sul do Tocantins.

Palavras-Chaves: Dialectologia Pluridimensional e Relacional. ALiTTETO. Variação Lexical. Brinquedos/Brincadeiras Infantis. Variação Linguística. Tocantins.

ABSTRACT

The population of 32-year-old state of Tocantins, Brazil, hails from different states to the detriment of settlement processes during centuries. The state actually became a multi-variegated space due to gold rushes between the 17th and 19th centuries on the northern region of the state of Goiás. In the 20th century, due to the construction of highway BR-153 and the separation of territory from the state of Goiás, the space became the scene of different social cultures and, consequently, linguistic variations. Current dissertation provides a macro-view of the state's dialectical variation through the analysis of variants collected for the toys/games field collected by the Topodynamic and Topostatic Linguistic Atlas of the state of Tocantins (SILVA, 2018), at twelve sites, with 96 informers. Data are analyzed from the aspect of Pluridimensional and Relational Dialectology (THUN, 1998) to provide variations according to the general diatopic and diatopic-kinetic dimensions, or rather, responses given by topostatic informers in contrast to topodynamic groups. Further, current dissertation contrasted variants collected on the field, featuring studies by Ribeiro (2012) on discourse from Bahia, and by Portilho (2013) on discourse from the Amazon region, to investigate which variants were shared by the three spaces. Results are given in tables, linguistic charts and graphs to represent variants of the semantic field under analysis and to detect co-relationships with migration and transmigration processes. As a rule, the thirteen issues revealed a preference of informers calling children's games by normal or school forms. When contrasting current analysis with that by Ribeiro (2012) and Portilho (2013), we perceive the usage of dialects from the Northern and Northeastern regions of Brazils, with a trend towards the latter. In the case of the informer's mobility, the autochthone and allochthone populations maintain the same trends, with slight differences, when they mention toys/games. On abstentions, in two issues, the non-answers go beyond the variants *pique* and *cair no poço*, whilst in four issues they ranked second and they featured poor productivity in another four. Therefore, from the dialectical point of view, data indicate that the Tocantins speech is in process. In fact, there are lexical preferences for forms also evident in the Amazon and Bahia types of speech, coupled to the use of variants from other different Brazilian regions. Variants were predominantly retrieved in the center-south region of the state of Tocantins.

Keywords: Pluridimensional and Relational Dialectology. ALiTTETO. Lexical variation. Children's Toys/Games. Linguistic variation. Tocantins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Carta da Província de Goyaz	22
Figura 2 -Vilas e Arraiais Surgidos nos Séculos XVII e XIX.....	26
Figura 3 -Mapa da Comarca do Norte e Comarca do Sul	30
Figura 4 -Passeata do Movimento Pró Criação do Estado do Tocantins em 1956.....	32
Figura 5 -Primeira Diretoria da Cenog em Porto Nacional	33
Figura 6 -Portos e Entreportos Comerciais da Navegação a Vapor pelo Araguaia - Século XIX	36
Figura 7 -Localização da área destinada a capital planejada: Palmas-To	41
Figura 8 -Divisão do Brasil em áreas dialetais de Nascentes (1953)	51
Figura 9 -Situação dos atlas estaduais brasileiros	53
Figura 10 -Princípio esquemático da Dialectologia Pluridimensional e Relacional	57
Figura 11 -Mapa do Tocantins com a Rede de Pontos	67
Figura 12 -Ginasta tirando <i>cambalhota</i>	79
Figura 13 -Crianças brincando de <i>cabra-cega</i>	80
Figura 14 -Crianças brincando de <i>pega-pega</i>	80
Figura 15 -Criança brincando de <i>amarelinha</i>	81
Figura 16 -Crianças brincando de <i>cair no poço</i>	83
Figura 17 -Crianças brincando de <i>esconde-esconde</i>	84
Figura 18 -Criança brincando com <i>estilingue</i>	84
Figura 19 -Criança brincando de <i>pipa</i>	85
Figura 20 -Crianças brincando de <i>bola de gude</i>	86
Figura 21 -Crianças brincando de <i>gangorra</i>	87
Figura 22 -Criança brincando no <i>balanço</i>	87
Figura 23 -Carta 01-Diatópica Geral-Designações para <i>Cambalhota</i>	92
Figura 24 -Carta 02-Diatópica Geral-Designações para <i>Bola de Gude</i>	101
Figura 25 -Carta 03-Diatópica Geral-Designações para <i>Baladeira</i>	108

Figura 26 -Carta 04-Diatópicaa Geal-Designações para <i>Pipa (com varetas)</i>	115
Figura 27 -Carta 05-Diatópica Geral-Designações para <i>Pipa (sem varetas)</i>	122
Figura 28 -Carta 06-Diatópica Geral-Designações para <i>Esconde-Esconde</i>	127
Figura 29 -Carta 07-Diatópica Geral-Designações para <i>Cabra-Cega</i>	132
Figura 30 -Carta 08-Diatópica Geral-Designações para <i>Pega-Pega</i>	138
Figura 31 -Carta 09-Diatópica Geral-Designações para <i>Pique (ponto combinado)</i>	146
Figura 32 -Carta 10-Diatópica Geral-Designações para <i>Gangorra</i>	151
Figura 33 -Carta 11-Diatópica Geral-Designações para <i>Balanço</i>	156
Figura 34 -Carta 12-Diatópica Geral-Designações para <i>Amarelinha</i>	163
Figura 35 -Carta 13-Diatópica Geral-Designações para <i>Cair no Poço</i>	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -Panorama de Estudos Dialetais Realizados no Brasil (2010-2018).....	47
Quadro 02 -Rede de Pontos do Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALiTTETO).....	68
Quadro 03 -Perfil dos informantes	70
Quadro 04 -Questões selecionadas do campo semântico <i>Jogos e Diversões Infantis</i>	72
Quadro 05 -Designações para <i>Cambalhota</i> - Resultado Geral	89
Quadro 06 -Designações para <i>Bola de Gude</i> - Resultado Geral	97
Quadro 07 -Designações para <i>Baladeira</i> - Resultado Geral	106
Quadro 08 -Designações para <i>Pipa (com varetas)</i> - Resultado Geral.....	112
Quadro 09 -Designações para <i>Pipa (sem varetas)</i> - Resultado Geral	119
Quadro 10 -Designações para <i>Esconde-Esconde</i> -Resultado Geral.....	125
Quadro 11 -Designações para <i>Cabra-Cega</i> -Resultado Geral	130
Quadro 12 -Designações para <i>Pega-Pega</i> -Resultado Geral	135
Quadro 13 -Designações para <i>Pique (ponto combinado)</i> - Resultado Geral	141
Quadro 14 -Designações para <i>Gangorra</i> -Resultado Geral	149
Quadro 15 -Designações para <i>Balanço</i> - Resultado Geral.....	154
Quadro 16 -Designações para <i>Amarelinha</i> - Resultado Geral	159
Quadro 17 -Designações para <i>Cair no Poço</i> - Resultado Geral.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -Designações para <i>Cambalhota</i> -Mobilidade	95
Gráfico 02 -Designações para <i>Bola de Gude</i> -Mobilidade	104
Gráfico 03 -Designações para <i>Baladeira</i> -Mobilidade	110
Gráfico 04 -Designações para <i>Pipa (com varetas)</i> -Mobilidade	117
Gráfico 05 -Designações para <i>Pipa (sem varetas)</i> -Mobilidade	124
Gráfico 06 -Designações para <i>Esconde-Esconde</i> -Mobilidade	129
Gráfico 07 -Designações para <i>Cabra-Cega</i> -Mobilidade	134
Gráfico 08 -Designações para <i>Pega-Pega</i> -Mobilidade	140
Gráfico 09 -Designações para <i>Pique (ponto combinado)</i> -Mobilidade	148
Gráfico 10 -Designações para <i>Gangorra</i> -Mobilidade	153
Gráfico 11 -Designações para <i>Balanço</i> -Mobilidade	158
Gráfico 12 -Designações para <i>Amarelinha</i> -Mobilidade	165
Gráfico 13 -Designações para <i>Cair no Poço</i> -Mobilidade	172

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Área de Controle
ADDU	Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay
AL	Alagoas
ALERS	Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Lingüístico do Brasil
ALiTTETO	Atlas Lingüístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins
ALPB	Atlas Lingüístico da Paraíba
ALPR	Atlas Lingüístico do Paraná
ALS	Atlas Lingüístico de Sergipe
AM	Amazonas
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
BA	Bahia
BR-153	Rodovia Belém-Brasília ou Transbrasiliana
CE	Ceará
CENOG	Casa do Estudante Norte Goiano
CONORTE	Comissão de Estudos do Norte Goiano
DF	Distrito Federal
ELAMG	Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais
ES	Espírito Santo
FB	Falar Baiano
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INF	Informante
INQ	Inquiridor
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco

PI	Piauí
PR	Paraná
QSL	Questionário Semântico-Lexical
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TO	Tocantins
UEC	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Federal de Londrina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TOCANTINS.....	19
2.1 A formação populacional e econômica da Capitania de Goiás	24
2.1.1 Influências migratórias e culturais no Tocantins.....	33
2.3 A Dialetologia, a definição de áreas dialetais e a importância dos atlas linguísticos..	49
2.4 A Geografia Linguística	54
2.5 A Dialetologia Pluridimensional e Relacional	56
3 O ATLAS LINGUÍSTICO TOPODINÂMICO E TOPOESTÁTICO DO TOCANTINS – ALITTETO E NOSSA METODOLOGIA	62
3.1 Metodologia	64
3.2 Rede de pontos do ALITTETO.....	65
3.3 Perfil dos informantes	69
3.4 Questionário linguístico.....	71
3.5 Coleta, transcrição e revisão dos dados	73
3.6 Análise dos dados	73
4 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS INFANTIS: UM UNIVERSO MULTIVARIETAL.....	76
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: NO CAMINHO DAS BRINCADEIRAS INFANTIS.....	88
5.1 Variação para <i>cambalhota</i>: resultado geral.....	89
5.1.1 Variação para <i>cambalhota</i> : variável mobilidade.....	94
5.2 Variação para <i>bola de gude</i>: resultado geral	96
5.2.1 Variação para <i>bola de gude</i> : variável mobilidade	104
5.3 Variação para <i>baladeira</i>: resultado geral	105
5.3.1 Variação para <i>baladeira</i> : variável mobilidade	110
5.4 Variação para <i>pipa (com varetas)</i>: resultado geral	112
5.4.1 Variação para <i>pipa (com varetas)</i> : variável mobilidade	117
5.5 Variação para <i>pipa (sem varetas)</i>: resultado geral.....	118
5.5.1 Variação para <i>pipa (sem varetas)</i> : variável mobilidade	124
5.6 Variação para <i>esconde-esconde</i>: resultado geral	125

5.6.1 <i>Variação para esconde-esconde: variável mobilidade</i>	128
5.7 <i>Variação para cabra-cega: resultado geral</i>	130
5.7.1 <i>Variação para cabra-cega: variável mobilidade</i>	134
5.8 <i>Variação para pega-pega: resultado geral</i>	135
5.8.1 <i>Variação para pega-pega: variável mobilidade</i>	140
5.9 <i>Variação para pique (ponto combinado) - resultado geral</i>	141
5.9.1 <i>Variação para pique (ponto combinado): variável mobilidade</i>	148
5.10 <i>Variação para gangorra - resultado geral</i>	149
5.10.1 <i>Variação para gangorra: variável mobilidade</i>	153
5.11 <i>Variação para balanço- resultado geral</i>	154
5.11.1 <i>Variação para balanço: variável mobilidade</i>	157
5.12 <i>Variação para amarelinha: resultado geral</i>	159
5.12.1 <i>Variação para amarelinha: variável mobilidade</i>	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	174

1 INTRODUÇÃO

Documentar a variação linguística em nosso país é ter a certeza de que cada espaço descrito possui suas particularidades culturais, históricas, sociais refletidas na língua, culminando em sua dinamicidade. Nesse sentido, as diferenças bem como as semelhanças, refletidas pela língua em determinado local estabelecem manifestações que podem ser documentadas por meio de áreas de estudo, como, por exemplo, a Dialetoologia e a Geografia Linguística, que:

[...] resgatam e registram a distribuição espacial de formas linguísticas que refletem particularidades étnicas, condicionantes histórico-culturais que afetam a linguagem de um grupo social. Assim, documentam, além de fatos linguísticos, valores, hábitos, crenças de um grupo de falantes. (ISQUERDO, 2007, p. 533).

Diante das relações que promovem a variação linguística – como no campo dos *brinquedos e brincadeiras* – contamos com as contribuições da Dialetoologia, que tem “por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2006, p. 01). Além desse objetivo, inserimos a importância de aspectos como idade, sexo, escolaridade e conhecimentos sobre a língua, posto que são componentes a serem considerados e explorados em uma análise linguística. “São, assim, duas diretrizes, dois caminhos, no exame do fenômeno linguístico, que se identificam nos estudos dialetais: a perspectiva diatópica e o enfoque sociolinguístico” (CARDOSO, 2006, p. 01).

Dados os fluxos migratórios e a coexistência de variedades dialetais no mesmo espaço, características essas das últimas décadas, outras incorporações teóricas surgiram, como a Dialetoologia Pluridimensional e Relacional (THUN, 1998), por exemplo, cujo objetivo é controlar sistematicamente as variáveis sociais e dispô-las em superfícies cartográficas. Como há fatores internos e externos que interferem nas variações fônicas, lexicais e gramaticais presentes em determinada localidade, a vertente teórica trabalha com as dimensões: diatópica, diageracional, diastrática, diassexual, dialingual, diagenérica, diarreferencial e diatópico-cinética. Esta última objetiva analisar as variantes decorrentes de sujeitos topodinâmicos¹ em contraste com os topoestáticos². Desse modo, torna-se possível efetuar os estudos sobre os dialetos em um plano tridimensional e, assim, fazer várias comparações entre uma dimensão e outra, o que a torna relacional, objetivo de nossa dissertação.

¹ Segundo Thun (1996, p. 41), os topodinâmicos correspondem aos falantes móveis, procedentes de migrações e/ou deslocamentos.

² Thun (1996, p. 41) nos diz que os informantes topoestáticos são os falantes fixos à localidade de pesquisa.

A partir destas colocações, o Português Brasileiro é um exemplo nítido de variação linguística, uma vez que o país possui regiões distintas com falares característicos, pois o homem faz suas escolhas lexicais para refletir sua visão de mundo e experiências, com isso, são utilizadas formas mais recentes ou arcaicas que o diferenciam do outro. Como fruto desse processo, Nascentes (1960, p. 253) afirma que “uma língua não se espalha através de uma região sem alterar-se aqui e ali”, tendo como resultado a variação linguística.

Dentro do Brasil, o Estado do Tocantins, foco de nosso estudo, pode ser considerado espaço multiétnico e multivarietal (CUBA, 2016), visto que foi destino de muitas lutas, disputas territoriais e explorações de riquezas entre os séculos XVII e XX, além de receber, ao longo das décadas mais recentes, grande fluxo migratório procedente de outras unidades federativas brasileiras. Além disso, a área que hoje compreende o Tocantins está presente em dois dos trabalhos produzidos por Antenor Nascentes, atestando a importância do espaço para os estudos dialetais e da variação linguística presente no Estado.

Na obra *O Linguajar Carioca* (1922, reeditada em 1953), Nascentes propôs uma divisão de áreas dialetais brasileiras em que o espaço mais Norte contempla os subfalares amazônico e nordestino e o Sul, pelos subfalares baiano, fluminense, mineiro e sulista. Assim, a área que mais tarde tornou-se Tocantins foi dividida e composta pelos falares amazônico, nordestino, baiano, além de pertencer ao território incharacterístico. Esse encontro de falares e subfalares permite considerarmos o Estado como ponto de transição dialetal.

Em *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico* (NASCENTES, 1958-1961), há também, por parte do autor, a descrição de seis localidades consideradas como pontos para pesquisas, situadas no antigo norte de Goiás e hoje situadas no Tocantins, são elas: 574 – Palma (Bom Jesus da Palma – atual Paranã); 576 – Peixes; 577 – Porto Nacional; 578 – Pedro Afonso; 579 – Pedra de Amolar (vila situada entre Ponte Alta e Mateiros, no Jalapão) e 580 – Tocantinópolis.

Dada a importância dos trabalhos de Nascentes e a história de cada local, algumas das cidades mencionadas foram consideradas na pesquisa desta dissertação. Além disso, ao longo dos anos, cada localidade recebeu contingente populacional advindo de outras regiões: como do Nordeste, do Sudeste e do Norte, trazendo consigo sua cultura, sua formação social, seus conhecimentos, sua história e sua variedade linguística, que, por sua vez, se misturaram com aqueles que aqui já se encontravam: índios, negros e portugueses. Dessa forma, houve contatos linguísticos que contribuíram para a variação semântica, lexical, fonética, fonológica do Estado.

Em termos dialetológicos, a título de exemplo, no campo semântico lexical dos *brinquedos* e *brincadeiras* há várias formas de brincar, confeccionar, bem como nomear as diversões, pois variam conforme a criatividade e a riqueza do léxico de cada localidade. Como exemplos de brinquedos que mudam de região para região no quesito designações estão: o *estilingue*, a *bola de gude*, o *balanço*, a *gangorra* e a *pipa*; o mesmo ocorre com as brincadeiras *cambalhota*, a *cabra-cega*, o *pega-pega*, o *cair no poço*, o *esconde-esconde* e a *amarelinha*.

Diante do contexto histórico-cultural e da diversidade linguística presente no Tocantins, temos por finalidade expor as variações lexicais dos *brinquedos* e das *brincadeiras* presentes no universo infantil. Na divisão feita por Nascentes (1953), o Tocantins se encontra como ponto de transição em quatro áreas dialetais que, por sua vez, contribuem para que o Estado tenha um cenário multivarietal oriunda de migrações antigas e recentes, podendo ter no território tocantinense a atuação de diferentes formas linguísticas.

Partindo dos pressupostos mencionados surgiram os seguintes questionamentos:

(a) Qual a atuação exercida pelos grupos autóctones e alóctones nas variantes estudadas? Acreditamos que, em decorrência dos fluxos migratórios e da formação histórico-cultural do Tocantins, seja possível a existência de processo de “covariação linguística entre formas locais e alóctones” (SILVA, 2018, p.71), ou seja, os autóctones adotaram as acepções trazidas por aqueles que chegaram ao Estado e as mantêm até os dias atuais repassando de geração a geração. Ao passo que, os informantes extralocalidades (AGUILERA; SILVA, 2019, p.146) procuram manter a variante de origem natal ou aderem às variantes aqui encontradas.

(b) Há alguma influência por parte dos falares baiano e amazônico³ (NASCENTES, 1953) no falar tocantinense? As nossas pesquisas comprovaram que o Tocantins recebeu grande contingente migratório de pessoas oriundas de estados pertencentes ao falar amazônico, como Pará, e do falar baiano como Bahia e Piauí, por exemplo. Além disso, algumas cidades pesquisadas são limítrofes com os referidos estados, então, é possível que haja uma influência dialetal interestadual e algumas variantes encontradas nos extremos do Tocantins podem irradiar para o centro do Estado, uma vez que há registros de deslocamentos internos dentro do espaço investigado.

(c) Há um regionalismo próprio do Tocantins mesmo comportando pessoas oriundas de outras regiões? Acreditamos que, em função das levadas migratórias e por ser um

³ Escolhemos realizar um estudo comparativo com esses dois falares porque Silva (2018) atesta em seu trabalho que eles são mais incisivos dentro do Tocantins.

espaço de transição dialetal entre os subfalares considerados por Nascentes (1953), o Estado conta com acepções advindas de outras regiões, principalmente do Nordeste, principal público presente no Tocantins.

A partir desses questionamentos e respectivas hipóteses, objetivamos analisar a variação dialetal do campo semântico *Jogos e Diversões Infantis* em doze localidades tocantinenses, junto a 96 informantes, ou seja, como as designações dos brinquedos e brincadeiras se apresentam no Estado, em meio aos processos de migrações e transmigrações (ALTENHOFEN; THUN, 2016, p. 387).

Mediante as colocações realizadas e a base teórica escolhida, os objetivos específicos se enquadram a seguir:

- (i) Cartografar as variantes do campo semântico em estudo em mapas linguísticos.
- (ii) Verificar como ocorrem as distribuições diatópica e diatópico-cinética (topoestáticos *versus* topodinâmicos) das variantes coletadas.
- (iii) Contrastar as variantes apuradas no Tocantins com aquelas analisadas nos trabalhos de Ribeiro (2012) – falar baiano, e de Portilho (2013) – falar amazônico.

Para responder aos questionamentos citados e contemplar os objetivos específicos, nos respaldamos nos pressupostos da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (THUN, 1998), com o intuito de analisar o campo semântico-lexical *Jogos e Diversões Infantis*, presente no Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins – ALiTTETO, (SILVA, 2018).

Esta dissertação está organizada em oito capítulos, a saber: Introdução, na qual são realizadas as principais considerações sobre a variação linguística, o Tocantins, as *brincadeiras* e os *brinquedos*, a Dialectologia Pluridimensional e Relacional, bem como se fazem presentes as justificativas, os objetivos e questionamentos que guiaram este trabalho. No segundo capítulo expomos a história do Tocantins, os aspectos mais relevantes sobre os movimentos separatistas e sobre a formação populacional do Estado. Também há a exposição do embasamento teórico, os conceitos-chave da Dialectologia Pluridimensional e Relacional que respaldaram nossos estudos e análises dos dados, como por exemplo, a contribuição dos veios sociolinguísticos, as possíveis dimensões a serem trabalhadas e as contribuições da Geolinguística para a pesquisa linguística.

No terceiro capítulo apresentamos uma breve descrição do ALiTTETO com os seus principais resultados e apresentamos a metodologia utilizada para produzir o trabalho, a formação da rede de pontos, o perfil dos informantes, os instrumentos de coleta, a construção da base de dados e os programas utilizados para a formação das tabelas com relatórios gerais,

dos gráficos e das cartas linguísticas. O quarto expõe o percurso histórico das *brincadeiras* e *brinquedos* analisadas nesta dissertação, com descrições sobre a etimologia de cada acepção elencada para análise.

O quinto capítulo trata da análise dos dados subdividido em três partes: o primeiro contempla os resultados gerais com explicações baseadas nos dicionários, nos relatos dos informantes e na comparação entre este trabalho e o de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013); no segundo expomos as informações gerais nas cartas linguísticas e no terceiro, por meio dos gráficos, elucidamos as respostas dos informantes topoestáticos em contraste com os topodinâmicos. Fechamos esta dissertação com nossas considerações finais. Assim, esperamos que esta dissertação contribua para o entendimento, a caracterização e o possível delineamento de um falar que se encontra em construção: o falar tocantinense.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TOCANTINS

O Tocantins possui 32 anos, sendo o estado mais novo da federação brasileira, pois sua emancipação se deu em 05 de outubro de 1988. O Estado tem um perfil social, cultural, econômico e histórico cheio de particularidades, posto que esses pontos estão atrelados a um passado de lutas e conquistas que culminaram no desmembramento do antigo norte do território de Goiás, dando origem ao Tocantins. Para compreender a formação do espaço tocantinense faz-se necessário retomar o passado e os fatores que culminaram na separação do espaço mais norte de Goiás.

A princípio, o povoamento de Goiás ocorreu em decorrência do interesse dos europeus pela “exploração e preação⁴ dos índios” (PARENTE, 2007, p. 35), a busca de minas auríferas, de novas terras e o desenvolvimento de atividades agrícolas. Logo, marcos contribuíram para nortear o processo de colonização de Goiás e, por consequência, do norte goiano. Parente (2007, p. 35) afirma que em Goiás “desde o final do século XVI até meados do século XVII os paulistas e jesuítas percorriam essa área.” Isso significa que os dois grupos adentravam as terras goianas com o intuito de capturar os nativos que eram destinados à escravidão ou à catequese.

Desse modo, houve muitas expedições executadas pelos *bandeirantes*, vindos de São Paulo, que adentraram as terras goianas; algumas chegavam até o norte de Goiás. Para percorrer o sertão do Brasil, eles “seguiram de canoas ao curso dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, até voltarem pelo Tietê a São Paulo” (PALACÍN, 2008, p. 17). Dentre as bandeiras paulistas a mais conhecida está a de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o primeiro Anhanguera. Os bandeirantes estiveram ativos na região até meados de XVII, com a finalidade de capturar os índios.

Por outro lado, os jesuítas percorriam o interior do Brasil com o intuito de catequizar os índios, transmitir as doutrinas, valores e as culturas dos europeus; as expedições coordenadas por eles denominavam-se *descidas*. Para Palacín (2008, p.19), os jesuítas haviam criado na Amazônia um sistema bem estruturado de “aldeias” de aculturação. Buscando índios para estas aldeias, eles organizaram diversas expedições fluviais que, subindo o rio Tocantins, chegaram a Goiás.

Perante esse cenário, sobretudo relacionado à presença das *bandeiras*, há um impulso para as primeiras descobertas de minas auríferas no norte de Goiás, no final do século XVII. De acordo com Parente (2007), houve dois grupos de bandeirantes: o bandeirismo preador de

⁴ Preação provém do verbo *prear*, que significa “capturar ou aprisionar” (AULETE, 2011, p. 697).

índios e o bandeirismo prospector de metais. O primeiro grupo capturava os indígenas para servirem como mão de obra escrava e o segundo grupo tinha por objetivo descobrir os metais nobres.

Em paralelo às explorações dos bandeirantes e missionários no Brasil Colônia, Portugal sofreu impactos econômicos advindos da crise na agricultura do país e na economia açucareira brasileira, abrindo espaço para que houvesse novas expedições em busca de metais preciosos no sertão brasileiro. Além disso, já haviam sido descobertas as jazidas de Minas Gerais, no final do século XVII e, posteriormente, no século XVIII as de Cuiabá (Mato Grosso), em cujos locais surgiram arraiais e vilas.

Desse modo, houve o interesse por parte de Bartolomeu Bueno da Silva (O Anhanguera⁵ filho) em organizar uma nova *bandeira* para buscar as minas de ouro existentes no interior do Brasil. Diante do pedido de Bartolomeu e do interesse da Coroa portuguesa em aumentar as riquezas de Portugal, o Rei firmou acordo com Bueno. A expedição dos bandeirantes comandada por Bartolomeu saiu de São Paulo no dia 3 de julho de 1722 e junto a ele estiveram João Leite da Silva Ortiz e Domingos do Prado.

A expedição durou cerca de três anos, tendo fim no dia 21 de outubro de 1725, quando o Anhanguera “[...] descobriu ouro nas cabeceiras do rio Vermelho – na região da atual cidade de Goiás [...]” (PALACÍN, 2008, p. 22). Com isso, as minas de Goyazes foram inseridas no sistema colonial português. Relata-se que essas minas eram espalhadas por uma extensa área, com destaque para o Norte, com longas distâncias entre si (PARENTE, 2007).

De acordo com Parente (2007), os descobrimentos das minas auríferas aconteceram em quatro fases que, posteriormente, culminaram no surgimento de arraiais⁶ e de algumas medidas de contenção da extração do ouro. A primeira fase refere-se ao período de 1722 a 1730, no qual houve as primeiras descobertas de ouro e o surgimento de arraiais, como, por exemplo, o de Sant’Anna, próximo à nascente do Rio Vermelho. A segunda fase é considerada pelos historiadores como o apogeu da extração do ouro na região goiana, além do contrabando e de “ataques da população autóctone, representada pelos xavantes e pelos akroás, defensores das margens do Tocantins” (PARENTE, 2007, p. 40). A terceira fase diz respeito aos primeiros indícios de escassez do ouro. E, por fim, na quarta fase, em 1750, ocorreram as últimas descobertas das minas que, por sua vez, eram distantes uma das outras.

⁵ A lenda conta que Bartolomeu Bueno da Silva ficou conhecido como Anhanguera devido à façanha de atear fogo dentro de um prato que continha aguardente, tal ação foi utilizada diante dos índios como forma de impressioná-los e ter acesso à informação de onde encontrar as minas de ouro. Com isso, os índios o denominaram como “Anhanguera” (NASCIMENTO, 2006, p.11).

⁶ Arraial era o nome dado aos antigos povoados ou distritos que surgiam ao longo das zonas auríferas.

A instalação da economia mineradora baseou-se na extração do ouro de aluvião, já que “as características geológicas do Brasil formataram um solo, na imensa maioria de suas regiões, onde a presença do ouro se verificava nos leitos dos rios e em suas encostas [...]” (SILVA FILHO, 2012, p.80-81). No entanto, as técnicas rudimentares usadas para a extração e a frequente mineração faziam com que o ouro aluvional se esgotasse rapidamente, logo, essa é uma explicação para o surgimento de inúmeros arraiais, já que “os donos das grandes lavras minerais e possuidores de maiores recursos e cabedais, principalmente, procuravam outras áreas onde a produtividade aurífera nos aluviões compensasse os investimentos feitos” (SILVA FILHO, 2012, p. 81).

As descobertas de novos veios auríferos “provocou grande corrente humana para a região, dando início ao surgimento de aglomerados humanos, de acordo com as descobertas do momento” (PARENTE, 2007, p. 39) e a formação de um povoamento singular, com misturas de etnias e de culturas, com o surgimento de vilas e arraiais, uma vez que:

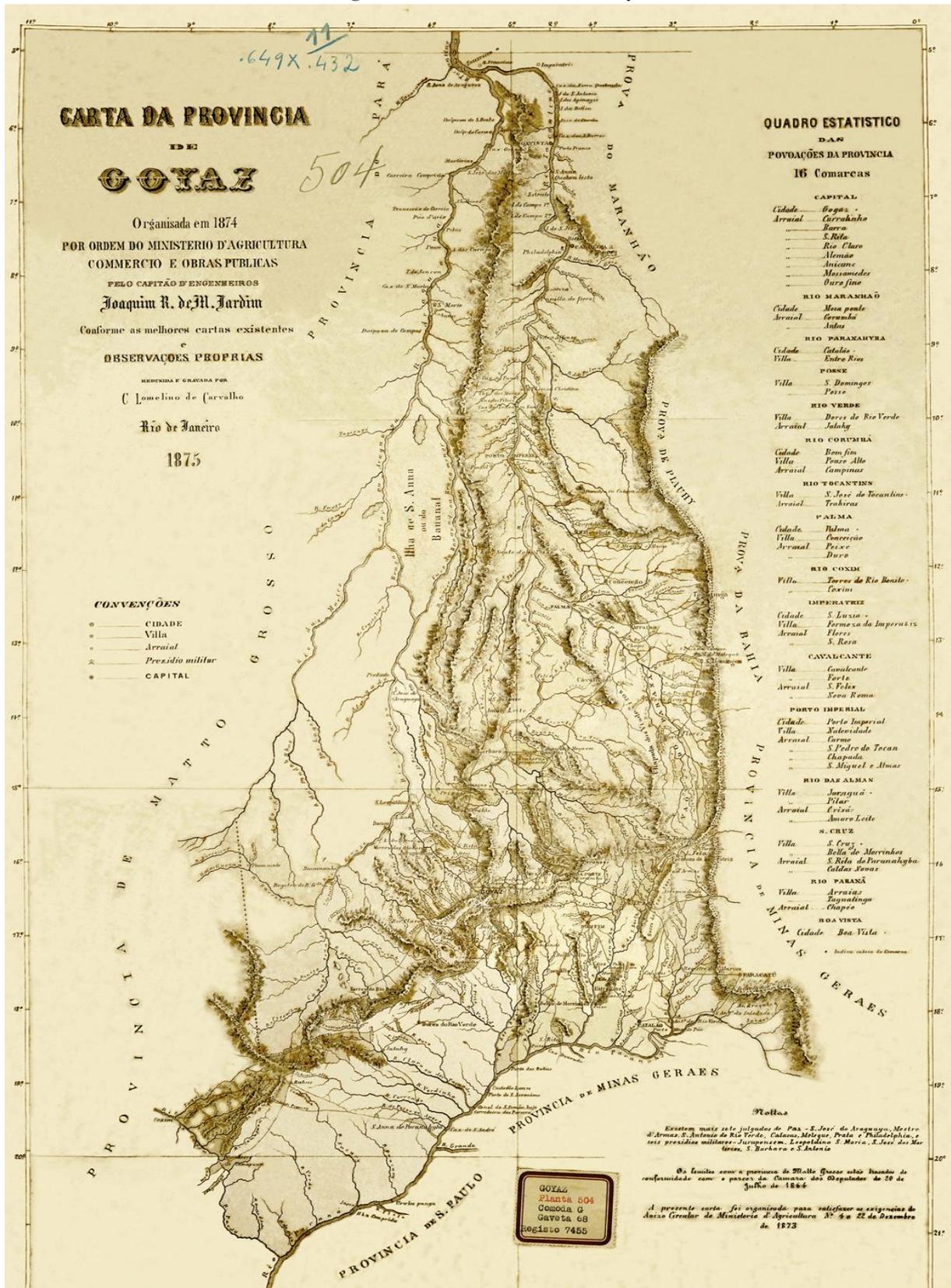
A mineração teve na vida da colônia um grande papel. Durante três quartos de século ocupou a maior parte das atenções da vida do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades. O afluxo da população para as minas é, desde o início do século XVIII, considerável: um *rush* de proporções gigantescas, que relativamente às condições da colônia é muito mais acentuado e violento que o famoso *rush* californiano do século XIX. (PRADO JR., s/d, p.66).

As quatro fases referentes às descobertas dos minérios nas terras goianas propiciaram a formação de arraiais, alguns deles tornaram-se cidades tocantinenses e/ou goianas, outras se desfizeram com o declínio do ouro. Palacín (2008) afirma que a formação desses arraiais influenciou, posteriormente, na divisão do território de Goiás em três zonas no século XVIII: a primeira encontrava-se no centro-sul, próximo à capitania de São Paulo - nesta encontrava-se o arraial de Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá e Vila Boa, dentre outros. A segunda zona de arraiais situava-se na região do rio Tocantins, com as localidades de Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita e Muquém.

A terceira zona localizava-se “entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia” (PALACÍN, 2008, p. 24); nela podiam ser encontradas as povoações de Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional). Entretanto, as regiões referentes ao rio Araguaia e o norte de Goiás – a partir do arraial de Porto Real (atual Porto Nacional) – não foram povoadas; esse processo ocorreu somente a partir dos séculos XIX e XX devido à pecuária e à lavoura.

A Figura 01 expõe o mapa da província de Goiás com suas vilas e arraiais, bem como as províncias fronteiriças.

Figura 1-Carta da Província de Goyaz



Fonte: Jardim (1874).

No início, Goiás fez parte da Capitania de São Paulo; após 20 anos, em decorrência do crescimento populacional e territorial, por uma decisão da Corte portuguesa “[...] o território

passou então a ser denominado Capitania de Goiás⁷, título que conservaria até a Independência, quando se tornou província” (PALACÍN, 2008, p. 49).

No ano de 1748 foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, forma essa encontrada por Portugal para administrar melhor todo o ouro encontrado nos territórios. No espaço de Goiás, “não há informações precisas sobre o contingente populacional, somadas as três zonas, contudo constam, em registros de impostos, que, em 1736, a população beirava 15 mil pessoas” (SILVA, 2018, p. 29). Com a criação das capitanias, a coroa Portuguesa tomou algumas medidas para que não houvesse escoamento ilegal do ouro encontrado nas minas.

Assim que descobriram as primeiras jazidas auríferas, a política fiscal portuguesa foi mais rígida na Capitania de Goiás que nas demais capitanias. Dentre as primeiras providências a serem tomadas está o alto valor cobrado na compra de escravos e a tributação dos comércios presentes em Goiás, que era calculada de acordo com o tamanho da loja⁸, os mantimentos do estoque e do valor da mercadoria, como pontua Parente (2007).

À medida que a capitania de Goiás se desenvolvia, a distância entre as minas e o fluxo de pessoas vindas de outras regiões cresciam; novas providências foram tomadas para maior controle de toda a produtividade de minérios, já que as primeiras ações tomadas não foram suficientes, pois resultaram no desvio do ouro e na revolta da população goiana. Para isso, a Coroa de Portugal criou novos impostos, dentre eles o quinto.

O rei de Portugal determinou que todos os proprietários das minas pagassem uma taxa correspondente à quinta parte da produção, ou seja, o quinto, que se findou no ano de 1735. O valor cobrado era alto, por isso os mineiros procuravam outras formas de burlar a lei e contrabandeavam o ouro para fora da capitania sem efetuar os pagamentos dos impostos cobrados. De acordo com Palacín (2008), os pagamentos naquela época eram efetuados com o ouro em pó, pesado em pequenas balanças que servia como uma espécie de moeda.

O quinto, segundo a Ordenação do Reino, era uma decorrência do domínio real sobre todo o subsolo. Como senhor do reino – direito senhorial, o rei tinha direito exclusivo e inalienável a todos os metais; não querendo realizar a exploração diretamente, cedia a seus súditos esse direito, exigindo em troca o quinto metal ‘fundido e apurado’, a salvo de todos os gastos. (PALACÍN, 1994, p. 43).

Para a cobrança do quinto foram criadas duas casas de fundição na capitania de Goiás. A primeira situava-se em Vila Boa (atual Cidade de Goiás – GO), fundada em 1752 e tinha como propósito receber e fundir todo o ouro extraído no sul de Goiás.

⁷ “A princípio, o território de Goiás compreendia, além do atual estado de Goiás e do Tocantins, parte dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso” (PARENTE, 2007, p. 50).

⁸ Em consonância com Silva Filho (2012), as lojas vendiam todo tipo de produtos secos e molhados, assim como mercadorias feitas por artesãos e artífices.

Mas o problema continuava: as minas do norte ficavam muito distantes do local de fundição; o custo para levar o ouro para fundir e quintar era muito alto e perigos dos ataques indígenas aos mineiros eram constantes. O longo tempo gasto nas viagens também prejudicava os serviços (PARENTE, 2007, p. 52).

Com isso, a segunda casa de fundição foi instalada em São Félix, no ano de 1754, para atender a produção de ouro da região mais norte do espaço goiano, “mas em 1797 foi transferida para Cavalcante, por não arrecadar o suficiente para cobrir as despesas de sua manutenção” (PARENTE, 2007, p. 52).

Outra decisão tomada pela administração portuguesa para coibir o contrabando do ouro foi a proibição da navegação fluvial do rio Tocantins, pois essa era uma “via natural de penetração e comunicação das minas do norte – pois, desde o final do século anterior, já havia ligação comercial do extremo norte de Goiás com as capitânicas do Norte” (PARENTE, 2007, p. 48). Dentre as capitânicas citadas pela autora estão a do Grão-Pará e do Maranhão.

Segundo Flores (2012), as navegações pelo rio Tocantins tornaram-se um empecilho, uma vez que os administradores não conseguiam controlar e fiscalizar o extravio do ouro das minas do interior da colônia, pois o rio era um canal de ligação e de comunicação com os portos situados no litoral do Norte. Desse modo, a única via de acesso para escoar o ouro eram as rotas terrestres usadas pelas bandeiras paulistas. Assim, as ações tomadas com relação ao norte goiano provocaram, com o passar dos anos, total isolamento, decadência e abandono da região, já que as medidas frearam o desenvolvimento do norte de Goiás.

2.1 A formação populacional e econômica da Capitania de Goiás

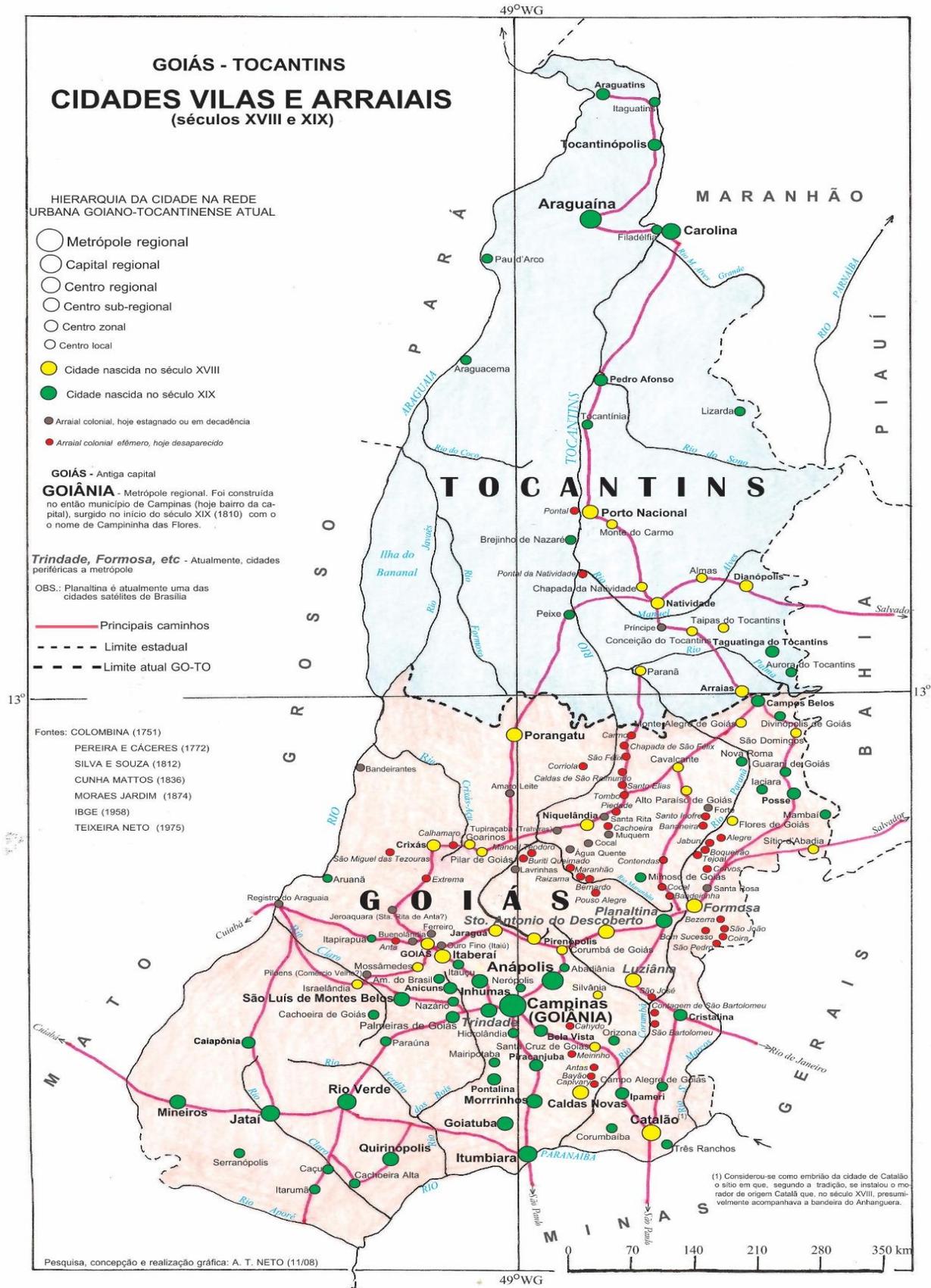
O povoamento da capitania de Goiás ocorreu primeiramente devido à presença dos indígenas, dos portugueses e dos negros. Posteriormente, o contingente migratório de pessoas advindas de outras localidades da colônia que procuravam a região goiana “com o intuito de obter rápido e fácil enriquecimento, constituindo um afluxo de aventureiros de todas as condições e procedências” (PARENTE, 2007, p. 58).

Algumas áreas do território de Goiás foram povoadas seguindo as margens dos rios e dos riachos que continham ouro, formando sempre um novo arraial que podia progredir ou ser abandonado, a depender geralmente da quantidade de minério ali encontrado. “Uma das características da sociedade mineradora era a mobilidade populacional, de modo que tanto o aparato administrativo como o comércio acompanhavam esses afluxos e refluxos.” (PARENTE, 2007, p. 58).

O espaço que compreendia a porção norte de Goiás, mesmo com menor concentração de pessoas, dada as dificuldades para chegar até a região e os conflitos ocorridos entre colonizadores e nativos, facilitou a fundação de arraiais significativos, sendo eles: Paranã, Arraias, Natividade, Pontal, Porto Real e Monte do Carmo, localizados às margens direita do rio Tocantins.

A Figura 02 apresenta as vilas e arraiais formados entre os séculos XVIII e XIX na capitania de Goiás.

Figura 2-Vilas e Arraiais Surgidos nos Séculos XVII e XIX



Fonte: Teixeira Neto (2017, p. 08).

Conforme Parente (2007), a população da Capitania era composta por brancos donos das minas, mestiços originados do cruzamento de todos os elementos raciais, negros livres (principalmente do sexo masculino) e pessoas brancas e pobres que não se encaixavam em nenhuma categoria, não tinham profissão e eram consideradas vadias.

Com o aumento dos impostos, o impedimento da navegação fluvial pelo rio Tocantins, a falta de pessoas para os trabalhos braçais na exploração do ouro, a má administração das capitanias e das minas, o contrabando de ouro, bem como o ataque da população indígena aos colonizadores, houve o declínio das minas e, conseqüentemente, a queda populacional. “A partir do final da década de 1760, mais precisamente na década de 1780, a mineração descambou para um declínio gradual e irreversível” (PARENTE, 2007, p. 85).

Com a decadência do ouro na Capitania de Goiás, por volta da metade do século XVIII, surgiram dificuldades de toda ordem, pois “a crise que se abatera na metrópole, na década de 80 do século XVIII, refletia-se na colônia e, conseqüentemente, as capitanias mais distantes do fluxo comercial (Goiás e Mato Grosso) tenderiam a sobrecarregar esses efeitos” (PARENTE, 2007, p. 29).

Os problemas sociais e econômicos de Goiás perduraram até os primeiros anos do século XIX, pois a pobreza elevou-se de forma rápida e as famílias migraram para a zona rural, investindo na produção de subsistência – a criação de gado e a plantação de alimentos, ambas usadas para o próprio consumo –, assim, “desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial” (PALACÍN, 2008, p. 73).

Parente (2007) pontua que a porção norte de Goiás foi atingida fortemente com a crise que se instalou, por isso na região citada desenvolveu-se uma economia de subsistência, já que não era mais possível depender exclusivamente da extração e exportação do ouro, assim “no norte de Goiás, a crise econômica tornou-se crônica e sobreviveu ao período colonial, forçando a população a lutar para manter um mínimo indispensável a sua sobrevivência e à manutenção do equilíbrio precário no interior da região (PARENTE, 2007, p. 31)”.

Se no início do século XVIII o foco era exclusivamente a mineração, uma vez que não era permitida a produção de alimentos e outros itens de consumo⁹, o declínio das minas auríferas cedeu espaço para a produção agropecuária de autossustento, sendo fortalecida principalmente no norte de Goiás. Assim, as atenções voltaram-se todas para essa atividade como única forma de salvar a economia da capitania de Goiás Parente (2007).

⁹Além disso, “[...] as dificuldades para a aquisição de alguns produtos de consumo eram enormes; caminhos e estradas muito precárias e viagens que somente poderiam ser feitas no período da seca, de maio a setembro, acabavam por encarecer por demais os produtos e tornava-os praticamente inacessíveis para o consumo da maioria da população [...]” (SILVA FILHO, 2012, p. 90).

Com a estagnação econômica outras medidas foram tomadas para impulsionar o desenvolvimento da região norte de Goiás, pois “só através do povoamento, da agricultura, da pecuária e do comércio com outras regiões, a capitania poderia retomar o fluxo comercial de antes” (PARENTE, 2007, p. 96).

Assim como a pecuária, os agricultores também sofriam com o alto valor dos impostos, já que pagavam um “tributo de 10% sobre os produtos do campo e criação” (PARENTE, 2007, p. 90), conhecidos como dízimo. Palacín (1994) afirma que isso interferiu negativamente no desenvolvimento da região, já que o agricultor não tinha condições de pagar o valor cobrado sobre os produtos colhidos e às vezes os fatores climáticos (chuvas ou secas) interferiam na produção final, com perda parcial ou total dos mantimentos.

Outra alternativa para reerguer a capitania de Goiás diz respeito à liberação da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, tendo em vista que:

[...] desde os primeiros sinais de exaustão das minas auríferas acenderam-se as queixas dos governadores de Goiás que viram cair sistematicamente à produção e conseqüente captação do ouro, e a navegação do rio Tocantins aparece como alternativa a crise e ao isolamento impostos a região [sic]. (FLORES, 2012, p. 128-129).

Dessa forma, com a liberação da navegação nos rios Araguaia e Tocantins haveria um reestabelecimento comercial com a capitania do Pará, uma vez que “tinham a finalidade de incentivar os negociantes da região a promoverem esse comércio, formando associações comerciais, com capital suficiente para os investimentos necessários” (FLORES, 2012, p. 129).

No entanto, as ações citadas não contribuíram como o esperado para o desenvolvimento do norte goiano. Os grandes criadores de gado e agricultores pagavam os altos impostos e não se sentiam beneficiados com as medidas administrativas do governo português, já que o dinheiro era destinado exclusivamente à manutenção da Colônia e da própria Capitania. Ou seja, os repasses não eram feitos de forma igualitária entre a região norte e sul da capitania de Goiás, uma vez que:

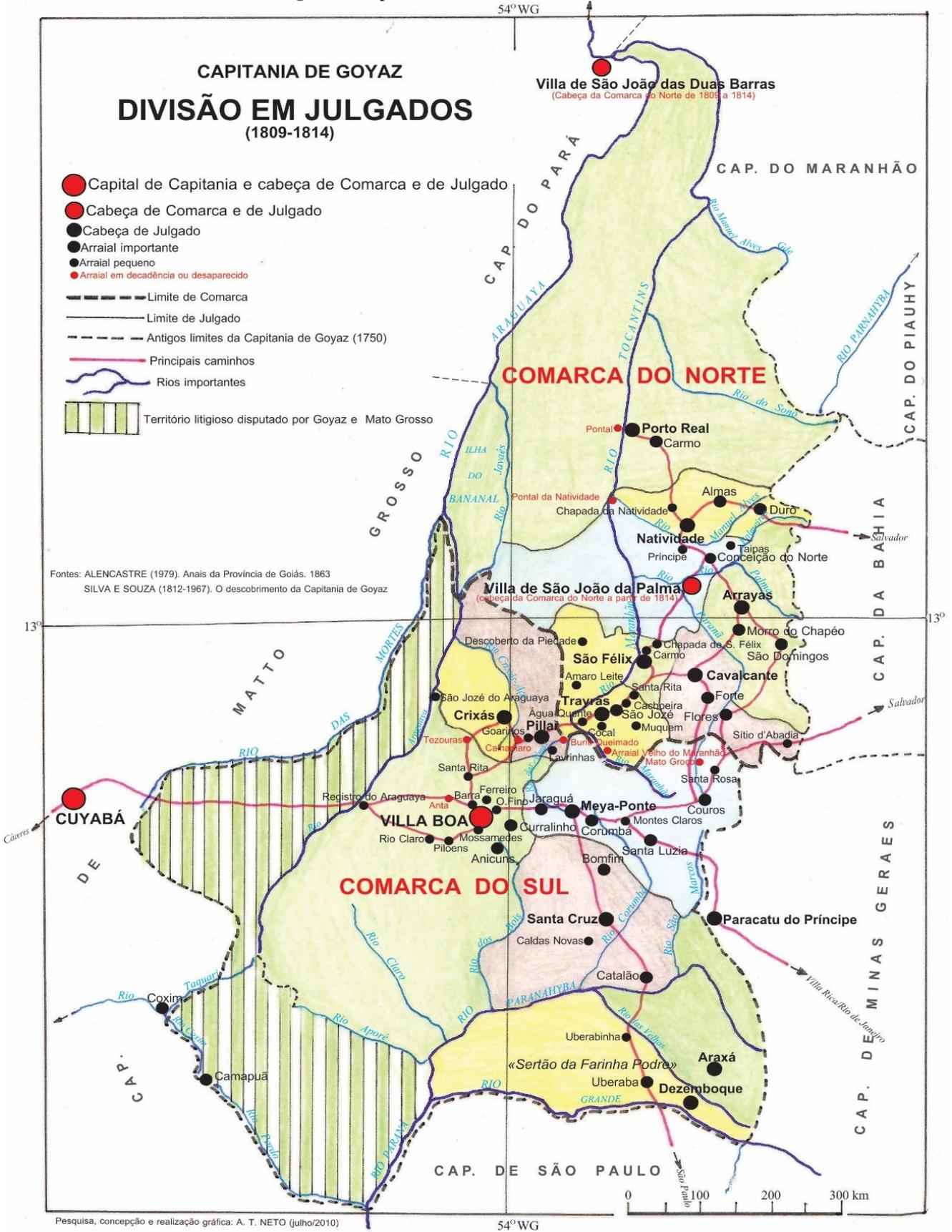
[...] no momento de se repassarem as rendas, essa divisão não valia, o que beneficiava os arraiais mais próximos da sede do governo, localizados no sul, que faziam parte dos povoamentos nas rotas comerciais com as outras capitanias. Daí o fato de essa renda – que poderia ter sido investida em outras atividades econômicas, que garantissem a prosperidade do norte da capitania após o declínio da mineração – não ter ficado na região de origem (PARENTE, 2007, p. 94).

Dada às pressões que a Coroa vinha sofrendo por parte daqueles que residiam no norte goiano e dos governantes das capitanias, Dom João VI decretou, em 1809, por meio de um

alvará, a divisão da Capitania de Goiás em duas Comarcas¹⁰, como a Figura 03 exhibe. A Comarca de São João das Duas Barras (atual cidade de Marabá-Maranhão), construída na confluência dos rios Araguaia e Tocantins (atual divisa do estado do Maranhão com o Pará), situada no norte da capitania; e a comarca de Vila Boa (atual cidade de Goiás Velho). A criação das comarcas teve como propósito facilitar a administração, evitar conflitos por parte dos revoltosos, incentivar o povoamento do norte e o desenvolvimento da navegação dos rios Tocantins e Araguaia.

¹⁰ Conforme Houaiss (2009), a Comarca representa uma divisão territorial que está sob a responsabilidade de um tribunal de primeira instância, ou seja, um juiz.

Figura 3-Mapa da Comarca do Norte e Comarca do Sul



Fonte: Teixeira Neto (2017, p. 08).

Para administrar a Comarca do Norte foi nomeado como ouvidor o Desembargador Teotônio Segurado. Como primeira medida, Segurado tentou mudar o local destinado à sede da comarca para o centro da capitania, uma vez que o local designado pela Coroa ficaria distante dos julgados¹¹ considerados mais povoados, o que inviabilizava o crescimento econômico e populacional do espaço norte de Goiás.

Mediante o pedido de Segurado, o príncipe Dom João VI autorizou em 1814 o deslocamento da sede da comarca do Norte para o centro da capitania. O local escolhido para a construção foi na confluência dos rios Palma e Paranã, passando a se chamar São João da Palma (atual cidade de Paranã, região sudeste do Tocantins) e a sede administrativa funcionou em Natividade provisoriamente, enquanto a construção de São João da Palma não se concluía.

A Comarca do Norte estendeu-se territorialmente até os julgados de Porto Real (Porto Nacional), Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. Mas, essa ação não cooperou muito para o povoamento e o crescimento da região, que continuou sem muitos habitantes de Porto Real até São João das Duas Barras (PARENTE, 2007).

À medida que os anos passavam, o Brasil sofria com os impactos gerados pela má administração da Coroa Portuguesa; o país encontrava-se em crise econômica e política, o que afetou todo o território. Com a partida de Dom João VI para Portugal, em 1821, a transformação do Brasil Colônia em Brasil Imperial e a tentativa de destituição de poder do capitão-general Manoel Sampaio, em Goiás, culminou em vários movimentos separatistas por todo o país.

No caso de Goiás, os movimentos de divisão territorial do espaço mais norte do espaço basearam-se nos seguintes argumentos “[...] das diferenças culturais, da localização geográfica e das dificuldades econômicas do Norte em relação ao Sul goiano” (SILVA, 2018, p. 31).

Dentre as primeiras manifestações com tendência separatista têm-se conhecimento do *Movimento Separatista do Norte de Goiás*, tendo como precursor o padre Luís Bartolomeu Marques. Foi instaurado um governo provisório em 1821 na cidade de Cavalcante e Teotônio Segurado foi nomeado presidente. Com isso, a Comarca de Palma desmembrou-se do sul de Goiás, tornando o norte uma província autônoma. Nesse período, “algumas medidas administrativas foram tomadas, a fim de se facilitar a consolidação, do novo governo: organizou-se a força policial e suspendeu-se a remessa de dinheiro para o sul” (PALACÍN, 2008, p. 84).

¹¹ Os julgados eram “divisão territorial sobre a qual tem jurisdição o juiz ordinário” (HOUAISS, 2009).

Após um ano de independência, o governo entrou em declínio devido aos conflitos entre os separatistas, o que favoreceu para que alguns idealizadores desistissem e abandonassem o movimento. Além disso, a mudança da sede do governo para a cidade de Natividade, a ida de Teotônio Segurado para Portugal e as intensas disputas de poder entre as cidades de Cavalcante, Palma e Arraias favoreceram o fracasso do movimento. De acordo com Palacín (2008), a independência do norte goiano findou-se em 1º de janeiro 1823, pois:

[...] foi informado, através do Correio da Bahia, da independência política do Brasil, o governo do norte buscou apoio à sua causa no governo de Dom Pedro I, que desaprovou o movimento em ofício de José Bonifácio (datado de 23 de junho de 1823), recomendando severamente a união com o sul (PALACÍN, 2008, p. 85).

Em 1863, houve uma segunda tentativa de emancipação do norte goiano encabeçada pelo deputado de Goiás, Visconde de Taunay, cujo projeto tinha como objetivo a fundação da Província de Boa Vista do Tocantins, com capital sede em Boa Vista (atual Tocantinópolis, extremo norte do Tocantins), mas, a tentativa de fundação de um novo estado, não vigorou.

Outra mobilização separatista de destaque corresponde ao *Pró-Criação do Estado do Tocantins* (Figura 04), lançado em 1956, na cidade de Porto Nacional. A partir desse movimento criou-se a bandeira do “estado do Tocantins” e nela apresentava-se a expressão “velo”, referindo-se a frase “Não paro, não durmo... Velo” (CAVALCANTE, 2003, p. 82), que se fez “presente nas casas de Porto Nacional” (SILVA, 2018, p. 33).

Figura 4-Passeata do Movimento Pró Criação do Estado do Tocantins em 1956



Fonte: Anjos (2017).

Posteriormente, vieram outras organizações que defenderam a divisão do espaço, como por exemplo, o movimento Casa do Estudante Norte Goiano – CENOG, fundado na década de 60; organizado por estudantes de Goiás, cujo objetivo era defender a instituição do

Estado do Tocantins. Criaram-se núcleos nas cidades de Pedro Afonso, Dianópolis, Miracema, Porto Nacional e Rio de Janeiro.

Além dessa tentativa, o grupo CONORTE – Comissão de Estudos do Norte Goiano, com sede em Brasília, patrocinou congressos e reuniões em prol da fundação do Tocantins e defendiam “a necessidade de divisão do Estado, para que pudesse ser melhor [sic] administrado e fosse integrado ao processo de desenvolvimento regional” (CAVALCANTE, 2003, p. 111).

Figura 5-Primeira Diretoria da Cenog em Porto Nacional



Fonte: Santana (2013).

Após inúmeras tentativas, foi promulgada, pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, a criação do Estado do Tocantins. Tal feito foi possível depois que “lideranças separatistas e populares redigiram um documento com 80 mil assinaturas favoráveis ao desmembramento do estado” (SILVA, 2018, p. 34).

Com isso, no dia 1º de janeiro de 1989, o então eleito governador José Wilson Siqueira Campos toma posse e Miracema do Norte é escolhida como capital provisória do Estado. Um ano depois, no dia 1º de janeiro de 1990, a capital é instalada por definitivo em Palmas, uma cidade projetada no centro geográfico do Tocantins.

2.1.1 Influências migratórias e culturais no Tocantins

A princípio, o que hoje compreende o estado do Tocantins recebeu contingente migratório de portugueses (*descidas, bandeirantes e jesuítas*) que vieram em busca de novas terras, exploração de minérios e captura de índios para o trabalho escravo e para a

catequização; de negros africanos, trazidos para o trabalho escravo nas minas auríferas e, após o período de mineração, a composição populacional do espaço se fez com pessoas vindas de outras regiões brasileiras, principalmente do Norte e Nordeste “dadas as distâncias com o Centro-Sul, assentaram-se no norte goiano” (SILVA, 2019, p. 148). Logo, o cenário esboçado no Tocantins resultou em uma mistura étnica, cultural, social e, sobremaneira, dialetal.

Dentre as populações que se formaram no Estado estão os ribeirinhos que se instalaram ao longo dos rios Araguaia e Tocantins¹² na busca de ouro. Segundo Oliveira (2008), a ocupação das margens do rio Tocantins por pessoas não indígenas se deu a partir do século XVIII com a descoberta de ouro no norte de Goiás. Mas, a proibição da navegação do rio, bem como os conflitos entre colonizadores e indígenas dificultaram o povoamento das imediações do rio, ocorrendo de forma lenta e gradual, pois “entre os indígenas mais agressivos aos povoadores, encontravam-se os Akroá, Xacriabá, Canoeiro e Xavante” (PARENTE, 2007, p. 49), por isso até a metade do século XX, a região conservou-se pouco povoada.

Com o declínio da mineração, algumas medidas foram tomadas na tentativa de povoar as margens do rio Tocantins e seus afluentes: isenção do serviço militar a quem se dedicasse à navegação; concessão de sesmarias às margens dos rios Araguaia, Tocantins e Maranhão a sócios de companhias de navegação; isenção de dízimos da produção agropastoril; moratória aos devedores da Fazenda; permissão de utilização de índios hostis como mão-de-obra; e criação de presídios militares e aldeamentos indígenas. Todos esses incentivos, porém, não trouxeram resultados imediatos para a região, continuando assim pouco povoada até a segunda metade do século XX. (OLIVEIRA, 2008, p. 165).

No entanto, mesmo com tais medidas a situação da província de Goiás permaneceu a mesma. Porém, concordamos com Oliveira (2008) que as navegações pelo rio Tocantins contribuíram não apenas para a venda e aquisição dos produtos e bens indispensáveis à sobrevivência, mas também como uma possibilidade de trocas culturais. Dessa forma,

[...] os ribeirinhos tocantinenses foram adquirindo traços identitários bem particulares, marcados por características regionais e culturais, resultantes do contexto da região, das atividades desempenhadas por eles e dos contatos com diferentes grupos étnicos e com novos imigrantes. A vida dos moradores beira-rio era bastante dinâmica, repleta de experiências e de conhecimentos peculiares (OLIVEIRA, 2008, p. 166-167).

¹² Geograficamente, o rio Tocantins corta o estado no sentido sul-norte; possui cerca de 2.400 km de extensão e recebe as águas do rio Araguaia que “[...] começa nas imediações do quadrilátero Cruls (porção setentrional do Distrito Federal), a mais de 1.000 metros de altitude, resgatando a sua total identidade a partir da confluência do rio Paranã com o rio Maranhão” (GOMES; TEIXEIRA NETO, 1993, p.113), ou seja, os afluentes que o formam têm suas nascentes no planalto de Goiás, região de Brasília.

Por seu turno, o Araguaia¹³ também contribuiu de forma significativa na composição populacional do Tocantins, uma vez que o rio proporcionou aos *bandeirantes* e demais colonizadores navegações à procura de riquezas, de preação de índios que serviu para o escoamento de todo o ouro extraído na Capitania de Goiás. Assim como o rio Tocantins, o Araguaia teve seus portos fechados para evitar contrabandos.

Diante dessas ações tomadas pelo Rei de Portugal, para minimizar a crise econômica que o Brasil Colônia vivenciava no século XIX e, principalmente, a estagnação na qual a Capitania de Goiás se encontrava, houve a reabertura dos portos dos rios Tocantins e Araguaia, bem como a criação de presídios militares, a formação de companhias de comércio, o estímulo à agricultura, à pecuária e ao povoamento nas margens do rio Araguaia, como ocorreu com o rio Tocantins. Assim,

no decorrer do século XIX, com a política de implantação dos presídios militares, tem início efetivo o processo de formação de cidades às margens do rio Araguaia. É importante enfatizar que, de modo geral, muitas povoações, posteriores sedes de vilas e cidades brasileiras nasciam como meros pontos de passagem, de pouso ou de abastecimento de utilidades e de provisões (ANDRADE; BASTIANI, 2012, p. 06).

A Coroa portuguesa construiu os presídios com a finalidade de defender os colonos, os comerciantes e os moradores contra os ataques dos povos indígenas que residiam às margens do Araguaia, dominar os territórios ocupados pelos índios, assim como garantir a defesa do território de possíveis invasores, por se tratar de uma época em que vários países tinham interesse no território (ANDRADE; BASTIANI, 2012).

Dentre os presídios construídos às margens do rio Araguaia, na segunda metade do século XIX, estão o de Santa Rita, São José dos Martírios, São José do Araguaia, Leopoldina e Santa Maria do Araguaia (atual cidade de Araguacema). Na costa do rio Tocantins essa política foi intensificada a partir da segunda metade do século XVIII.

A seguir, na Figura 06 temos a representação do mapa do rio Araguaia e os sete presídios construídos ao longo das margens do Araguaia.

¹³ O rio Araguaia, por sua vez, possui 2.115 km de extensão, com nascente no estado de Goiás, na serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, e deságua no rio Tocantins na localidade de São João do Araguaia. O rio estabelece divisa entre os estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins, e Pará e Tocantins ligando a Região Centro-Oeste ao Norte do país.

Figura 6- Portos e Entrepontos Comerciais da Navegação a Vapor pelo Araguaia - Século XIX



Fonte: Carvalho (2008, p. 106).

Logo, a criação dos presídios também contribuiu para a formação populacional do Tocantins, pois com eles surgiram arraiais ou povoados e, conseqüentemente, mais tarde transformaram-se em cidades. A título de exemplo, encontra-se o presídio de Santa Maria do Araguaia que depois deu origem à cidade de Araguacema, lateral oeste do atual Estado do Tocantins.

Assim como os ribeirinhos tiveram papel fundamental na composição populacional do Norte de Goiás, o sertanejo também contribuiu para que a região se desenvolvesse, tanto economicamente quanto no que se refere à população. Como mencionado, a Coroa Portuguesa incentivou a agricultura e a agropecuária como forma de salvar a economia da Capitania de Goiás que estagnou após o declínio do ouro. Segundo Diégues Jr (1980), o sertanejo se encaixa no perfil Mediterrâneo Pastoril¹⁴, pois

o vaqueiro constitui o tipo de humano característico e a mestiçagem desenvolveu-se entre brancos e índios (mameluco), brancos e negros e negros e índios. Era uma região característica do cangaceirismo, que tinha como centro social os currais e fazendas de criação (DIÉGUES JR, 1980, p. 36-44).

¹⁴ Diégues Jr (1980) faz uma classificação regional, dividindo o Brasil em nove regiões culturais, a saber: Nordeste Agrário do Litoral, Mediterrâneo Pastoril, Mineração no Planalto, Centro-Oeste, Extremo Sul Pastoril, Colonização Estrangeira, Café e Faixa-Urbano Industrial.

Desse modo, o sertanejo é proveniente da mestiçagem que resultou em um tipo de população com aspectos culturais próprios, visto que são reconhecidos pela “dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo” (RIBEIRO, 2006, p. 339).

A formação do perfil sertanejo teve contribuições da Coroa que concedeu sesmarias¹⁵ para as pessoas que tinham interesse em ter produção agrícola ou de gado, com isso, houve forte migração de pessoas procedentes de outros locais em busca de melhorias de vida, “é possível observar que a preocupação com a pecuária, principalmente no norte goiano, já fazia parte do cotidiano do antigo mineiro e que a partir daí começam a se reorganizar, muito lentamente, as forças produtivas da região” (PARENTE, 2007, p. 98).

Para Ribeiro (2015), as famílias do vaqueiro e dos seus ajudantes que chegavam até as novas terras esperavam receber também uma parte do gado para criar e zelar uma vez que a criação de gado se tornava mais atrativa para os brancos pobres e para os mestiços dos núcleos litorâneos.

Só assim se explica, de resto, o próprio fenótipo predominantemente brancoide de base indígena do vaqueiro nordestino, baiano e goiano. Tais características têm sido interpretadas, por vezes, como resultado de uma miscigenação continuada com os grupos indígenas dos sertões. (RIBEIRO, 2015, p. 253).

Com a miscigenação, formaram-se novas condições sociais que regiam a vida dos sertanejos, dentre elas, um elemento importante na cultura: a religiosidade, que se tornou uma forma de socialização entre as pessoas e que perdura até hoje no Tocantins. A princípio, dada as enormes distâncias entre uma fazenda e outra, dispersas pelo sertão deserto e a necessidade de recuperar e apartar o gado nas vaquejadas, no final, a empreitada transformava-se em festas regionais (RIBEIRO, 2015).

O culto dos santos padroeiros e as festividades do calendário religioso – centralizado nas capelas com os respectivos cemitérios, dispersos pelo sertão, cada qual com seu círculo de devotos representados por todos os moradores das terras circundantes – proporcionavam ocasiões regulares de convívio entre as famílias de vaqueiros de que resultavam festas, bailes e casamentos. (RIBEIRO, 2015, p. 253-254).

Atualmente, no Tocantins a religiosidade é um ponto forte na cultura estadual, uma vez que em muitas cidades, principalmente nas históricas, ocorrem os festejos do Divino

¹⁵ “Terreno não cultivado ou abandonado, cedido no Brasil pelos reis de Portugal aos novos povoadores.” (HOUAISS, 2011, p. 858).

Espírito Santo, comemorado no mês de julho. Dentre os municípios em que a comunidade se reúne para festejar estão: Porto Nacional, Monte do Carmo, Natividade, Arraias, Tocantínia, entre outras. A festa é tradição no solo tocantinense e, possivelmente, advém desde a época dos sertanejos.

Outro fator que contribuiu para a formação populacional do Estado ocorreu mais recentemente, no século XX, na década de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR 153 – Transbrasiliana) que ligaria a Capital Federal ao restante do Brasil, perpassando os estados de Goiás, Maranhão e Pará; no Tocantins, a BR-153 corta o estado no sentido sul-norte.

Tal construção impulsionou o desenvolvimento do estado, pois houve grande fluxo migratório de pessoas oriundas de diversas regiões brasileiras e “o advento da referida estrada foi de grande importância, até mesmo simbólica, para a região” (AQUINO, 2011, p. 03), ou seja, após várias tentativas em estimular o crescimento do norte de Goiás, isso se tornou possível com a criação da rodovia. Como resultados desse processo, surgiram povoados que anos depois se transformaram em cidades, descritas por Aquino como “malha urbana”, como por exemplo: Araguaína, Colinas, Guaraí, Miranorte, Paraíso, Gurupi, Alvorada e Presidente Kennedy.

[...] movimentos das populações decorrentes do surgimento de novas cidades, assim como o incremento das cidades já existentes quando da criação do estado, que agora tornam-se receptoras de populações oriundas da própria região, assim como de outras regiões, de diferentes estados. (AQUINO, 2011, p. 06).

Diante dos marcos históricos descritos e das diferentes populações o que hoje se conhece por Tocantins é o resultado de interessantes processos socioculturais, com misturas de etnias, advindos das intensas migrações, o que possibilitou a construção de uma identidade regional com diferentes tonalidades (AQUINO, 1996).

Mas a construção da BR-153 com o processo de incentivo à economia e ao desenvolvimento social entre as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste trouxeram algumas consequências, em específico para o estado do Tocantins, pois

[...] esses processos ocorreram de modo desequilibrado. Basta ressaltar que a urbanização decorrente daquele empreendimento se limitou a uma estreita malha urbana ao longo da estrada. Assim, o novo urbanismo da Belém-Brasília trouxe, em consequência, enorme impacto negativo no que se refere ao conjunto de cidades que existiam às margens do rio Tocantins, responsáveis pela dinâmica da vida urbana naquela região, através de várias décadas (AQUINO, 2006, p. 08).

Isso significa que os municípios situados do lado direito do rio Tocantins, fundados no período de extração do ouro, no século XVIII, considerados históricos como: Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Afonso e Tocantinópolis perderam suas populações e, de forma sutil, não acompanharam o desenvolvimento das novas cidades. Assim, longe das margens da rodovia, estagnaram-se de maneira econômica e social, uma vez que

[...] as novas cidades receberam habitantes provenientes de diferentes regiões do país. Enquanto isso, as cidades distantes da estrada, ao mesmo tempo em que não atraem imigrantes [...], até perdiam populações, que emigravam, não apenas para as novas cidades da região, mas até mesmo para as grandes cidades: Anápolis, Goiânia, Brasília. (AQUINO, 1996, p. 109).

Assim, a rodovia contribuiu para que a densidade populacional das cidades históricas diminuísse e aumentasse a população das novas cidades, uma vez que a construção da rodovia impulsionou o surgimento de várias outras.

Segundo Baeninger (2011), nos últimos 50 anos do século XX, as migrações internas procederam da industrialização e das fronteiras agrícolas, ou seja, essas duas vertentes dinamizaram e reorganizaram a distribuição espacial da população no âmbito interestadual. Com isso, os deslocamentos da zona rural para a zona urbana foram aumentando, em busca de trabalho e melhoria de vida possibilitada pela indústria e pela agricultura de grande porte.

De acordo com Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2004), em 1940, o território goiano-tocantinense possuía apenas 18% da população morando nas cidades; em 1950 contava com 21%; e em 1960 tinha 31%; essas porcentagens significavam que parte da população ainda residia no campo. A partir de 1970, com 42% das pessoas morando nas cidades, o campo começa a se esvaziar, chegando em 1980 com 62% dos goiano-tocantinenses situados em centros urbanos, número semelhante ao da década de 90 (57,7%) (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2004).

Desse modo, após implantação da BR-153, entre 1970 e 1980, alguns estudos apontam que o contingente migratório presente no território que hoje compreende o Tocantins continuou se intensificando. Em acordo com Brasil (1997), o atual Estado recebeu na década de 1970 aproximadamente 74 mil (equivalente a 8,7%) pessoas vindas de outras unidades federativas, sendo o terceiro polo de atração da Região Norte. Posto isso,

o Tocantins contou com forte influência da imigração proveniente do Nordeste, com 69%, seguido do Sudeste, com 15%. Com relação aos nordestinos o fluxo mais importante foi oriundo do Maranhão, que correspondeu a 60% do respectivo total. Já o Sudeste abasteceu esse Estado com fluxos importantes oriundos de Minas Gerais (68%) e São Paulo (27%). (BRASIL, 1997, p. 67).

A partir dos dados apresentados por Brasil (1997), depreendemos que na década de 1970, o Maranhão foi o estado nordestino que mais enviou migrantes para o espaço tocantinense. Já da região Sudeste, Minas Gerais e São Paulo foram os dois estados que tiveram maior fluxo migratório para o atual Tocantins no referido período.

Na década de 1980, aumentou o número de imigrantes interestaduais, posto que, desta vez, o Tocantins absorveu 31% da população migrante; além disso, o Estado teve um aumento significativo de movimentos populacionais oriundos da própria Região Norte, de 6% para 17% no recorte temporal de 1970/1980 (BRASIL, 1977).

Em relação ao fluxo migratório advindo das diferentes regiões brasileiras, entre 1970 e 1980,

[...] mostrou um decréscimo importante quanto ao movimento migratório proveniente do Nordeste (queda de 68% para 41%, entre os anos de 70 e 80), ao contrário do que se verificou com relação às regiões Centro-Oeste e Norte, cujas participações se elevaram significativamente (29% e 16%, respectivamente) (BRASIL, 1997, p. 75).

Sobre a queda nos números migratórios do contingente nordestino, o Maranhão, por exemplo, diminui seu número de migrantes para o espaço tocantinense de 41% para 24%, enquanto Goiás, com 25%, passou a ser origem das principais migrações, seguido pelo Pará, com 15% (BRASIL, 1997). Os três Estados: Maranhão, Goiás e Pará, fronteiriços ao Tocantins, tiveram participação expressiva na formação do núcleo migrante.

No recorte entre 1981/1991, Baeninger (2011) pontua que no período citado houve uma diminuição de migrantes interestaduais, uma vez que ocorreram migrações de curta distância, direcionadas principalmente às cidades médias, dando um novo formato aos fluxos migratórios.

Em paralelo às migrações para o Tocantins, Palmas foi criada em 1989, à margem direita do rio Tocantins, pertencente à Microrregião de Porto Nacional. A Capital é originada de uma comunidade denominada Canela¹⁶, que “surgiu no século XIX com a chegada da família Batista, o senhor Olímpio Batista de Araújo e senhora Maria de Albuquerque, fundadores do povoado. Mais tarde, começou o crescimento com a chegada das famílias Lima e Santana” (MENESES; SILVA, 2006, p. 03). As famílias mencionadas vieram do Piauí e ali se instalaram para morar, o que confirma a forte presença de nordestinos em solo tocantinense.

¹⁶ O povoado Canela localizava-se à margem direita do rio Tocantins, a 10 km do atual centro de Palmas, com uma área territorial de 70 alqueires (ALMANAQUE DO TOCANTINS, 2000). Posteriormente, em 2001, com a construção do lago da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, a comunidade foi remanejada para outro espaço de Palmas, localizada na Quadra 508 norte (antiga Arne 64).

Vários fatores influenciaram a criação de Palmas, sendo eles: “a inteligência urbanista; o discurso ideológico; o ufanismo em torno da necessidade de modernização e integração, enfim, uma conjunção de ações políticas, econômicas e socioculturais” (PELÁ, 2014, p. 01). Além disso, historiadores e pesquisadores consideram que há dois fatores que foram fundamentais para a implantação da nova capital: o primeiro diz respeito ao fato de o local ser o centro geodésico do Brasil e o segundo corresponde aos relatos de que na antiga comunidade Canela houve a passagem da Coluna Prestes, ocorrida por volta de 1925.

Mediante esses fatores, Texeira (2009, p. 92) expõe que o governador Siqueira Campos escolheu um quadrilátero de 12x32 km, situado no centro geográfico do Estado como área geopolítica mais favorável à construção da capital e a cidade seria edificada em uma faixa de terra situada entre a margem direita do rio Tocantins e a Serra de Lajeado, próximo ao antigo povoado de Canela, como mostra a Figura 07. Assim, a implantação da capital do Tocantins foi estabelecida com visões político-administrativas, tendo em vista que era importante seguir as orientações do Plano Diretor para ser a sede do governo estadual e municipal.

Figura 7-Localização da área destinada a capital planejada: Palmas-To



Fonte: Ipup (2002).

Com a escolha do local, a distribuição espacial da nova capital ficou definida da seguinte maneira:

Algumas das principais idéias norteadoras definidas no memorial descritivo do projeto de Palmas é o formato em malha ortogonal com entroncamentos em formato de rótulas e, cortada de Norte a Sul (Avenida Teotônio Segurado) e Leste a Oeste (Juscelino Kubitschek) por grandes eixos viários abrigando principalmente comércio e indústria. Foi utilizada a ideia das superquadras nos moldes da capital federal, com ruas priorizando os automóveis e densidades baixas, já as zonas de moradia e lazer, foram estrategicamente colocadas junto a zonas de preservação da vegetação nativa

e a orla do lago do Rio Tocantins foi utilizada para fins recreativos e culturais, enquanto o extremo leste da cidade recebeu planos comerciais para atender toda a região a ser formada. (BONA; ARRUDA, 2013, p. 04).

No entanto, a formação populacional de Palmas não ocorreu como o esperado, pois as pessoas que chegavam à capital em busca de melhorias de vida, estudos e emprego não se encaixavam no “estereótipo desejado”, ou seja, “o início da expansão urbana foi motivado puramente por interesses imobiliários de empresas privadas e pela tentativa de empurrar as populações pobres para outras áreas de menor valor imobiliário” (BONA; ARRUDA, 2013, p. 04), logo, vantagens econômicas regeram a criação de Palmas, uma vez que seria um “modelo de superação econômica do norte do estado de Goiás.” (BONA; ARRUDA, 2013, p. 04).

De acordo com Pelá (2014), o governo propôs a transferência da população que habitava o Plano Diretor Básico para a cidade de Taquaralto. Porém, os moradores foram destinados a habitar outras áreas da capital, como, por exemplo, os bairros Jardins Aurenly I, II, III e IV; e as ARNOS 31, 32 e 33 conhecida hoje como Vila União.

A criação de Palmas contribuiu significativamente para atrair pessoas de outras regiões brasileiras, bem como do próprio Tocantins, pois o Censo de 2000 do IBGE aponta que na capital existiam 84,1% de pessoas vindas de fora. Conforme os dados do IBGE de 2010, a população da capital é formada pela Região Norte - 56,7% dos imigrantes, enquanto que a Região Nordeste contribuiu com 21,5% com destaque para o Maranhão. Centro-Oeste – 12,6%; Sudeste 5,9% e Sul - 2,2% de migrantes.

Outro aspecto comum no Tocantins diz respeito ao movimento populacional dentro do Estado conhecido como intraestadual, que consiste, na maioria dos casos, na busca por locais com “urbanização mais significativa de algumas microrregiões em detrimento de outras” (SILVA, 2018, p. 44) com objetivo de trabalhar ou estudar.

Isso posto, Cunha e Baeninger (2000) pontuam que a migração intraestadual ocorrida no Tocantins entre as décadas de 1970 e 1980 se deu principalmente nas microrregiões de Miracema, seguida de Araguaína, Porto Nacional, Rio Formoso, Dianópolis, Bico do Papagaio e Jalapão. Já entre 1981 e 1991, a microrregião mais procurada como destino final foi Porto Nacional, seguida das microrregiões de Miracema do Tocantins, Araguaína, Rio Formoso, Bico do Papagaio, Dianópolis e Jalapão. Os habitantes das microrregiões de Dianópolis e Jalapão, consideradas tradicionais dentro do estado, tiveram como destino mais procurado a região de Porto Nacional, entre 1970 e 1991.

Diante das colocações e dos dados apresentados, o Tocantins adquiriu um quadro de migrações e surgimento de cidades que, ao longo dos anos, passaram por muitas

transformações, com traços culturais de muitas regiões brasileiras, como a do Norte e a do Nordeste, posto que as levas migratórias vindas das referidas regiões trouxeram consigo os hábitos alimentares, religiosos, socioculturais e socioeconômicas.

2.2 Dialetoлогия: percurso teórico-metodológico

A Dialetoлогия tradicional busca estudar as variações de uma língua presentes em determinado estado, país, cidade ou região. Os trabalhos dialetológicos tiveram início no século XIX, cujo enfoque era “identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15).

Segundo Cardoso (2010), os estudos dialetológicos centravam-se na individualidade geográfica, em decorrência do isolamento das localidades – consequência das estradas precárias – e da dificuldade de comunicação entre as pessoas pela falta de meios tecnológicos que permitissem a interação à distância entre as áreas.

Vale ressaltar que a dialetoлогия tradicional preconizava realizar as pesquisas com informantes da zona rural, “mais idosos, não alfabetizados, que possuíssem, por assim dizer, uma linguagem mais pura, sem interferências internas e/ou externas” (CALLOU, 2010, p. 31). Para Zágari (2013), o informante era considerado um “HARAS”, isto é, sigla de homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário.

Dessa maneira, Cardoso (2010) afirma que:

Os estudos geográficos evidenciam a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para a outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, a própria base preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presente naquele espaço no curso de sua história (CARDOSO, 2010, p. 15).

No Brasil, Cardoso (2010, p. 131) cita que a “primeira manifestação de estudos dialetais sobre o português do Brasil deve-se a Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, datada em 1826, e escrita a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi.” Com isso, após Barros, vieram outras produções no campo da geolinguística, fazendo parte desse momento Amadeu Amaral (1920), Serafim da Silva Neto (1950), Antenor Nascentes (1953), permitindo que tenhamos um panorama de como a língua brasileira se constitui e, principalmente, como cada região do Brasil se comporta diante de tamanha variação.

A Dialetoлогия no Brasil foi difundida a partir de 1920, “ano que em que se edita *O Dialeto Caipira*, primeira tentativa de descrever um falar regional” (BRANDÃO, 1991, p. 43). A obra foi produzida por Amadeu Amaral, considerado o primeiro dialetólogo brasileiro e seu trabalho é de grande importância para a Dialetoлогия do Brasil, tendo em vista que Amaral procurou delinear um dialeto próprio do Brasil. Os estudos sobre o linguajar caipira

foi realizado em localidades do interior de São Paulo, mais especificamente em Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, por meio de pesquisa de campo, inaugurando uma fase metodológica importante em termos dialetais, além de apresentar descrições nos campos fonético, lexical e sintático desse dialeto caipira.

Segundo Ferreira e Cardoso (1994), a obra *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920) pertence à segunda fase dos estudos dialetais no Brasil, porque é o momento “em que se dão os primeiros passos para o sistemático desenvolvimento da geolinguística em território brasileiro” (CARDOSO, 2010, p. 134), uma vez que são “voltados para a observação de uma área determinada, buscando descrever os fenômenos que a caracterizam não só do ponto de vista semântico-lexical, mas também fonético-fonológico e morfossintático” (CARDOSO, 2010, p. 134), ou seja, a preocupação neste momento era realizar trabalhos *in loco* e considerar os diferentes níveis da língua.

Cardoso (2010) estabelece que “a terceira fase da história dos estudos dialetais tem, assim, como marca definidora, o começo dos estudos sistemáticos no campo da geografia linguística” (CARDOSO, 2010, p. 141)¹⁷. Desta fase fez parte Serafim da Silva Neto, autor de grande destaque na Dialectologia, que também demonstrava grande preocupação com a formação de uma mentalidade dialetológica nacional. Sua obra de destaque foi a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1950. Para Cunha, Serafim da Silva Neto era considerado “o mais atualizado linguista-filólogo que tivemos em qualquer época” (CUNHA, 1968, p. 01). Anos mais tarde, Silva Neto publicou a obra *Guia para estudos dialetológicos no Brasil* (1957), em que se baseou na metodologia fornecida pela Geografia Linguística. Além disso, a terceira fase dos estudos é marcada pelo Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que definiu as finalidades da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa e tinha como maior objetivo a elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*.

O trabalho de Antenor Nascentes, publicado em 1953, intitulado de *O Linguajar Carioca* contribuiu grandemente para a Dialectologia no Brasil. A obra foi dedicada a Amadeu Amaral, por quem Nascentes tinha grande admiração pelo fato de ter sido o primeiro a mostrar “a verdadeira diretriz dos estudos dialetológicos no Brasil” (BRANDÃO, 1991, p. 16). Um dos pontos mais pertinentes do trabalho de Nascentes é a proposta de divisão dialetal do Brasil em dois grandes falares: do Norte e o do Sul, pois “é palpável a diferença entre a fala *cantada* do nortista e a fala *descansada* do sulista” (NASCENTES, 1953, p. 20). Além

¹⁷ Cardoso (2010) pontua que a quarta fase de estudos dialetais no Brasil está ligada a implantação do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, no qual Mota e Cardoso (2005) propuseram tal momento como uma nova fase.

disso, esta obra contribuiu para o “conhecimento do dialeto carioca ao estudar aspectos da fonética, da morfologia, da sintaxe e do léxico” (CARDOSO, 2010, p. 136). O autor também publicou dois volumes da obra *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961), que apresenta orientações para a pesquisa dialetal em âmbito nacional no Brasil.

Dentre os autores citados está também Celso Cunha (1968), filólogo que contribuiu para as pesquisas das variações dialetais no Brasil. Uma das principais contribuições do autor foi *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1968), trabalhando com o “lapidar das questões, algumas de cunho ideológico, que permeiam os estudos referentes à língua e literatura brasileira.” (BRANDÃO, 1991, p. 49).

Os autores aqui citados contribuíram de forma significativa para os primeiros estudos dialetológicos em solo brasileiro, já que publicaram obras de grande importância, o que permitiu a realização de discussões sobre teorias e metodologias dialetológicas. Decorre desse período também preocupação com a descrição de áreas dialetais dentro do Brasil, pois Nascentes (1953, p. 18-19) afirma que “a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares. Para isso contribuiu muito também o modo diferente de povoamento das diversas regiões.”

Com isso, houve algumas propostas de definição de áreas dialetais que contribuíram para o desenvolvimento dos atlas linguísticos¹⁸, assunto a ser discutido no próximo tópico.

Atualmente, principalmente após o lançamento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALIB, em 1996, contamos com muitos trabalhos que versam sobre a variação dialetal, bem como o comportamento linguístico de determinada região do Brasil.

Desse modo, nos baseamos em Romano (2019) e montamos um quadro com os trabalhos desenvolvidos nos últimos nove anos (2010-2018), pois “são atlas que retratam determinada comunidade de fala principalmente em seus aspectos léxico-semântico, fonético-fonológicos ou morfossintáticos” (ROMANO, 2019, p. 09), ou seja, os atlas evidenciam as variações linguísticas de cada região brasileira. No total, somam-se 32 trabalhos produzidos entre 2010 e 2018, período que houve um crescimento significativo de obras de pequeno domínio concluídos (ROMANO, 2019)¹⁹.

¹⁸ Cardoso (2010) pontua que a quarta fase de estudos dialetais no Brasil está ligada a implantação do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

¹⁹ Dentre todos os trabalhos elencados por Romano (2019), preferimos apresentar somente estas 32 obras porque se aproximam com a presente dissertação em termos de metodologia e de aporte teórico.

Quadro 01- Panorama de Estudos Dialetais Realizados no Brasil (2010-2018).

N^o	TÍTULO	ANO	ESTADO	AUTOR (A)	INSTITUIÇÃO	NATUREZA
1	Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do litoral norte de São Paulo	(2010)	SP	Márcia Regina Teixeira da Encarnação	USP	Tese
2	Um estudo geossociolinguístico do Oeste do Paraná	(2010)	PR	Sanimar Busse	UEL	Tese
3	Atlas Linguístico léxico-semântico de Capistrano	(2011)	PR	Jamyla Monteiro	UEC	Dissertação
4	Atlas dos Falares do Baixo Amazonas	(2011)	AM	Roseanny de Melo Brito	UFAM	Dissertação
5	Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar	(2012)	RN	Moisés Batista da Silva	UFCE	Tese
6	Atlas Geossociolinguístico de Londrina	(2012)	PR	Valter Pereira Romano	UEL	Dissertação
7	Atlas dos Falares do Alto Rio Negro	(2012)	AM	Jeiviane dos Santos Justiniano	UFAM	Dissertação
8	Atlas Semântico-Lexical da Região Norte do Alto Tietê -São Paulo	(2012)	SP	Rita de Cássia da Silva Soares	USP	Tese
9	Brinquedos e Brincadeiras Infantis na Área do Falar Baiano	(2012)	BA	Silvana Soares Costa Ribeiro	UFBA	Tese
10	Atlas Semântico-lexical do Estado de Goiás	(2012)	GO	Vera Lúcia Dias do Santos Augusto	USP	Tese
11	Atlas Linguístico-contatual da fronteira Brasil/Paraguai	(2013)	MS	Regiane Coelho Pereira Reis	UEL	Tese
12	O Falar Amazônico: Uma Análise da Proposta de Nascentes (1953) A Partir de Dados do Projeto Alib	(2013)	AM	Danyelle Almeida Saraiva Portilho	UFMS	Dissertação
13	Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário	(2013)	MS	Beatriz Aparecida Alencar	UFMS	Dissertação
14	Aspectos dialetais do português da Região Norte do Brasil: um estudo sobre as vogais pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM)	(2013)	PA e AM	Orlando da Silva Azevedo	UFSC	Tese
15	Esboço do atlas do falar dos nipo-brasileiros do Distrito Federal: aspectos semântico-lexical.	(2013)	DF	Yuko Takano	USP	Tese
16	Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo	(2014)	SP	Ariane Cardoso dos Santos	UEL	Dissertação

17	Esboço do Atlas Linguístico Lexical de Porto Nacional: Contribuições para a dialetologia e geolinguística tocantinense.	(2014)	TO	Kleitton Ribeiro Araújo	UFT	TCC
18	Atlas Semântico-Lexical do norte de Mato Grosso ASLNMAT: suas influências topodinâmicas	(2015)	MT	Antônio Tadeu Gomes de Azevedo	UNEMAT	Dissertação
19	O português de cá e de lá: variedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai	(2015)	PR	Valeska Gracioso Carlo	UEL	Tese
20	Atlas Linguístico Topodinâmico do Território incaracterístico	(2015)	MT, RO, GO, TO	Marigilda Antonio Cuba	UEL	Tese
21	Atlas linguístico de Curiúva-PR: aspectos lexicais	(2015)	PR	Fátima da Silva Siqueira	UEL	Dissertação
22	Perfil geossociolinguístico do Português em contato com línguas Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão.	(2017)	PA, MÁ	Régis José da Cunha Guedes	UFPA	Tese
23	Atlas Morfossintático da microrregião do Madeira – AMSIMA	(2017)	AM	Liliane Sampaio Tavares	UFAM	Dissertação
24	Atlas Semântico-Lexical de Icatu – MÁ	(2017)	MÁ	Thaiane Alves Mendonça	UFMA	Dissertação
25	Variação lexical na rota do café: estudos geossociolinguísticos no norte do Paraná	(2017)	PR	Thiago Leonardo Ribeiro	UEL	Dissertação
26	Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua tupi-guarani nos estados do Pará e Maranhão	(2018)	PA, MÁ	Eliane Oliveira da Costa	UFPA	Tese
27	Altas Linguístico do Sul Amazonense	(2018)	AM	Edson Galvão Maia	UEL	Tese
28	Atlas Semântico-lexical de Colíder – MT	(2018)	MT	Maria José Basso Marques	USP	Dissertação
29	Atlas semântico-lexical parcial da região paulista do Médio Tietê	(2018)	SP	Selmo Ribeiro Figueredo Junior	USP	Tese
30	Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará	(2018)	PA	Marcelo Pires Dias	UFPA	Tese
31	Atlas Linguístico Quilombola de Moxotó-Ipanema de Pernambuco	(2018)	PE	Edmilson Sá	UFPA	Projeto de pós-doutorado
32	Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALiTTETO)	(2018)	TO	Greize Alves da Silva	UEL	Tese

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Romano (2019).

No Quadro 01 consta o título dos trabalhos, o ano de realização/conclusão, o estado em que a pesquisa foi desenvolvida, o nome do autor, a universidade responsável e o nível de pesquisa (trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese). Os dados do quadro revelam que os trabalhos desenvolvidos nos últimos oito anos atendem estados de todas as regiões brasileiras, a exemplo temos a região Norte com os estados do Pará, Tocantins, Roraima, Amazonas; região Sul com o estado do Paraná; região Centro-Oeste com os estados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; o estado de São Paulo representa a região Sudeste e a região Nordeste é representada pelos estados de Pernambuco, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e da Bahia.

Além disso, o tempo de produção de um trabalho para outro é de apenas um ano, assim como houve o desenvolvimento de dois ou mais Atlas por ano, o que no começo dos estudos dialetológicos não se realizava com tanta frequência.

Assim, é possível “documentar particularidades das regiões, numa rede de pontos mais densa, pois esses trabalhos vêm complementar as pesquisas de maior envergadura, revelando aspectos fonéticos, lexicais e morfossintáticos de maneira mais pormenorizada” (ROMANO, 2019, p. 7-8), bem como fazer análises comparativas entre um trabalho (uma obra da região Sul *versus* uma obra da região Norte, por exemplo).

2.3 A Dialetoлогия, a definição de áreas dialetais e a importância dos atlas linguísticos

A respeito das divisões dialetais do Brasil, Santos (2017, p. 184) comenta que o estabelecimento dessas áreas é um anseio antigo por parte dos pesquisadores, uma vez que as primeiras considerações acerca do assunto são do final do século XIX e que são de fundamental importância para os estudos dialetológicos no Brasil.

A primeira divisão dialetal foi realizada por Júlio Ribeiro, em 1891, com orientações exclusivamente geográficas e teve a seguinte configuração:

- 1) **Norte** (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco),
 - 2) **Leste** (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo),
 - 3) **Centro** (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso),
 - 4) **Sul** (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).
- (NASCENTES, 1953, p. 20).

No entanto, conforme Nascentes (1953), a divisão proposta por Júlio Ribeiro apresentou falhas, uma vez que o autor:

Agrupava as regiões Norte e Nordeste, que são distintas entre si; reúne Espírito Santo e Rio de Janeiro em um mesmo grupo; trata os Estados de São Paulo e de Alagoas como pertencentes à mesma área dialetal; separa Alagoas dos

demais Estados do Nordeste, além de acrescentar Minas Gerais ao grupo de Goiás e de Mato Grosso e excluir São Paulo do grupo do Sul. (NASCENTES, 1953, p. 20-21).

Nascentes (1953) comenta ainda a existência de outras propostas. A de Maximino Maciel, por exemplo, dividiu em três partes o Brasil: brasilo-guianense ou setentrional, idioletos, estaduais ou centrais e brasilo-castelhana ou meridional. João Ribeiro, por sua vez, propôs outra organização em que dividiu o Brasil em: Extremo Norte (AM, MA, PI e CE), Norte (AL, PE, PB e RN), Centro (SE, BA, Ilhéus e Porto Seguro), Interior (SP, MG, GO, e MT) e Sul (ES, RJ, SC e RS).

Anos mais tarde, Rodolfo Garcia propôs uma nova divisão dialetal, dessa vez combinando aspectos geográficos aos pormenores históricos. A nova delimitação ficou assim definida: Norte (AM, PA e MA); Norte-oriental (PI, CE, RN, PB, PE e AL); Central-marítima (SE, BA, ES e RJ); Meridional (SP, PR, SC e RS) e Altiplana-central (MG, GO e MT). Contudo, em comparação com a divisão feita por Maximino Maciel, Nascentes (1953) a considerou com ressalvas, pois:

O Maranhão foi inserido no grupo do Norte (quando na verdade é um Estado com características intermediárias entre Norte e Nordeste); agrupa Rio de Janeiro e Espírito Santo com Sergipe e Bahia e, assim como a proposta anterior de divisão, considera Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso como pertencentes ao mesmo grupo (NASCENTES, 1953, p. 22-23).

Entretanto, Nascentes percorreu todo o Brasil, propôs uma nova divisão dialetal e publicou em 1953 a obra intitulada *O linguajar carioca*, no qual serviu e serve até hoje como base para a elaboração de pesquisas dialetológicas.

A divisão dialetal proposta por Nascentes (1953) foi baseada em dois fatos: a pronúncia das vogais médias pretônicas e nos aspectos da prosódia. Segundo o autor, essa divisão é nítida porque as vogais pretônicas abertas ocorrem na metade norte do país, enquanto na sul se realizam como fechadas. Além dessa bipartidação do Brasil, o autor também estabeleceu:

Os subfalares do Norte são dois: o amazonas, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai das foz do Aquiri à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente de Parnaíba. Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrepíditos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São

Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p. 25-26).

Desse modo, a divisão de Nascentes (1953) serviu como ponto de referência para trabalhos dialetológicos desde o século XX até aos dias atuais. Mesmo que Nascentes tenha proposto a divisão dialetal baseada em fatos fonéticos e prosódicos, vários estudos têm recorrido ao mapa do referido autor (Figura 08) para discutir a distribuição areal (diatópica) da variação fonética, lexical, semântica e morfossintática no Português do Brasil.

Figura 8-Divisão do Brasil em áreas dialetais de Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p.17).

Após 10 anos da publicação da obra do *Linguajar Carioca* (1953) é publicado no Brasil o primeiro Atlas Linguístico, seguindo a premissa sugerida por Nascentes (1958, p. 07) que considerava que o Brasil deveria seguir os mesmos passos que os Estados Unidos, cujo país promoveu primeiro a produção de Atlas regionais, para depois elaborar o Atlas nacional.

Cabe destacar que os primeiros Atlas no Brasil²⁰ realizavam as pesquisas da seguinte forma: escolhiam as localidades, recolhiam os dados através de inquéritos com os falantes, realizavam as transcrições e, por fim, o material coletado era comparado com os dialetos de outras localidades, levando em conta apenas a vertente diatópica, ou seja, a geolinguística tradicional procurava analisar a variação espacial em sua essência.

²⁰ Optamos por citar neste trabalho apenas os cinco primeiros Atlas desenvolvidos no Brasil, por serem considerados pontos de referência para os demais trabalhos dialetológicos e como pontua Romano (2019, p. 03) “São trabalhos pioneiros no campo da Geolinguística brasileira que revelam a formação e o amadurecimento da mentalidade dialetológica, defendida por Silva Neto (1957)”.

Assim, seguindo a metodologia de natureza diatópica, o primeiro trabalho publicado no Brasil foi o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963)²¹. De acordo com Cardoso (2010), a pesquisa realizada por Rossi o colocou na posição de pioneiro na aplicação da geografia linguística no Brasil, tendo em vista que o autor teve rigor científico e precisão metodológica.

Os Atlas produzidos posteriormente e que foram desenvolvidos sob essa sistematização, foram:

[...] o Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais - EALMG (RIBEIRO et al., 1977), Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil-ALERS (KOCH; ALTENHOFEN; KLASSMAN, 2002) (ROMANO, 2019, p. 03).

Silva (2018) atesta em seu trabalho que nos cinco primeiros atlas brasileiros prevaleceu a vertente diatópica, no entanto, a autora diz que “[...] é evidente uma inicial preocupação com a variável diasssexual, primeiro passo para a bidimensionalidade. Em todos, há entrevistas com ambos os sexos, muito embora, em alguns, isso não de realize de modo contínuo” (SILVA, 2018, p. 50).

Os trabalhos “Atlas Linguístico de Sergipe - ALS (FERREIRA *et al.*, 1987), Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB (ROSSI *et al.*, 1963) e o Atlas Linguístico do Paraná - ALPR (AGUILERA, 1994)” (ROMANO, 2019, p. 03) foram desenvolvidos sob a perspectiva diatópica e incluídas “outras dimensões da variação, como a diagenérica”, assim assevera Romano (2019). Com isso, “a Dialectologia foi se modificando ao longo dos anos, devido à admissão de novas filiações teóricas e preceitos fornecidos por diferentes pesquisadores.” (SILVA, 2018).

Há então a junção das ideias da Dialectologia Areal, diatópica, aos preceitos defendidos pela Sociolinguística. Isso ocorreu porque os estudos dialetológicos incorporaram pressupostos metodológicos da Sociolinguística, ou seja, além de analisar as informações recolhidas com base na variável diatópica, os pesquisadores começaram a considerar variáveis sociais para uma descrição pormenorizada da variação. Logo, a Dialectologia “[...] não poderia ficar imune aos preceitos fornecidos pela Sociolinguística Variacionista, cujo expoente máximo encontra-se em Labov (2008), ao tratar de variáveis sociais” (SILVA, 2018, p. 50).

Romano (2019, p. 05) considera essa junção entre a Dialectologia e a Sociolinguística como “a sedimentação de uma metodologia geolinguística por conta do controle de diferentes variáveis além da diatópica”, o que é encontrada nos trabalhos publicados posteriormente ao

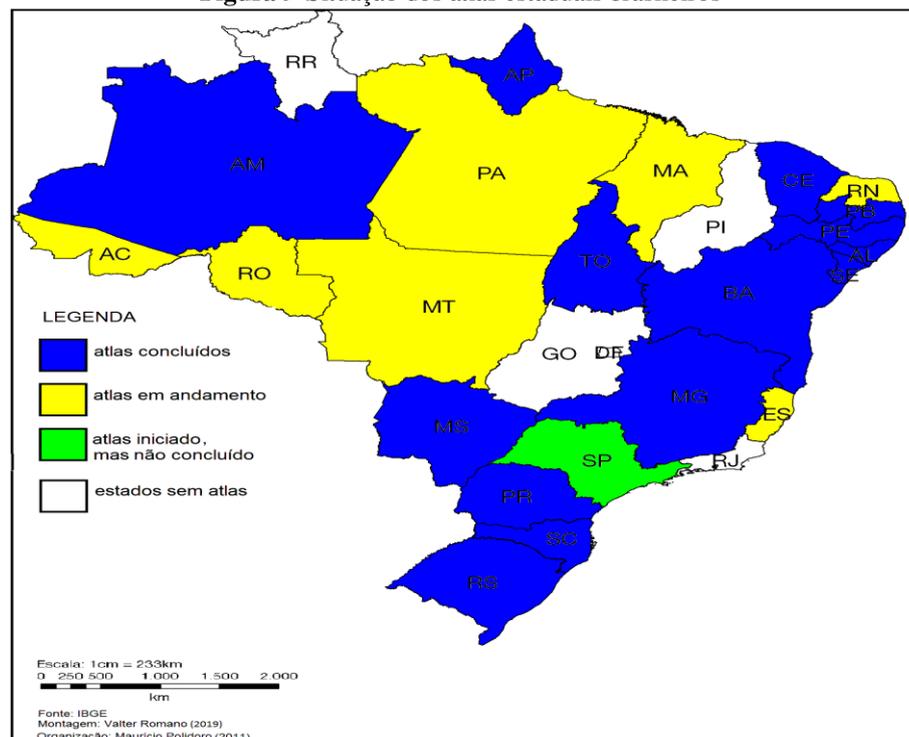
²¹ Romano (2019) afirma que os atlas linguísticos desenvolvidos ou projetados entre o período de 1963 (ano de publicação do APFB) e 1996 (ano em que o Projeto Atlas Linguístico do Brasil deu início às suas atividades) seguem os pressupostos metodológicos anteriores aos do ALiB.

ano de 1996 [ano de lançamento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB], uma vez que se trata do “segundo momento da Geolinguística brasileira” que “vai de 1996 até os dias atuais” (ROMANO, 2019, p. 05).

A seguir, o cartograma (Figura 09) produzido por Romano (2019) tem o intuito de expor a:

[...] expansão dos atlas estaduais no território nacional, sendo considerados os trabalhos concluídos ou em andamento que apresentam os resultados em um conjunto considerável de cartas (lexicais, fonéticas e/ou morfossintáticas) que caracterizam a variação linguística de um Estado [...]. (ROMANO, 2019, p. 06).

Figura 9-Situação dos atlas estaduais brasileiros



Fonte: Romano (2019, p. 06).

Podemos observar que atualmente temos 14 Atlas estaduais concluídos e sete Atlas em andamento. Quanto ao estado de São Paulo²², não temos ainda um atlas estadual completo, mas vários atlas de pequeno domínio foram desenvolvidos em localidades do interior. Segundo Romano, sete estados brasileiros possuem projetos em andamento; apenas Piauí, Goiás e Roraima não possuem atlas ou projetos em execução. Cabe destacar que Goiás possui dois trabalhos dialetais, a saber: *Atlas semântico-lexical do estado de Goiás* (AUGUSTO, 2012) e *Atlas Linguístico de Goiás* (MILANI; REZENDE; SILVA; 2015).

²² Podemos destacar: *Estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais no campo semântico “alimentação e cozinha” no município de Sorocaba* (BERTI-SANTOS, 2002), *Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo* (SANTOS-IKEUCHI, 2014), *Atlas Semântico-Lexical Parcial da Região Paulista do Médio Tietê* (FIGUEIREDO JUNIOR, 2018), entre outras obras.

2.4 A Geografia Linguística

A Geografia Linguística ou Geolinguística é entendida como:

um método dialetológico e comparativo que chegou a ter extraordinário desenvolvimento em nosso século, sobretudo no campo românico, e que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, as línguas, aos dialetos ou aos falares estudados. (COSERIU, 1982, p. 79).

Assim, o autor defende que o espaço é propulsor das ocorrências linguísticas, pois há “relações entre ambiente geográfico e a difusão espacial dos fatos linguísticos” (COSERIU, 1982, p. 79), ou seja, determinado local, pode ser considerado centros de irradiação de formas dialetais, como, por exemplo, os centros políticos, administrativos, culturais e religiosos (COSERIU, 1982).

Há como marco dos estudos envolvendo a cartografia de variantes linguísticas o *Atlas Linguistique de la France*, trabalho coordenado por Jules Gilliéron (1902). A pesquisa objetivou recolher os dados sem o controle sistemático de variáveis sociais e, com isso, registrar/documentar os falares de regiões francesas distintas, tornando-se Gilliéron o fundador da Geografia Linguística, pois “teve o mérito de marcar o início da aplicação do método da geografia linguística com rigor científico” (CARDOSO, 2010, p. 44).

Desse modo, os dialetólogos passam a contar com um método ou técnica que expõe por meio de mapas as variações linguísticas que determinada localidade apresenta, observando a “espacialidade e a socialidade” do lugar (ALTENHOFEN; THUN, 2016, p. 174).

Ainda sobre os aspectos geográficos e linguísticos, Coseriu (1982) comenta que os obstáculos naturais como os rios, as montanhas e os mares nem sempre são limites para a irradiação dos falares de um lugar para outro, em muitos casos “são amiúde antes pontes de comunicação” (COSERIU, 1982, p. 80). Com isso, a depender do espaço, a língua pode ser isolada ou não, tanto geograficamente quanto nos aspectos linguísticos.

Coseriu (1982) considera que há dois tipos de geografia: àquela que considera as extensões e os limites geográficos na construção dos mapas e constitui objeto da geografia política. O outro tipo é a geografia que não leva em conta os limites terrestres, mas sim a extensão e a distribuição linguística que pode ultrapassar as fronteiras, o que torna possível

construir os mapas e por consequência desenvolver atlas linguísticos, uma vez que eles são “coleções cartográficas de material linguísticos” (COSERIU, 1982, p. 83).

A respeito da Geografia Linguística (ou Geolinguística), Silva (2018, p. 48) comenta que a sua principal função é “apresentar as formas linguísticas na superfície de mapas”. A autora menciona também que com o passar dos anos os trabalhos dialetológicos acrescentaram novas dimensões nos mapas linguísticos como forma de representar a variação espacial e social.

Cardoso (2010) disserta que a Geolinguística é um método da Dialetologia, usado para identificar espacialmente as variações das línguas, umas em relação às outras. Nesse entendimento, disserta o Romano (2014, p. 148) que, por muito tempo se considerou a Geografia Linguística como uma área de interesse subordinada à disciplina maior, a Dialetologia, portanto, uma subdisciplina.

É inegável a contribuição da tradicional Geografia Linguística, modernamente denominada Geolinguística, para os estudos da linguagem, pois revela fotografias autênticas de formas e expressões linguísticas de grandes e pequenos territórios. Reconhece-se a grande contribuição da Geolinguística para o próprio desenvolvimento da Dialetologia, tendo surgido, inicialmente, como um método mais prático e rápido de comparação línguas e dialetos. (ROMANO, 2014, p. 148).

Isso significa que, para Romano (2014, p. 137), a Geolinguística não é um método da Dialetologia, pois:

[...] atualmente, o fazer geolinguístico ultrapassa a representação dos dados em mapas especiais, embora se valha do método cartográfico para documentar formas e expressões linguísticas, adentrando-se, dessa forma, “aos veios sociolinguísticos” (CARDOSO, 2010), considerando a pluridimensionalidade (THUN, 1998) da variação linguística.

Conforme Altenhofen (2013), “o termo geolinguística implica tanto a noção de sociedade, quanto o termo sociolinguístico pressupõe determinado recorte do espaço geográfico.” (ALTENHOFEN, 2013, p. 33). É com esse método que se pode ter melhor entendimento dos mecanismos com que uma língua se relaciona e dos fatores que determinam as mudanças, como atesta Radtke e Thun (1996).

Posto tais colocações, concordamos com o pensamento de Coseriu (1982) que a Geografia Linguística é um método que pode ser usado para observarmos nos mapas a distribuição de um fenômeno em relação a outro, pois “com efeito, os mapas linguísticos apresentam zonas em que uma mudança ocorreu e outras que não ocorreu” (COSERIU, 1982, p. 100). O método geográfico expõe:

o constante jogo dialético entre inovação e conservação, entre criação individual e tradição, e por outro, o jogo entre ato individual e norma social,

entre heterogeneidade e homogeneidade, não apenas em relação a língua comum, como também em relação às normas limitadas da família, da aldeia, da região, etc. (COSERIU, 1982, p. 105-106).

Com a Geografia Linguística ou Geolinguística é possível conhecer o dialeto de determinada comunidade linguística, confrontar as variações da língua e atestar sua heterogeneidade. Com isso, na Seção 3.3 discutiremos os conceitos defendidos pela Dialetoologia Pluridimensional e Relacional e a sua importância para os estudos dialetais.

2.5 A Dialetoologia Pluridimensional e Relacional

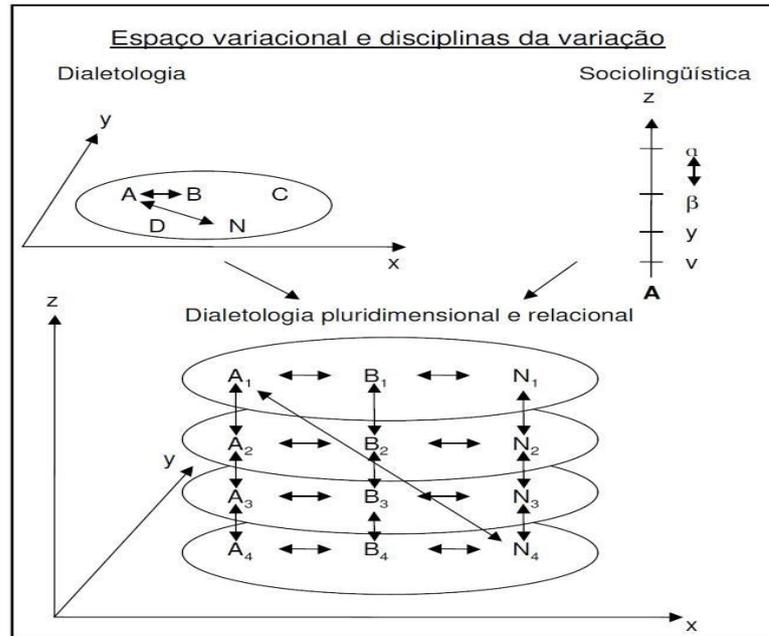
Com o passar dos anos e devido às mudanças das dinâmicas sociais, os dialetólogos buscaram em outras vertentes aporte teórico-metodológico para a descrição dos preceitos variacionistas, de forma a contemplar as novas configurações do mundo moderno ou pós-moderno: êxodo rural, maior escolarização dos diferentes estratos sociais, migrações intra e extraestaduais, dentre outros fatores.

Com o intuito de atender às diferentes esferas de variação, bem como os múltiplos níveis de contato dialetal de um falante em seu ambiente, Thun (1998), ao associar os preceitos da Sociolinguística e da Dialetoologia, formula a Dialetoologia Pluridimensional e Relacional: “a superfície bidimensional horizontal da Dialetoologia e o eixo vertical da Sociolinguística formam o espaço variacional tridimensional da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional” (THUN, 1998, p. 704, [tradução nossa])²³.

Assim, Thun (1995, p. 04) pondera que os diferentes níveis da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional podem surgir a partir de outras disciplinas como a Pragmática e a Psicolinguística, por exemplo, isto é, as relações que ocorrem entre os elos e entre as partes dos elos compõem um objeto da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional, como é possível observar na Figura 10.

²³ No original: La superficie bidimensional horizontal de la Dialectología y el eje vertical de la Sociolingüística forman juntos el espacio variacional tridimensional de la Dialectología pluridimensional y relacional. (THUN, 1998, p.704).

Figura 10-Princípio esquemático da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional



Fonte: Thun (1998, p. 705).

O esquema criado por Thun (1998) representa a Dialetoologia areal (esquerda) e a Sociolinguística (direita) juntamente com seus respectivos campos de análise (SILVA, 2018, p. 58). Desse modo, “as letras maiúsculas representam, em nosso esquema, não apenas pontos, mas também micro e mesozonas adjacentes ou distantes, exclusivos e historicamente sobrepostos” (THUN, 1995, p. 04 [tradução nossa])²⁴. O modelo representa uma sobreposição funcional em que a Dialetoologia areal atua no eixo horizontal apresentando as variantes usadas pelos falantes e a Sociolinguística se encontra no eixo vertical simbolizando as variáveis sociais, representadas pelas letras gregas α alfa, β beta, γ gama.

Além de combinar os pressupostos da Dialetoologia areal aos da Sociolinguística para estudar as variações de uma língua, Thun (2005) considera que a partir da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional e o uso da Geolinguística pode-se responder a questionamentos como: “Até que nível social se estende um fenômeno linguístico identificado numa área, entre os locutores de um mesmo grupo social?” e “Até que zona chega um fenômeno constatado em uma ou várias camadas sociais que vivem num mesmo lugar?” (THUN, 2005, p. 68). A partir do esquema criado pelo linguista se pode chegar às respostas dessas perguntas, uma vez que Thun (2005) considera ser possível analisar todos os tipos de relações existentes em uma mesma ou várias superfícies (A-B) ou em grupos de um mesmo ou diferentes eixos (α - β).

²⁴ No original: [...] las letras mayúsculas se representan, en nuestro esquema, no solamente puntos sino también micro y mesozonas contiguas o distantes, exclusivas o historicamente superpuestas. (THUN, 1995, p. 04).

Por fim, para Thun (2005)²⁵, a Dialetologia Pluridimensional e Relacional pode “fornecer visualizações adequadas das macroestruturas do espaço variacional”, pois se trata de “uma exigência vital para um atlas pluridimensional e relacional”, isso significa que, ao analisar os falares de uma localidade, é de suma importância considerar as vertentes que envolvem os sujeitos, em seus diferentes níveis de interação.

Perante essas considerações, Thun (1998, p.702) afirma que “a dialetologia areal, monodimensional pela tradição majoritária, mas não por necessidade intrínseca, é uma sociolinguística limitada (e pragmática)²⁶, ou seja, na monodimensionalidade prefere-se trabalhar apenas com um tipo de informante, aquele com pouca mobilidade social e espacial, fornecendo dados não condizentes com realidades sociais atuais.

Na Dialetologia Pluridimensional pode-se realizar análises comparativas entre diferentes vertentes, como comparação entre faixas etárias e sexo, por exemplo; permite-se ter um panorama da variação de forma mais ampla. O termo *relacional* usada por Thun (1998) em sua proposta diz respeito à relação existente entre as vertentes estudadas, o que possibilita ter um panorama da variação de forma mais ampla e “todas são de interesse tipológico porque revelam regularidades de cambio linguístico”²⁷ (THUN, 1995, p. 12, [tradução nossa]). Por isso:

[...] os diferentes níveis da Dialetologia Pluridimensional e Relacional podem vir também de outras disciplinas, por exemplo, da Pragmática e da Psicolinguística. Todos os níveis e todas as reações entre eles e entre partes deles constituem um objeto da Dialetologia Pluridimensional e Relacional.²⁸ (THUN, 1995, p. 04, [tradução nossa]).

Desse modo, os Atlas Linguísticos passaram a ser divididos da seguinte maneira: (i) Atlas Monodimensionais, pois contemplam a vertente apenas diatópica; (ii) Atlas Bidimensionais são aqueles realizados com duas dimensões (idade e sexo, por exemplo); (iii) Atlas Pluridimensionais ou Multidimensionais - aqueles que podem abarcar até oito dimensões.

²⁵ Thun (2005) parte do pressuposto que a “geolingüística pluridimensional e relacional considera o mesocosmo (dos fatos da linguagem acessíveis aos falantes), passam pelo microcosmo (analisando, por exemplo, sons, sentidos de palavras ou estruturas sintáticas que os locutores costumam empregar no sentido da *tekné*, mas sem possuírem, destes elementos, uma consciência clara que lhes permitiria formular as regras de uso) e chegam até o macrossomo” (THUN, 2005, *sic*, p.68).

²⁶ No original: La Dialectología areal, monodimensional por tradición mayoritaria pero no por necesidad intrínseca, es una sociolinguística (y pragmática) limitada. (THUN, 1998, p.702).

²⁷ No original: “[...] todas son de interés tipológico porque revelan regularidades del cambio linguístico.” (THUN, 1995 p.12).

²⁸ No original: “En realidad, los diferentes niveles de la Dialectología Pluridimensional y Relacional pueden provenir tambien de otras disciplinas, por ejemplo de la Pragmática o de la Psicolinguística. Todos los niveles y todas las relaciones entre ellos y entre partes de ellos constituyen el objeto de la Dialectología Pluridimensional y Relacional.” (THUN, 1995, p. 04).

Na vertente teórica defendida por Thun (1995) é necessário que haja uma comparação entre variáveis sociais; e Thun as nomeia como *dimensões* porque “aumentam, assim, a representatividade, a frequência de comentários metalinguísticos, a probabilidade de poder isolar posteriormente parâmetros não previstos para a pesquisa, mas que são revelados como importantes na fase de processamento de dados.” (THUN, 1998, p. 706, [tradução nossa])²⁹. Podemos contrastar, a partir das dimensões, falares entre homens e mulheres ou jovens e idosos.

Sobre as dimensões, em primeira instância, temos a *variação diatópica* considerada por Thun (1992, p. 260) como “parâmetro sagrado”, porque todos os Atlas levam em consideração essa dimensão, que consiste na identificação da variação linguística de um país, estado, município ou região, tarefa primária da Dialectologia. Na diatopia há a divisão entre topodinâmico e topoestático. O primeiro considera o informante com mobilidade geográfica e o segundo leva em conta o informante sem mobilidade, ou seja, aquele que nasceu e não se ausentou do local de pesquisa. Thun (1992) afirma que a geolinguística tradicional prefere o informante que é um residente estável na localidade, logo o topoestático. O contraste entre ambos os grupos de informante é entendido por Thun como dimensão *diatópico-cinética* cujo propósito é “medir as consequências linguísticas da mobilidade demográfica em contraste com alguns grupos topodinâmicos com os grupos topoestáticos”³⁰. (THUN, 1995, p. 10, [tradução nossa]).

Outro aspecto relevante para os estudos dialetológicos e para a variação linguística, em segunda instância, são as idades dos indivíduos, denominado de *dimensão diageracional*. A variação atrelada a idade do falante já era observada por Pop (1950), pois o autor afirma que se trata de estudos referente a “as diferenças linguísticas que existem entre os falares das diversas gerações” (POP, 1950, p. 198, [tradução nossa])³¹.

A variação linguística também está atrelada ao gênero do informante, entendida como *variação diagenérica*. Segundo Cardoso (2006), os estudos voltados para o referido campo são uma preocupação e interesse dos dialetólogos desde o início dos estudos dialetais, uma vez que no *Atlas Linguístico da França* houve a inserção de mulheres como informantes.

Além das variáveis elencadas, a Dialectologia Pluridimensional considera também aspectos como: o trabalho, a renda familiar, a educação e a habitação. Nesta vertente temos a

²⁹ No original: “Aumentan, de esta manera la representatividad, la frecuencia de comentarios metalinguísticos, la probabilidad de poder aislar, posteriormente, parámetros no previstos para la encuesta pero que revelan como importantes en la fase del procesamiento de los datos.” (THUN, 1998, p.706).

³⁰ No original: “[...] medir las consecuencias lingüísticas de la movilidad demográfica por el contraste de algunos grupos “topodinámicos” con los grupos “topostáticos”. (THUN, 1995, p. 10).

³¹ No original: “[...] “les différences linguistiques qui existent entre les parlars de diverses générations.”

variação diastrática que está “vinculada com a instrução sociocultural dos grupos em questão”³² (AQUINO; THUN, 2002, p. 25, [tradução nossa]). Pop (1950, p. 126) pontua que a *variação diastrática* diz respeito a duas categorias, a primeira consiste em “pessoas cuja ocupação requer ensino médio” e a segunda categoria são “pessoas cuja ocupação poderia indicar apenas uma educação fundamental”³³ [tradução nossa].

A Dialectologia Pluridimensional leva em conta a *variação diafásica* que é a “variação muito complexa chamada também de estilística e pragmática, que depende de fatores como “interlocutor”, “tema”, “intenção”, “situação”, etc.”³⁴ (AQUINO; THUN, 2002, p. 25, [tradução nossa]). Cardoso (2006, p. 09) também afirma que “o ato de fala está intrinsecamente vinculado ao momento de sua realização, à situação em que é produzido, à postura do falante em relação ao instante da elocução e ao tipo de uso que faz da língua – resposta a perguntas dirigidas, exposição de fatos, narrativas, etc.”.

Desse modo, os dialetólogos durante a coleta de dados passaram a “incluir diferentes níveis de interlocução, como discursos livres com temas para que os informantes os desenvolvessem e textos para leitura, buscando, dessa forma, a variação diafásica.” (ROMANO, 2014, p. 145). Afinal “toda fala é *fásica*, isto é, se realiza dentro de um estilo e enquanto houver situações comunicativas e intenções expressivas diferentes, haverá variação fásica, o que significa dizer que sempre existe para o falante a possibilidade de selecionar entre vários registros.”³⁵ (THUN; ELIZAINCÍN, 2000, p. 11, [tradução nossa]).

A *variável dialingual*, por sua vez, consiste em comparar as variedades referente “o contato com outras variedades do português e de outras línguas (dimensão diacontatual e dialingual [fala de bilíngues e monolíngues])” (ALTENHOFEN, 2013, p. 42), ou seja, observa-se a convivência de duas línguas no mesmo espaço. Como exemplo temos o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU* (2000), cuja finalidade é analisar o contato linguístico entre pontos dialetais no Uruguai e alguns pontos limítrofes da Argentina com o Brasil. A produção desse Atlas é de responsabilidade de Thun e outros colaboradores.

A dimensão *diarreferencial* está relacionada às questões metalinguísticas e epilinguísticas da língua conforme a opinião do falante, ou seja, o pesquisador poderá

³² No original: “vinculada con la estructuración sociocultural de los grupos en cuestión.” (AQUINO; THUN, 2002, p. 25).

³³ No original: “1° Personnes dont l’occupation suppose une instruction secondaire; 2° Personnes dont l’occupation pourrait indiquer seulement une instruction élémentaire.” (POP, 1950, p. 126).

³⁴ No original: Variación muy compleja llamada también estilística y pragmática, que depende de factores como “interlocutor”, “tema”, intención”, “situación”, etc. (AQUINO; THUN, 2002, p. 25).

³⁵ No original: “[...] toda habla es fásica, es decir, se realiza dentro de un estilo y que en tanto haya situaciones comunicativas e intenciones expresivas diferentes, habrá variación diafásica, lo que quiere decir que siempre existe para el hablante la posibilidad de seleccionar entre varios registros.” (ADDU, 2000, p.11).

verificar como os falantes apresentam suas crenças sobre a variedade linguística presentes na sua ou em outras comunidades de fala. Desse modo, será possível observar e analisar se o falante “por meio de comentários metalinguísticos, por exemplo, posiciona-se neutra, positiva ou negativamente com relação às variantes usadas “pelo outro”, ou seja, emite um juízo de valor.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 199).

Assim, Cardoso (2006, p. 05) considera que:

fatores sociais – idade, gênero, escolaridade, profissão – têm-se constituído em aspectos da variação que, de forma diferenciada e com graus distintos de focalização, vêm ocupando lugar nos estudos dialetais especificamente naquele que se desenvolvem sob a metodologia geolinguística.

Isso é possível graças à Dialetoologia Pluridimensional que é “uma intensificação da superfície pelo eixo vertical e uma extensão do eixo vertical para a superfície.³⁶” (THUN, 1995, p.16, [tradução nossa]). A partir dessa relação vertical-horizontal, “a Dialetoologia e especificamente os estudos geolinguísticos deixam de se apresentar numa visão predominantemente diatópica e passam a exhibir, também cartograficamente, dados de natureza social” (CARDOSO, 2006, p.10-11). Isso ocorre porque “o falante é visto como um ser geograficamente situado, mas socialmente comprometido e em múltiplas direções” (CARDOSO, 2006, p.11), ou seja, o sujeito não está ou vive sozinho, ele faz parte de um contexto que é fundamental ser considerado ao analisar as variações linguísticas.

Em suma, a escolha do perfil dos informantes juntamente com a coleta dos dados (com uso de questionários, leituras, conversa livre, etc.), a disposição das variantes em cartas linguísticas e, por fim, a análise das informações coletadas permite que se tenha uma interpretação a fundo dos falares de determinada comunidade linguística, que é possível pelo viés da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional.

Nessa compreensão metodológica, o Capítulo 04 a seguir apresenta os passos metodológicos utilizados neste trabalho.

³⁶ No original: “[...] una intensificación de la superficie por el eje vertical y una extensión del eje vertical a la superficie” (THUN, 1995, p.16).

3 O ATLAS LINGUÍSTICO TOPODINÂMICO E TOPOESTÁTICO DO TOCANTINS – ALITTETO E NOSSA METODOLOGIA

O Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins – ALITTETO (SILVA, 2018) foi desenvolvido como tese de doutorado, vinculado à Universidade Estadual de Londrina, orientado pela Dr^a. Vanderci de Andrade Aguilera³⁷. A premissa fundamental do trabalho foi “verificar e constatar se há um falar tocantinense típico ou se o estado apresenta um híbrido linguístico, resultado de intensas migrações” (SILVA, 2018, p. 19).

Desse modo, a autora observou e descreveu os aspectos fonéticos e lexicais do português falado no Estado do Tocantins, com o objetivo de mapear os dados, identificar possíveis isoglossas e investigar como atua o falar exercido por grupos de informantes topoestáticos em contraste com os topodinâmicos, vertente diatópico-cinética da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADKE; THUN, 1996; THUN 1998). O trabalho foi realizado em 12 localidades tocantinenses, junto a 96 informantes distribuídos pelas variáveis: sexo, idade e tipo de mobilidade.

Os pontos de inquérito foram escolhidos conforme dois fundamentos principais: o aspecto histórico-cultural do Estado, que remete as povoações mais antigas (arraiais e zonas de garimpo), assim como as áreas próximas aos rios Araguaia e Tocantins. O segundo critério diz respeito aos aspectos políticos-geográficos mais atuais, ou seja, localidades que tem destaque no setor econômico do Tocantins, que fazem fronteira com outros estados, e aquelas em torno da rodovia Belém-Brasília (BR-153) (SILVA, 2018).

Silva (2018) baseou o seu trabalho nas dimensões *diassexual*, *diageracional*, *diatópico* e *diatópico-cinética*. Na dimensão *diassexual* a autora trabalhou com ambos os sexos; assim em cada localidade foram inquiridos igualmente quatro homens e quatro mulheres, totalizando oito informantes. Na variável *diageracional* realizou-se inquéritos com pessoas pertencentes a faixa etária I (18-30 anos) e a faixa etária II (50-65 anos). No parâmetro mobilidade espacial (*diatópico-cinética*) entrevistaram-se os chamados informantes topoestáticos (nascidos e criados nas localidades) e os topodinâmicos (informantes procedentes de migração, mas que habitavam a localidade a mais de dez anos).

A respeito das variáveis fonético-fonológicas, Silva (2018) analisou a altura das vogais médias pretônicas, os róticos em coda média e final e a sibilante na posição pós-vocálico em

³⁷ Vanderci de Andrade Aguilera possui graduação em Letras Franco Portuguesas pela Universidade Estadual de Londrina (1969), mestrado em Letras Assis pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987), doutorado em Letras Assis pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990) e pós-doutorado na Universidade de Alcalá de Henares-Espanha. É autora do Atlas Linguístico do Paraná (ALPR) e do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

contexto medial. Sobre alguns resultados descritos, a autora nos informa que os três casos apresentaram características diferentes, “sem aparente formação de iminentes áreas dialetais, mas indicam similitudes com padrões linguísticos de diferentes regiões brasileiras, a depender das variáveis, ora mais propensas à região Norte, ora à região Nordeste.” (SILVA, 2018, p. 191).

As vogais médias, por exemplo, os resultados evidenciaram covariação entre as vogais médias abertas e fechadas, com propensão para as fechadas.

Ao analisar o rótico em posição média e final, notamos os informantes tem preferência pelas glotais, tanto no campo diatópico quanto no aspecto social.

Além disso, o trabalho concluiu que existe o “predomínio de realizações alveolares no segmento /S/ pós-vocálico, com presença diminuta de pós-alveolares na parte Norte e Central do estado, não denotando que a procedência migratória seja condicionadora dessa variante.” (SILVA, 2018, p. 193).

No nível semântico-lexical, Silva (2018) escolheu questões ligadas aos seguintes campos: *Frutas, Atividades Agropastoris, Fauna, Corpo Humano e Jogos e Diversões Infantis* e a autora chegou à seguinte conclusão “o nível lexical apresenta a constituição de duas frentes dialetais no Tocantins.” (SILVA, 2018, p. 194), isto é, o espaço pode ser dividido em área A: Tocantins Antigo e em área B: Tocantins Contemporâneo.

Tendo como objeto de estudos questões dos referidos campos, Silva (2018) concluiu que a área A: Tocantins Antigo é composto pelas localidades pertencentes à antigas zonas de garimpo e estão distantes da BR-153, sendo elas:

Natividade e Paranã, atuando como núcleos linguísticos irradiadores para outras três localidades mais ao centro: Porto Nacional e Palmas, e para a lateral leste: Mateiros; as formas coletadas nessa região vinculam-se predominantemente ao Nordeste brasileiro e apresentam caráter mais rural (SILVA, 2018, p. 194).

No tocante à área B, Silva (2018) nos diz que corresponde ao restante do Tocantins; consiste na parte mais recente do estado e “apresenta semelhanças linguísticas com diferentes regiões, tanto Norte e Nordeste como Centro-Oeste, aparentando um misto dialetal e, por vezes dentro dessa macroárea ocorrem presenças de subáreas dialetais, a depender da variante.” (SILVA, 2018, p. 194).

Ao final o trabalho, a autora pontua que o Tocantins está propenso a sofrer influências linguísticas de diferentes regiões brasileiras, mas, principalmente, do Norte e do Nordeste “tanto nos informantes topoestáticos quanto nos topodinâmicos, demonstrando, neste último

segmento, as matrizes migratórias que adentraram o Estado nas últimas décadas.” (SILVA, 2018, p. 198).

Dado a importância do ALITTETO, por investigar como se comporta o cenário linguístico tocantinense, há o interesse por parte da presente dissertação em analisar e descrever as variantes coletadas dentro do campo semântico lexical *Jogos e Diversões Infantis*, questões essas inéditas, posto que não foram trabalhadas por Silva (2018). Nesse sentido, destacamos que a metodologia do trabalho, sobretudo em relação ao perfil de informantes e a rede de pontos, foram previamente delineadas para o ALITTETO (2018) e cujos dados usamos nessa dissertação.

3.1 Metodologia

O Tocantins é um estado multivarietal, uma vez que recebeu pessoas de diversos lugares, como, por exemplo: Maranhão, Goiás, Pará, Minas Gerais e Bahia, o que influenciou diretamente na cultura e, conseqüentemente, no universo linguístico de seus habitantes, tanto locais quanto migrantes. Perante tal situação, os nossos estudos guiaram-se prioritariamente pelas premissas da Dialectologia Pluridimensional e Relacional, viés esse defendido por Thun (1998). Como método adotado para a disposição dos dados, nos alicerçamos na Geografia Linguística ou Geolinguística, que consiste em “recolher de forma sistemática o testemunho das diferentes realidades dialetais refletidas nos espaços considerados” (CARDOSO, 2010, p. 46).

Além disso, esta dissertação compara os dados coletados no Tocantins com dois trabalhos de responsabilidade das autoras Ribeiro (2012) e Portilho (2013), que trataram do campo semântico-lexical *Jogos e Diversões Infantis* para se estabelecer áreas dialetais. Ribeiro (2012) apresenta um estudo sobre o falar baiano e Portilho (2013), por sua vez, trata do falar amazônico, ambas usam dados do referido campo extraídos do Atlas Linguístico do Brasil - ALIB.

Com a intenção de apresentar as variantes coletadas no Tocantins, referente ao campo semântico lexical *Jogos e Diversões Infantis*, são apresentados a seguir: a rede de pontos, o perfil dos informantes, o questionário linguístico, a realização da coleta e o tratamento da cartografia dos dados.

3.2 Rede de Pontos do ALiTTETO

Este estudo analisou o campo *Jogos e Diversões Infantis* a partir dos dados coletados pelo ALiTTETO (SILVA, 2018). O presente campo semântico está inserido no subquestionário linguístico, aplicado em 96 informantes, distribuídos em 12 localidades de pesquisa.

Sobre a formação da rede de pontos, o ALiTTETO contemplou as oito microrregiões administrativas do Tocantins e seguiu, prioritariamente dois grandes eixos nessa seleção: histórico-cultural e político-geográfico, atrelados às cinco diretrizes defendidas por Ferreira e Cardoso (1994) quando se trata da escolha dos pontos de inquéritos:

(i) a história da área, a começar de sua fundação e das diferentes etapas que caracterizam o seu desenvolvimento; (ii) o grau de isolamento da área, nada obstante reconhecer-se que, no momento moderno, o isolamento é relativo e parcial, em face do aperfeiçoamento do sistema viário, principalmente entre nós o rodoviário, da ação dos meios de comunicação, sobretudo do rádio e da televisão, e da própria facilidade com que se deslocam habitantes de uma região para outra; (iii) a antiguidade da região, que definirá a que o estágio do processo de povoamento do território se prende; (iv) a natureza do desenvolvimento econômico que fornecerá a posição da localidade na região, conceituando-a como mais destacadamente difusora ou receptora das mudanças, embora se saiba que todas as áreas é, em parte, centro de produção e de recepção de transformações e (v) o estabelecimento de uma rede a ser inquirida no qual se verifique a intensidade de pontos condizentes com a densidade demográfica da área, refletindo a equidistância entre eles, de modo a vir recobrir harmonicamente toda a região pretendida. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 25-26).

De acordo com Silva (2018), o critério histórico-cultural para seleção das localidades diz respeito às cidades que foram antigos arraiais, zonas de garimpo ou regiões próximas aos rios Araguaia e Tocantins, sobretudo em suas margens direita; como é o caso de Porto Nacional, Natividade, Tocantinópolis e Pedro Afonso, selecionadas pela autora.

Sobre o critério político-geográfico, Silva (2018) expõe que teve o cuidado de selecionar pontos que se destacam no setor econômico do estado, como: Palmas, Gurupi e Araguaína, bem como em “recobrir geograficamente as regiões de fronteira com outros estados, as localidades isoladas geograficamente e as cidades em torno da rodovia Belém-Brasília (BR-153)” (SILVA, 2018, p. 263). Para as cidades fronteiriças com outras unidades federativas, estão os municípios de “Araguacema (na divisa com o Pará), Mateiros (na fronteira com Piauí, Maranhão e Bahia) e Formoso do Araguaia (na divisa com o Mato Grosso e pertencente ao Complexo do Cantão)” (SILVA, 2018, p. 263).

Além do aspecto histórico-cultural e político-geográfico, a autora do ALiTTETO considerou a proposta defendida por Antenor Nascentes em sua obra *Bases para a*

Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958), em que o autor apresenta as localidades que podem ser fonte de pesquisas dialetais; essas localidades são: Bom Jesus da Palma (atual Paranã), Porto Nacional, Pedro Afonso e Tocantinópolis.

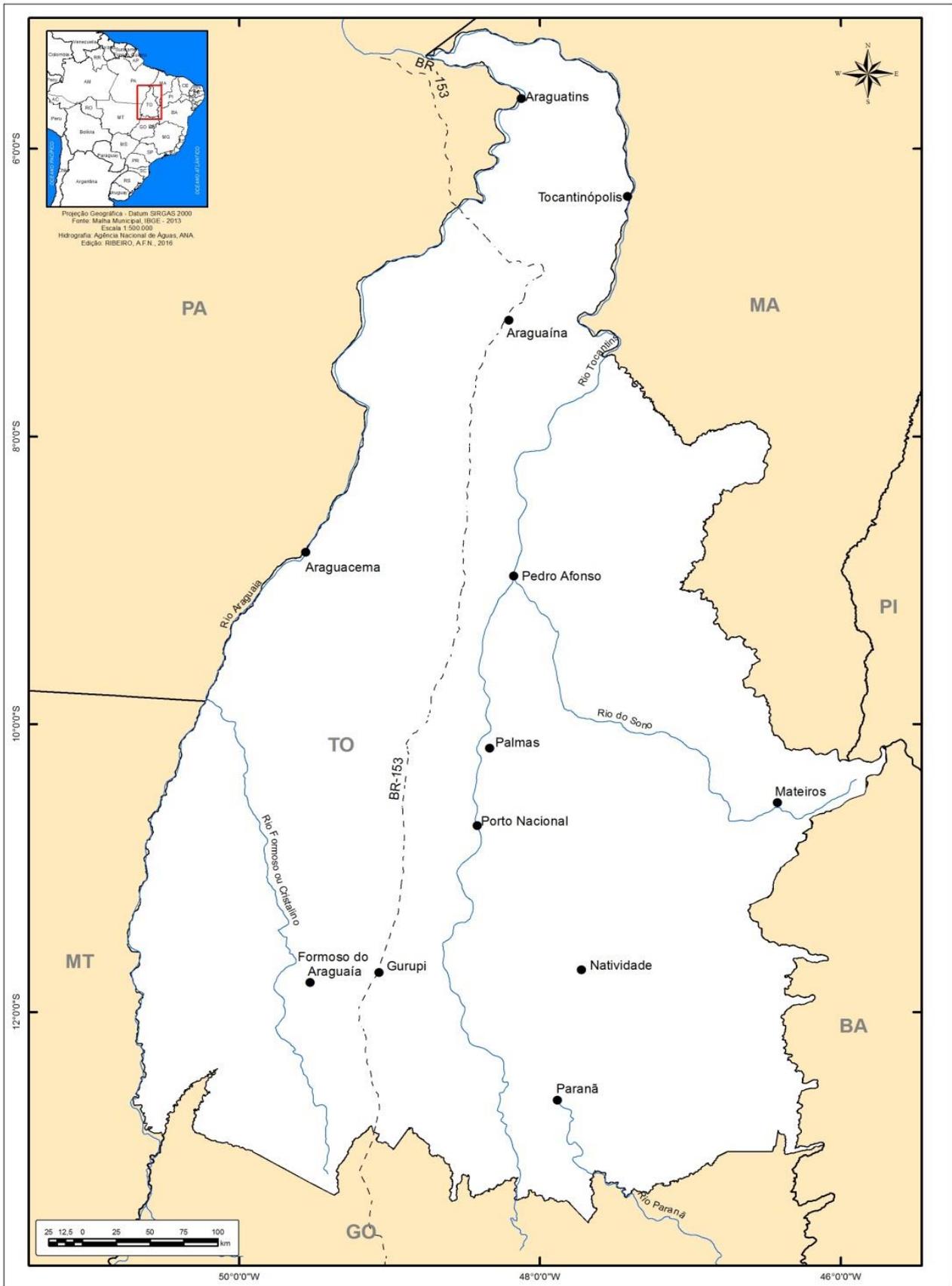
Dentre as cidades elencadas por Silva, Natividade e Pedro Afonso estão presentes também no ALiB (2014). No trabalho de Portilho (2013) sobre o falar amazônico, a autora trabalhou com os dados de Pedro Afonso como área de controle³⁸; ela versa em suas discussões que seguiu a proposta de Nascentes (1953) que considera o ponto de inquérito parte do falar nordestino, o que justifica a escolha da autora. Por outro lado, Ribeiro (2012) considerou em suas análises as duas cidades, Natividade pertencente à área do falar baiano, e Pedro Afonso considerado como área de controle³⁹.

Portanto, as cidades citadas e escolhidas totalizaram 12 pontos de inquérito, conforme a Figura 11:

³⁸ Áreas de controle são regiões circunvizinhas à área estudada – no caso, a área do falar amazônico –, para buscar identificar um possível contínuo dialetal do falar amazônico. (PORTILHO, 2013, p. 60).

³⁹ Ressaltamos que não incluímos a *área de controle*, como Ribeiro (2012) e Portilho (2013) o fazem, pois não é intuito deste estudo observar a dimensão do falar tocantinense, mas sim analisar a variação linguística que está associada aos grupos topodinâmicos e topoestáticos dentro das 12 localidades selecionadas.

Figura 11-Mapa do Tocantins com a Rede de Pontos



Fonte: ALITTETO (SILVA, 2018, p. 97).

Os nomes das cidades foram enumerados “de 01 a 12, sendo o primeiro marcado na posição mais norte do Tocantins (Araguatins), enquanto o último ponto é assinalado no sul do estado (Paraná).” (SILVA, 2018, p 77), distribuídas da seguinte maneira: (01) Araguaatins; (02) Tocantinópolis; (03) Araguaína; (04) Araguacema; (05) Palmas; (06) Pedro Afonso; (07) Porto Nacional; (08) Gurupi; (09) Mateiros; (10) Formoso do Araguaia; (11) Natividade e (12) Paraná.

Assim, Silva (2018) montou o Quadro 02 para apresentar as localidades e suas respectivas datas de fundação e emancipação, bem como a densidade demográfica conforme os dados do IBGE de 2016. Além disso, ao compor o quadro, a autora expôs em qual microrregião do Estado cada município está localizado, àqueles que coincidem com outros trabalhos dialetológicos e com os pontos indicados por Nascentes (1958; 1961).

Quadro 02- Rede de Pontos do Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO)

N.º Ponto	Localidade	Data de Fundação/Emancipação	População 2016 (IBGE)	Pontos coincidentes com outros trabalhos
MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO				
01	Araguatins	1867 (1913)	34.810	
02	Tocantinópolis	1818 (1943)	23.130	Nascentes (1958; 1961)
MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA				
03	Araguaína	1876 (1958)	173.112	
MICRORREGIÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS				
04	Araguacema	1812 (1930)	6.934	
MICRORREGIÃO DE PORTO NACIONAL				
05	Palmas	Séc. XX (1989)	279.856	
06	Pedro Afonso	1845 (1937)	13.097	Nascentes (1958; 1961) / ALiB
07	Porto Nacional	1738 (1861)	52.510	Nascentes (1958; 1961)
MICRORREGIÃO DE GURUPI				
08	Gurupi	1932 (1956)	84.628	
MICRORREGIÃO DO JALAPÃO				
09	Mateiros	1736 (1963)	2.570	
MICRORREGIÃO DO RIO FORMOSO				
10	Formoso do Araguaia	1949 (1963)	18.713	Cuba (2015)
MICRORREGIÃO DE DIANÓPOLIS				

11	Natividade	1734 (1933)	9.301	Nascentes (1958; 1961) / ALiB
12	Paraná	1740 (1857)	10.568	Nascentes (1958; 1961)

Fonte: ALiTTETO (SILVA, 2018, p.77).

De acordo com o Quadro 02, os 12 pontos de inquéritos são distribuídos em 08 microrregiões a saber: Araguatins e Tocantinópolis pertencem a Microrregião do Bico do Papagaio; Araguaína a Microrregião de Araguaína; Araguacema faz parte da Microrregião de Miracema do Tocantins. Já Palmas, Pedro Afonso e Porto Nacional estão localizadas na Microrregião de Porto Nacional; Gurupi a Microrregião de Gurupi; Mateiros a Microrregião do Jalapão. Por fim, Formoso do Araguaia encontra-se na Microrregião do Rio Formoso e Natividade e Paraná na Microrregião de Dianópolis.

Ademais, os dados dispostos evidenciam que das 12 localidades, 11 foram fundadas e/ou emancipadas com datação anterior ao trabalho de Nascentes (1958; 1961); Palmas é a única cidade que foi criada posteriormente a publicação da obra de Nascentes. Conforme o IBGE de 2016, as cidades com maior densidade demográfica são Araguaína, Palmas, Porto Nacional e Gurupi; por outro lado os municípios com menor densidade são Araguacema, Mateiros e Natividade.

3.3 Perfil dos informantes

Para definir o perfil dos informantes, Silva (2018) considerou os preceitos da Dialetologia Pluridimensional e Relacional, que alia as variáveis sociais da Sociolinguística à vertente diatópica.

No ALiTTETO manteve-se o perfil do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) no quesito idade, ou seja, as pessoas escolhidas são pertencentes a dois recortes etários: faixa etária I entre 18 e 30 anos; na faixa etária II os entrevistados possuem idades entre 50 e 65 anos. Contudo, a respeito da escolaridade, a autora ampliou o nível escolar do informante para até o ensino médio completo, diferentemente do ALiB que trabalha com informantes com apenas o ensino fundamental⁴⁰.

Além das variáveis idade e sexo controladas no ALiTTETO, Silva (2018), incluiu a dimensão *diatópico-cinética*, ou seja, os inquéritos foram feitos com dois grupos de informantes: topodinâmicos e topoestáticos. Os informantes topodinâmicos são aqueles

⁴⁰ Nas capitais estaduais o ALiB inquiriu, além dos informantes com ensino fundamental, quatro informantes com nível superior, totalizando nessas localidades oito (08) entrevistados.

advindos de migração estadual ou intraestadual, mas que residiam na localidade pesquisada há mais de 10 anos. Os chamados informantes topoestáticos dizem respeito às pessoas que nasceram e cresceram na cidade selecionada, assim como (preferencialmente) os pais e o cônjuge.

Com isso, totalizaram-se 96 informantes, na conjuntura de oito (08) pessoas por localidade pesquisada e distribuída da seguinte maneira “os números de 1 a 4 para informantes topoestáticos e de 5 a 8 para os topodinâmicos. Os números ímpares representam os homens; os pares as mulheres” (SILVA, 2018, p. 88). O Quadro 03 permite visualizar o perfil dos informantes:

Quadro 03 - Perfil dos informantes

Nº	Sexo	Idade	Mobilidade
1	Homem	De 18 a 30	Topoestático
2	Mulher	De 18 a 30	Topoestático
3	Homem	De 50 a 65	Topoestático
4	Mulher	De 50 a 65	Topoestático
5	Homem	De 18 a 30	Topodinâmico
6	Mulher	De 18 a 30	Topodinâmico
7	Homem	De 50 a 65	Topodinâmico
8	Mulher	De 50 a 65	Topodinâmico

Fonte: Silva (2018, p.88), adaptado a partir de Thun (1998, p. 379) e de Cuba (2015, p. 103).

As entrevistas foram realizadas individualmente⁴¹ e em locais diversos: no local de trabalho ou na residência do informante; em outras foram usados também ambientes públicos, como escolas e sedes de órgãos administrativos (municipais, estaduais ou federais), com preferência por aqueles que ofereciam tranquilidade e silêncio para a execução da entrevista.

⁴¹ Sobre a não adoção da técnica simultânea de entrevista com mais de um informante ao mesmo tempo (RADTKE; THUN, (1996)), Silva (2018, p. 89) destaca que embora “forneça as vantagens de se entrevistar simultaneamente mais de um informante em um mesmo inquérito, optamos por não adotar esse critério, pois julgamos que traria inconvenientes no momento da transcrição e da cartografiação”.

3.4 Questionário linguístico

A base para nortear uma pesquisa dialetológica é o questionário linguístico, fundamentado em perguntas de natureza fonético-fonológica, semântico-lexical, diarreferencial, metalinguística, entre outros, em função dos objetivos do trabalho. A partir das respostas fornecidas nessas áreas será possível ter um panorama linguístico da realidade que se pretende analisar. Posto isso, é essencial que:

Para a elaboração do questionário, o pesquisador deve conhecer a realidade local, os trabalhos publicados sobre os fatos fonêmicos, morfossintáticos e lexicais característicos da região, para não correr o risco de elaborar um instrumento de coleta contemplando apenas o aspecto global e os estereótipos sobre variação linguística. (SILVA, 2018, p. 91).

O questionário do ALiTTETO é baseado no Questionário do ALiB (QUESTIONÁRIO 2001) e contém um total de 340 perguntas, no qual Silva (2018) inseriu questões regionais e estão distribuídas da seguinte forma: Fonético-Fonológico possui 109 questões, o campo Semântico-Lexical é constituído por 170 perguntas; no Questionário Morfossintático há oito questões, a respeito dos Temas para Discurso Semidirigido a autora contemplou “o relato pessoal e o não pessoal, a narrativa de caráter folclórico” (SILVA, 2018, p. 95). O último aspecto trabalhado por Silva foi o de Crenças e Atitudes Linguísticas, com nove perguntas que “visaram à coleta de comentários intralinguísticos e epilinguísticos, sobretudo crenças relacionadas aos informantes topodinâmicos, em comparação com os topoestáticos, e vice-versa” (SILVA, 2018, p. 95).

Assim, nossa dissertação aborda o subquestionário do campo semântico-lexical *Jogos e Diversões Infantis*, extraídos do ALiTTETO (SILVA, 2018) totalizando 13 questões do referido campo infantil.

Selecionamos os dados dessa área porque o Tocantins possui um cenário multivarietal advindo das migrações, assim como as brincadeiras e brinquedos recebem nomeações distintas de região para região e, por muitas vezes, sofrem mudanças no modo de brincar ou confeccionar, carregando desse modo, os aspectos histórico-culturais do local. Assim, trabalhamos com as seguintes perguntas constantes do Quadro 04:

Quadro 04 - Questões selecionadas do campo semântico *Jogos e Diversões Infantis*.

Questões	Variante
QSL. 120) A brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado?	<i>Cambalhota</i>
QSL. 121) As coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?	<i>Bolinha de Gude</i>
QSL. 122) O brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho?	<i>Estilingue/Atiradeira/Setra/Badogue</i>
QSL. 123) O brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?	<i>Papagaio de Papel/Pipa</i>
QSL. 124) É um brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. item 12), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?	<i>Pipa</i>
QSL. 125) A brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?	<i>Esconde-Esconde</i>
QSL. 126) A brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?	<i>Cabra-Cega/Cobra-Cega</i>
QSL. 127) Uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?	<i>Pega-Pega</i>
QSL. 128) Esse ponto combinado?	<i>Ferrolho/Salva/Picula/Pique</i>
QSL. 129) Uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?	<i>Gangorra</i>
QSL. 130) Uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás?	<i>Balanço</i>
QSL. 131) A brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (mímica) e vão pulando com uma perna só?	<i>Amarelinha/Pular macaco</i>
QSL. 132) A brincadeira em que várias crianças participam, uma delas é vendada. As crianças cantam uma música e a criança com os olhos vendados aponta para uma outra criança. Todos perguntam “Pera, uva, maçã ou salada mista?” e a criança com os olhos vendados deve dar um aperto de mão, um abraço ou um beijo na criança escolhida.	<i>Cair no Poço</i>

Fonte: ALITTETO (2018).

Como Silva (2018) optou por incluir questionamentos de natureza mais local, cuja intenção era a de se trabalhar com as variantes que refletissem a cultura e a história do Tocantins, ressaltamos que inserimos a brincadeira (QSL 132) *cair no poço*, muito comum entre as crianças tocantinenses e retiramos a brincadeira presente no Questionário do ALiB *chicotinho-queimado/lenço-atrás*. Dessa forma, sobre a QSL 132 (*cair no poço*), não pudemos realizar a comparação com os trabalhos de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013), uma vez que as autoras consideraram o questionário do ALiB (2014) por completo, sem inserir ou excluir uma nova questão.

3.5 Coleta, transcrição e revisão dos dados

As viagens para o recolhimento dos dados se deram entre os meses de março e dezembro, no ano de 2015. A pesquisa de campo foi realizada pela autora do atlas, Greize Alves da Silva e contou com a colaboração de três alunos-pesquisadores: a autora desta dissertação, Bruna Lorryayne Dias Menezes, e os colegas Tassita Kamassagre Ferreira Alves e Kleiton Araújo. “As viagens totalizaram aproximadamente 5.000 quilômetros e as gravações em torno de 8.640 minutos” (SILVA, 2018, p. 77).

Para gravar as entrevistas, usamos gravador portátil da marca Sony. Além disso, os inquiridores utilizaram uma ficha, elaborada a partir do modelo do ALiB, em que eram inseridas as informações dos entrevistados, como: nome, idade, sexo, naturalidade (dos pais e cônjuge), estado civil, escolaridade, profissão, além de entretenimentos que costumavam utilizar (assistir televisão, ler livros e revistas, ouvir rádio), entre outras informações pertinentes.

Especificamente no campo das brincadeiras infantis, durante as entrevistas era apresentada uma imagem do brinquedo ou brincadeira, caso o informante não se recordasse da denominação do artefato ou da diversão apenas com a descrição e a pergunta do inquiridor.

Os arquivos catalogados e armazenados foram salvos em formato MP3, seguida do processo de transcrição e revisão do material. As transcrições das respostas foram realizadas pela autora deste trabalho iniciadas em Março e encerradas em Maio de 2020, nesse período as respostas e comentários dos informantes foram transcritos na íntegra para a ficha denominada Matriz Lexical. Após o levantamento das respostas referente aos 96 inquéritos, fizemos a revisão de dados, observamos e pontuamos os aspectos mais relevantes com relação as dimensões diatópica e diatópica-cinética para assim montarmos os quadros, os gráficos e os cartogramas, seguida de análise dos dados.

3.6 Análise dos dados

Para analisar os dados, realizamos o levantamento das variantes para cada questão trabalhada e usamos uma ficha denominada *matriz lexical*, na qual inserimos as respostas fornecidas pelos informantes de cada localidade. A ficha possui um espaço destinado à inclusão das variantes fornecidas como primeira, segunda, terceira e quarta respostas, bem como um campo para acrescentar (opcionalmente) os comentários que o informante faz a respeito da variante informada.

Após o levantamento e a validação dos dados, inserimos as formas no *software* SGVClín (ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA, 2014) para gerar os relatórios gerais e as cartas linguísticas. No programa, o pesquisador pode selecionar diferentes variáveis sociais, tais como o contraponto entre faixas etárias, o sexo e a mobilidade para compor os relatórios e as cartas.

Sobre a seleção do SGVClín, optamos por sua utilização tendo em vista as múltiplas funcionalidades fornecidas e, sobretudo pela possibilidade de gerar relatórios de todas as variáveis trabalhadas, além da viabilidade de o próprio pesquisador ajustar legendas, gráficos de frequência, entre outros aspectos.

Assim, utilizamos o programa para compormos as cartas referente a cada questão, com o propósito de facilitar a visualização da distribuição diatópica. Distribuimos as informações em modelos de pizza, pois, essa é a melhor forma de apresentar e visualizar a produtividade dos dados mapeados.

As nossas cartas apresentam a seguinte estrutura fixa: o mapa do Tocantins com os 12 pontos de inquérito e os estados limítrofes, o título do ALiTTETO. Em seguida, está o número da carta juntamente com o nome da variante mapeada; abaixo encontra-se o questionamento tal como proferido para o informante. Abaixo e ao lado do mapa, dispostos na parte inferior, estão a legenda com as variantes mais recorrentes e o gráfico em barras com os resultados gerais.

Sobre os gráficos que estão dispostos na tese, principalmente para exemplificar o recorte mobilidade (topodinâmico *versus* topoestático) utilizamos o programa do Excel, no qual foi possível expor e comparar os dados fornecidos por ambos os grupos.

Por fim, no decorrer das análises, como forma de verificar a etimologia, o significado e a história dos itens lexicais, realizamos consultas nos seguintes dicionários: *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (AULETE, 2011), *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins* (PÓVOA, 1996), *Dicionário do Folclore Brasileiro* (CASCUDO, 2002) e *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2009/2011). Além disso, consultamos os trabalhos *Brinquedos de Brincadeiras Infantis na Área do Falar Baiano* (RIBEIRO, 2012) e *O Falar Amazônico: uma Análise da Proposta de Nascentes (1953) a Partir de Dados do Projeto ALiB* (PORTILHO, 2013) para averiguarmos as áreas dialetais formadas no espaço tocantinense.

Com o intuito de analisar somente a variação das formas lexicais, agrupamos as lexias documentadas seguindo os seguintes critérios de classificação: (a) flexão em número (bola(inha)), gênero (macaco/macaca); (b) derivação por grau aumentativo ou diminutivo

(macacão); (c) variantes morfofonêmicas (bunda canastra/bunda carnassa), (biloca/birola/birosca), (boleba/baleba), (carambela/carambola); (d) por associação a forma nominal “Maria” (tiúba/Maria tiúba), (cambota/Maria cambota); (e) simplificação das nomenclaturas complexas (pular macaco) em nomenclaturas simples (macaco).

Apresentada a metodologia adotada para a realização deste trabalho, no Capítulo 5 a seguir temos um pequeno retrospecto do universo lúdico do campo dos *brinquedos* e das *brincadeiras* infantis para, em seguida, no Capítulo 6 apresentarmos as análises dos 13 questionamentos presentes no ALiTTETO.

4 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS INFANTIS: UM UNIVERSO MULTIVARIETAL

Os entretenimentos infantis fazem ou fizeram parte da vida das pessoas desde épocas antigas (ALENCAR, 2019, p. 592); são considerados recreações infantis e possuem elevado número de tipos que perpassam de geração em geração, compõem o folclore do país e expõe a cultura local. De acordo com Alencar (2019, p. 592):

No Brasil, sobretudo no interior dos estados, ainda é muito comum as crianças praticarem jogos nas escolas, ruas e praças. Esse hábito vem acompanhado, inconscientemente, do modo de executar as atividades e também de nomear as diversões, que muitas vezes se mostram diversificadas quando se considera a criatividade e a riqueza da língua portuguesa e do seu léxico.

Optamos por nomear esse universo por *brinquedos* e *brincadeiras* infantis em vez de *Jogos* e *Diversões* comumente utilizado, pois, acreditamos que nossa escolha se aproxima mais do universo infantil e fornece um panorama da variação linguística existente a partir da convivência social das crianças. É certo que, com o tempo, os artefatos sofram alterações em seu modo de brincar, confeccionar ou nomear, mesmo que tenham semelhanças em suas significações.

Essa opção de nomenclatura deu-se a partir da relação entre *jogo*⁴², *diversão*⁴³, *brinquedos* e *brincadeiras*, pois atestamos em nossas pesquisas que *jogo* é proveniente do latim “*ludus*” que significa diversão ou brincadeira e é por meio dessas atividades que as crianças desenvolvem sua intelectualidade e enriquecem suas habilidades, promovendo uma aprendizagem mútua.

Desse conjunto de objetos e de manifestações a eles relacionados decorrem os primeiros contatos do ser humano com a cultura de seu povo; daí sua importância como elementos de identificação cultural e instrumento de socialização, educação e aprendizado. (CASCUDO, 2002, p. 340).

O *brinquedo* refere-se a um “objeto ou material para entreter as crianças em grupo ou isoladamente” (CASCUDO, 2002, p. 79). Houaiss (2009) realiza uma descrição similar para o artefato: “objeto com que as crianças brincam”. Assim, podemos afirmar que *baladeira*, *peteca*, *balanço*, *gangorra* e *pipa*, dentre outros, são exemplos de brinquedos, cujas crianças utilizam para se divertir sozinhas ou em grupos.

⁴² Portanto, o *jogo* é “uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu [...]” (PIAGET, 1976, p. 160).

⁴³ *Diversão* por sua vez, também proveniente do latim *diversio*, significa entretenimento ou divertimento, segundo Houaiss (2011) e Aulete (2011).

Por seu turno, *brincadeira* consiste no “ato ou efeito de brincar, jogo, divertimento, passatempo” (HOUAISS, 2009) ou pode ser considerado como um “entretenimento, acompanhado ou não de melodia ou coreografia” (CASCUDO, 2002, p. 79). Os autores possuem ideias semelhantes sobre a designação *brincadeira*, tendo em vista que ambos descrevem o ato de brincar como um momento de prender a atenção das crianças de forma prazerosa. Como exemplo de brincadeiras, utilizando nosso *corpus*, temos a *cambalhota*, a *cabra-cega*, o *pique*, o *pega-pega*, o *cair no poço* e a *amarelinha*.

Mediante as colocações, é perceptível a relação que há entre o *brinquedo* e as *brincadeiras*, pois propiciam às crianças a diversão, o prazer, o passatempo e o entretenimento, tanto em grupo quanto sozinhas, uma vez que esse conjunto está atrelado ao ato de brincar.

Em termos linguísticos, a partir dos contatos ocorridos no Brasil, atualmente há inúmeras formas de brincar e de usar os artefatos no divertimento infantil. Além disso, a história de muitas brincadeiras e brinquedos está ligada à situação histórica do país, em virtude de “a maioria dos brinquedos que hoje existem no Brasil é oriunda dos países existentes na Europa e foram difundidos no Brasil, quer pelo colonizador português, quer pelos povos europeus de contato posterior” (RIBEIRO, 2012, p. 107).

Para Feital e Cortês (2009) algumas brincadeiras chegaram ao Brasil por intermédio dos portugueses, tais como: o jogo de saquinhos (cinco marias), amarelinha, bolinha de gude, jogo de botão, pião, pipa e outros, que “foram introduzidos por meio da oralidade” (KISHIMOTO, 1993), o que estimulou a formação da cultura brasileira.

Sobre a contribuição africana no contexto dos brinquedos e brincadeiras, é difícil precisar a contribuição da cultura africana nesse contexto, porque desconhecemos os aspectos culturais dos negros anteriores ao século XIX; além disso, o menino africano sofreu influências devido ao contato com o europeu, como pontua Cascudo (2002). O fato mencionado ocorreu porque “os negros primitivos misturaram-se ao cotidiano do período colonial, nos engenhos, nas plantações, nas minas, nos trabalhos das cidades do litoral, dificultando a separação do que é específico da população africana e suas adaptações” (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 08).

Por parte do elemento indígena, Alves (2009) assevera que as inferências sobre a cultura dos nativos são o *arco* e a *flecha* e as imitações relacionadas aos elementos da natureza, destinados como brincadeiras dentro da cultura branca. Para o índio, tais ações não representam somente diversões, pois “atirar com arco e flecha não é uma brincadeira, é um treino para caça” (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 12), bem como “imitar os animais são

comportamentos místicos tanto de adultos como de crianças, reflexos de símbolos totêmicos antigos. Adultos e crianças dançam, cantam, imitam animais, cultivam suas atividades e trabalham para sua subsistência.” (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 12). Entre os jogos indígenas realizados em grupo e com imitação de animais encontram-se: jogo de gavião, jogo do jaguar, jogo do peixe pacu, jogo do jacami, o jogo dos patos marreca “wawin”, jogo do casamento (FEITAL; CORTÊS, 2009).

Além disso, Feital e Cortês (2009) comprovam em suas pesquisas, e com base em autores, que há outras brincadeiras e brinquedos presentes nas comunidades indígenas do Brasil. Dentre os brinquedos temos as bonecas de barro que “não se transfere à cultura brasileira” (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 12) e o chocalho feito de casca de frutas ou unhas de veado amarrado a uma boneca. Na comunidade *taulipâng*⁴⁴, são encontrados *piões* e *matracas* ambos feitos com a fruta *totuma*⁴⁵, o jogo denominado por *enigma* feito com um pedaço de cana cortado em três partes e que precisa separá-las, e o *jogo do fio* conhecido também como *cama-de-gato*. As crianças *tapirapés*⁴⁶ gostam de brincar com uma argola feita de *tamankurá*⁴⁷, usando um bastão para fazê-la correr. Assim, é perceptível que na cultura indígena há o uso de elementos da natureza para confeccionar os brinquedos.

Dentre os brinquedos comuns na cultura indígena encontra-se a *peteca*, que é feita com penas de pássaros ou palha de milho, e no miolo usam-se pedras ou borracha (FEITAL; CORTÊS, 2009). No entanto, nossos entrevistados para o ALiTTETO consideraram o artefato *peteca* como outro tipo de brinquedo, no qual o material é de vidro e é comumente conhecido por *bolinha de gude*. Possivelmente isso ocorre porque:

As brincadeiras variam de uma região para outra e adquirem peculiaridades regionais ou locais. No entanto, é possível reconhecer uma mesma brincadeira e identificar as variantes surgidas, as fusões ocorridas no decorrer do tempo. Muitas atividades desaparecem quando deixam de ser funcionais aos grupos lúdicos, podendo vir a reaparecer em novas combinações. (NALLIN, 2005, p. 12).

Assim como a *peteca*, existem outras *brincadeiras e/ou brinquedos* que passaram ao longo dos anos por transformações e que representam não somente aspectos históricos e

⁴⁴ Segundo Donato (2003, p. 14) os taulipangues ou taulipang são povos indígenas situados Norte do Planalto Mato-Grossense, em Roraima e no Vale do Amazonas.

⁴⁵ Totuma consiste em uma “abóbora americana, cujo miolo os indígenas comem, aproveitando a casca vasilha” (BASTOS, 1912, p. 1172).

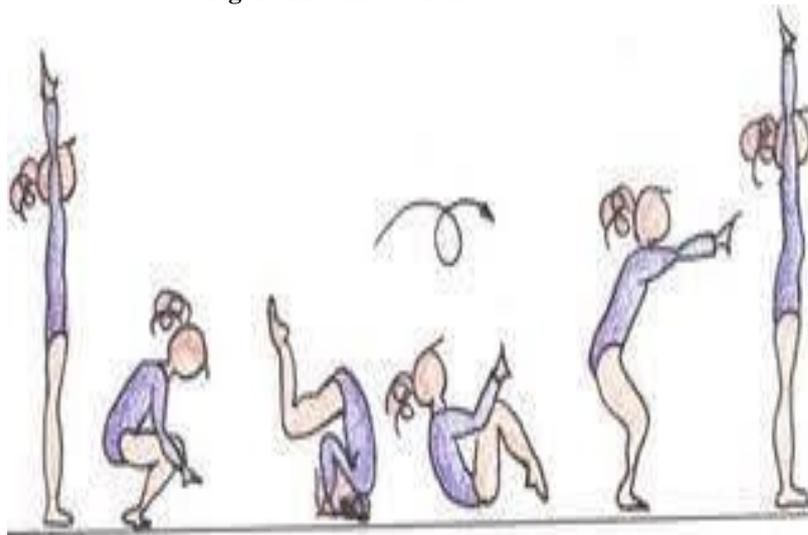
⁴⁶ Tapirapés é uma “tribo de aborígenes, que dominava em parte da província de Mato-Grosso.” (RUBIM, p. 73, 1853).

⁴⁷ Em nossas pesquisas nos dicionários etimológicos não consta o significado da palavra *tamankurá*. Acreditamos que seja uma espécie de fibra usada pelos indígenas na confecção dos brinquedos.

culturais, como também a pluralidade linguística existente. O campo *Jogos e Diversões Infantis* nos fornece exemplos dessas variações citadas.

Um exemplo a ser mencionada é a brincadeira *cambalhota* que consiste no: “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão; bagaço, cabriola, cambota” (HOUAISS, 2009). Essa diversão também é conhecida por *tiúba*, *cambota*, *bunda canastra*, entre outras formas de nomeação, conforme atestado pelo ALiB (CARDOSO et al. 2014) com os dados das capitais.

Figura 12-Ginasta tirando *cambalhota*



Fonte: Blogspot (2011).

Para brincar de *cabra-cega*, uma criança com os olhos vendados precisa tentar pegar os demais; assim que um deles é pego este passa a ser a/o *cabra-cega*. A brincadeira é comum em Portugal e na Espanha, oriunda da cultura romana, desde o século III a.C., no qual era denominada por *musca aena* (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 45).

Figura 13-Crianças brincando de *cabra-cega*



Fonte: Mapa do Brincar (2011).

Nas análises de Portilho (2013), a autora cita que essa diversão é originária da Grécia (há mais de 2.000 anos) e indica a existência das seguintes designações: “*mosca cieca* na Itália; *blindekuh* na Alemanha; *collin-maillard* na França e *blindman’s buff* nos Estados Unidos” (PORTILHO, 2013, p. 106). No território brasileiro, é conhecida principalmente como *pata-cega* ou *cobra-cega*. (CARDOSO et al., 2014, [carta L22]).

Figura 14-Crianças brincando de *pega-pega*



Fonte: Solo Infantil (2011).

Sobre brincar de *pega-pega*, conforme Figura 12, o grupo se divide, o pegador tem que correr atrás das demais crianças, essas, por sua vez, precisam alcançar um ponto

combinado chamado *pique*, que é um lugar no qual os participantes estarão a salvo do pegador. Há outras denominações para a brincadeira que atestam a variação dialetal do Brasil, sendo elas: *pira*, *trisca*, *picula*, *pique-pega* ou *polícia e ladrão* (CARDOSO et al., 2014).

Houaiss (2011) considera *pique* tanto como uma brincadeira infantil em que uma criança precisa tocar numa das outras que correm antes que cheguem ao ponto combinado, quanto no o lugar em que os participantes dessa brincadeira estão a salvo.

A brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados e jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só, “no Brasil, é bastante popular, sobretudo considerando-se as últimas gerações, e possui variados formatos” (ALENCAR, 2019, p. 594), ela é comumente conhecida por *amarelinha*, da qual:

Existe uma variedade enorme de desenhos e regras espalhados pelos pés de crianças no mundo inteiro. São tantas as culturas que pulam há séculos nesses tradicionais desenhos, que dá até para nos convenceremos de que se trata de gestos necessários à infância, um verdadeiro símbolo infantil. (MEIRELLES, 2007, p. 33).

Figura 15-Criança brincando de *amarelinha*



Fonte: Mapa do Brincar (2011).

Assim, encontram-se pelas regiões brasileiras várias denominações para *amarelinha*, de acordo com “cada povo com suas regras e desenhos próprios, mas reunidos em objetivos e gestos similares” (MEIRELLES, 2007, p. 33). Conforme o site Mapa do Brincar (2011)⁴⁸, ela é pertencente à época do Império Romano, com a finalidade de exercitar os soldados que corriam sobre a *amarelinha* para melhorar as habilidades com os pés. Posteriormente, as

⁴⁸ O *Mapa do brincar* é um projeto pertencente ao jornal *Folha de São Paulo*, que tem por objetivo “descobrir se há semelhanças e diferenças entre o brincar no Brasil”. Disponível em: <<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras>>. Acesso em 15 de jul 2020.

crianças romanas imitaram o feito e acrescentaram numerações aos quadrados que deveriam ser pulados.

A designação *amarelinha*, segundo Cascudo (2002), é de base francesa *marelle* que significa amarelo. Sobre a terminologia *marelle*, a Academia de Toulouse designa como procedente da palavra arcaica *merel* (século XII) ou *méreau*, tipo de símbolo, disco, moeda que pode remeter ao objeto usado na brincadeira para marcar as posições (CRDP de l'académie de Toulouse, 2008). Para Bassi e Margotti (2012), em Portugal, chamam de *jogo da macaca*; em Moçambique de *avião*; na Galiza é conhecida como *mariola*, *peletra* ou *macaca*, por exemplo.

Como “a cultura popular não para no tempo; pelo contrário, está sempre se transformando e acompanhando tudo e todos ao redor” (MEIRELLES, 2007, p. 34), é possível observar que a *amarelinha* recebeu várias designações, atestando assim as variações dialetológicas presentes no Brasil. Algumas de suas denominações são: *academia*, *macaco/macaca*, *maré e sapata* (MEIRELLES, 2007).

A *amarelinha* possui várias formas de brincar: caracol, quadrado e geométricos; o número de casas pode também variar e é preciso chegar ao céu para finalizar a partida. Ademais, há formatos que contam com áreas de descanso (local onde se pode pisar com os dois pés, por exemplo) nas laterais e podem usar pedras, cacos ou saquinhos para jogar nos quadrados, o que pode influenciar na designação da brincadeira.

Ao brincar de *cair no poço*, as crianças formam um círculo em que uma delas é vendada, em seguida, o participante pronuncia o seguinte dizer: “*Caí no poço*”. O condutor pergunta: “*Quem te tira*”? O participante responde: “*Meu bem*”. O líder então aponta para cada uma das crianças do grupo e pergunta: “*É esse*”? A criança vendada responde sim ou não. Quando a resposta for positiva, o condutor pergunta: “*pera, uva, maçã ou salada de mista?*” Ao escolher uma das frutas, a criança com os olhos vendados deve dar um aperto de mão, um abraço ou um beijo na criança escolhida. Não há registros da origem dessa brincadeira nos dicionários pesquisados, somente o site Mapa do Brincar (2011) apresenta descrições sobre essa diversão.

Figura 16-Crianças brincando de *cair no poço*



Fonte: Wordpress (2015).

Quanto à *esconde-esconde*, Houaiss (2011, p. 378) faz a seguinte descrição “brincadeira em que uma criança deve encontrar as outras que estão escondidas”, definição similar é realizada por Aulete (2011), em que o autor a considera como uma brincadeira infantil. De acordo com o site o Mapa do Brinca, há varias formas de brincar de *esconde esconde*, bem como há outros nomes para a brincadeira como: *tesouro perdido*, *polícia e ladrão*, *gato mia*, *balança caixão*, *biscoitinho queimado*, *esconde-esconde*, *quarteirão* e *manja*.

Como exemplo de variação no modo de brincar está *polícia e ladrão* em que um grupo é a polícia, o outro são os ladrões. Eles se escondem e a polícia deve capturá-los em um tempo combinado no início da brincadeira. Se a polícia conseguir prender os ladrões no tempo estabelecido, ela ganha. Caso contrário, os ladrões são os vencedores.

Figura 17-Crianças brincando de *esconde-esconde*



Fonte: Inspirarte (2017).

De modo igual às *brincadeiras*, os *brinquedos* foram transmitidos de geração em geração e com isso, “preservam sua estrutura inicial, outros se modificam, recebendo novos conteúdos. A força de tais jogos explica-se pelo poder da expressão oral” (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 07). Como mencionado, a cultura portuguesa trouxe contribuições significativas para o folclore brasileiro, dentre elas estão o momento de empinar *pipa/papagaio*, de brincar de *estilingue/baladeira*, *gangorra* e *balanço* ou jogar *peteca/bola de gude*.

Figura 18-Criança brincando com *estilingue*



Fonte: 123RF (2010).

O termo *estilingue* provém do inglês *sling* (ROCHA, 2009). A base do brinquedo é formada por uma forquilha e dois pares de elásticos que são presos a uma lingueta de couro; a principal função do artefato é matar pássaros ou animais de pequeno porte. No território

brasileiro é denominado como “*baladeiras, bодоques, cetras* ou *setras*, como são chamados pelo Brasil afora, estão por todos os lados, em vilas, comunidades e pequenas cidades das zonas rurais.” (MEIRELLES, 2007, p. 104). O brinquedo em questão também é conhecido como *fionda* na Itália, e na Alemanha chama-se por *meine zatta* (CASCUDO, 2002).

A expressão *pipa* é oriunda do latim vulgar *pipare*, o mesmo que *piar*, como atesta Houaiss (2011). Originária da China, com tradição milenar, era usada pelos militares para encontrar as tropas e se comunicar com elas. A *pipa* “já foi utilizada para a aferição de temperatura em diferentes altitudes, auxiliou no processo de criação do para-raios e também esteve presente na invenção de Santos Dumont – o 14 Bis – era um conjunto de pipas-caixas” (PORTILHO, 2013, p. 92).

Figura 19-Criança brincando de *pipa*



Fonte: Mapa do Brincar (2011).

A arte de empinar pipas propagou-se por outros países, como o Japão e a Coreia, assim como pela Europa, mais especificamente Portugal, chegando ao Brasil por intermédio dos portugueses, tornando-se um brinquedo acessível e conhecido em todas as regiões brasileiras. Segundo Feital e Cortês (2009, p. 41), a *pipa* ganhou outras designações aqui no Brasil como: *papagaio, curica, pipa, cafifa, pandorga, arraia, quadrado* e *raia*, sendo algumas delas semelhantes às de Portugal, tais como: *papagaio, arraia* e *raia*.

Por sua vez, brincar com *bolinhas de vidro* é uma arte muito comum dentro do universo infantil, sendo confeccionado com diversos materiais, “em Roma, por exemplo, o jogo com nozes tinha milhares de formas; era tão praticado entre crianças que as nozes tornaram-se um verdadeiro símbolo da infância” (MEIRELLES, 2007, p. 154). Em outras épocas, Feital e Cortês (2009) afirmam que:

[...] elas podiam ser feitas de pedra, madeira, argila ou autêntico mármore. Mas no século XV elas começaram a ser feitas de vidro em Veneza e na Boêmia. No século XVII apareceram bolas de gude de porcelana e louça. As bolinhas de aço nunca foram bem recebidas, pois, ao enfrentar bolas de outro material, causavam danos nas demais. (FEITAL; CORTÊS, 2009, p. 30).

Figura 20-Crianças brincando de *bola de gude*



Fonte: Mapa do Brincar (2011).

Assim, ao chegarem ao Brasil e serem introduzidas nas recreações infantis, jogar com as bolinhas recebeu nomeações como *peteca*, *bola de gude*, *biloca* ou *bolinha de gude* (CARDOSO et al., 2014).

A *gangorra* é denominada por Caldas Aulete como “brinquedo com uma tábua comprida apoiada no centro, em que crianças sentadas uma em cada ponta sobem e descem alternadamente” (AULETE, 2011), segundo o autor, sua origem é obscura. Houaiss (2011) também afirma que a etimologia do referido brinquedo é imprecisa e que se trata de “um aparelho para a diversão infantil” (HOUAISS, 2011).

Figura 21-Crianças brincando de *gangorra*



Fonte: Vecteezy (2021).

Houaiss (2001) apresenta uma série de variantes para a *gangorra*, sendo elas: *arre-burrinho*, *burrica*, *coximpim*, *jangalamarte*, *jangalamaste*, *joão-galamarte*, *João-galamaste*, *zanga-burrinha* e *zanga-burrinho*.

Para *balanço*, Houaiss (2011) diz ser um “assento suspenso por correntes, cordas etc., usado para balançar-se”. Caldas Aulete declara que consiste em um “brinquedo que oscila com o impulso do corpo” (AULETE, 2011).

Figura 22-Criança brincando no *balanço*



Fonte: Soescola (2018).

Perante o contexto histórico em que as práticas lúdicas existentes no Brasil têm ligação com imigrantes provenientes de outros países e culturas, é possível perceber que a variação dialetal se faz presente também no campo das brincadeiras e brinquedos infantis, o que o torna um universo multivarietal.

Assim, o Capítulo 06 a seguir apresenta os resultados e discussões referente as brincadeiras descritas nesta seção.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: NO CAMINHO DAS BRINCADEIRAS INFANTIS

As análises presentes neste tópico estão respaldadas nas repostas coletadas pelo ALITTETO em 12 localidades tocantinenses, com 96 informantes estratificados. Desses dados, esta dissertação utilizou 13 questões pertencetes ao campo semântico *Jogos e Diversões Infantis*, do Questionário Semântico Lexical. As questões foram agrupadas conforme as dimensões: *diatópica geral* e *diatópico-cinética*, ou seja, as respostas fornecidas pelos informantes topoestáticos em contraste com os topodinâmicos.

A título de análises, consideramos todas as variantes e optamos por incluir no corpo analítico, assim como nas cartas, as ausências de respostas (não-respostas), pois “é crucial no momento da cartografiação dos dados pelas lacunas que deixa nos espaços destinados ao preenchimento com as variantes buscadas” (AGUILERA; YIDA, 2008, p. 17). Optamos também pela exposição das variantes em cartas linguísticas, utilizando a Geolinguística. Inserimos nos gráficos e nas cartas somente as cinco lexias mais recorrentes em cada análise e sua porcentagem como forma de não deixar os espaços tão poluídos; as variantes com baixa produtividade foram inseridas na categoria *outras*.

As variantes foram analisadas tanto quantitativa quanto qualitativamente, uma vez que apresentamos os percentuais a partir de quadros e de gráficos demonstrativos, seguidas de comentários baseados nas explicações fornecidas pelos informantes, além das acepções das formas dialetais verificadas em dicionários etimológicos e outras pesquisas de cunho dialetal, que trabalharam com o campo em questão.

As análises seguem a seguinte ordem: **QSL.120** “*A brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado*”, **QSL.121** “*As coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar*”, **QSL.122** “*O brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho*”, **QSL.123** “*O brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha*”, **QSL.124** “*É um brinquedo parecido com a pipa, também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha*”, **QSL.125** “*A brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras*”, **QSL.126** “*A brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras*” **QSL.127** “*Uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado*”, **QSL.128** “*Esse ponto combinado*”, **QSL.129** “*Uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce*”, **QSL.130** *uma*

tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás, **QSL.131** “A brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só”, **QSL.132** “A brincadeira em que várias crianças participam, uma delas é vendada. As crianças cantam uma música e a criança com os olhos vendados aponta para uma outra criança. Todos perguntam “Pera, uva, maçã ou salada mista?” e a criança com os olhos vendados deve dar um aperto de mão, um abraço ou um beijo na criança escolhida”.

5.1 Variação para *cambalhota*: resultado geral

A partir do levantamento de dados realizados nas 12 localidades do Estado, observamos que a brincadeira em que a criança gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado obteve 120 respostas⁴⁹; apenas três informantes desconhecem o referente (2.5%). O Quadro 05 apresenta as variantes produzidas e as respectivas porcentagens para a Questão 120.

Quadro 05- Designações para *Cambalhota* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Cambalhota	43	35.83%
Tiúba/Maria Tiúba	22	18.33%
Pirueta	12	10.00%
Pulo/Salto Mortal	11	9.17%
Tam/tom/tum/ti(biroca)/Tumbica	11	9.17%
Bunda Canastra/Bunda Carnassa	6	5.00%
Cambota/ Maria Cambota	4	3.33%
Bananeira	3	2.50%
Não Resposta	3	2.50%
Cambute	2	1.67%
Trombeta/Tramboleta	2	1.67%
Carambela	1	0.83%
TOTAL	120	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Pela composição do Quadro 05, verificamos que a lexia mais recorrente nas localidades pesquisadas foi *cambalhota* com 35,83%.

Em seguida, está *tiúba/Maria tiúba* com mais de 18% das ocorrências. O nome *tiúba* corresponde “a abelha silvestre cujo mel é dos mais apreciados, além de servir para o preparo de remédios caseiros” (PÓVOA, 1996). Ferreira (2004) afirma que *tiúba* é um tipo de aguardente de cana ou cachaça. Para Houaiss (2009) *Tejuba* corresponde a uma espécie de

⁴⁹ As formas *estrelinha* e *pião* não foram consideradas no cômputo geral devido ao distanciamento do que se busca apurar na pergunta QSL.120.

abelha brasileira, com coloração negra, desenho arruivado e corpo coberto de pelos ferrugíneos, o mesmo que *tujuba*, *teúba*, *tiúba*, *tuiuva*, *tjuva*.

Documentamos também outras designações como: *pirueta* 10%, que Houaiss (2011) define sua origem da palavra francesa *pirouette* (pião, carrapeta, rodopio sobre um só pé) e se trata de uma variante de *cambalhota*.

Em seguida, temos o agrupamento *tam/tom/tum/ti(biroca)/tumbica* produzidas em 9,17% das respostas. Não constam registros das variantes *tambiroca/tombiroca/tumbiroca/tibirocas* nas obras lexicográficas consultadas e no trabalho de Portilho (2013). Há menção de *tambiroca* em um glossário da cidade de Dianópolis⁵⁰ – Tocantins, porém, sem significado. Já em texto intitulado *Chapada*, de autoria do advogado Wilson José Rodrigues Gomes (2004)⁵¹, ele cita *tambiroca* como um regionalismo e que se trata de uma brincadeira que consiste em rolar na terra por cima da cabeça. *Tumbica* por sua vez não é dicionarizada, mas houve registro da variante no trabalho desenvolvido por Ribeiro (2012), citada por um informante de Corrente-Piauí.

A variante *bunda canastra* obteve 5% das incidências. Não consta em Houaiss (2011) e em Caldas Aulete (2011) referências para *bunda canastra*; apenas há registros para a brincadeira no dicionário de Liberato Póvoa, com a seguinte descrição: “brincadeira infantil, em que a criança apoia a cabeça no chão e vira o corpo” (PÓVOA, 1996).

Para *cambota/Maria cambota*, registramos mais de 3%; há menção das formas lexicais no dicionário de Caldas Aulete (2011) como uma variação para *cambalhota* e Póvoa (1996) menciona a *lexia* como variante para *virar bunda canastra*. As duas formas *cambota/Maria cambota* foram registradas no área do falar baiano (RIBEIRO, 2012), e, nos dados da autora, foram agrupadas à *Maria escambota*. Não há menção de *cambota* ou *Maria cambota* nas pesquisas sobre o falar amazônico realizadas por Portilho (2013).

Sobre as acepções *pulo/salto mortal* (9,17%), *bananeira* (2,50%), *trombeta/tramboleta* (1,67%), *carambela/carambola* (0,83%) e *cambute*⁵² (1,67%) estão dicionarizadas com outros significados e não correspondem à acepção do campo semântico em foco nesta pesquisa. Além disso, apuramos em nossas análises que a porcentagem de *não respostas* (2,5%) foi baixa, possivelmente porque essa brincadeira seja mais comum no universo infantil.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12961621/dicionario-dianopolino-dnoto>. Acesso em: 30 de jan. 2020.

⁵¹ Disponível em: http://www.dno.com.br/JornalDoDuroDownloads/Wilson_001.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

⁵² Optamos por não aglutinar *cambute* junto a *cambota* porque a primeira forma uma área de ocorrência próxima ao falar baiano (RIBEIRO, 2012).

Diante do exposto, evidenciamos que *cambalhota* é amplamente conhecida no Tocantins, o mesmo ocorre nos falares: baiano (RIBEIRO, 2012) e amazônico (PORTILHO, 2013). No primeiro, por exemplo, a referida brincadeira computou 38,5%, um percentual próximo ao nosso. Por sua vez, no amazônico foi registrado 48% das ocorrências válidas para *cambalhota*.

No que tange às demais variantes citadas nos trabalhos das autoras, a ordem com que foram produzidas se alternam conforme cada região estudada, mas as lexias: *tiúba*, *pirueta*, *pulo/salto mortal*, *bunda canastra*, *cambota/Maria cambota*, *bananeira* e *carambela/carambola* foram citadas pelo público do falar baiano e do amazônico, bem como pelos Estados pertencentes à Área de Controle – AC dos respectivos trabalhos.

Vale ressaltar que, nos trabalhos desenvolvidos por Ribeiro (2012) e Portilho (2013), a variante *tiúba* se fez presente em Pedro Afonso, considerado pelas autoras como Área de Controle, o que corrobora os dados pontuados neste trabalho sobre a lexia em questão. No falar baiano teve duas ocorrências “considerando-se a presença/ausência de verbo já abordada nos outros agrupamentos, foram reunidas as ocorrências “*tiúba*” e “*tirar tiúba*.” (RIBEIRO, 2012, p. 179). No falar amazônico Portilho (2013), diz que a presença de *tiúba* se deu porque é uma variante:

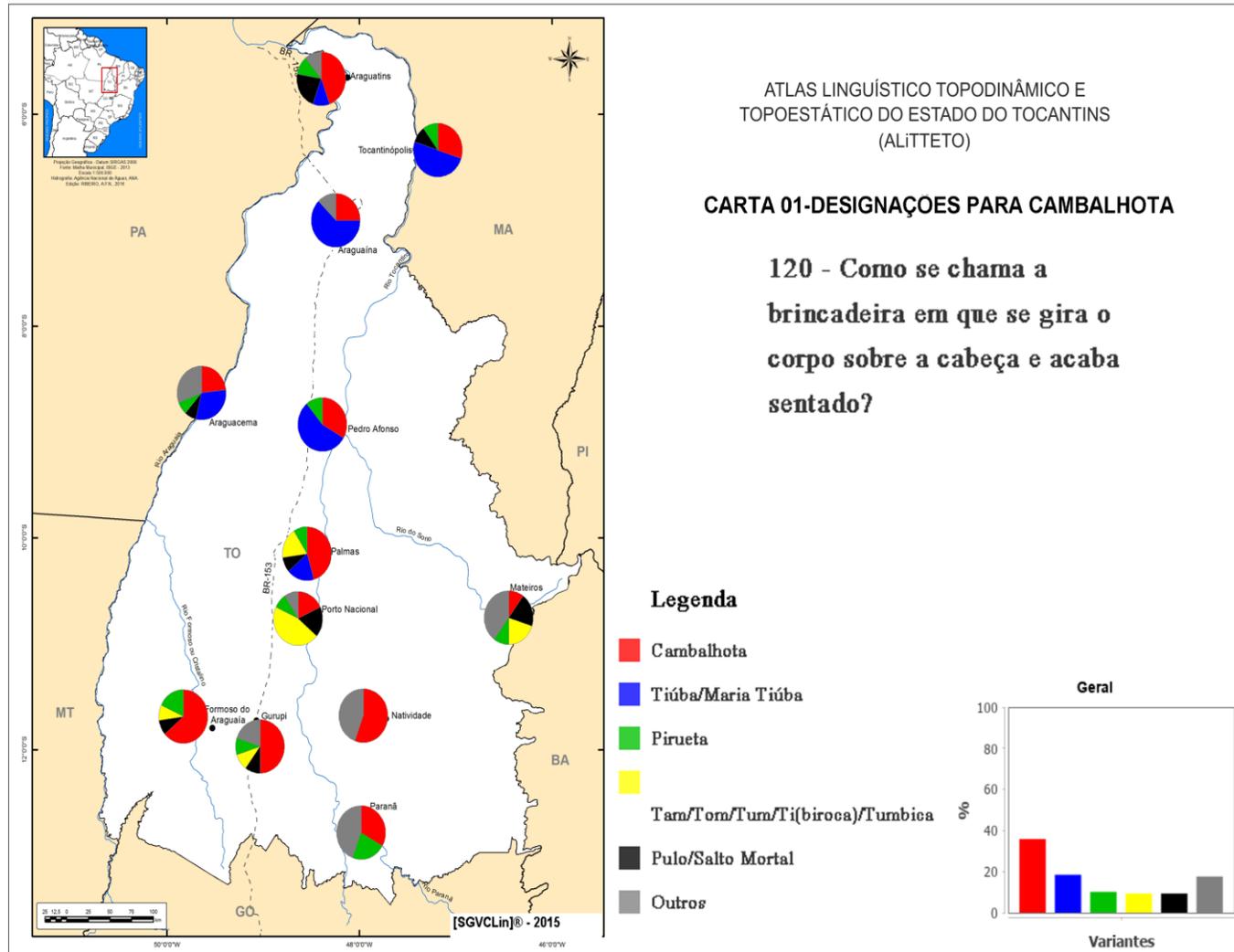
[...] produtiva em Marabá (PA), e com forte presença, ao lado da variante *cambalhota*, nas localidades de Conceição do Araguaia (PA) e Pedro Afonso (TO), fato que pode ser explicado devido à proximidade geográfica entre as localidades – Marabá e Conceição do Araguaia situam-se próximas à fronteira do Pará com o Tocantins. (PORTILHO, 2013, p. 73).

Enquanto as variantes *cambute* e *tumbica* são encontradas exclusivamente no trabalho de Ribeiro (2012), encaixadas no grupo de respostas únicas e registradas exclusivamente nos estados do Maranhão e Piauí, respectivamente; *trombeta/tramboleta* não foram registradas nos trabalhos de Ribeiro (2012) e Portilho (2013)⁵³. Além disso, as autoras documentaram baixo número de *abstenções*, no falar amazônico houve 3,1% de ausência e no falar baiano 3,5%, os índices são próximos ao desta dissertação.

A Carta Linguística 01 exposta na Figura 23 ilustra a distribuição diatópica das formas lexicais no Tocantins.

⁵³ Ainda a respeito destes dois trabalhos, há, por parte das autoras, a adoção de espaços denominados como “área de controle”. Ribeiro (2012) considerou as cidades de Natividade e Pedro Afonso, enquanto Portilho (2013) trabalhou apenas com Pedro Afonso como pontos de inquérito pertencentes a Área de Controle situadas no Tocantins.

Figura 23-Carta 01-Diatópica Geral-Designações para *Cambalhota*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Conforme os dados mapeados, é perceptível que a variante mais recorrente nas localidades foi *cambalhota*, assim como ocorreu nos falares baiano e amazônico (RIBEIRO, 2012; PORTILHO, 2013).

Em Natividade, *cambalhota* disputou com a variante *bunda canastra*; sua forte presença no referido ponto explica-se por se tratar de área limítrofe com estados do Nordeste, onde a variante acontece com frequência, segundo Ribeiro (2012, p. 185), “ocorre em maior concentração nos pontos da *Área de Controle* (AC), em oito cidades dos estados do Piauí, Pernambuco e Alagoas. Está presente na área de *Falar Baiano* (FB) em quatro localidades abrangendo os estados de Tocantins, Bahia e Sergipe”. *Bunda canastra* foi proferida por dois informantes topoestáticos de Paranã, onde também ocorreu uma resposta para *bananeira*.

Os dados presentes no cartograma mostram o predomínio de *tiúba* em seis pontos de inquérito: Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Araguacema, Pedro Afonso e Palmas, ou seja, *tiúba* caracteriza o centro-norte do Estado, enquanto *cambalhota* é mais recorrente no centro-sul do Tocantins. Acreditamos que essas irradiações da variante *tiúba* ocorreram fortemente na região conhecida como Bico do Papagaio devido aos limites geográficos com o estado do Pará, pois, no trabalho de Portilho (2013), a forma *tiúba* ocorreu nas cidades de Marabá e de Conceição do Araguaia. No falar baiano, a referida variante teve incidências consideráveis nos estados nordestinos do Maranhão e do Piauí (RIBEIRO, 2012, p. 186).

A forma *pirueta* teve a terceira maior ocorrência, cuja distribuição, à exceção de Araguaína e Natividade, se observou em todo o espaço tocantinense. *Pirueta* foi pouco recorrente no falar amazônico analisado por Portilho (2013). Ribeiro (2012) comprovou a presença da lexia também no falar baiano e em alguns pontos de inquérito pertencentes à Área de Controle, como em Uberlândia, Minas Gerais. Segundo Ribeiro (2012, p. 186), *pirueta* “tem distribuição diatópica ampla. Não caracteriza áreas contínuas”.

A respeito de *pulo* ou *salto mortal*, notamos que seu uso se deu em quase todas as cidades tocantinenses, exceto em Araguaína, Pedro Afonso, Natividade e Paranã. Em Portilho (2013), tal variante se encaixou no agrupamento *outras*. Também houve registros da lexia no falar baiano e em duas Áreas de Controle (uma cidade de Alagoas e uma de Minas Gerais) (RIBEIRO, 2012). Isso pode significar que supostamente há influências do falar amazônico e baiano no Estado do Tocantins no tocante a *pulo/salto mortal*.

Quanto às formas *tam/tom/tum/ti(biroca)/tumbica*, observamos que as ocorrências concentraram-se no centro do Estado, seguindo algumas cidades no curso da BR-153 e do rio Tocantins. Não há referências das formas lexicais nos trabalhos de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013).

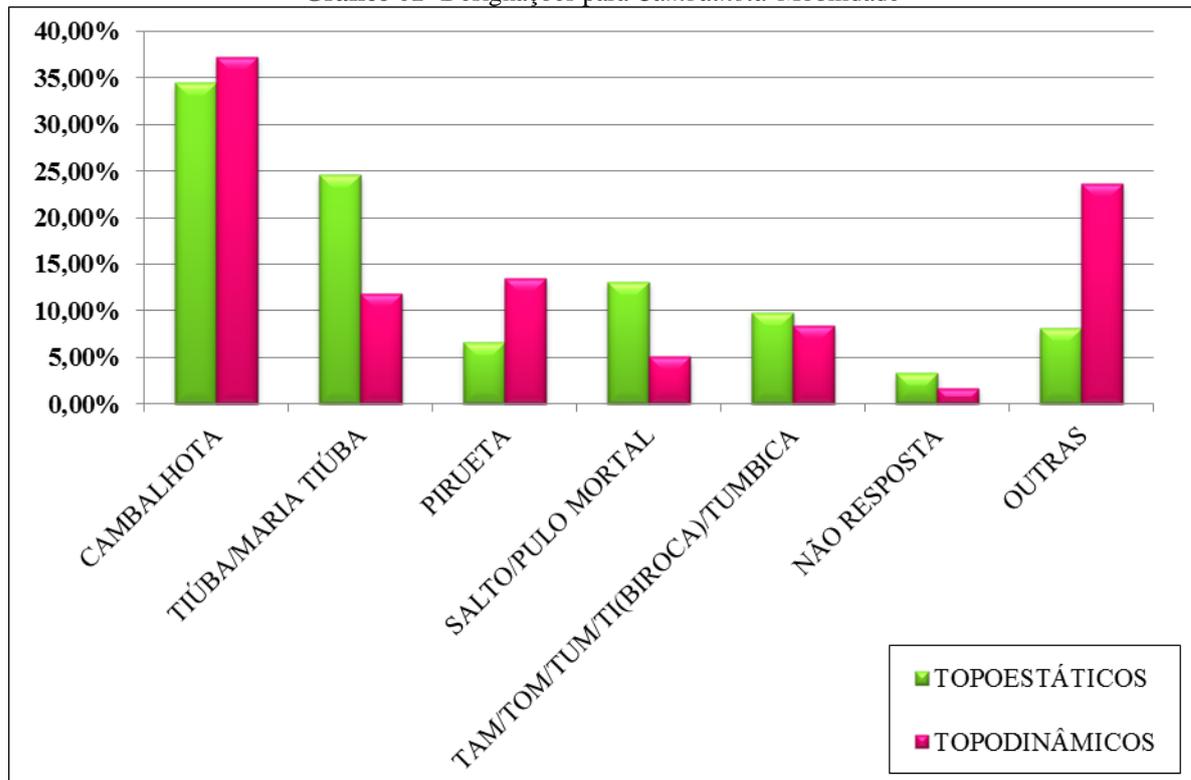
No grupo *outras* consideramos aquelas variantes com baixa produtividade: *carambola* ocorreu em Araguatins, talvez porque é uma cidade próxima aos estados do Amapá, Maranhão e Pará, onde, segundo Portilho (2013), houve registros da variante. Em Araguacema, dois informantes topodinâmicos citaram *cambota/Maria cambota* e *bananeira*. A primeira teve produção no falar amazônico (PORTILHO, 2013), mas no falar baiano (RIBEIRO, 2012) é tratada como uma variação de *Maria escambota* sendo inserida no agrupamento. A designação *bananeira* se fez presente somente no falar baiano (RIBEIRO, 2012).

Trombeta/tramboleta ocorreram em Porto Nacional e em Gurupi. O termo *cambute* foi proferido por uma informante da segunda faixa etária, na cidade de Mateiros, a cidade é posicionada próxima ao estado do Maranhão e Piauí, local onde Ribeiro (2012) registrou casos da variante.

Posto os dados para a QSL. 120, evidenciamos que no nível diatópico geral as variantes mais recorrentes entre os informantes foram: *cambalhota*, *tiúba/Maria tiúba* e *pirueta*. Os dados apontam também que na região centro-sul do Estado temos predominância de *tam/tom/tum/ti(biroca)/tumbica*, já na parte mais centro-norte a forma *tiúba/Maria tiúba* é que se faz presente.

5.1.1 Variação para *cambalhota*: variável mobilidade

Com o objetivo de apresentar a variação dialetal referente aos grupos topodinâmico e topoestático, compusemos um gráfico que permite visualizar as ocorrências das variantes para a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado. Para o público nascido nas localidades, computamos 61 ocorrências e para os oriundos de outros lugares 59, totalizando 120 respostas.

Gráfico 01- Designações para *Cambalhota*-Mobilidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Constatamos que os índices para *cambalhota* entre os grupos citados ocorrem de maneira similar, possivelmente por se tratar de uma forma “pertencente a uma norma linguística nacional” (SILVA, 2018, p. 180). No entanto, quanto à *tiúba/Maria tiúba*, os topoestáticos as mencionaram com maior frequência ao contrário do público topodinâmico. As ocorrências de *tiúba/Maria tiúba* em ambos os grupos ocorreram provavelmente devido ao considerável contingente de nordestinos na região onde as referidas variantes também foram registradas. Ribeiro (2012) destaca que *tiúba* foi também computada nos estados do Maranhão e do Piauí.

O inverso ocorreu com *pirueta*, pois os migrantes produziram percentual maior para a variante citada se comparado com o grupo dos topoestáticos. Supostamente, a unidade é mais comum em outros estados brasileiros do que no território tocantinense. Como exemplos há registros da variante no falar fluminense em que Santos (2016)⁵⁴ documentou *pirueta* no estado de São Paulo, no qual é trabalhado como ponto de controle. Cuba (2015) também catalogou a referida lexia no território incaracterístico, inclusive na cidade de Formoso do Araguaia, trabalhada como Área de Controle pela autora.

⁵⁴ O trabalho intitulado por: *Brincando pelos caminhos do Falar Fluminense* foi desenvolvido por Leandro Almeida dos Santos (2016), vinculado a Universidade Federal da Bahia, no qual o autor pesquisou e analisou o falar fluminense, considerando os dados do ALiB da área semântico-lexical *Jogos e Diversões Infantis*.

O público topoestático mencionou número menor de variantes para a brincadeira, sendo proferidas: *pulo/salto mortal* e *tam/tom/tum/ti(biroca)/tumbica*. Para as *não respostas* houve apenas três casos: duas informantes nascidas nas localidades e um informante topodinâmico. Além disso, *pirueta*, *bunda canastra/bunda carnassa*, *trombeta/tramboleta* e *carambela/carambola* foram pouco produtivas entre os informantes residentes nas localidades pesquisadas.

Por sua vez, as pessoas advindas de outras regiões produziram maior número de variantes, sendo elas: *pirueta*, *trombeta/tramboleta*, *bunda canastra/bunda carnassa*, *cambota/Maria cambota*, *bananeira*, *cambute* e *tumbica*. Assim, notamos que as pessoas oriundas de outros estados são as que mais designaram a brincadeira com outros nomes, o que correspondeu a 24% da categoria *outras*.

Verificamos que *cambute* é uma variante advinda de migração presente em Mateiros e citadas por duas mulheres da faixa etária I e II. Ribeiro (2012), por sua vez, documentou *combute* na cidade de Alto Parnaíba/MA (AC), tratando-se de uma variação fônica. Essa informação ratifica novamente a influencia do falar baiano sob o território tocantinense.

Observamos que *tambiroca/tombiroca/tumbiroca/tibiroca* não constam nos trabalhos de Ribeiro (2012), de Portilho (2013) e das capitais do ALiB (CARDOSO et al. 2014). Em nossos dados, estas variantes representaram 9,84% para os topoestáticos e 6,78% para os topodinâmicos, percentuais esses não muito díspares.

Por fim, no fator mobilidade, notamos que tanto os topoestáticos quanto os topodinâmicos optaram por mencionar *cambalhota* de forma hegemônica. No entanto, o primeiro grupo registrou um menor percentual dessa variante, pois, além dessas, nomearam a brincadeira por *tiúba/Maria tiúba*, *salto mortal* e *tam/tom/tum/ti(biroca)/tumbica*. Os informantes móveis por seu turno, citaram índices elevados para *cambalhota*, *pirueta* e outras acepções para a brincadeira em questão.

5.2 Variação para *bola de gude*: resultado geral

No curso das análises, apuramos um total de 152 respostas para o questionamento: 121-*Como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de*

brincar. Não houve ausência de respostas⁵⁵ para o item em questão, o que demonstra ser ainda um brinquedo comum no universo infantil e entre os adultos.

Quadro 06- Designações para *Bola de Gude* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Peteca	73	48.03%
Bola(inha) de Gude/Gude-Gude/Gude	50	32.89%
Biloca/Birola/Birosca	10	6.58%
Bila	4	2.63%
Bola(inha) de vidro	4	2.63%
Bola(inha)	3	1.97%
Boleba/Baleba	2	1.32%
Bolita	1	0.66%
Olho de gato	1	0.66%
Búrica	1	0.66%
Burquinha	1	0.66%
Bughero	1	0.66%
Ximbra	1	0.66%
TOTAL	152	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Conforme o Quadro 06, a designação com mais ocorrências é *peteca*, com 48% dos dados. Nos dicionários da língua, verificamos que o significado para *peteca* não corresponde ao brinquedo redondo e feito de vidro. Caldas Aulete (2011) a descreve como “pequena base de couro, arredondada e leve, à qual se fixam penas e que se lança ao ar com a palma da mão”. Houaiss (2011) pontua que a etimologia da palavra é proveniente do tupi *pe'teka* e que o “brinquedo é composto por uma pequena base arredondada, com penas espetadas, lançado para o ar por golpes com a palma da mão.”

Nas entrevistas, houve algumas explicações por parte dos informantes a respeito de como é confeccionado o brinquedo. A título de exemplo, encontra-se o relato de uma informante, da segunda faixa etária, nascida na localidade de Gurupi:

INF.- O pessoal chama *peteca*, *bolinha de gude*. Que apesar de, daquela outra que também faz assim que se joga, o pessoal também chama *peteca*, né. Que tem as... pena, o pessoal chama de *peteca*, né, mai' aquela *bolinha de gude* o pessoal também chama mais de *peteca*. (09/4).

⁵⁵ Portilho (2013) apresentou apenas um caso de abstenção, enquanto Ribeiro (2012) registrou 1,6% de não respostas, isso significa que nos trabalhos das autoras, assim como neste, a questão analisada foi muito produtiva.

Em segundo lugar, conforme as informações dispostas no Quadro 06, mais de 32% das respostas foram para os agrupamentos *bola(inha) de gude/gude-gude/gude*. A variante *bola(linha) de gude* é tratada por Houaiss (2011) como uma locução substantiva, pois se usam dois nomes (bola + gude) para atribuir significado ao brinquedo que, para o autor, consiste em uma pequena esfera de vidro usada no jogo de *gude*. Assim, consideramos no agrupamento de *bola de gude* as acepções *gude/gude* e *gude*, dessa forma *gude* é considerada como “jogo com bolinhas de vidro cujo objetivo é fazê-las entrar em três buracos dispostos em linha reta” ou “a bolinha usada nesse jogo” (HOUAISS, 2011).

O dicionarista Aulete (2011) não faz menção para *bola de gude*, somente para *gude*, que se trata de um “jogo infantil que consiste em entrechocar bolinhas de vidro e encaixá-las em pequenos buracos geralmente cavados em terra” (AULETE, 2011). Conforme Aulete (2011), existem outras designações para *gude* como, por exemplo: *baleba, belindre, biloca, bilosca, birosca, bolita, búraca, búrica, cabiçulinha, firo, peteca, piroasca* e *ximbra*, bem como as formas lusitanas *berlinde* e *bute*. Houaiss (2011) e Aulete (2011) afirmam que a etimologia para *gude* vem do provincianismo minhoto (região de Minho-Portugal) *gode*, ou seja, pedrinha redonda e lisa.

Os informantes do ALiTTETO também forneceram como resposta *biloca/birola/birosca* com 6,58%, tais designações são mencionadas somente por Aulete (2011). Para *birosca* encontramos nos dicionários pesquisados outra acepção, que remete a um pequeno bar ou venda, porém, Aulete (2011) insere a *lexia* como variante para *gude*. No site Mapa do Brincar (2011) verificamos que *birosca* consiste no buraco em que as *bolas de gude* caem. *Biloca* foi encontrada no trabalho do Póvoa (1996) como variante de *bola de gude*.

As variantes *bila* e *bola(inha) de vidro* tiveram o mesmo percentual: 2,63%; a primeira acepção é citada somente no dicionário de Póvoa (1996) como variante de *bola de gude* e *biloca*; enquanto que a segunda não está dicionarizada, pois se trata de uma associação feita pelos informantes ao material do brinquedo, bem como também pode estar atrelada a influência do inquiridor ao formular a pergunta no momento do inquérito, uma vez que há no encabeçamento da questão a presença da palavra *vidro*.

A unidade lexical *bola(inha)*, com 1,97% foi citada por nossos informantes possivelmente pela aparência redonda e pelo tamanho do brinquedo. Em Houaiss (2011), *bola* significa qualquer objeto que possui forma esférica, bem como é citada por ele como uma locução substantiva de *bola de gude*. Assim como em Houaiss (2011), Aulete (2011) se refere

a *bola* como objeto esférico ou oval usado em diversos esportes. A forma diminutiva de *bola*, ou seja, *bolinha* ocorreu por ser uma variação de flexão em número.

As demais variantes: *boleba/baleba*: 1,32%, *bolita*, *búrica*, e *ximbra* registraram os mesmos valores 0,66%, no entanto não se fazem presentes nos dicionários de Póvoa (1996) e de Houaiss (2011); somente Aulete (2011) as mencionam como variantes para *bola de gude*.

Quanto a *olho de gato*, *burquinha* e *buguero* (0,66%), não são citadas nos dicionários pesquisados. Para *ximbra* e *olho de gato*, o informante, da faixa etária I e residente em Porto Nacional considera as duas formas e, explica como elas são e suas similaridades.

INF.- É xibra... *ximbra*.

INQ.- *Ximbra*?

INF.- *Ximbra*. Tem a *ximbra*, tem o ‘oi de gato e a ferraça’⁵⁶.

INQ.- O que é isso?

INF.- A *ximbra* é aquela, aquela bonitinha mesmo, aquela... A azul, tal. O *olho de gato* é umas *ximbras* que ela tem um... Ela tem um desenho dentro que lembra o *olho de gato*, quando ele tá fechadinho, aí lembra ele. (07/5).

Por seu turno, *buguero* é citado por um jovem da cidade de Mateiros, como quarta resposta e o rapaz explica do que se trata:

INF.- *Buguero*. É o que a gente usa pra derrubá as peteca.

INQ.- O que é o *buguero*?

INF.- É a peteca amarela, sabe? Que tem uns des’ tamanho, umas menorzinha (08/1).

Burquinha também é citada como resposta por um informante, topodinâmico, pertencente à segunda faixa etária e residente em Mateiros. Segundo este senhor, é uma forma comum no Paraná, local onde morou por alguns anos:

INF.- Ah, *bolinha de gude*.

INQ.- Tem outro nome?

INF.- Eu conheci isso no Paraná por *burquinha*. Mas ela é uma *bolinha de gude*, não deixa de ser uma *bolinha de vidro*. (08/7).

Ao confrontarmos nossos dados com as análises de Portilho (2013), notamos que a variante *peteca* obteve maior percentagem (75,7%), seguida de *bola(inha) de gude* com 17,1% das respostas nos dados referentes ao falar amazônico. Segundo a autora, nas capitais nortistas predomina o item lexical *peteca*, assim como nas cidades do interior do falar amazônico e *bola de gude* foi mencionada fortemente em quase todas as localidades do Pará (PORTILHO, 2013). Os pontos de inquérito pertencentes à Áreas de Controle, como Pedro

⁵⁶ Não contemplamos em nossas análises a lexia *ferraça* porque foi mencionada em uma única resposta e conforme a descrição fornecida pelo informante, há uma diferença do que se buscava apurar na pergunta QSL.121. Segundo o jovem informante, *ferraça* diz respeito às bolinhas encontradas no rolamento de motos, usadas por ele para brincar como se fossem *bolas de gude*.

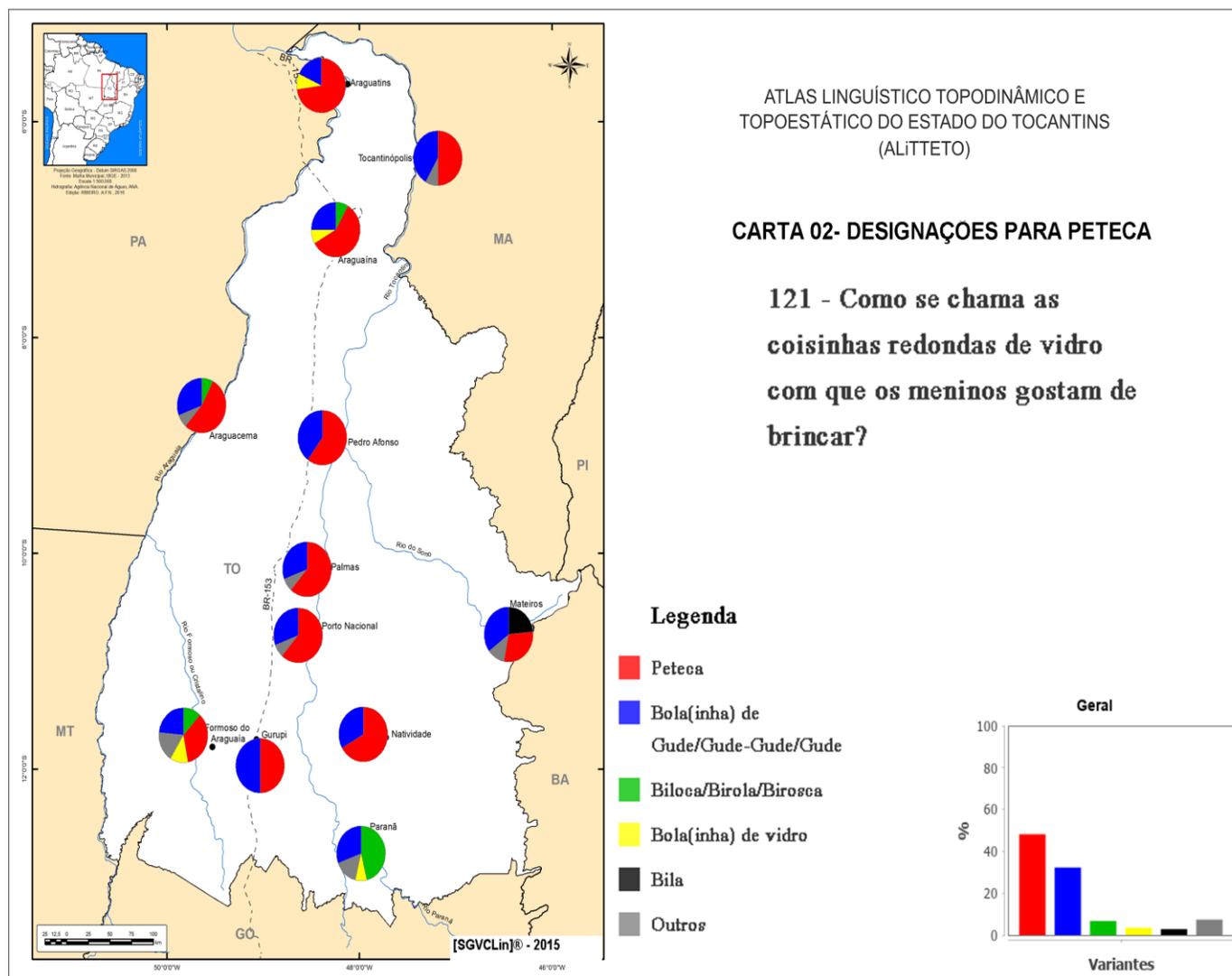
Afonso (Tocantins), são influenciados pelo falar amazônico, pois predominou a designação *peteca*, o que corrobora nossos dados e análises.

Por outro lado, no trabalho de Ribeiro (2012), ocorreu o inverso, porque no falar baiano a variante com altos índices em todas as localidades corresponde a *gude*, com um total de 65,3% dos dados coletados. Em segunda posição, há registros para *ximbra* com 5,4%, enquanto *peteca* ocupa o terceiro lugar (5,1%). A partir dos estudos de Ribeiro (2012, p. 207), “*peteca* está concentrada nos pontos da AC (noroeste da área geográfica estudada). Na área do FB [falar baiano], ocorreu apenas em um ponto: Natividade (TO/024).

Portanto, a variante mais produtiva no Tocantins para as coisinhas redondas de vidro é a *peteca*. Os trabalhos de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013) comprovam o que Silva e Aguilera (2016) atestam “*peteca* é a variante mais produtiva no Tocantins, Pará e Amazonas [...]. Acreditamos que essa variante possa ser considerada como norma das localidades da Região Norte” (SILVA; AGUILERA, 2016, p. 94).

Podemos averiguar tais afirmações de acordo com a carta linguística presente na Figura 24.

Figura 24-Carta 02-Diatópica Geral-Designações para *Bola de Gude*



Diatopicamente, como já elencado, há maior concentração de *peteca* no falar tocantinense, exceto na cidade de Paranã, onde predomina o grupo *biloca/bilora/birosca* com 46,15% das respostas nessa localidade. A segunda acepção mais recorrente no Estado foi *bola(inha) de gude/gude/gude-gude*, coletada em todos os pontos de inquérito.

Dessa forma, conseguimos depreender que as formas *peteca* e *bola(inha) de gude/gude/gude-gude* disputaram a preferência dos informantes nascidos e não nascidos nas localidades pesquisadas, por exemplo: Pedro Afonso, Natividade e Gurupi designaram o artefato redondo e feito de vidro ora como *bola de gude*, *gude* e até mesmo *gude-gude*, ora como *peteca*.

Outro agrupamento recorrente é *biloca/birola/birosca*⁵⁷, proferido pelos falantes de duas localidades situadas no norte do Estado: Araguaína e Araguacema, e mencionada por morador não natural de cada uma delas. Na parte mais sul do Estado, documentamos o uso das referidas variantes em Formoso do Araguaia e em Paranã, supostamente houve registros nestas cidades porque, em acordo com Houaiss (2002), as formas são regionalismos de Goiás, ou seja, a partir do contato entre moradores de Formoso do Araguaia e de Paranã com o Estado limítrofe. Nos pontos de inquérito pertencentes à Área de Controle trabalhados por Ribeiro (2012) houve ocorrências para *biloca* em um ponto goiano.

No agrupamento de *biloca*, temos a variante *birosca*, mencionada pelo informante não nascido no Tocantins. Conforme Houaiss (2002), consiste em um regionalismo de Minas Gerais. No trabalho de Ribeiro (2012), a autora documentou a acepção em: Minas Gerais e Espírito Santo, estados esses trabalhados por ela como Áreas de Controle (AC). A forma *birola* ocorreu na fala do informante 7, residente em Paranã, pertencente ao grupo topodinâmico e pode ser considerada uma variante fonética devido, provavelmente, ao rotacismo de $l > r$, e à analogia com *birosca*. Não há registros desta variante nos dicionários e nos trabalhos de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013).

Em nossa recolha de dados, os informantes também registraram *bola(inha) de vidro*, possivelmente em alusão ao material usado para confeccionar o brinquedo. As cidades que tiveram produção da variante foram Araguaína, Araguatins, ao norte do Tocantins, e Formoso do Araguaia e Paranã ao sul. Sobre a atuação desta variante no sul do Estado, é possível depreender uma pequena influência dos estados de Goiás, pois em Ribeiro (2012) houve casos desta acepção no referido Estado que foi trabalhado como AC.

⁵⁷ As variantes *biloca/birola* e *birosca* foram registardas, em outros trabalhos, como procedentes de Minas Gerais e de Goiás, respectivamente, porém optamos por agrupa-las em um mesmo conjunto devido aos aspectos morfofonéticos.

A variante *bila* foi produzida somente em Mateiros, com 23,54% dos dados coletados nessa localidade; provavelmente temos um caso de influência nordestina na localidade, porque se trata de uma variante presente também no falar baiano, pois tanto na Bahia quanto nos pontos de inquérito pertencentes aos Estados de Piauí e de Pernambuco estudados por Ribeiro (2012) como Áreas de Controle, houve casos registrados da referida unidade lexical. Além disso, Ferreira (1999) registra como regionalismo do Ceará, estado esse fronteiro com Pernambuco e Piauí.

Na categoria *outros* dispusemos *bola(inha)* mencionada por informantes de Tocantinópolis, Palmas e Paranã, uma ocorrência em cada cidade, ou seja, casos isolados. *Boleba/baleba* foi registrado em Formoso do Araguaia; em Ribeiro (2012), há evidências das formas no Espírito Santo, considerada como AC.

Sobre *bolita*, temos apenas uma resposta fornecida pelo informante de Araguacema. No trabalho da Portilho (2013), houve a ocorrência no Pará e no Mato Grosso (Áreas de Controle), ou seja, como Araguacema faz divisa com o estado do Pará e neste ponto houve casos para *bolita*, provavelmente esta seja a explicação para a escolha do informante ao usá-la como resposta. No trabalho de Ribeiro (2012), a variante ocorreu em São Félix do Araguaia-Mato Grosso (Área de Controle).

As denominações *buguero* e *burquinha* ocorreram em Mateiros, com apenas um registro cada, a primeira proferida por um topoestático e a segunda por um informante não nascido na localidade. Ambas as formas não se fazem presentes nos trabalhos de Ribeiro (2012) e de Portilho (2013).

A forma *búrica* foi documentada em Paranã; ocorre no falar baiano e é considerada por Ribeiro (2012) como regionalismo do Rio de Janeiro. Portilho (2013) não documentou essa variante em suas pesquisas.

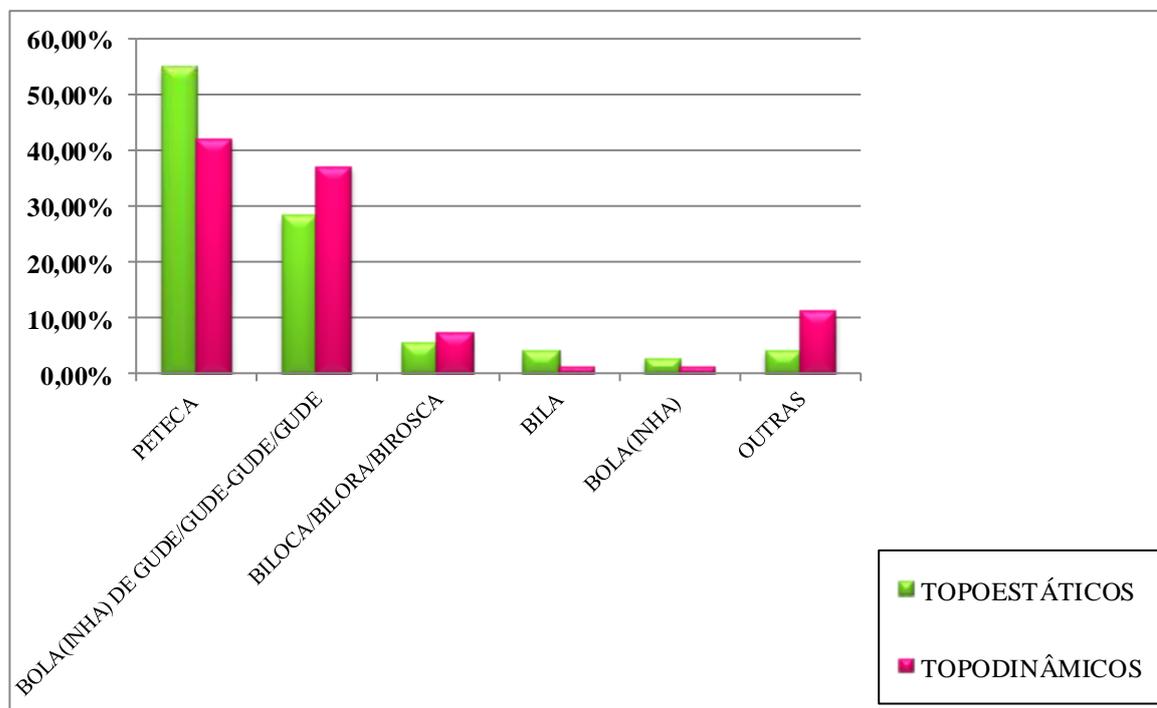
A respeito de *ximbra*, o informante 5 de Porto Nacional, jovem e topodinâmico, mencionou em sua entrevista. Houve casos da referida variante em Alagoas, Área de Controle estudada por Ribeiro (2012). Não constam registros dessa lexia no estudo de Portilho (2013).

Logo, em aspectos gerais constatamos que as variantes mais recorrentes foram: *peteca*, *bola(inha)* de *gude/gude/gude-gude* e *biloca/bilora/birosca*. No entanto, no que diz respeito a quase todas as localidades, houve concorrência entre as formas *peteca* e *bola(inha)* de *gude/gude/gude-gude*.

5.2.1 Variação para bola de gude: variável mobilidade

Para o grupo de informantes autóctones, registamos 71 respostas, e para os não nascidos 81 para as variantes de bolinha de gude, conforme o Gráfico 02:

Gráfico 02- Designações para *Bola de Gude*-Mobilidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Os dados dispostos no Gráfico 02 revelam que 54,93% dos topoestáticos e 41,98% dos topodinâmicos designam este brinquedo por *peteca*. *Bola de gude* ocupa o segundo lugar, porém é mais evidente no grupo topodinâmico com mais de 37%, enquanto no núcleo dos topoestáticos alcançou mais de 28%. Para atestar os dados, há o depoimento de um senhor de Gurupi, que relata o caráter extralocalidade da variante *bola de gude*:

INF.- Bolinha.
 INQ.- Bolinha...
 INF.- É *bolinha de gude*.
 INQ.- Lá em Uberaba, Minas Gerais, chamam de *bolinha de gude*?
 INF.- *Bolinha de gude*. (09/7).

Os topodinâmicos são responsáveis pelas formas *biloca/birola/birosca*, *boleba/baleba*, *búrica*, *burquinha*, *bolita* e *ximbra*, todas com baixa produtividade. Nas entrevistas, *biloca* é mencionada por um jovem de Paranã, afirmando que essa lexia é muito comum em Minas

Gerais e em Goiás, comprovando a afirmação de Ribeiro (2012) “*Biloca* ocorre concentrada em MG e GO, tanto em pontos do FB, quanto em pontos da AC” (RIBEIRO, 2012, p. 207).

Para *burquinha*, citada por um informante da segunda faixa etária de Mateiros, o referido informante afirma ter ouvido a designação no estado do Paraná. Assim, podemos observar que a partir desses exemplos o público topodinâmico possui maior repertório para o brinquedo comumente conhecido por *peteca/bola de gude* devido à diversidade de lugares de procedência: onde nasceram, moraram ou por onde passaram.

Os informantes locais também mencionaram em seus depoimentos os termos *biloca/birola/birosca*, mas com baixa produtividade; apenas quatro pessoas as mencionaram como resposta. Para *bila*, três pessoas citaram-na e, para *bola(inha)*, dois informantes. As únicas formas citadas somente pelos autóctones foram *olho de gato* e *buguero* que correspondem a 1,41% dos dados computados.

Na variável *diatópico-cinetica* (toestáticos e topodinâmicos) certificamos que houve tendências para *peteca* dentro dos dois grupos, mas com maior ocorrência entre os nascidos e criados no Estado. Já os topodinâmicos foram responsáveis por *bola(inha) de gude/gude/gude-gude* com maior percentual se comparado com os topoestáticos.

5.3 Variação para *baladeira*: resultado geral

Os levantamentos de dados realizados nas localidades selecionadas buscaram designações para QSL 122 *o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho*, no qual obtivemos 165 respostas. Além disso, não computamos *abstenções*⁵⁸, possivelmente porque ainda é um brinquedo comum entre os tocantinenses. O Quadro 07 apresenta as variantes produzidas e as respectivas porcentagens.

⁵⁸ Segundo Portilho (2013), houve um caso para não resposta. Ribeiro (2012) afirma ter ocorrido apenas 0,5% para abstenções. Desse modo, é evidente que a questão analisada teve baixa ausência de respostas nos três trabalhos.

Quadro 07-Designações para *Baladeira* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Baladeira	91	55.15%
Estilingue	65	39.39%
Sorinho	3	1.82%
Funda	2	1.21%
Badoque/Bodoque	2	1.21%
Seta	1	0.61%
Atiradeira	1	0.61%
TOTAL	165	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiTTETO (SILVA, 2018).

Conforme a composição do Quadro 07, a unidade lexical de maior ocorrência é *baladeira*, com 55,15% dos dados coletados. Para Cascudo (2002), assim como para Póvoa (1996), o brinquedo *baladeira* consiste em uma arma de caçar passarinhos feita de duas tiras de borracha ou elástico, atadas em uma forquilha e unidas com uma tira de couro, onde se coloca a pedra e é o mesmo que *atiradeira* e *estilingue*.

Em seguida, temos *estilingue* com produção de 39,39% das repostas fornecidas pelos tocantinenses. Em Aulete (2011), a variante consiste em um “instrumento composto por uma forquilha (de madeira) na qual se amarra uma tira elástica, usada para arremessar objetos a distância; mesmo que *atiradeira*”. Houaiss (2011) faz descrição similar e fornece como sinônimos *bodoque* e *atiradeira*. Ambos os autores pontuam que a origem da palavra *estilingue* é obscura.

Outra lexia citada pelos informantes durante os inquéritos foi *sorinho*, cuja produção é de 1,82%. O termo não está dicionarizado, assim, possivelmente, os informantes atribuíram ao artefato o nome *sorinho* porque se usa um tipo de borracha conhecida como *soro* para confeccionar o brinquedo.

Foram documentadas também outras designações como *funda* com pouco mais que 1% das repostas. Houaiss (2009) pontua que a variante tem origem latina *fundae*, em Português significa *funda*, *atiradeira* ou *estilingue* e consiste na arma de arremesso composta por uma correia, ou corda dobrada, em cujo centro é colocado o objeto que se deseja lançar. Acreditamos que devido às semelhanças entre o *estilingue* e a *funda* os informantes passem a designar o artefato de madeira com denominações aplicadas para outros brinquedos.

A descrição fornecida por Póvoa (1996) comprova o que pontuamos anteriormente, pois *funda* é uma “espécie de arma rústica, semelhante a um *estilingue* sem o gancho,

constituída de dois barbantes; cujas pontas são unidas por um pedaço de couro, onde se coloca uma pedra; após continuados giros pelas outras pontas, uma delas é solta, e a pedra é açoitada”.

Para *bodoque/badoque* registramos 1,21% dos dados. Aulete (2011) e Houaiss (2011) denominam-no como um artefato feito de forquilha e elástico, usado para lançar pedrinhas, originado do árabe *bunduq* que significa *noz, avelã, bolota, bala de pedra* ou *pedra* para espingarda ou *atiradeira*; os autores mencionam que é uma variante de *atiradeira* e *estilingue*. Cascudo (2002) e Póvoa (1996) designam *bodoque/badoque* como um tipo de arma usada para caçar passarinhos, feito de goiabeira, pereiro ou outra madeira flexível, em que há um arco e dois barbantes de algodão paralelos unindo suas extremidades e tendo ao meio um pedaço de tecido em que se coloca a pedra para o arremesso.

Por seu turno, a variante *seta* teve somente 0,61% das respostas e é designado por Houaiss (2009) como arma de arremesso constituído por uma haste que tem uma das extremidades pontiaguda e outra provida de penas, e que se atira por meio de um arco ou uma besta, a acepção é proveniente do latim *sagitta* ou *sagittae* que, em língua portuguesa significa *flecha* ou *seta*, sendo considerado, pelo dicionarista como regionalismo de Santa Catarina.

A *atiradeira* obteve 0,61% das ocorrências, sendo entendido por Aulete (2011) e Houaiss (2011) como sinônimos para *bodoque* e *estilingue*.

Sobre a ocorrência das variantes em outras pesquisas, observamos que *baladeira* foi bastante produtiva apenas no falar amazônico (PORTILHO, 2013), uma vez que a forma em questão registrou 70% dos dados, seguida de *estilingue* com 21,5% das ocorrências. As unidades *badoque/bodoque* e *atiradeira* também foram registradas no falar amazônico, encaixadas na categoria *outras*. Não houve registros das variantes: *seta*, *funda* e *sorinho*.

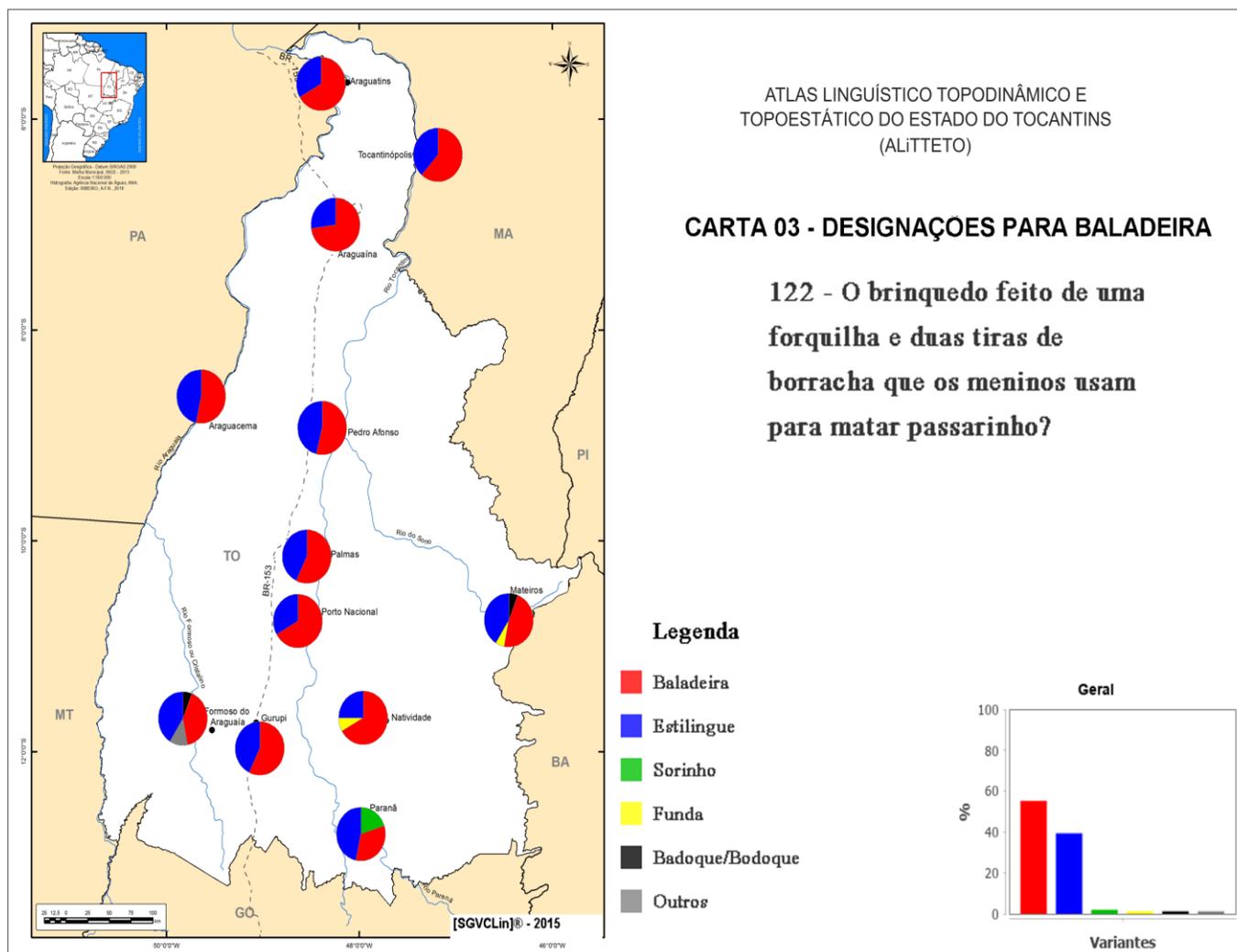
Porém, no trabalho sobre o falar baiano, defendido por Ribeiro (2012), *estilingue* lidera o número de ocorrências, com 48% das respostas; *badoque* (23,2%) ocupou a segunda posição. Já *baladeira* ocorreu com 7,5% das respostas, ficando em terceiro lugar. Ribeiro (2012) registrou *atiradeira* (2,4%) e *seta* (2,1%), mas não registrou: *sorinho* ou *funda*⁵⁹.

Assim, em relação a variante em foco nesta seção, os dados do Tocantins assemelham-se aos do falar amazônico (PORTILHO, 2013).

A Carta 03 expõe a distribuição diatópica das designações para *artefato de madeira*.

⁵⁹ De acordo com Ribeiro (2012, p. 230-231), houve apenas um caso para *funda* e autora a considerou agrupada ao conjunto de lexias que poderão receber tratamento complementar.

Figura 25-Carta 03-Diatópica Geral-Designações para *Baladeira*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

A carta linguística diatópica evidencia que a acepção mais recorrente no falar tocantinense referente ao brinquedo é a *baladeira*. A segunda lexia mais recorrente foi *estilingue*, uma vez que esteve presente em todas as localidades. As localidades em que ocorreram somente *baladeira* e *estilingue* são: Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Araguacema, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi. Enquanto que em Mateiros, Natividade, Paranã e Formoso do Araguaia registramos outras formas, além de *baladeira* e *estilingue*.

De acordo com a cartografia, outras designações foram proferidas por informantes situados em localidades mais ao sul do estado do Tocantins. No município de Paranã ocorreu a designação para o brinquedo como *sorinho*.

Na cidade de Formoso do Araguaia houve *bodoque/badoque*, *atiradeira* e *seta*. Em Natividade, por sua vez, um informante topodinâmico proferiu *funda*, além de citar *baladeira* e *estilingue*. Mateiros compartilhou das mesmas preferências que os informantes de Formoso do Araguaia e Natividade para *funda* e *bodoque/badoque*.

O depoimento a seguir, de uma mulher da segunda faixa etária, corrobora a presença da variante *bodoque/badoque* em solo tocantinense, uma vez que o informante é proveniente da Bahia e possivelmente a lexia chegou ao Tocantins via migração:

INF.- *Estilingue, badoque*.

INQ.- Lá na Bahia a senhora fala como?

INF.- *Badoque*.

INQ.- E aqui a senhora ouviu falar...

INF.- *Estilingue*. No Rio, lá em Itapiruna também fala *estilingue*. (10/8).

No falar baiano, descrito por Ribeiro, *badoque* e suas variações fônicas (*bodoque/badoque*) ocorreram predominantemente “na área central e leste do Falar Baiano (FB), a partir da linha divisória do Rio São Francisco. Ocorre também em Área de Controle (AC) sul e sudoeste. Não ocorre em pontos de controle noroeste (MT, TO, MA e PI).” (RIBEIRO, 2012, p. 229).

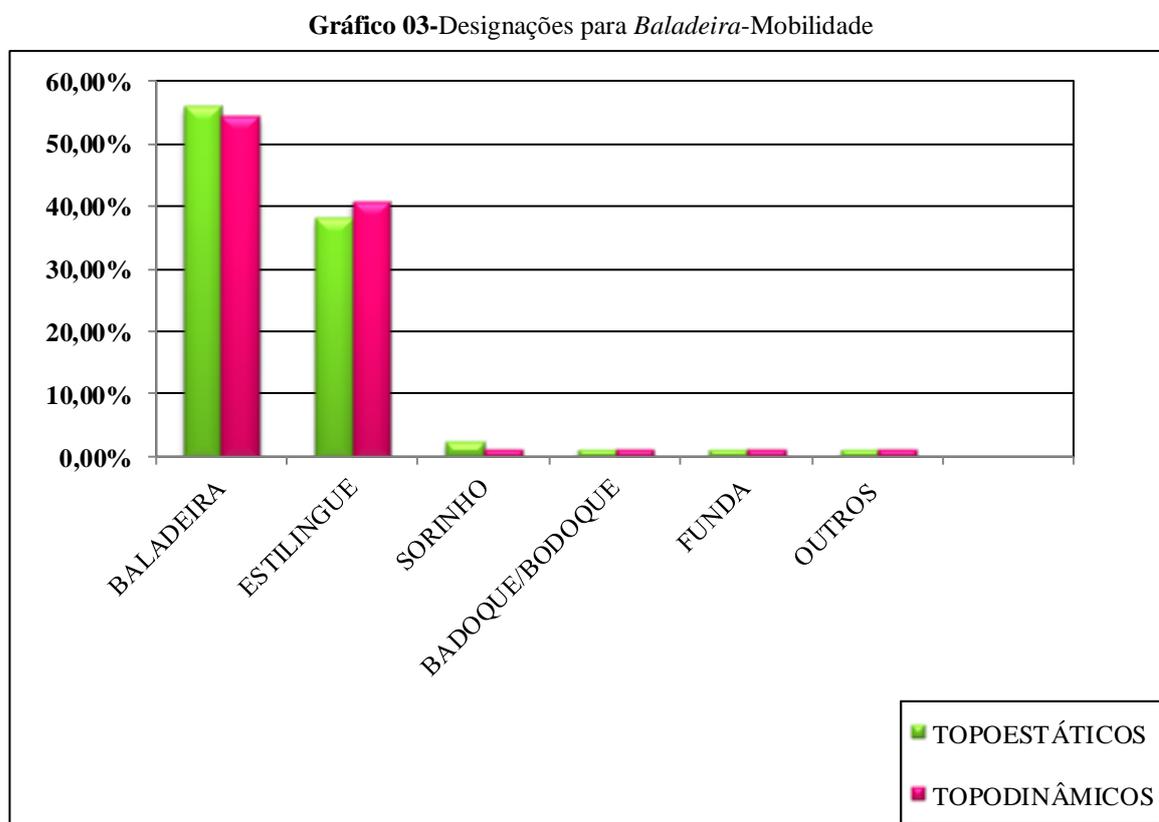
Sobre a presença de *seta* entre as respostas dos moradores do Tocantins, acreditamos que sua entrada se deu em função de movimentos migratórios, uma vez que foi citada uma única vez, por um informante topodinâmico e pertencente a segunda faixa etária. Ribeiro (2012) corrobora que *seta* foi encontrada “exclusivamente no estado do Espírito Santo” (RIBEIRO, 2012, p. 229); Houaiss (2009) pontua ser uma variante pertencente ao estado de Santa Catarina, bem como Santos (2016) comprovou em suas pesquisas que *seta* teve grande ocorrência no falar fluminense.

Quanto à *atiradeira*, evidenciou-se que seu uso é pertencente ao estado de Minas Gerais, como atestam os trabalhos de Ribeiro (2012) e de Santos (2016).

Desse modo, notamos que somente quatro localidades mencionaram outras variantes para o brinquedo em questão, concorrendo ainda com as acepções *estilingue* e *baladeira*, isso significa que há um processo de covariação entre o falar amazônico (preferência por *baladeira*) e o falar baiano (preferência por *estilingue*), uma vez que as referidas unidades disputaram espaço no falar tocantinense.

5.3.1 Variação para *baladeira*: variável mobilidade

O Gráfico 03 expõe a variação para o brinquedo no recorte mobilidade do informante. Os topoestáticos foram responsáveis por 71 respostas e os topodinâmicos por 81.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

As informações dispostas no Gráfico 03 elucidam que *baladeira* foi proferida pelos autóctones (55,95%) e pelos alóctones (54,32%) quase na mesma proporção, ou seja, ambos os públicos têm a mesma preferência lexical. *Estilingue* ocupa o segundo lugar na escolha dos informantes, com maior propensão no público topodinâmico 40,74% contra 38,10% dos informantes nascidos e criados no Tocantins.

Assim, mesmo havendo um possível processo de covariação, observamos que em boa parte dos depoimentos os informantes topodinâmicos e topoestáticos preferiram designar o brinquedo como *baladeira*, pois, independentemente de aparecer como primeira ou segunda resposta, os falantes de cada grupo afirmaram que no Tocantins se chama o artefato por *baladeira*. A seguir há dois depoimentos que corroboram nossas observações:

O primeiro relato corresponde a um morador de Araguacema:

INF.- *Baladera, estilingue.*

INQ.- Qual que eles mais usam aqui?

INF.- *Baladera.* (04/3).

O informante de Paranã diz o seguinte sobre *estilingue* e *baladeira*:

INF.- *Estilingue, baladera.*

INQ.- Qual o pessoal costuma utilizar aqui?

INF.- Eles usam o *estilingue* e a *baladera*, eles fala.

INQ.- Qual o mais comum?

INF.- *Baladera* aqui. Na minha região lá... porque região muda de nome. Lá em Goiás usava *estilingue* e *baladera*, mas é mais *estilingue*. Aqui já usa mais *baladera* e quase num usa *estilingue*. (12/7).

Além disso, notamos que *baladeira* é considerada pelos informantes como uma variante mais antiga e *estilingue* é uma expressão mais moderna, como o informante, da segunda faixa etária, de Porto Nacional nos informa:

INF.- Nós chamava muito de *baladeira*. Hoje chama muito *estilingue*, né. Antigamente a gente chamava *baladeira*. (10/3).

A informante, pertencente faixa etária II, situada em Natividade, também forneceu a seguinte informação:

INF.- *Estilingue, baladeira.*

INQ.- Qual que o pessoal mais utiliza aqui?

INF.- Ah, não, agora, os meninos já tão tudo falando *estilingue*, né? Mais, no tempo dos meus irmão na fazenda era *baladeira*. Tinha *baladera* e tinha *funda*.

INQ.- Como que é a *funda*?

INF.- Eles tiravam um pedaço de sola, né? E furava de um lado e do... outro assim e colocava pedra e ó. (11/8).

Por fim, os informantes nascidos e criados nas localidades tocantinenses (topoestáticos) produziram também as formas *sorinho*, *badoque/bodoque*, *atiradeira* e *funda*. Enquanto as pessoas de mobilidade geográfica produziram *badoque*, *sorinho*, *funda* e *seta*.

Desse modo, os topoestáticos e topodinâmicos concederam as duas variantes mais produtivas: *baladeira* e *estilingue* com pequena diferença percentual em ambos os grupos, assim como citaram outras variantes na mesma proporção.

5.4 Variação para *pipa* (com varetas): resultado geral

As pesquisas realizadas nos 12 municípios tocantinenses registraram sete denominações para o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha. No total, computamos 147 repostas, de acordo com a distribuição no Quadro 08. Para esse questionamento não houve casos de *não respostas*, como ocorreu com outras brincadeiras e brinquedos. Provavelmente os informantes tenham mais conhecimento acerca do brinquedo discutido e analisado nessa parte do trabalho.

Quadro 08-Designações para *Pipa* (com varetas) - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Pipa/Pipão	82	55.78%
Papagaio	48	32.65%
Arraia	13	8.84%
Aviãozinho	1	0.68%
Papa-Vento	1	0.68%
Curica	1	0.68%
Suru	1	0.68%
TOTAL	147	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Por meio dos valores apresentados no Quadro 08, o agrupamento mais produtivo e conhecido dentro das localidades pesquisadas é *pipa/pipão* com 55,78% dos registros, o que equivale a 82 repostas fornecidas pelos informantes.

Houaiss (2011) cita que *pipa* é um “brinquedo formado por uma armação leve de varetas, recoberto de papel fino e presa a uma linha, que se empina no ar, e é derivado do latim vulgar *pipare*, o mesmo que *piar* dentro do português do Brasil”. Já *pipão* é o aumentativo de *pipa*, forma fornecida pelos informantes.

Para a acepção *papagaio* contabilizamos 32,65% dos dados, ficando em segundo lugar na preferência dos informantes. Aulete (2011) descreve *papagaio* como um brinquedo constituído de uma armação revestida de papel que se faz flutuar no ar preso a um cordel que o maneja, variante de *pipa*. Houaiss (2011) cita *papagaio* como uma variante para *pipa*.

Arraia, que teve 13 repostas, ou seja, 8,84% dos dados, é definida por Houaiss (2011) como o mesmo que *pipa* e *papagaio*. Aulete (2011), por sua vez, trata-a como um pequeno *papagaio* com formato de arraia. Para Cascudo (2002), é um “objeto feito com uma cruzeta de

cana ou madeira leve, coberta com papel de seda ou papel crepom. [...] Na parte inferior, pende uma cauda comprida, de pano. Dirigida contra o vento, para empinar, a arraia sobe alto”. Póvoa (1996) pontua que a referida lexia é uma “espécie de *papagaio de papel*, com uma longa cauda”. Uma moradora de Araguacema, da primeira faixa etária descreve arraia de forma similar a Póvoa (1996):

INF.- *Pipa*.

INQ.- Tem outros?

INF.- *Arraia*.

INQ.- Como é que é *arraia*?

INF.- *Arraia* é maior que a *pipa*, é maior. (04/6).

Sobre a origem do nome *arraia*, Cascudo (2002) informa que “[...] provém da semelhança com os peixes batóides, com a cauda longa e fina. A arraias podem ser retangulares, losangulares, paralelogrâmicas com forma de aves, estrelas, triângulos [...]”.

Os informantes do ALITTETO também citaram as variantes: *aviãozinho*, *papa-vento*, *curica* e *suru*, com apenas uma citação cada, 0,68%. O termo *aviãozinho* não consta nos dicionários consultados como uma variante de *pipa* ou *papagaio*, mas se trata de uma forma diminutiva da palavra *avião* que, possivelmente procedente do fato de o brinquedo planar no ar.

Papa-vento encontra-se apenas em Póvoa (1996) como variante para *cata-vento*⁶⁰. *Curica* não consta nos dicionários como brinquedo, mas como designação para a ave papagaio, com etimologia tupi *ku’ruca*. Durante as entrevistas, os informantes não apresentaram o significado ou as características para o termo em questão, mas supomos que designaram o brinquedo como *curica* devido à ligação com o nome *papagaio*.

Houaiss (2009) cita que *suru* se trata de uma *pandorga* sem cauda e dotada de pequenas barbatanas de papel de seda, considerada como um regionalismo da Bahia, também conhecido como *sura* ou *suro*. Póvoa (1996) diz ser uma espécie de *papagaio de papel* sem cauda. De acordo com Aulete (2011), o real significado de *suru* diz respeito ao animal que não possui rabo ou parte dele, ou seja, existem *pipas* ou *papagaios* que não tem a cauda ou a rabiola, logo, o brinquedo é então designado pelos informantes como *suru*.

Verificamos que na área do falar baiano e adjacências (RIBEIRO, 2012), a designação mais recorrente foi *pipa* (45,6%), seguida de *arraia* com 26,4%; *papagaio* alcançou o terceiro lugar com 19,3%. Já Portilho (2013, p. 92) catalogou as seguintes variantes no falar

⁶⁰ Encontramos a seguinte descrição para *cata-vento* “brinquedo composto de uma haste de madeira que tem em sua extremidade papel em forma de pás de moinho” (HOUAISS, 2011, p.174), logo presumimos que os informantes tenham relacionado o brinquedo *pipa* com *papa-vento* pela semelhança entre eles e o *cata-vento*.

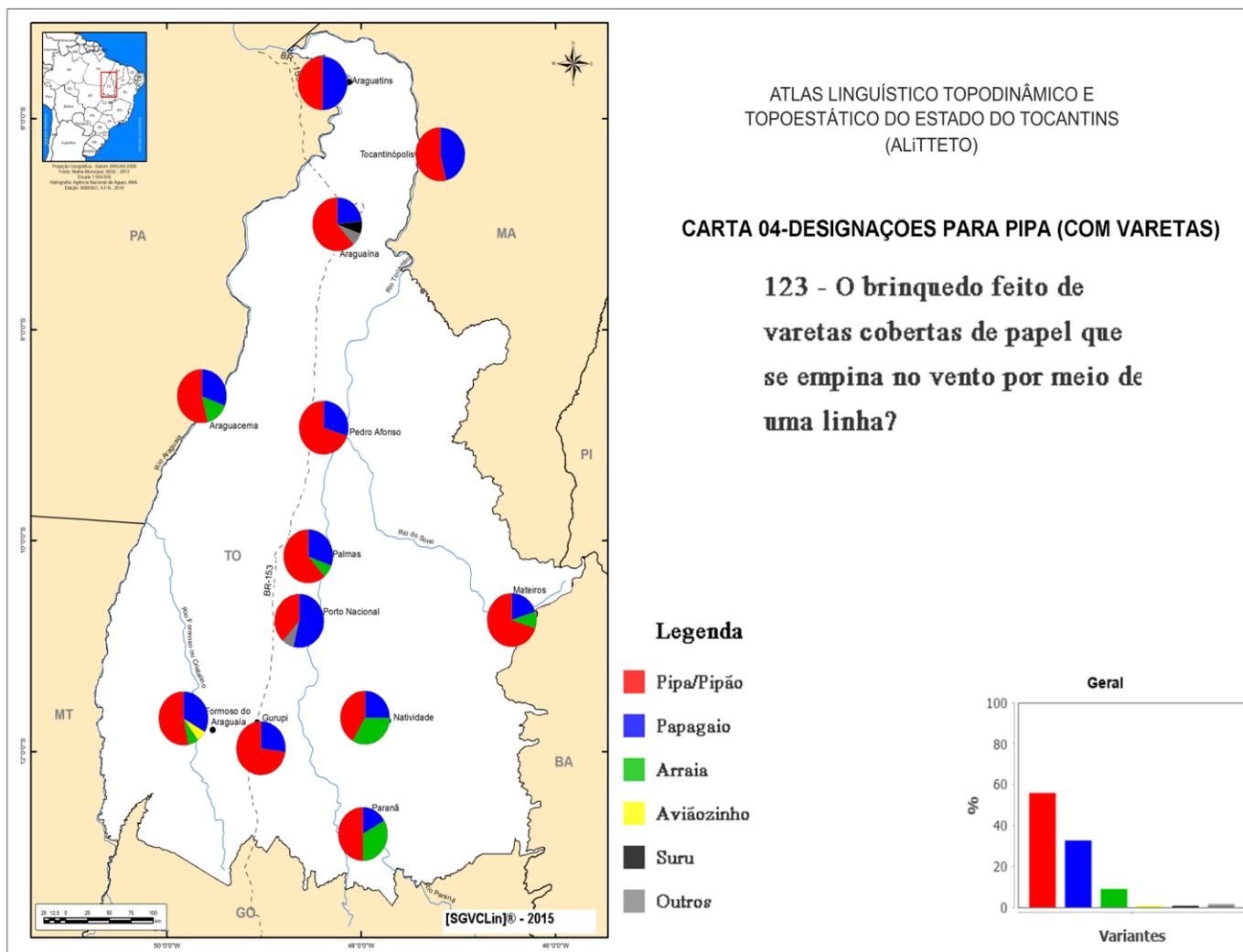
amazônico “[...] *papagaio*, com 54,5% de produtividade, seguida de *pipa*, com 30,6% das ocorrências [...]”; no trabalho da autora houve um caso para *arraia*.

As demais lexias citadas por nossos informantes: *aviãozinho*, *suru* e *curica* foram documentadas no trabalho de Ribeiro (2012); Portilho (2013) registrou somente *curica*. *Papa-Vento* não esteve presente na pesquisa realizada pelas autoras, mas encontramos menção da variante no trabalho de Santos (2016) citada por dois informantes, pertencentes ao falar fluminense.

Com isso, tivemos as mesmas acepções que as registradas nos trabalhos de Ribeiro (2012) e Portilho (2013), porém em ordens e preferências distintas.

A Carta Diatópica 04 ilustra as variantes mais produtivas para o brinquedo feito de varetas, coberto de papel e que se empina no vento, distribuídas no espaço de pesquisa.

Figura 26-Carta 04-Diatópica Geral-Designações para *Pipa* (com varetas)



Os dados presentes na Carta 04 evidenciam a coexistência de duas formas em todas as localidades tocantinenses: *pipa* e *papagaio*. Em sete pontos de inquérito registramos menção de outras variantes.

A forte presença de *pipa* no território tocantinense pode ser ocasionado porque é variante escolarizada, usada em materiais didáticos, ou seja, constitui-se como norma nacional. Com isso, possivelmente, *pipa* começou a ‘ganhar espaço’ entre os informantes, fazendo com que eles deixassem de lado as outras denominações para o brinquedo em questão, como, por exemplo, *papagaio* e *arraia*.

Arraia está em terceiro lugar na predileção dos informantes de Araguacema, Palmas, Mateiros, Formoso do Araguaia, Natividade e Paranã. Observamos que em Natividade e Paranã houve quantitativo maior de porcentagens para *arraia* (33,33%), ou seja, a lexia ficou em segundo lugar na preferência dos informantes destas duas localidades. Esse caso é explicável posto que no trabalho de Ribeiro (2012) ocorreu o seguinte “na área do *Falar Baiano* (FB) em Tocantins, Goiás e em quase todas as localidades da Bahia (15 das 22) *pipa* convive apenas com *arraia*, o que pode ser observado em área fronteiriça da BA com GO e TO [...]”. (RIBEIRO, 2012, p. 253).

Averiguamos também que no trabalho de Milani et al. (2015) *arraia* foi registrada em algumas cidades goianas como, por exemplo: São João d’Aliança, Uruaçu, Aragarças, Aruanã, Catalão, Campos Belos, Anápolis, Formosa, Crixás, Caldas Novas, dentre outras, isso significa que supostamente a variante mencionada é norma no Estado e tenha se disseminado via migração para o Tocantins, o que ratifica os nossos dados.

Curica e *suru* foram mencionadas com ocorrências únicas na cidade de Araguaína. No grupo *outros*, dispostos na Carta 04, estão *papa-vento* e *aviãozinho*; a primeira foi mencionada em Porto Nacional e a segunda em Formoso do Araguaia. Para *aviãozinho*, encontramos o relato de uma informante, da segunda faixa etária, informando que a variante é comum no estado do Maranhão:

INF.- Aqui o povo chama de... de pipa, né, no Maranhão chama de *aviãozim*.

INQ.- *Aviãozinho*?

INF.- É. É a mesma coisa da *pipa*.

INQ.- Construído da mesma forma, né?

INF.- Aham.

INQ.- Você pode me contar como é que vocês fazem lá a *pipa*?

INF.- É do mesmo jeito, desse mesmo jeito, aí solta. Vai soltando ela. (10/6).

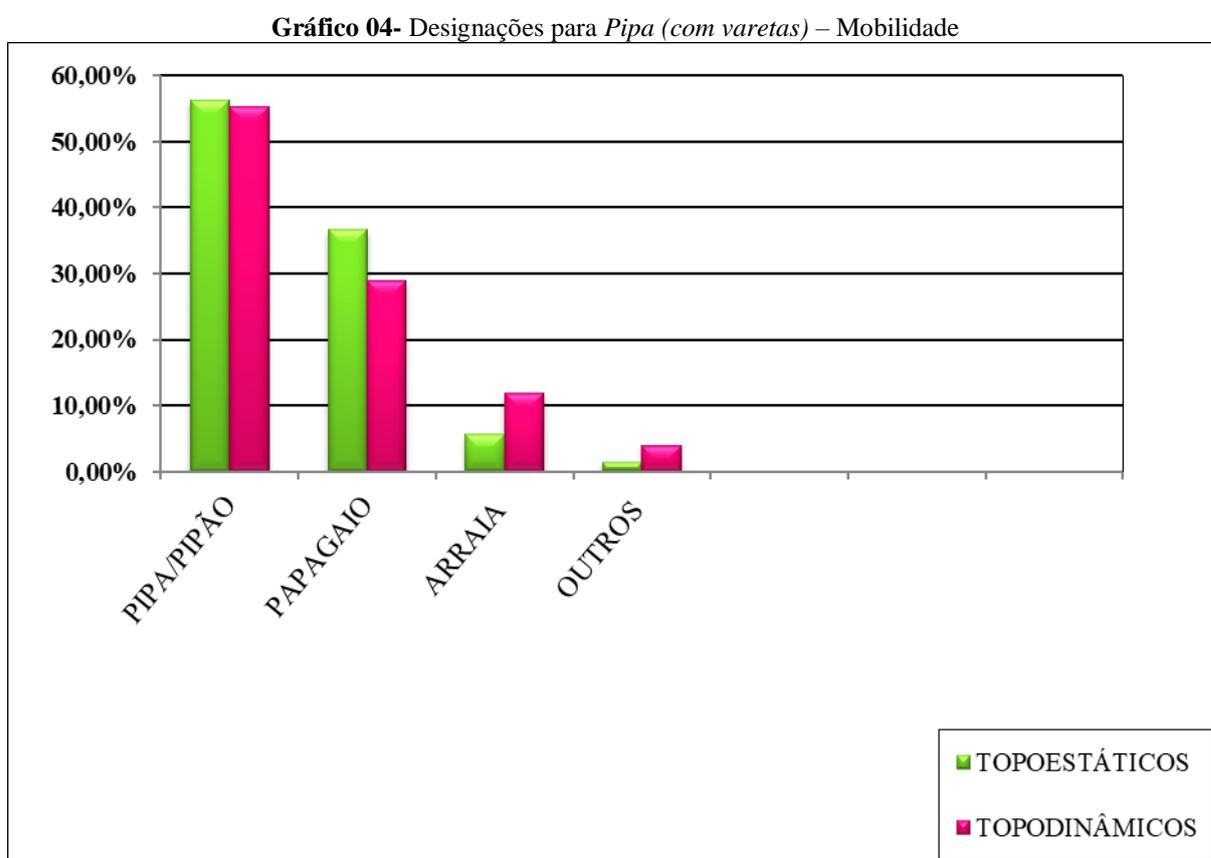
Ribeiro (2012) constatou que *avião* e sua variação (*aviãozinho*) se fazem presentes tanto no falar baiano (na parte mais nordeste da área, em Sergipe e na Bahia) quanto nas

localidades pertencentes à Área de Controle, em três localidades da referida região pesquisada.

Diante da análise da carta, notamos que as variantes *pipa/pipão* e *papagaio* covariam em todo o território tocantinense, com propensão a serem mais produtivas em determinadas localidades que em outras.

5.4.1 Variação para pipa (com varetas): variável mobilidade

Sobre o aspecto mobilidade, ambos os grupos obtiveram número de respostas aproximado para o brinquedo feito com varetas, coberto com papel e que se empina no vento: 71 ocorrências para topoestáticos e 76 para topodinâmicos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Em relação à *pipa/pipão* os informantes nascidos e criados nas localidades tiveram um percentual aproximado com aqueles vindos de outros lugares para o Tocantins, o primeiro grupo registrou 56,64% e o segundo 55,26% das respostas.

Em segundo lugar ficou *papagaio*, cujos autóctones produziram porcentagem maior 36,62% contra 28,95% dos registros para os alóctones. Possivelmente, os informantes

extralocalidades produziram número menor para *papagaio* porque citaram *arraia* com maior propensão, assim como forneceram mais variantes para a QSL 123.

A forma lexical *arraia* é mais conhecida e utilizada pelo público topodinâmicos, 11,84%, enquanto os informantes estáticos forneceram 5,63% dos dados. Temos o depoimento de uma mulher, da segunda faixa etária e residente em Formoso do Araguaia, no qual comprova que *arraia* provavelmente é mais comum em outros estados, como a Bahia, por exemplo.

INF.- *Pipa, arraia, papagaio*, tudo é uma coisa só, com vários nomes.

INQ.- Aqui a senhora ouviu falar como?

INF.- Aqui é *pipa*. Lá em Itapiruna é *pipa*. Lá na Bahia, lá em Itapetinga é *arraia*, eles fala muito *arraia*, já sabe que é pipa. (10/8).

No Gráfico 04, na categoria *outros*, está *curica* (1,41%) com ocorrência única e produzida por um informante fixo. O grupo móvel, por seu turno, forneceu as seguintes variantes *aviãozinho*, *suru* e *papa-vento*, todos mencionados somente uma vez, contemplando o valor de 1,32% das respostas cada.

Assim, *pipa/pipão* rege a preferência dos dois grupos; enquanto que os informantes nascidos e criados nas localidades concederam mais respostas para *papagaio*, àqueles vindos de migração foram responsáveis pela maior ocorrência de *arraia* e por fornecer mais variantes.

5.5 Variação para *pipa* (sem varetas): resultado geral

Computamos 109 ocorrências para o brinquedo também feito de papel, mas sem varetas que se empina no vento por meio de uma linha, como está exposto no Quadro 09. Aqui possuímos quase as mesmas designações que estão presentes no QSL 123, por isso, em termos de dicionarização, para evitarmos repetições, optamos por não apresentar o significado, exceto por àquelas registradas apenas nesta questão.

Quadro 09- Designações para *Pipa (sem varetas)* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Pipa/Pipinha	35	32.11%
Não Resposta	31	28.44%
Papagaio/Papagainho	23	21.10%
Arraia/Raia	7	6.42%
Balão	5	4.59%
Avião/Aviãozinho	5	4.59%
Papa-Vento	1	0.92%
Paraquedas	1	0.92%
Morcego/Morceguinho	1	0.92%
TOTAL	109	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Dentre as formas coletadas, a variante mais recorrente corresponde a *pipa/pipinha* com 32,11% dos dados, o que representa 35 ocorrências; *pipinha* é o diminutivo de *pipa*, forma proferida pelos informantes. Em segundo lugar temos 28,44% de abstenções das respostas, supostamente as pessoas acreditaram ser um brinquedo do qual nunca tinham visto ou brincado, posto que o comum para elas seria a confecção do brinquedo com a presença das varetas.

Papagaio/Papagainho angariou 21,10% das respostas. Assim como *pipa*, a lexia *papagaio* apresentou a forma diminutiva *papagainho*. Computamos 6,42% para *arraia/raia*; o termo *raia* por sua vez é uma variação fônica apresentada pelos informantes e, por este motivo, formam um mesmo agrupamento.

A lexia *balão* teve 4,59% dos dados, porém verificamos em Houaiss (2011) e Aulete (2011) que o significado não corresponde ao brinquedo tratado nesta análise, uma vez que os dicionaristas descrevem *balão* como “artefato oco de papel fino inflado pelo ar; espaço arredondado usado nas histórias em quadrinhos para escrever as falas dos personagens; ato feito por uma pessoa quando quer se desviar de algo”. Os autores afirmam que *balão* é originário do francês *ballon* o mesmo que bola, bomba ou objeto esférico. Acreditamos que os informantes tenham citado *balão* como variante de *pipa* porque associaram que os dois brinquedos são soltos no ar.

A forma *avião/aviãozinho* teve 4,59% dos registros. Temos a seguinte descrição do brinquedo, feito por um informante de Porto Nacional, pertencente a primeira faixa etária:

INF.- Ah, *aviãozim*. Eu fazia, fazia esse *aviãozinho*. Ele... eu dobrava, eu dobrava ele pra dentro.

INQ.2- Assim?

INF.- Isso, pra dentro, é. Pra dentro, e colocava, fazia um burquinho aqui, o outro aqui, daí passava a linha no meio, aí dava só um nozinho aqui, e essa, as borda aqui você dobrava ela pra fora, pra ela dá um pouco de estabilidade. Aí 'cê vinha puxando e ele vinha... planando. Mas parou e descia. Aí a gente que tinha que corrê.

INQ.- Você chamava então de...?

INF.- *Avião*. Aí tem o outro *avião* também, que é de jogar, né. 'Cê faz o desenho e tudo ali no papel e joga. Aí tinha dois estilo, a gente fazia até brincadeira lá de, de... quem jogava mais longe, que era o do biquinho fino, e o que ficava mais tempo voando assim, que era o de biquinho achatado, você jogava pra cima e ele vinha planiando assim até cair. E a gente contava. (07/5).

As variantes *morcego/morceguinho*, *paraquedas* e *papa-vento* obtiveram 0,92% dos dados cada. *Morcego* em Aulete (2011) e Houaiss (2011) possui outra descrição, distinta do atribuído para o brinquedo em estudo, porque se trata de um mamífero noturno e voador. *Paraquedas* também tem outro significado, pois os autores designam como um artefato dobrável, com cordas que sustentam pessoas ou cargas usado para lançar de grande altura. Possivelmente, os informantes designaram o artefato como *morcego* ou *paraquedas* devido as semelhanças físicas do animal e do objeto. A seguir temos dois relatos que expõem como os informantes denominam o brinquedo em estudo.

O homem da faixa etária I e residente em Formoso do Araguaia diz que:

INF.- É o *para-queda*, só se fô assim. No meu tempo era *para-queda* que nós chamava. Sei qual... com papel mesmo faiz. (10/1).

O representante da faixa etária II, também morador de Formoso do Araguaia, nos informa o seguinte sobre *morcego/morceguinho*:

INF.- *Murcego*, lá eu conheço como *murceguim*, que tem a *pipa* que é feito de bambu, essa outra lá eu conheço como morcego. (10/7).

Sobre *papa-vento*, o senhor de Porto Nacional (faixa etária II), topodinâmico, destaca:

INF.- *Papa vento*.

INQ.- Tem outro nome?

INF.- *Papagaio*.

INQ.- É a mesma coisa?

INF.- É.

INQ.- Muda o nome se esse brinquedo não tiver a vareta? For só um papelzinho, a mãe amarra uma linha, e ele brincando.

INF.- Hum hum. (07/7).

Com isso, verificamos que as variantes *morcego/morceguinho*, *paraquedas* e *papa-vento*, mesmo sendo dicionarizadas com outros significados, fazem parte do vocabulário dos

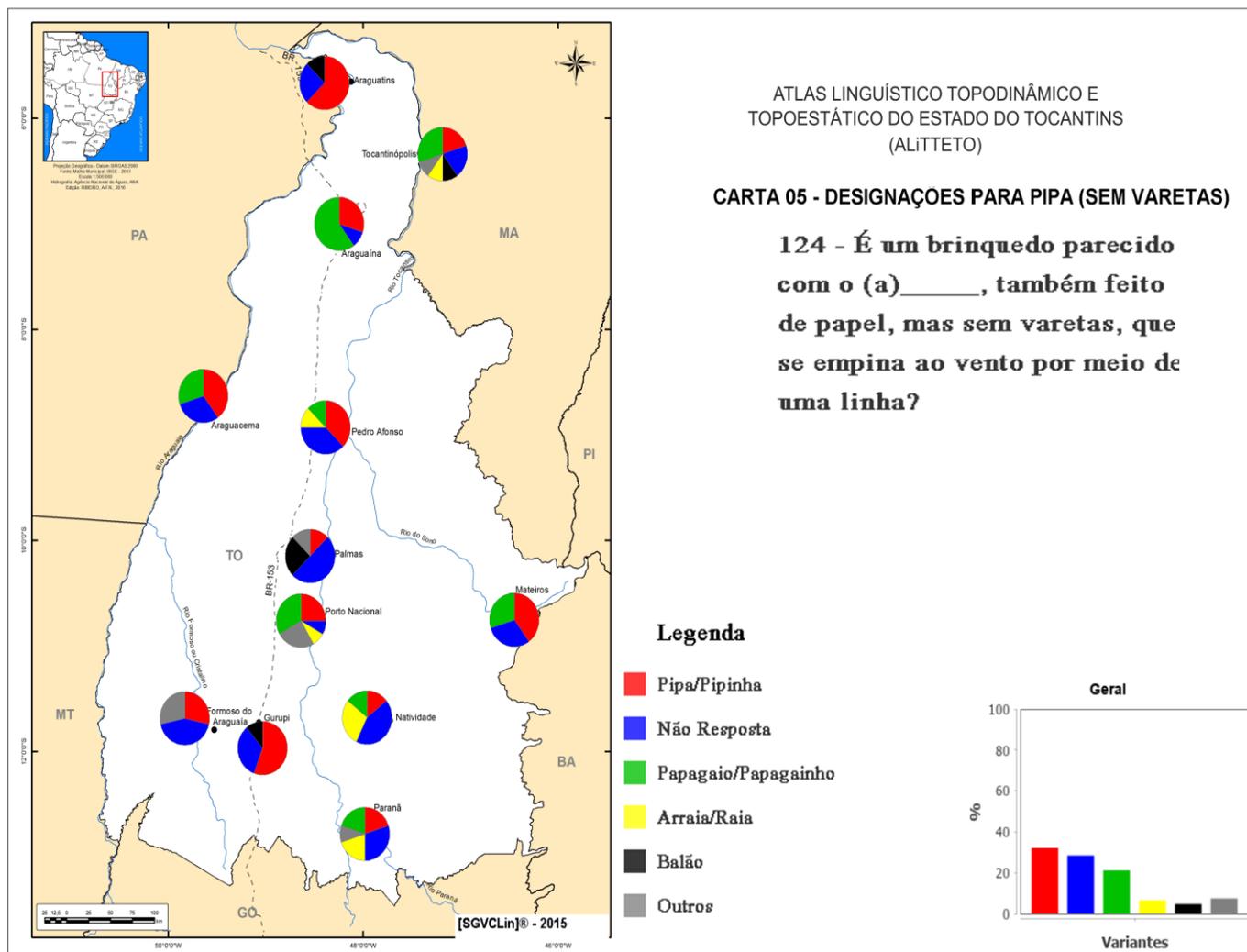
informantes como um brinquedo igual ou semelhante a *pipa/papagaio sem varetas*, uma vez que as descrições contidas nos relatos corroboram as formas como relativas ao brinquedo.

Ao confrontarmos nossos dados com os de Portilho (2013), verificamos que as acepções mais recorrentes no falar amazônico e adjacências foram: *curica/curiquinha* com 54%, seguido de *pipa*, com 19,3%, em terceiro ficou *papagaio* com 10,2% dos dados. Isso significa que, em ordem de preferência, nossos dados foram diferentes, posto que, em primeira instância, os informantes deste trabalho preferiram designar o artefato como *pipa* e não por *curica*.

Observamos também que a autora coletou variantes que estão presentes em nossas análises, sendo elas: *paraquedas*, *avião* e *morcego*. Portilho (2013, p. 98) ainda pontua que “foi observada uma particularidade em relação às demais tomadas como objeto de análise neste trabalho: 35,2% (45) dos informantes não souberam a resposta”, dado semelhante ao elencado no Tocantins, 28,18%.

Em Ribeiro (2012), as lexias mais recorrentes no falar baiano e adjacências foram: *pipa* (26,4%), *papagaio* (19,3%) e *arraia* (15,7%), respectivamente. A autora também documentou *avião* e *balão*, ambos encontrados tanto no falar baiano quanto nas localidades da Área de Controle; houve registro para *morcego* na Bahia e para *papa-vento* no Espírito Santo (AC). Ribeiro (2012) não catalogou *paraquedas* e também não descreveu casos de abstenções, como ocorreu no falar amazônico e em nosso trabalho. A Carta 05 a seguir, demonstra a distribuição das variantes conforme a área pesquisada para o QSL. 124.

Figura 27-Carta 05-Diatópica Geral-Designações para *Pipa* (sem varetas)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Os dados revelam que *pipa/pipinha* e as *abstenções* tiveram ocorrências em todas as localidades pesquisadas. Em dois pontos de inquérito houve maior produção para *pipa/pipinha*, sendo elas: Araguatins com 62,5% e Gurupi com 55,56%, enquanto o maior número de *abstenções* ocorreu em Natividade e em Formoso do Araguaia, cujo percentual foi o mesmo: 42,86%.

Papagaio/papagainho foi mencionado em oito localidades, das doze pesquisadas: Tocantinópolis, Araguaína, Araguacema, Pedro Afonso, Porto Nacional, Natividade, Mateiros e Paranã.

A presença expressiva de *papagaio* em algumas localidades tocantinenses ocorreu possivelmente pela influência dos estados do falar amazônico (PORTILHO, 2013) e do falar baiano (RIBEIRO, 2012). Desse modo, nas cidades de Araguaína e Araguacema teve influências dos estados do Amazonas e do Pará. Já em Tocantinópolis, Pedro Afonso, Porto Nacional, Natividade, Mateiros e Paranã há uma possível atuação dos estados nordestinos, posto que Ribeiro (2012) documentou a referida lexia tanto no falar baiano quanto nas áreas de controle de Pernambuco, Maranhão e Goiás, ocasionando possíveis trocas lexicais entre os três falares.

Coletamos *arraia/raia* em cinco cidades investigadas: Tocantinópolis, Pedro Afonso, Porto Nacional, Natividade e Paranã, cidades históricas e margeadas pelo rio Tocantins. Percebemos que a forma *raia* ocorreu uma única vez em Tocantinópolis e Pedro Afonso. Além disso, *arraia* teve mais incidências em Natividade e Paranã, supostamente por estarem situadas próximas ao estado de Goiás, lugar onde a acepção é muito comum, como apresenta no trabalho de Milani et al. (2015).

Balão foi registrada em quatro pontos e de forma espaçada, uma vez que ocorreu em Tocantinópolis e Araguatins (Bico do Papagaio), em Palmas (área central) e em Gurupi (região Sul).

Na categoria *outros* dispusemos as lexias que tiveram entre uma e três menções no decorrer dos inquéritos. Em Tocantinópolis, Palmas e Paranã registramos *avião/aviãozinho* (variação de *avião*); em Porto Nacional houve produção para *avião/aviãozinho* e *papa-vento*. Na cidade de Formoso do Araguaia teve citação de *morcego*, *morceguinho* e *paraquedas*.

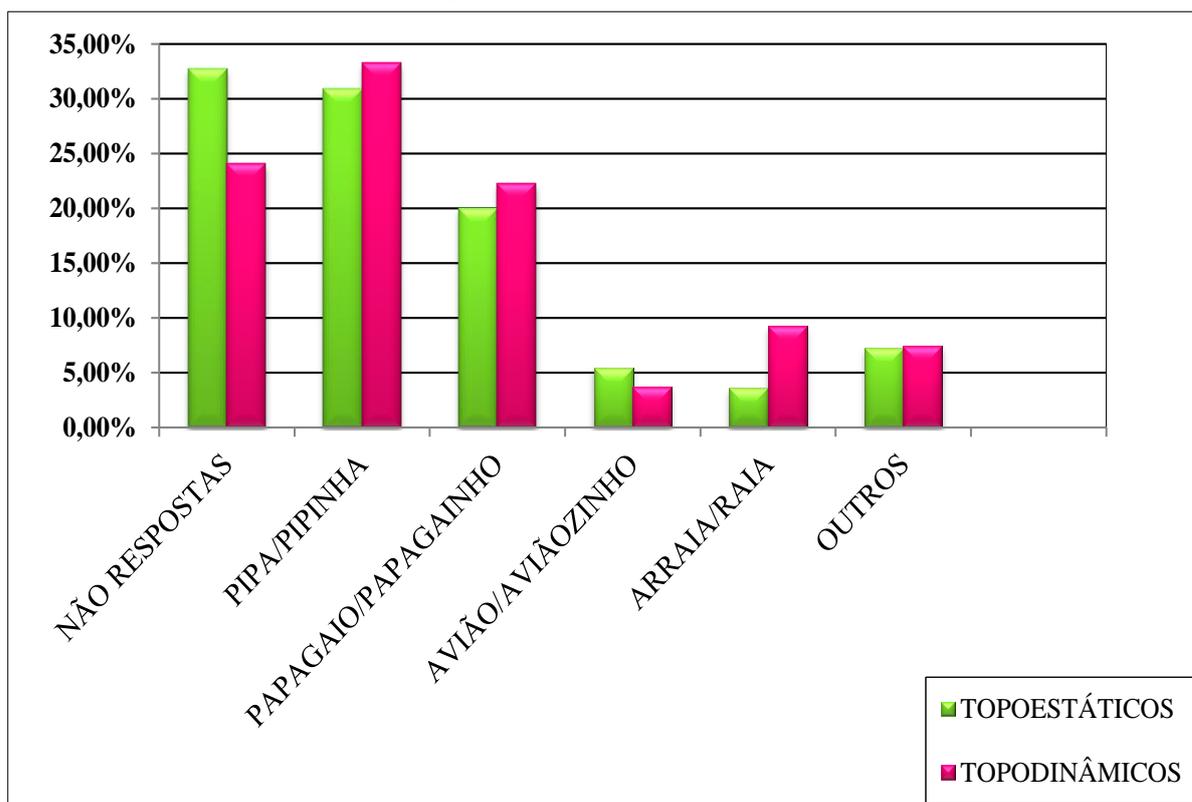
A partir dos dados dispostos no Quadro 09 e na Carta 05, a variante *pipa/pipinha* rege a preferência dos informantes entrevistados. Mas, há também incidências consideráveis para *não respostas*, concorrendo espaço com a lexia citada. Possivelmente os informantes tiveram dificuldades em diferenciar o artefato feito de papel fino, mas sem as varetas, uma vez que em alguns relatos constam que eles conhecem somente a pipa feita com varetas. Por fim,

atentamos para o fato de que – mesmo considerando as *não respostas* – os nossos informantes tem preferências aproximadas com o falar baiano (RIBEIRO, 2012).

5.5.1 Variação para pipa (sem varetas): variável mobilidade

Dispusemos no Gráfico 05 as ocorrências distribuídas pela variável mobilidade, no qual os topoestáticos concederam 55 respostas e os topodinâmicos 54 variantes.

Gráfico 05-Designações para *Pipa (sem varetas)* - Mobilidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

As *abstenções* obtiveram neste tópico o maior número de incidências entre os topoestáticos com 32,73% contra 24,07% dos topodinâmicos, talvez essa diferença seja explicável pelo fato dos informantes móveis terem conhecimento do artefato e mencionarem maior número de lexias.

Os informantes extralocalidades também foram responsáveis pelas formas: *pipa/pipinha* e *papagaio/papagainho*, no qual a primeira obteve 33,733% e a segunda 22,22% dos dados. Percebemos que as pessoas nascidas e criadas nas localidades mencionaram porcentagens aproximadas, 30,91% para *pipa/pipinha* e 20% para *papagaio/papagainho*.

Os autóctones e os alóctones também cederam como resposta as unidades lexicais *avião/aviãozinho*; o primeiro grupo produziu 5,45%, enquanto que o segundo 3,70% das respostas. *Arraia/raia* também foi mencionada por ambos os grupos: topoestático (3,64%) e topodinâmico (9,26%).

Por fim, no conjunto *outros*, verificamos que as pessoas advindas de outras regiões concederam mais variantes para o brinquedo tratado nesta análise: *balão*, *papa-vento* e *morcego/morceguinho*, o equivalente a 7,4% dos dados. Os informantes fixos cederam como respostas: *balão* e *paraquedas* com 7,27% das respostas.

Assim, mesmo tendo uma ordem de escolhas distintas, os dois grupos citaram as mesmas variantes e as porcentagens são aproximadas, isso significa que provavelmente um grupo possa estar influenciando o outro nas escolhas lexicais.

5.6 Variação para *esconde-esconde*: resultado geral

Registramos 103 variantes para nomear a brincadeira em que a criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois a criança que fechou os olhos sai a procura das outras, conforme Quadro a seguir.

Quadro 10-Designações para *Esconde-Esconde*-Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Esconde-Esconde	79	76.70%
Pique/Pique-Esconde	20	19.42%
Bacondê	2	1.94%
Não Resposta	2	1.94%
TOTAL	103	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiTTETO (SILVA, 2018).

O Quadro 10 apresenta que a unidade lexical mais recorrente é *esconde-esconde*⁶¹, pois representou 76,70% das respostas. Aulete (2011) e Houaiss (2011) designam a variante como uma brincadeira em que uma criança necessita encontrar as outras que estão escondidas. De acordo com os dicionaristas, o termo *esconde* vem do verbo *esconder* que, por sua vez, tem origem no latim *abscondo*, em português significa *esconde*, *ocultar* ou *desaparecer*.

⁶¹ Computamos também as formas: *esconder*, *esconda*, *esconde* e, por consideramos variações fônicas, agrupamos em *esconde-esconde*.

Em segundo lugar, registramos *pique/pique-esconde* com 19,42% dos dados recolhidos. Em Aulete (2011) e em Houaiss (2011) *pique* corresponde a um ponto combinado em que as crianças precisam tocar antes de serem pegadas; provavelmente, os informantes fizeram uma associação entre a brincadeira *esconde-esconde* e o *ponto*, pois, quando a criança que está contando sai à procura das demais que se esconderam, essas precisam chegar ao local combinado antes de serem achadas, por isso houve também respostas para *pique-esconde*.

Bacondê também foi documentada no território tocantinense, com duas citações, o que representa 1,94% dos dados. Segundo Póvoa (1996), a referida variante consiste na brincadeira infantil de *esconde-esconde*. O depoimento de um informante da segunda faixa etária, residente em Paranã confirma a informação de Póvoa:

INF.- De *escondê*. Aí os otro vai *escondê* e depois vai procurá.

INQ.- Como é que dá no nome da brincadeira?

INF.- *Bacondê*.

INQ.- Quem falava *bacondê*? Era no tempo do senhor que falava?

INF.- Era. A gente ia *escondê* e depois saia procurando até achá. (12/3).

Registramos dois casos de *abstenções*, ou seja, 1,94% das respostas.

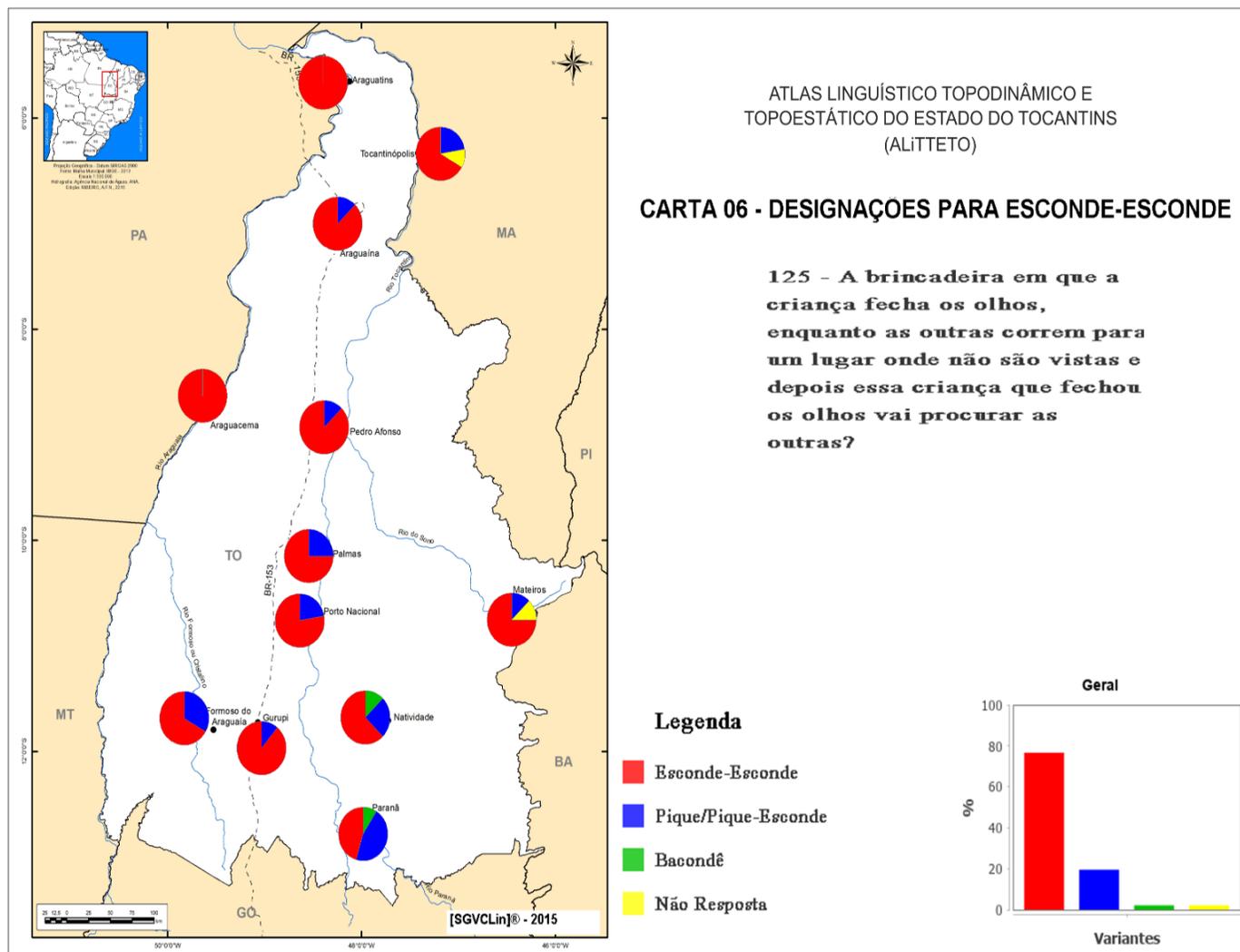
Ribeiro (2012) catalogou a forma *esconde-esconde* em quase todo o território estudado, tanto no falar baiano quanto na área de controle e afirma que: “*Bacondê* está presente exclusivamente na área do *Falar Baiano* (FB), na Bahia (087 - Barreiras e 097 - Carinhanha), em Minas Gerais (128 - Janaúba) e em Goiás (119 - São Domingos).” (RIBEIRO, 2012, p. 295). A autora não registrou a forma *pique*; o número de *não respostas* foi baixo e *pique-esconde* ocorreu em 24 localidades pesquisadas que contemplam o falar baiano e a área de controle.

No estudo sobre o falar amazônico, Portilho (2013) documentou a predominância para *esconde-esconde* (60,9%), assim como teve casos para *pique* e *pique-esconde*, com 3% das respostas. Porém, não cita a variante *bacondê* ou se houve quantitativo de não respostas.

Desse modo, é evidente que *esconde-esconde* é norma tanto no falar baiano quanto no falar amazônico, bem como no falar tocantinense, tendo em vista que em nenhuma das áreas estudadas há uma forma particular, própria de cada falar para nomear o conceito da questão 125.

Apresentamos a Carta 06 com a distribuição diatópica para as lexias referente à pergunta em foco.

Figura 28-Carta 06-Diatópica Geral-Designações para *Esconde-Esconde*



Em relação a diatopia, a designação mais produtiva é *esconde-esconde*, pois foi coletada nos doze pontos de inquérito, com exclusividade em Araguatins e Araguacema, cuja produção foi de 100%.

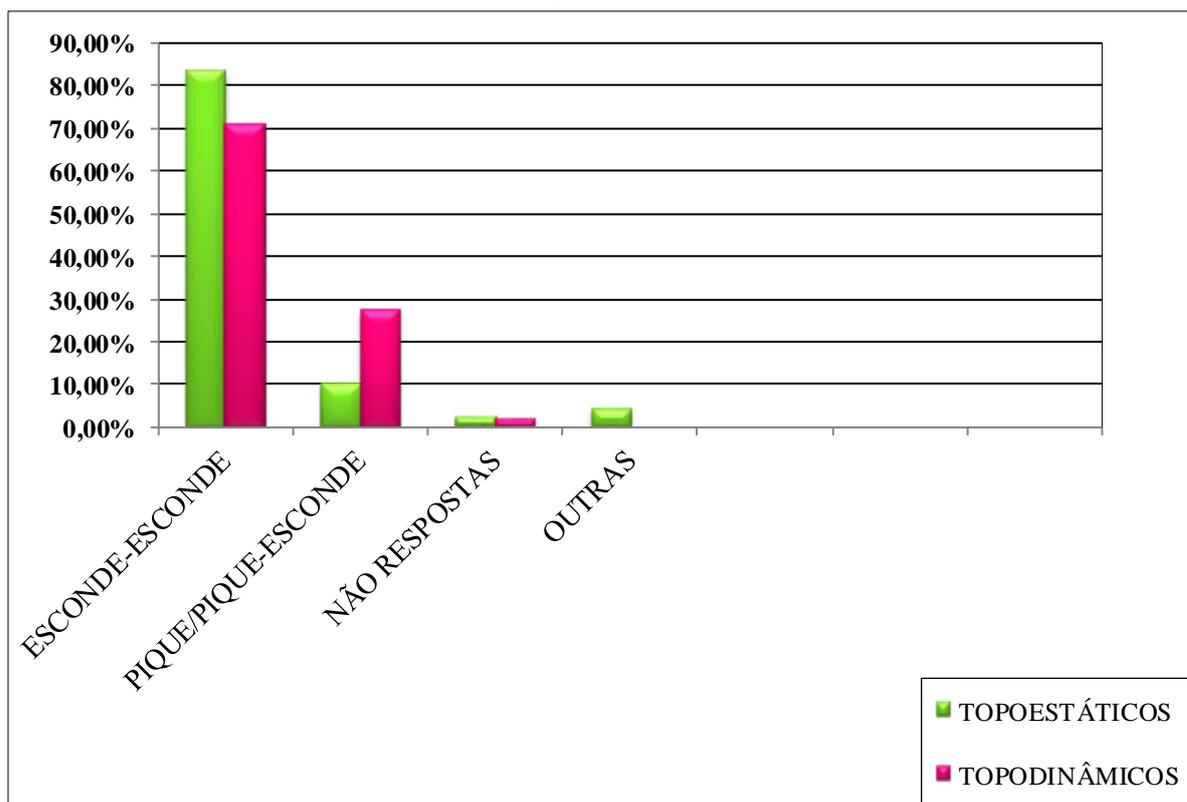
Pique/pique-esconde foi citado pelos informantes de Tocantinópolis, Araguaína, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional, Formoso do Araguaia, Gurupi, Mateiros, Natividade e Paranã. Dentre essas localidades *pique/pique-esconde* teve maior produção nas cidades de Paranã (45,45% dos dados) e Formoso do Araguaia (33,33% das respostas).

Em Ribeiro (2012), *pique-esconde* teve exclusividade em dois pontos do estado de Goiás: Porangatu e Formosa, que possuem proximidade com o Tocantins, o que pode justificar a relevante incidência em Paranã, pois provavelmente houve uma troca lexical, que irradiou para outras áreas da área tocantinense.

Bacondê ocorreu em Natividade e Paranã, possivelmente por influência nordestina; ademais Ribeiro (2012) registrou a lexia em dois pontos de inquérito pertencentes à Bahia (Barreiras e Carinhanha). Por fim, as *abstenções* ocorreram em Tocantinópolis e Mateiros.

5.6.1 Variação para *esconde-esconde*: variável mobilidade

A respeito da mobilidade, no que se refere a brincadeira em questão, os topoestáticos forneceram 48 respostas e os topodinâmicos 55.

Gráfico 06-Designações para *Esconde-Esconde-Mobilidade*

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

O Gráfico 06 expõe que a forma *esconde-esconde* teve mais produtividade entre os informantes nascidos e criados no Tocantins, com mais 80% das respostas; os informantes extralocalidades produziram 70,91% dos dados, isso representa uma pequena diferença entre um grupo e outro.

O público alóctone mencionou mais de 27% das respostas para *pique/pique-esconde*, ou seja, o grupo prefere designar a brincadeira tanto por *esconde-esconde* quanto por *pique/pique-esconde*. Os informantes fixos concederam apenas 10,42% das respostas para *pique/pique-esconde*.

Documentamos um baixo número de *não respostas* entre topodinâmicos (1,82%) e topoestáticos (2,08%). Possivelmente, a brincadeira em estudo nesta seção é de conhecimento de ambos os públicos.

No grupo *outras* dispusemos a acepção *bacondê*, em que foi informada somente por pessoas nascidas e criadas no Tocantins, o que atesta uma possível influência dos falantes extralocalidades no falar tocantinense.

Assim, é evidente que as incidências das variantes aqui contrastadas entre um grupo e outro são mínimas, revelando que os topoestáticos conhecem e chamam a brincadeira em foco

como *esconde-esconde*, enquanto os topodinâmicos a designam como *pique* ou *pique-esconde*.

5.7 Variação para *cabra-cega*: resultado geral

A QSL 126 que busca designações para a brincadeira caracterizada por vendar os olhos de uma criança para tentar pegar os outros participantes, obteve 98 ocorrências, com sete variantes para *cabra-cega*⁶², conforme o Quadro 11.

Quadro 11-Designações para *Cabra-Cega*-Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Cobra-Cega	61	62.24%
Não Resposta	22	22.45%
Cabra-Cega	7	7.14%
Cego/Pique-Cego	3	3.06%
Pega-Pega	3	3.06%
Gata-Cega	1	1.02%
Bruxa-Cega	1	1.02%
TOTAL	98	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Nossa recolha dos dados indica que a brincadeira é comumente conhecida como *cobra-cega*, pois obteve 62,24%, contudo, a referida aceção não está dicionarizada e a expressiva porcentagem recolhida ocorre porque “a questão traz a possibilidade de mais de uma resposta, isto é, o preenchimento pode se dar por um parassinônimo” (AGUILERA; YIDA, 2008, p. 20), isso significa que os informantes tenham usado uma variação fônica (*cobra-cega*) para a forma dicionarizada (*cabra-cega*).

Em segundo lugar obtivemos as *não respostas*, com 22,45% das ocorrências. Conforme Aguilera e Yida (2008, p. 20), isso pode ocorrer porque “o referente não faz parte do mundo urbano do informante”, o que configura desconhecimento da questão formulada pelo inquiridor.

A forma *cabra-cega* fez 7,14% das respostas. Houaiss (2011) faz a seguinte descrição “jogo de pique em que o pegador vendado deve agarrar um participante para

⁶² Tivemos um caso para *bate-bate*, porém consideramos ser um “parassinônimo”, pois a questão em foco possui várias possibilidades de respostas (AGUILERA; YIDA, 2008). Além disso, o informante mencionou a lexia porque associou o ato de brincar com o tocar no outro, o que não corresponde a resposta desejada.

substituí-lo”; Aulete (2011) a trata como uma “brincadeira em que a criança, de olhos tapados, tenta agarrar outra, para trocar de lugar com ela.”

Outra acepção coletada foi *cego/pique-cego* com 3,06% das incidências, não dicionarizadas e provavelmente os informantes tenham assimilado o nome com o momento em que a criança precisa ficar vendada para não ver os demais participantes.

Pega-pega obteve 3,06% dos dados. O uso dessa lexia para designar a brincadeira também pode ser um caso de parassinônimo, ou seja, durante a brincadeira, a criança que tem os olhos tampados precisa “pegar” alguém que está ao seu redor, no caso, temos mais uma associação realizada pelo informante no momento da entrevista.

As variantes *gata-cega* e *bruxa-cega* não constam nos dicionários consultados e ambas tiveram apenas 1,02% cada.

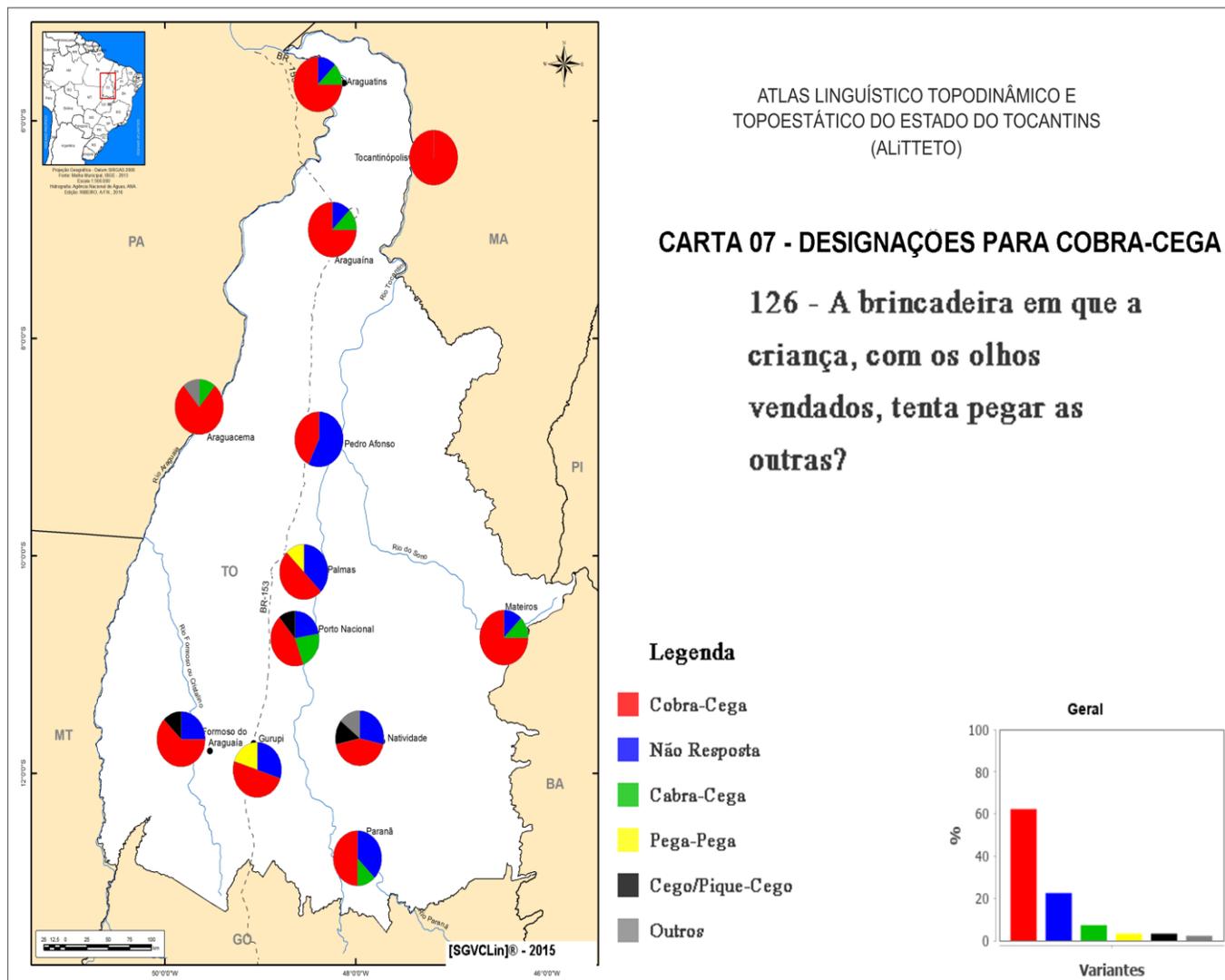
Conforme Ribeiro (2012, p. 299), a brincadeira teve pouca variação entre as lexias coletadas e que “a resposta mais comum para a brincadeira foi *cobra-cega*, com 47,6% das ocorrências”. Ao passo que as formas *cabra-cega* e *gata-cega* também foram registradas, com 40% e 5,7% dos dados, respectivamente no corpus da autora.

As análises referentes ao falar amazônico (PORTILHO, 2013) documentaram que *pata-cega* (58,2%) é a mais recorrente; em seguida estão *cobra-cega* (19,7%) e *cabra-cega* (17,2%); a autora coletou seis variantes como ocorrências únicas, uma delas foi *pega-pega*, que se fez presente nesta dissertação; não houve casos de abstenções nos dados da autora. O trabalho demonstrou que o eixo diatópico “permite que se levante a hipótese de que *pata-cega* seja uma unidade lexical tipicamente regional da região estudada” (PORTILHO, 2013, p. 106).

A partir dessas considerações, observamos que o falar tocantinense aqui descrito se aproxima do falar baiano, uma vez que os informantes deste estudo tiveram as mesmas preferências lexicais para designar a atividade lúdica em foco: *cobra-cega*, *cabra-cega* e *gata-cega*.

A respeito da distribuição diatópica, a Carta 07 apresenta as formas que coexistem no espaço geográfico estudado.

Figura 29-Carta 07-Diatópica Geral-Designações para *Cabra-Cega*



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Como pode ser visto na Figura 29, a forma que predomina em todas as localidades é *cobra-cega*, com atenção especial para Tocantinópolis que teve 100% de frequência. Natividade e Pedro Afonso foram os pontos que forneceram menos de 50% de incidências, o primeiro porque houve outras designações para a brincadeira e o segundo porque o número de *não respostas* foi mais incidente.

Sobre o fato de Tocantinópolis apresentar 100% dos dados para *cobra-cega*, é possível depreender que ocorra influências do Maranhão na referida área, pois Ribeiro (2012) atesta que o Estado teve registros para a acepção mencionada, além do Piauí, Minas Gerais e do Tocantins; “na Bahia e em Goiás, nas mesmas condições, registra-se em pontos próximos aos estados citados, por exemplo: Barreiras (BA/087), São Domingos (GO/119) e Aruanã (GO/120)” (RIBEIRO, 2012, p. 310).

Concorrendo com *cobra-cega*, documentamos as *não respostas*, incidentes nas cidades de Araguatins, Araguaína, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional, Formoso do Araguaia, Gurupi, Natividade, Mateiros e Paranã, com maior propensão às abstenções em Pedro Afonso, com 57,14%.

A respeito de *pega-pega*, a variante foi documentada em Palmas e Gurupi como casos isolado, pois na primeira localidade houve uma citação, e na segunda registramos apenas duas menções. A variante foi documentada como resposta única tanto no trabalho de Ribeiro (2012) quanto no de Portilho (2013).

A forma *cabra-cega* foi citada em Araguatins, Araguaína, Araguacema – extremo norte, Porto Nacional, Mateiros e Paranã – centro e sudeste do espaço. Isso significa que a variante não possui tanta representividade no Estado, uma vez que ocorreu somente em seis pontos de inquéito.

Cego/Pique-Cego ocorreu exclusivamente em Porto Nacional, Natividade e Formoso do Araguaia, com uma menção em cada ponto, estas cidades estão situadas no centro-sul do Tocantins e distantes dos limites com outras regiões brasileiras.

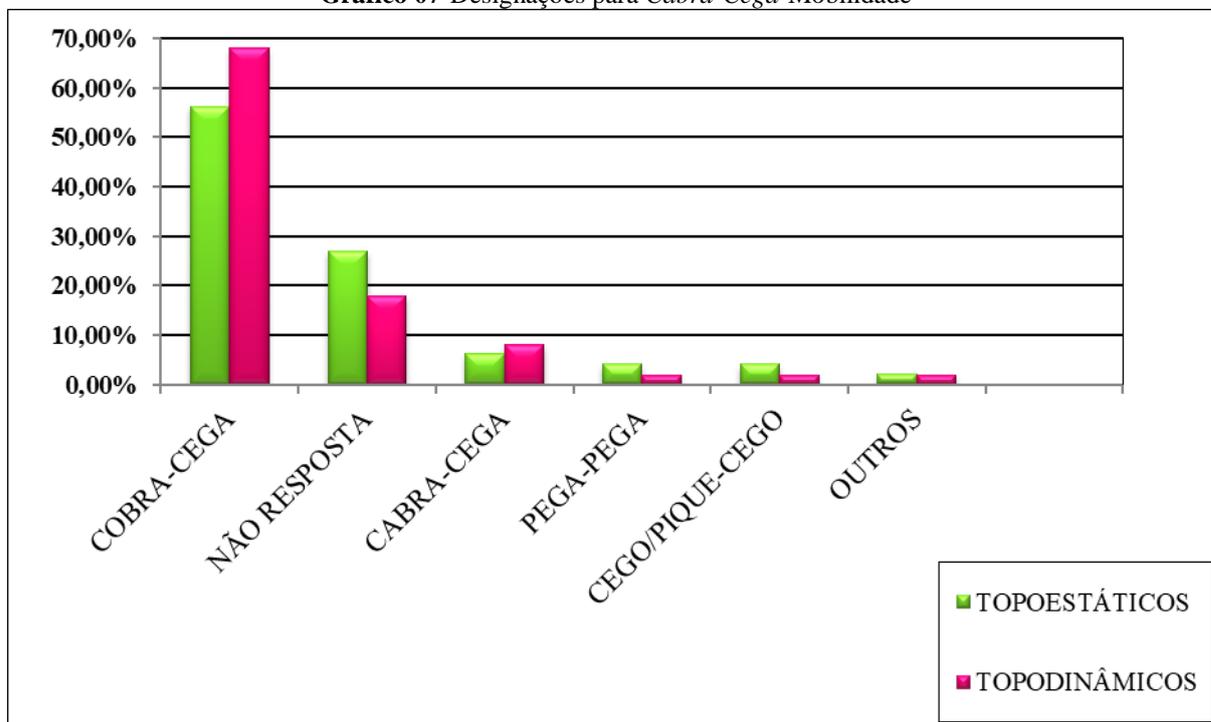
No agrupamento *outras* inserimos *gata-cega* e *bruxa-cega*. A primeira ocorreu em Araguacema, que se encontra distante dos estados nordestinos onde houve registros da referida acepção, uma vez que Ribeiro (2012, p. 309) afirma o seguinte “*Gata-cega* ocorreu exclusivamente no estado de Minas Gerais, tanto na área do *Falar Baiano* (FB), quanto na *Área de Controle* (AC)”.

Já *bruxa-cega* foi registrada em Natividade com apenas uma realização. Não há menção desta variante nos trabalhos de Portilho (2013) ou de Ribeiro (2012).

5.7.1 Variação para cobra-cega: variável mobilidade

Do ponto de vista *diatópico-cinético*, o grupo topoestático computou 48 respostas e os topodinâmicos forneceram 50 para a atividade lúdica em questão, como se averigua no Gráfico 07.

Gráfico 07-Designações para *Cabra-Cega*-Mobilidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

O item lexical mais frequente entre os grupos foi *cobra-cega*, com maior produtividade entre os topodinâmicos com 68%, os topoestáticos obtiveram 56,25%. Os dados apontam que a diferença entre os grupos não é tão significativa.

As *abstenções* ocorreram entre os dois públicos, mas os informantes nascidos e criados no Tocantins foram responsáveis por 27,05%, isso explica o fato de concederem menos respostas para *cobra-cega*. As pessoas advindas de migrações (topodinâmicos) não souberam responder a Questão 126 somente em 18% dos dados.

A lexia *cabra-cega* também foi documentada com mais incidências entre os autóctones (8%), enquanto o grupo estático apresentou 6,25% das respostas.

Os informantes topoestáticos concederam também como respostas as lexias *pega-pega* e *cego/pique-cego*, com 4,17% dos dados para as duas variantes. Por outro lado, os informantes extralocalidades forneceram 2% para *pega-pega* e *cego/pique-cego*, respectivamente. Esses dados evidenciam que as formas mencionadas foram mais recorrentes entre os autóctones.

No campo *outros* dispusemos as denominações *gata-cega* e *bruxa-cega*, a primeira corresponde a resposta de uma senhora extralocalidade e a segunda foi fornecida por um jovem nascido e criado no Tocantins.

Os dados expostos e analisados na perspectiva *diatópico-cinética* elucidam que, nesta análise, ambos os grupos possuem as mesmas preferências lexicais. Ademais, revelam que os topoestáticos tiveram mais dificuldades para denominar a brincadeira em estudo, uma vez que foram responsáveis por maior número de *abstenções*, menos citações para *cobra-cega* e *cabra-cega* e usaram outras designações.

5.8 Variação para *pega-pega*: resultado geral

Apuramos 99 respostas, para a QSL127 referente a brincadeira em que a criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado. O Quadro 12 expõe os dados das variantes para *pega-pega*⁶³.

Quadro 12-Designações para *Pega-Pega*-Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Pega/Pega-Pega	54	54.55%
Não Resposta	18	18.18%
Pique/Pique-Pega	9	9.09%
Cola/Pique-Cola	6	6.06%
Pira	5	5.05%
Trisca	4	4.04%
Salva/Salva-Margarida/Pique-Salva	3	3.03%
TOTAL	99	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Como exposto no Quadro 12, apuramos que o agrupamento mais recorrente foi *pega-pega-pega* com 54,55% das ocorrências. Segundo Houaiss (2011), a acepção *pega-pega* é uma brincadeira e a considera como variante para *pique*.

As abstenções constituem 18% dos dados, número significativo dentro das análises em geral.

Pique/pique-pega obteve 9,09% das respostas. Houaiss (2011) e Aulete (2011) apontam que *pique* é uma brincadeira infantil em que a criança precisa pegar a outra antes que

⁶³ Coletamos também as formas *toca*, *bicho*, *cair no poço* e *durma* que não entraram nas análises por considerarmos que elas definam outros referentes que não os buscados na questão.

esta alcance um certo local que também é chamado de *pique*. Os dicionaristas consideram *pique* como variante para *pega-pega*. Sobre *pique-pega*, encontramos no site Mapa do Brincar (2011) uma descrição semelhante a dos autores, pois corresponde a escolha de um pegador e um lugar para ser o pique ou o ponto combinado, cujas crianças possam tocar antes de serem pegas.

Cola/pique-cola teve 6,0% dos dados, não há menção da variante nos dicionários etimológicos pesquisados, somente o site Mapa do Brincar (2011) explica que para brincar de *pique-cola* uma criança é escolhida como pegador e corre atrás das outras do grupo, caso o pegador toque em um dos participantes, ele fica parado como se estivesse colado. Mas, se outra criança encostar naquela que está colada, ela descola e volta para a brincadeira, por fim, se um dos participantes for colada três vezes, passa a ser o pegador.

Sobre *pira*, coletamos 5,05% de incidências. Aulete (2011) descreve o verbete como “sair apressadamente, de algum lugar, fugir”, isto é, não a trata como uma brincadeira, porém, possivelmente os informantes tenham associado a palavra com o seu real significado e o fato de que para brincar é preciso correr, fugir para não ser apanhado pelo pegador. Há dois depoimentos fornecidos por informantes de Araguatins, no qual explicam como brincar de *pira*. O jovem de Araguatins diz:

INF.- É *pira*.

INQ.- Como é que é a *pira*?

INF.- A pira é esse daí, a pessoa corre atrás do outro pra tocá. Aí no que ele tocá a pira tá nele, tem que corrê atrás dos outro. (01/1).

O informante, da faixa etária II explica como brincar de *pira*:

INF.- *Pira*.

INQ.- *Pira*? Como que é?

INF.- Eu dizia assim: “vamo brincá da pira”, fica um e os outro corre, depois tem um lugar pra todo mundo vim, se eu, triscá em ti primero, tu que fico. (01/3).

Para *trisca* documentamos 4,04% dos dados, que vem do verbo *triscar* e significa tocar de leve (HOUAISS, 2011). Por isso, os informantes concederam como resposta a acepção *trisca*, uma vez que no momento de brincar o pegador escolhido precisa tocar ou triscar nas outras crianças antes que cheguem ao ponto combinado.

Tivemos registros de *salva/salva-Margarida/pique-salva*, cuja produção foi de 3,03% das ocorrências. Nenhuma das designações presentes neste agrupamento estão dicionarizadas, mas temos o depoimento de uma senhora, residente em Araguaína que explica como brincar de *salva Margarida*:

INF.- *Margarida*.

INQ.- *Margarida*?

INF.- Esse eu num ouvi não.

INQ.- Como é a *margarida*?

INF.- Eu vi meus minino brincano desses brincadeira, é isso mesmo... *Salva-margarida*?

INQ.- Como é a *salva-margarida*?

INF.- A *salva-margarida* eles pegava numa ((inintt)) uma pegava em num e saía correno e quem pegasse naquela outra aí gritava “*salva-margarida*”. (03/4).

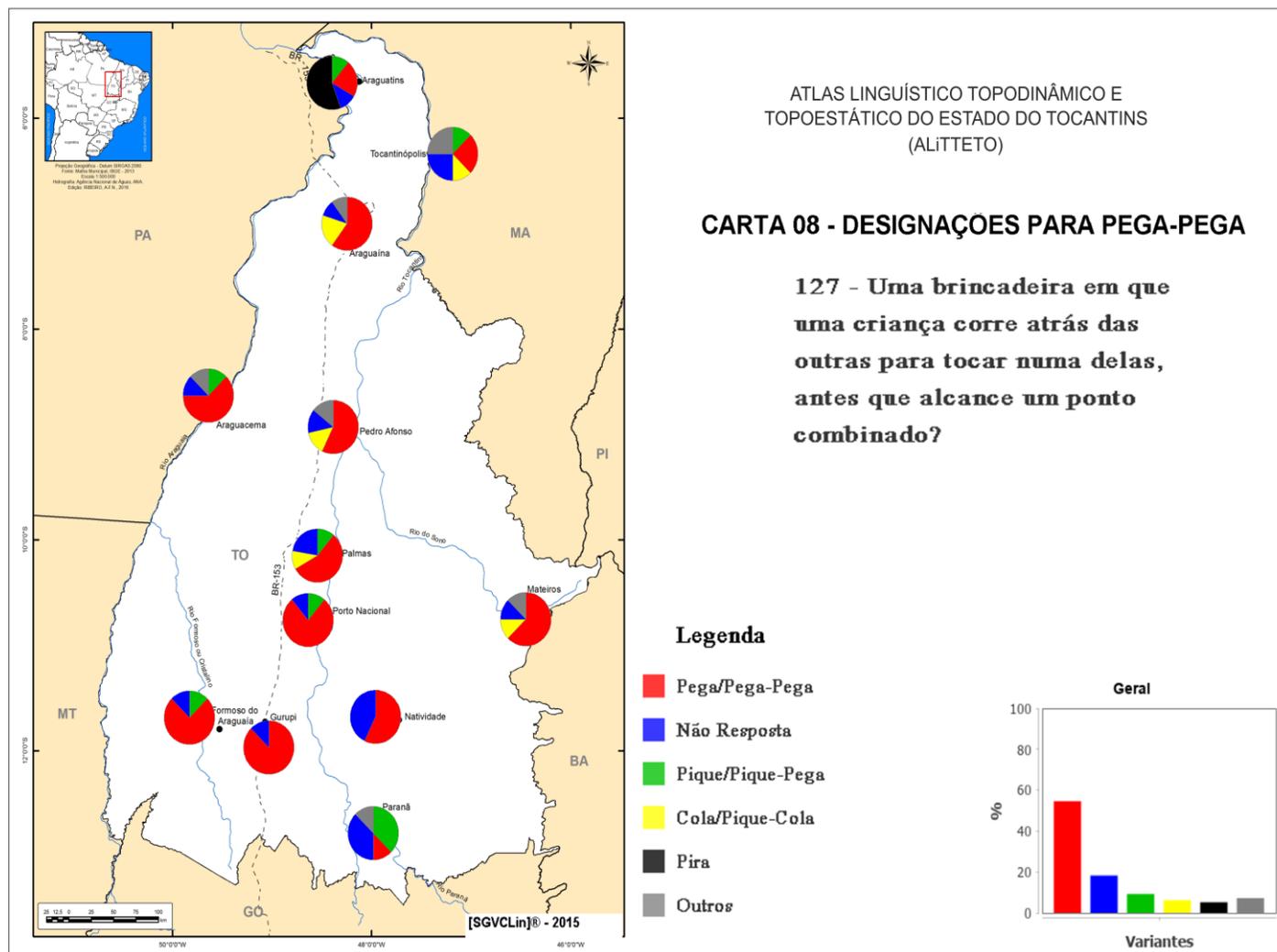
Em Ribeiro (2012), no falar baiano e áreas limítrofes, a maior produção foi para o sema *pegar* com 49,3%, seguido de *pique* (12,5%) e *picula* com 9,9% das respostas. Além das três formas mais produtivas, houve outras acepções, entre elas: *trisca*, *pique-pega*, *pega-pega*, *pique-cola* e *pique-salva*, as mesmas produzidas nas localidades tocantinenses. A autora não catalogou *pira* e *salva/salva-Margarida*. Além disso, ela afirma que “o total de “não obtidas” é considerado alto (NS/NL/NO = 102)” (RIBEIRO, 2012, p. 323).

Na dissertação que versa sobre o falar amazônico (PORTILHO, 2013), houve predominância de *pira* e variantes, seguida de *manja*, *pega* e *pique*. Observamos que, além destas variantes, Portilho (2013) documentou *cola*, *pega-pega*, *pique-pega* e *brincadeira do trisca* e não teve casos de *abstenções*. A autora concluiu que possivelmente *pira* seja um item lexical regional conservador pertencente à região do falar amazônico.

Diante das colocações feitas, de forma geral, a questão 127 analisada nesta dissertação se aproxima dos dados coletados por Ribeiro (2012), ou seja, os informantes tocantinenses designaram a brincadeira como *pega/pega-pega*, assim como os falantes pertencentes ao falar baiano e áreas limítrofes. Notamos que mesmo a autora classificando as variantes de forma distinta e com menos ocorrências, há entre os dois falares a propensão em usar as mesmas lexias, são os casos de: *pique*, *trisca*, *pique-pega*, *pega-pega*, *pique-cola* e *pique-salva*.

A Carta Linguística 08 apresenta as variantes mapeadas em todo o território tocantinense.

Figura 30-Carta 08-Diatópica Geral-Designações para *Pega-Pega*



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Dentre as formas mapeadas, *pega/pega-pega* teve maior produtividade em todas os pontos de inquéritos, com maior propensão em Araguaína, Araguacema, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Formoso do Araguaia, Natividade e Mateiros, uma vez que apresentaram entre 50% e 70% das ocorrências. Por outro lado, três pontos concederam pouco mais de 20%, sendo elas: Araguatins, Tocantinópolis e Paranã.

Pique/pique-pega ocorreu tanto nas cidades limítrofes com outros estados quanto àquelas situadas na área central do Tocantins, de maneira dispersa, tendo em vista que se fez presente em sete pontos dos doze pesquisados e não conseguimos delimitar uma área dialetal dessas variantes. Paranã teve a maior produção das formas e acreditamos se tratar de uma influência advinda de Goiás, uma vez que Ribeiro (2012) afirma que houve uma concentração da lexia no referido Estado, além de Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. A seguir temos o relato de um informante, da faixa etária II, de Araguatins que comprova nossa colocação:

INF.- A gente fala *pira*, a gente fala *pira* e lá no Goiás a gente fala o *pique*. Aqui fala *pira*. (01/7).

Documentamos *cola/pique-cola* em cinco localidades: Araguaína, Pedro Afonso, Palmas, Tocantinópolis e Mateiros.

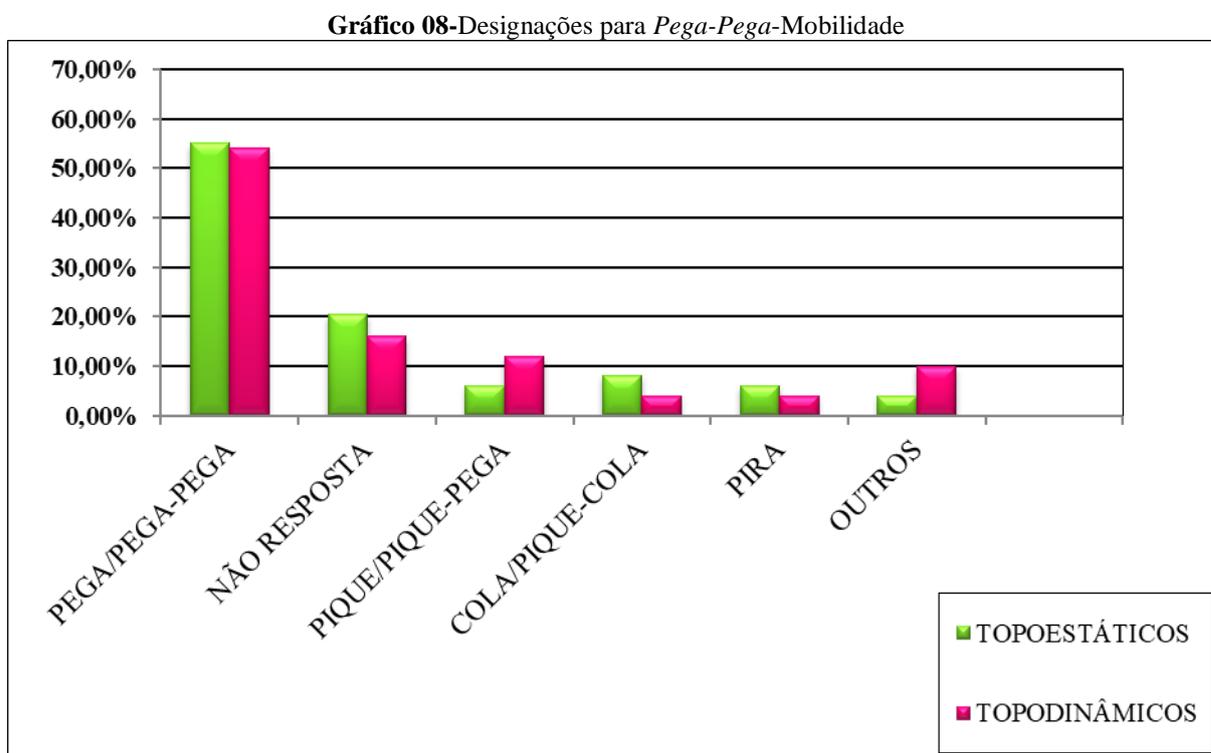
No tocante a *pira*, sua produção se deu exclusivamente em Araguatins, com mais de 55% das respostas, a alta incidência na localidade pode ter ocorrido porque a forma é norma no falar amazônico (PORTILHO, 2013), logo, temos um possível caso de influência interestadual.

Trisca e *salva/salva-Margarida/pique-salva* ocorreram em Tocantinópolis, Araguaína, Araguacema, Pedro Afonso, Mateiros e Paranã. Em Tocantinópolis tivemos *salve-salva* e *trisca*; em Araguaína houve produção para *salva-Margarida*; em Pedro Afonso e Mateiros documentamos *trisca* e em Paranã registramos as formas *salva* e *pique-salva*.

Assim, em âmbito geral, a presença de *trisca* no Tocantins ocorreu supostamente porque a acepção é bem conhecida nos estados nordestinos, pois, na tese defendida por Ribeiro (2012, p. 341), o item lexical ocorreu “no norte na área pesquisada, ocorre tanto em *Falar Baiano* (FB): Natividade (TO/24) e Juazeiro (BA/81), quanto em *Área de Controle* (AC): Canto do Buriti (PI/37), Cabrobó (PE/67) e Porangatu (GO/118)”.

5.8.1 Variação para pega-pega: variável mobilidade

Em relação a análise por mobilidade, o grupo topoestático forneceu 49 respostas e os topodinâmicos concederam 50 para a brincadeira analisada nesta seção.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

O agrupamento *pega/pega-pega* foi hegemônico em ambos os grupos, com porcentagens muito semelhantes: topoestáticos: 55,10%, topodinâmicos 54%.

O número de *abstenções* ocupa o segundo lugar nas análises; os informantes fixos não souberam responder à questão em mais de 20% dos dados, enquanto os falantes móveis deixaram de conceder respostas em 16% dos casos.

A forma *pique/pique-pega* teve mais ocorrências entre os informantes extralocalidades, com 12% da produção. As pessoas nascidas e criadas nas localidades apresentaram metade desse índice (6%), isso significa que a *lexia* é mais conhecida pelos migrantes que possivelmente trouxeram de outras regiões para o Tocantins e houve uma troca lexical entre ambos os grupos.

Cola/pique-cola (8,16%) e *pira* (6,12%) foram mais produtivas entre os autóctones. Por outro lado, na categoria *outros* os informantes nascidos no Tocantins concederam apenas 4% e os informantes advindos de migração 10% de respostas.

Assim, vemos que *pega/pega-pega* ocorreu com número de respostas próximas em ambos os grupos. Além disso, os topodinâmicos produziram mais as formas: *pique/pique-*

pega e demais itens lexicais inseridos no grupo *outras*. Os topoestáticos, por seu turno, tiveram mais casos de *abstenções*, além de fornecer as formas *cola/pique-cola* e *pira* em índices mais elevados.

5.9 Variação para *pique (ponto combinado)* - resultado geral

O Quadro13 apresenta as lexias coletadas, suas respectivas porcentagens e o número de ocorrências, com total de 91 respostas. A questão 128, no qual busca designações para o ponto combinado obteve um dos maiores números de variantes, 11 ao todo, bem como o maior número de abstenções.

Quadro 13-Designações para *Pique (ponto combinado)* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Não Resposta	50	54.95%
Pique/Pique-Esconde	25	27.47%
Salva/Ponto-Salva/Pique-Salva/Salve-Salve	5	5.49%
Mancha	3	3.30%
Ponto de Chegada/Ponto Final	2	2.20%
Picula	1	1.10%
Pinha	1	1.10%
Bandeira	1	1.10%
Mira	1	1.10%
Poste	1	1.10%
Cola	1	1.10%
TOTAL	91	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiTTETO (SILVA, 2018).

Nesse questionamento registramos elevado número de *não respostas*, o equivalente a 54,95% dos dados, ou seja, mais da metade dos informantes não souberam responder a QSL 128. O relatos dos informantes comprovam o alto índice de abstenções, uma vez que relataram desconhecer a brincadeira ou confundiram *pique* com outra diversão, a exemplos temos a resposta do jovem de Araguatins:

INQ.- E como é que dá o nome daquele lugar que ela fica ali?

INF.- Num sei lhe falá o nome daquilo não, mai' nós brincava muito de bandeirinha. Banderinha que tem esse negócio de tocá, se tocá tem que ficá quieto aí tem que esperá o outro parcero pra ir lá e descolá ele, aí fala colado, descolado.))

((não soube)) (1/1).

A forma denominada por *pique/pique-esconde* teve baixa representatividade no Tocantins, com apenas 27,47% das respostas. Como elucidado na análise da Seção 6.8, *pique* é tratado por Houaiss (2011) e por Aulete (2011) como uma brincadeira, mas com remissiva para ponto combinado usado para tocar antes de ser pego em brincadeiras como *esconde-esconde* ou *pega-pega*.

O site Mapa do Brincar (2011) define a brincadeira *pique-esconde* como:

“uma criança deve contar até 30 enquanto as outras se escondem, depois ela tem que encontrar todos os outros para ganhar a brincadeira. Quando encontrar alguém, tem que correr e bater no *pique*. Se a pessoa que foi encontrada conseguir chegar primeiro até o *pique*, ela ganha e quem estava procurando continua a procurar.”

É notável que há relação entre a forma *pique* e *pique-esconde*, no qual ambas são consideradas como *ponto combinado* e/ou como *brincadeira*.

Salva/ponto-salva/pique-salva/salve-salve tiveram 5,49% das respostas, ficando em terceiro lugar na preferência dos informantes. Não encontramos nos dicionários o conceito de nenhuma das acepções registradas. É possível que os informantes considerem a forma “salva” porque ao tocar no local combinado o participante estará salvo e não será o pegador na brincadeira.

Mancha foi mencionada em 3,30% das respostas. Houaiss (2011) e Aulete (2011) designam a variante como “sinal ou marca deixada por sujeira em alguém ou em superfícies”, provavelmente os informantes tenham usado essa lexia porque pode-se deixar um sinal em alguma superfície para marcar o local a ser tocado. Um homem, da faixa etária I apresenta a seguinte descrição para *mancha*:

INF.- É aonde vai batê.

INQ.2- Sim, mas aí qual é o nome desse ponto?

INF.- *Mancha*.

INQ.2- Como é que é a *mancha*? Você pode me explicar como é que é?

INF.- A *mancha*? É o ponto... onde... aonde vai te dá... assim...

INQ.2- Que vai salvar?

INF.- É. Aham. Que você vai sê salvo. (02/5).

Para *ponto de chegada/ponto final* documentamos 2,20% das informações, não há menção das formas nos dicionários pesquisados para a acepção buscada na Questão 128. Provavelmente, os informantes concederam estas respostas porque quando a criança toca no local combinado a brincadeira para ela acabou, uma vez que se encontra salvo de ser o pegador.

Com apenas uma ocorrência cada (1,10%), coletamos: *picula*, *pinha*, *bandeira*, *mira*, *poste* e *cola*. Algumas estão dicionarizadas de acordo com a descrição da brincadeira, porém, outras apresentam outros significados.

Picula consta no site Mapa do Brincar (2011) como uma brincadeira, na qual “os participantes escolhem o pegador, os demais precisam se espalhar para fugir do pegador, caso uma pessoa seja pega deve ficar parada no lugar. Em seguida, o fugitivo fica a salvo na cabana (pique), o pegador fala: “Reloginho” e o participante que estiver na cabana tem de sair correndo. Quando o último participante for pego, vira o pegador”.

Pinha, por sua vez está registrada em Houaiss (2011), Aulete (2011) e Póvoa (1996) como fruta do conde, ata ou condessa. No entanto, temos uma descrição realizada por um senhor de Araguacema:

INF.- *Pinha*.

INQ.- É, que ele tem que...

INF.- Ele tem que ficá, chegá naquele lugá. Quando ele chegá naquele lugá, ele já é intocável. (04/3).

Bandeira está definida em Houaiss (2011) e Aulete (2011) como “um pano com cores, desenhos e símbolos de uma nação ou partido; assim como representa um pedaço de pano usado para transmitir mensagens codificadas”, entre outros significados. Supostamente, o informante tenha fornecido a variante mencionada porque na brincadeira pode usar um pano ou tecido para demarcar o local combinado a ser tocado.

A acepção *mira*, do verbo mirar e com origem no latim *miro* significa “fixar os olhos em; fitar, olhar; dirigir a vista para” (HOUAISS, 2011). Acreditamos que a resposta foi mencionada pelo fato de que o participante “mira” no ponto combinado e o alcança para estar salvo. Vejamos a definição de uma senhora, moradora de Araguatins:

INF.- *Mira*.

INQ.- Como é que é o *mira*?

INF.- Assim, eles combina, vão pra lá, o que chegá primero na *mira* aqui ele tá salvo.

INQ.- Por exemplo, a *mira* seria esse...

INF. Esse negócio aqui. Ele vem de lá correno e se ele pegá aqui ele tá salvo. Nós chama é *mira*. (01/8).

Sobre *poste*, proveniente do latim *postis*, Houaiss (2011) e Aulete (2011) explicam que é uma coluna de ferro, madeira, cimento, fincada no chão, na qual são instalados os cabos elétricos e as lâmpadas de iluminação pública. A presença da referida variante em nossos dados ocorreu provavelmente porque o informante citou algo que está mais próximo do seu vocabulário (AGUILERA; YIDA, 2008), ou seja, usam a nomenclatura *poste* para nomear o ponto combinado.

Enquanto que *cola* é registrada nos dicionários como substância grudenta. O item é mencionado por uma informante jovem, de Palmas e descreve da seguinte maneira:

INF.- É do *cola*. É, chama do *cola*, chego lá você... já não pode tocar nela porque ela já tá no *cola* lá, ela já tá segura naquele ambiente, aí falo que lá não pode tocar. (06/6).

O trabalho que analisou o falar baiano e áreas limítrofes (RIBEIRO, 2012) teve como variante mais produtiva *pique*, com 49,4% das ocorrências, “seguida de *manja* com 18,5%, *ronda* com 8,6%, *rol* com 3,7%, *picula* e *ponto final* com 2,5% cada. As respostas únicas reunidas somam 14,8%” (RIBEIRO, 2012, p. 357). Na categoria *outros* estão algumas acepções que também foram registradas no nosso corpus: *salva* e *pinha*. Além disso, Ribeiro (2012) registrou elevado número de *não respostas*: 66,8% contra 33,2% de respostas obtidas.

A respeito do falar amazônico e áreas limítrofes, Portilho (2013) documentou os itens: “*mãe* (32,8%), *manja* (21,2%), *pique/pique no alto* (13,6%), *barra* (3,9%)” (PORTILHO, 2013, p. 113). A respeito de *pique*, a autora diz que “está marcadamente concentrado nas proximidades da área de controle” como Pedro Afonso (PORTILHO, 2013, p. 115). Dentre as acepções que Portilho (2013) coletou, inseridas no conjunto *outros*, com ocorrências únicas, e registradas neste trabalho estão: *pinha* e *poste*. Portilho (2013) também documentou considerável número de *abstenções*, pois 58,6% dos informantes não souberam responder a questão referente ao ponto combinado.

Assim, temos aqui o número de abstenções ocorridas nos três falares: tocaninense (54,95%), amazônico (58,6%) e baiano (66,8%), cujas porcentagens são altas e próximas. Concordamos com Ribeiro (2012) e Portilho (2013) que o elevado número de *não respostas* está ligado ao fato de que a pergunta em pauta (QSL.128 neste trabalho) está relacionada diretamente à questão 127⁶⁴, afinal “muitas vezes o falante poderia estar utilizando o nome da brincadeira como generalização para a brincadeira completa e não apenas para parte dela [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 345).

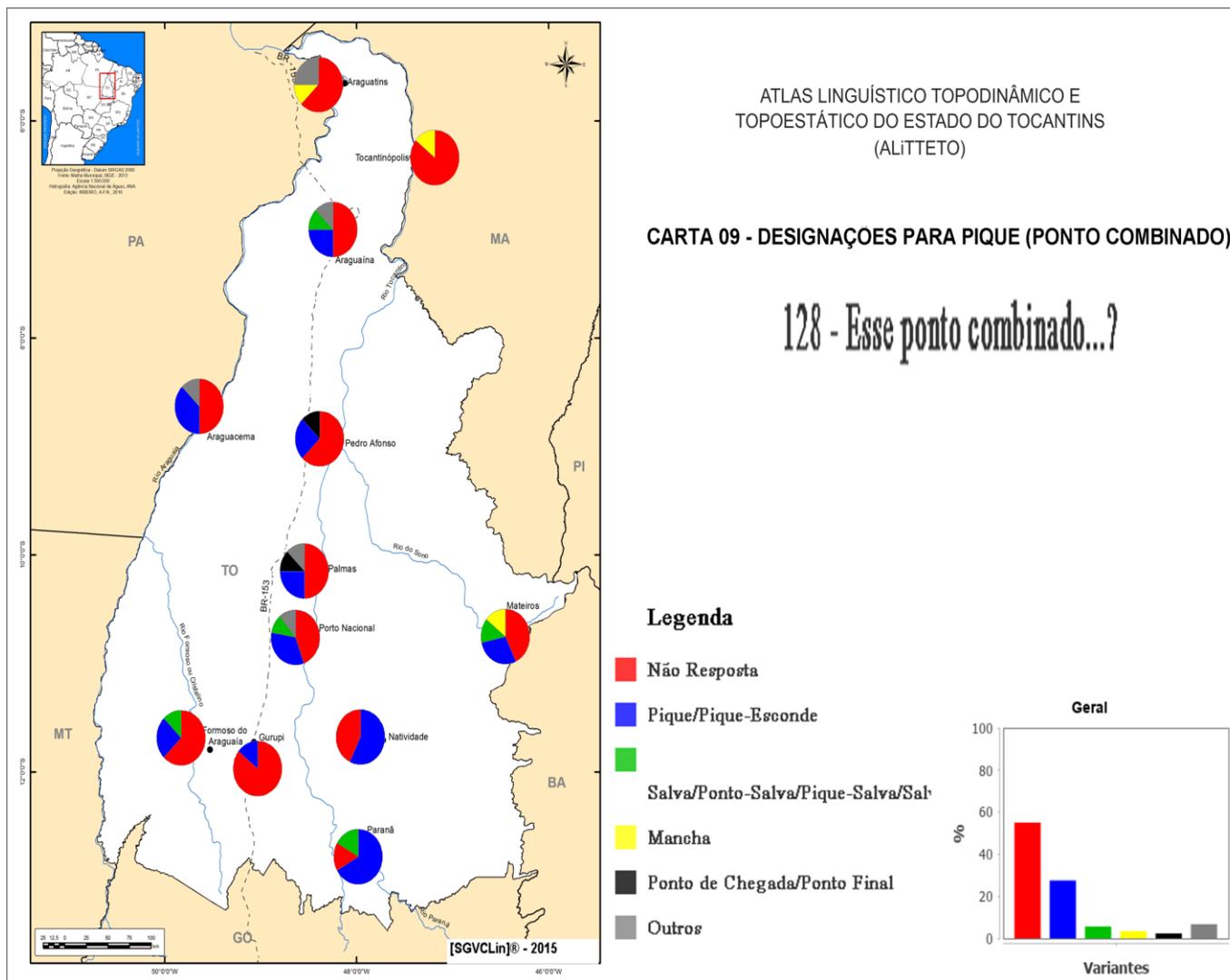
Quanto às preferências lexicais que realmente nomeiam o ponto combinado, constatamos que o falar tocaninense se aproxima do falar baiano, uma vez que das onze formas coletadas para a questão 128, seis estão presentes no trabalho defendido por Ribeiro (2012), que são: *pique*, *mancha*, *picula*, *ponto final*, *salva* e *pinha*. A variante *pinha* foi documentada por Ribeiro (2012) em Pedro Afonso.

⁶⁴ A QSL 127 procura designações para a brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado, comumente denominada por *pique-pega* ou *pepa-pega*.

Quanto ao falar amazônico, apenas três variantes são as mesmas que as nossas: *pique*, *pinha* e *poste*, estas duas com apenas uma citação. Além do mais, Portilho (2013) atesta em seu trabalho que os informantes preferem chamar o ponto combinado por *mãe*.

As designações recolhidas estão mapeadas na Figura 31, na sequência.

Figura 31-Carta 09-Diatópica Geral-Designações para *Pique* (ponto combinado)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

No tocante à distribuição das formas no espaço geográfico em questão, as *abstenções* ocorreram em todos os pontos pesquisados, em alguns locais o percentual foi maior e em outros foi menor. As localidades que tiveram maior número de ausência de respostas foram Tocantinópolis e Gurupi, com mais de 85% de *abstenções*. Em contrapartida, o menor caso para *não respostas* ocorreu em Paranã, correspondendo a 16%.

As designações *pique/pique-esconde* foram coletadas em dez pontos, conforme demonstrado no cartograma na cor azul; apenas Araguatins e Tocantinópolis não forneceram os agrupamentos *pique/pique-esconde*.

Observamos que a forma *pique* teve maior produção nas cidades situadas no centro-sul do Estado, principalmente naquelas que pertenceram à região sudeste, parte mais antiga do Tocantins, área que, como nossos estudos apontaram, recebeu grande fluxo migratório de pessoas advindas do Nordeste, fato corroborado por Ribeiro (2012) quando expõe que *pique* é a mais citada no falar baiano e adjacências, o que pode configurar uma influência lexical. Além disso, a autora pontua que a variante está presente em 100% das localidades do Tocantins (Pedro Afonso e Natividade), estudadas pelo ALiB (2014). Dentre as localidades pesquisadas nesta dissertação, a variante teve maior frequência em Natividade (57,14%) e Paranã (66,67%).

Salva/ponto-salva/pique-salva/salve-salve foram produzidas em quatro pontos de inquérito: Araguaína, Porto Nacional, Mateiros, Formoso do Araguaia e Paranã, cada um com uma ocorrência das lexias citadas.

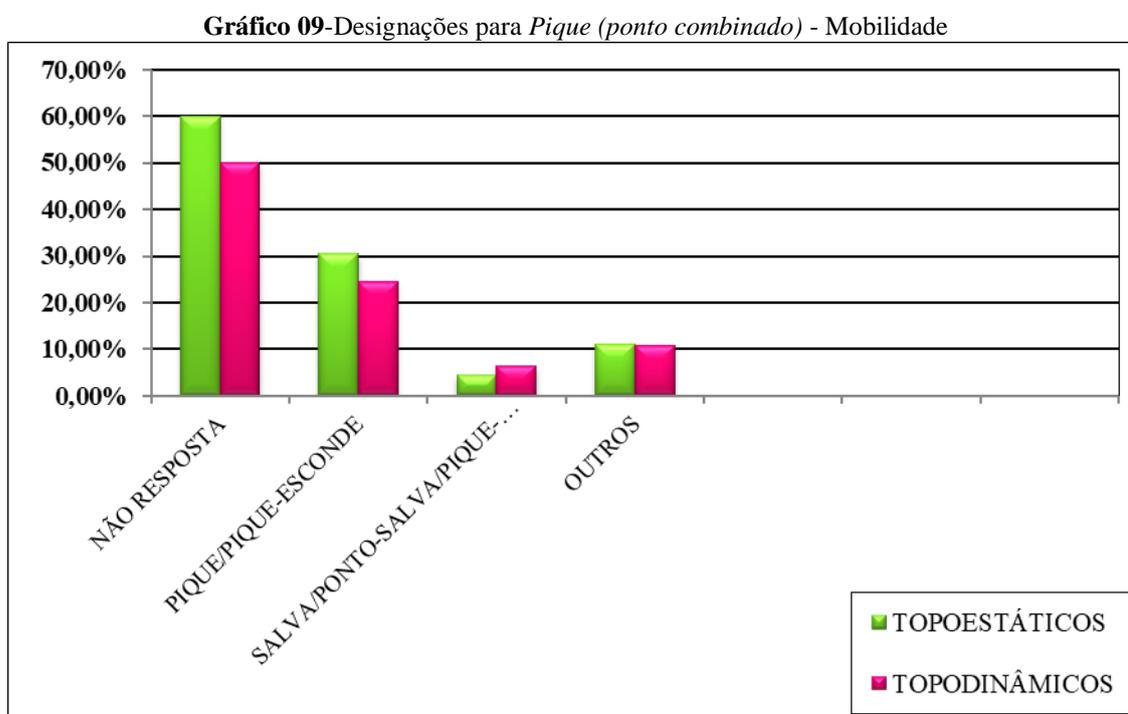
Registramos *mancha* em três cidades limítrofes com outros estados: Araguatins, fronteira com o Pará; Tocantinópolis, divisa com o Maranhão; e Mateiros situado próximo ao Maranhão, ao Piauí e à Bahia. Por fim, *ponto de chegada* e *ponto-final* foram documentadas em Pedro Afonso e Palmas.

No conjunto *outros*, dispusemos as variantes com apenas uma menção durante a pesquisa. Assim, em Araguatins, documentamos *mira* e *poste*; Araguaína registrou a forma *bandeira*; em Araguacema coletamos *pinha*. Na capital Palmas houve uma ocorrência para *cola* e, em Porto Nacional, um caso para *picula*.

Mediante a análise cartográfica, notamos que no Estado ocorreram variantes conhecidas em outras regiões brasileiras, além de evidenciar significativo índice de *não respostas*, assim como apontado no falar amazônico (PORTILHO, 2013) e no falar baiano (RIBEIRO, 2012).

5.9.1 Variação para pique (ponto combinado): variável mobilidade

Apresentamos no Gráfico 09 as ocorrências distribuídas pela variável mobilidade, no qual os topoestáticos designaram o ponto combinado com total de 45 respostas e os topodinâmicos forneceram 46.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Com a composição do Gráfico 09, notamos que o número de *não respostas* foi maior entre as pessoas nascidas e criadas nas localidades, com 60%, enquanto as pessoas oriundas de migração apresentaram 50% de *abstenções*. É interessante verificarmos os depoimentos dos informantes que corroboram os dados contidos no Gráfico 09 sobre o desconhecimento dos informantes sobre o ponto combinado:

INF.- Não, tem não, a gente só marcava o lugar.

INQ.- Vocês não tem um nome específico que vocês falavam?

INF.- Não. (04/5).

INF.- Tinha um nomezinho, mas num tô mais lembrado não. Faz muito tempo que eu brinquei disso aí. Tinha um nomezinho, que chegava num lugar pra pessoa triscá e 'taha (=tava) salvo. Que o 'cê antes... se ele triscasse ne tu, antes de chegá naquele lugar, 'cê ficaha (=ficava) no lugar. Eu num lembro o nomezinho não. (05/2).

Para *pique/pique-esconde*, os topoestáticos elicitaram 30,43% das respostas e os topodinâmicos 24,44%, percentuais aproximados em ambos os grupos. A respeito de *salva/ponto-salva/pique-salva/salve-salve*, há mais casos entre os alóctones, 6,52%, contra

4,44% dos dados fornecidos pelos locais. *Salva* e *salve-salve* foram proferidas por informantes do primeiro grupo, já as formas *ponto-salva* e *pique-salva*, pelo segundo grupo.

No conjunto *outros*, os topoestáticos registraram 11,10% e os topodinâmicos 10,86%. Os informantes fixos registraram: *mancha*, *pinha*, *ponto final*, *bandeira* e *picula*; os falantes extralocalidades, por seu turno, citaram: *mancha*, *cola*, *ponto de chegada*, *mira* e *poste*.

Aqui apresentamos as análises no eixo mobilidade para o ponto combinado e constatamos que o número para *não respostas*, *pique/pique-esconde*, *salva/ponto-salva/pique-salva/salve-salve* e as demais lexias inseridas no conjunto *outros* tiveram diferença mínima entre um grupo e outro. Além disso, o considerável valor para as *abstenções* demonstra que ambos os públicos tiveram dificuldades em responder a questão analisada nesta seção.

5.10 Variação para *gangorra* - resultado geral

Para a questão 129⁶⁵, designações para o brinquedo em que uma tábua é apoiada no meio, cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce, apuramos 98 ocorrências.

Quadro 14-Designações para *Gangorra*-Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Gangorra	73	74.49%
Balanço	14	14.29%
Não Resposta	8	8.16%
Cavalinho	1	1.02%
Balancete	1	1.02%
Balango	1	1.02%
TOTAL	98	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiTTETO (SILVA, 2018).

A resposta mais comum obtida para a QSL 129 foi *gangorra*, com 74,49% dos dados. Aulete (2011) e Houaiss (2011) designam o brinquedo como “um aparelho usado para diversão infantil, que tem uma tábua comprida apoiada no centro, em que as crianças, sentadas uma em cada ponta, sobem e descem alternadamente”. O relato de um informante, residente em Mateiros explica como brincar de *gangorra*: “INF.- Éh... *gangorra*. Fica subindo e descendo” (08/3).

⁶⁵ Registramos um caso para “*dar coice*”, mas por não corresponder à resposta desejada não a consideramos em nosso cômputo.

Com menor vitalidade, documentamos *balanço*, com 14,29%. Após consulta nos dicionários, Houaiss (2011) e Aulete (2011) apresentam significado semelhante “brinquedo que oscila com o impulso do corpo; assento suspenso por correntes, cordas, usado para balançar-se”. É notável que os informantes usaram a denominação de um brinquedo para outro, possivelmente porque para brincar é utilizado o movimento do corpo. A seguir, temos o depoimento de uma senhora, residente em Formoso do Araguaia:

INF.- **Balanço**.

INQ.- **Balanço?**

INF.- Uhum.

INQ.- Lá no Maranhão vocês brincavam?

INF.- É, tipo **balanço**, né.

INQ.- Você já ouviu aqui outro nome?

INF.- Não, pode sê que tenha outro nome, mas eu num sei, né, eu só sei que era de balan... No Maranhão brincava de **balanço**. (10/6).

Nesta questão (128) o valor para *não respostas* foi baixo, 8,16%, ou seja, a maioria dos informantes soube responder a pergunta.

Com apenas 1,02% das respostas, registramos as variantes *cavalinho*, *balancete* e *balango*, citadas uma única vez. *Cavalinho* e *balango* não estão dicionarizadas. Houaiss (2009) designa *balancete* como balanço pequeno, mas Aulete (2011) e Póvoa (1996) não descrevem a variante.

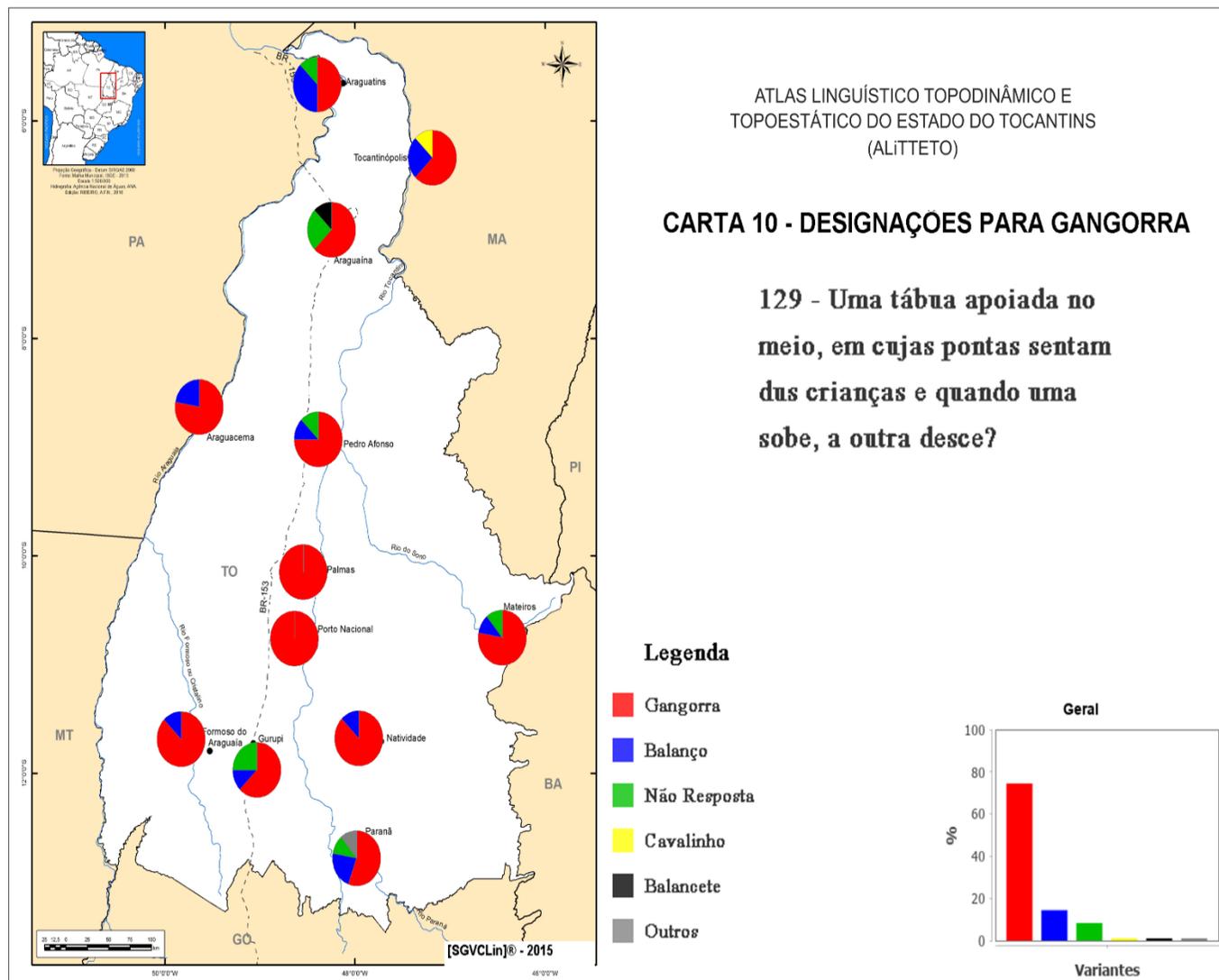
Ribeiro (2012) registrou *gangorra* como a resposta mais produtiva no falar baiano e adjacências, pois obteve 55,7% de frequência, seguida de *balanço* com 26,9%, em terceiro está *balança* (8%) e em quarto *balango* com 4,2% das respostas, entre outras lexias com menor incidência. Segundo a autora, 19,1% dos dados correspondem às respostas não obtidas.

Portilho (2013) documentou 48% para *balanço*, 39% para *gangorra*; *burrica* teve 2,5%; *barquinha*, 1,7%; *joão galamarte* 1,7% e *pula tábua* 1,7%, dentre outras lexias encaixadas na categoria *outros* (5%). A autora não registrou casos de abstenções.

Dessa maneira, ao comparar os três falares, verificamos que há novamente uma identificação entre o falar baiano e o tocantinense, tendo em vista que em ambos a forma predominante é *gangorra*, seguida de *balanço*, ao passo que no falar amazônico a lexia mais produtiva foi *balanço*.

A Carta 10 ilustra as variantes distribuídas na área do Tocantins.

Figura 32-Carta 10-Diatópica Geral-Designações para *Gangorra*



No que concerne à diatopia, segundo a Figura 32, a forma *gangorra* ocorreu em toda a área estudada, com 100% de frequência em Porto Nacional e em Palmas, ou seja, nestas duas localidades não documentamos outras lexias. Além disso, em todos os pontos *gangorra* teve entre 50% a 80% dos registros.

Sobre a alta produtividade de *gangorra* no espaço tocantinense, atribuímos ao fato de que no Estado o processo de ocupação foi também realizado por movimentos migratórios nordestinos, ao passo que Ribeiro (2012, p. 393) cita em seu trabalho que “*gangorra* está presente em toda a área geográfica estudada, está na Área de Controle (AC) e na área do Falar Baiano (FB)”, com atenção especial para Pedro Afonso e Natividade em que a variante ocorreu com exclusividade. Também Portilho (2013) registrou exclusividade da lexia em Pedro Afonso, sem coocorrer com outras formas.

Balanço foi coletada com baixa produtividade em Araguatins, Tocantinópolis, Araguacema, Pedro Afonso, Mateiros, Formoso do Araguaia, Gurupi, Natividade e Paranã. O maior percentual registrado está em Araguatins, com 37,50% dos dados, o que significa que a localidade tenha preferências semelhantes ao falar amazônico, uma vez que é área limítrofe com o Pará e “*balanço* é a forma predominante na área dialetal do *falar amazônico*” (PORTILHO, 2013, p. 123). Posto isso, é evidente que o falar tocantinense se aproxima do baiano, pois, tanto no Tocantins quanto na Bahia e Áreas de Controle, predominou *gangorra*.

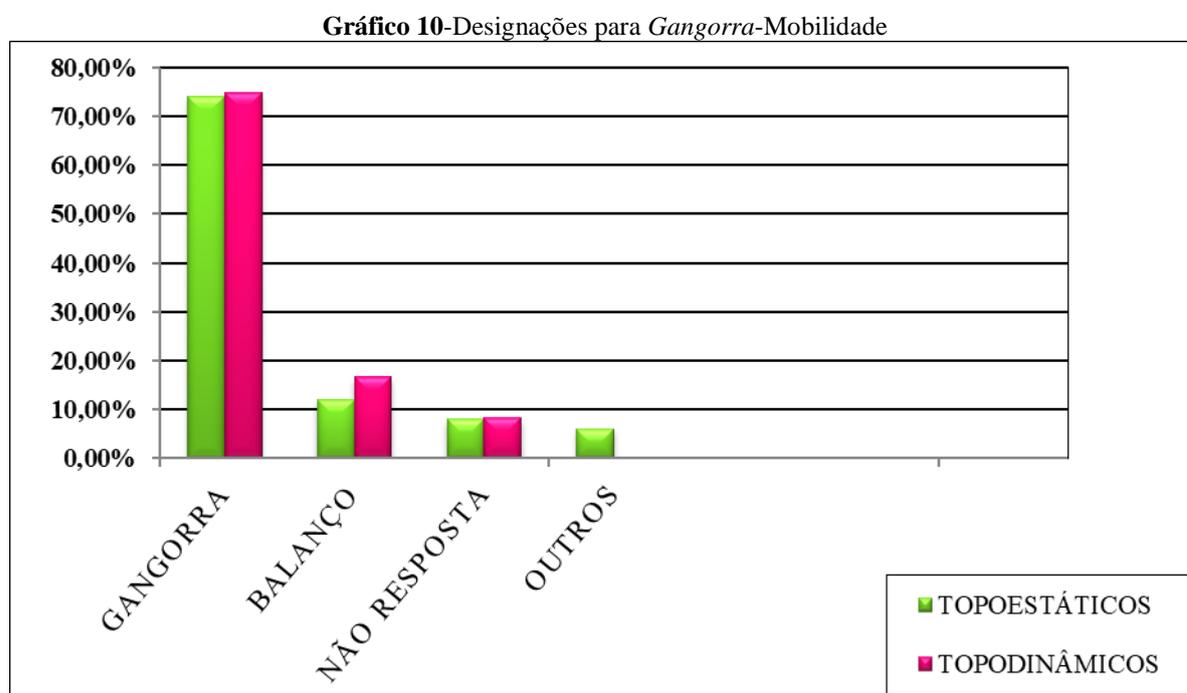
As *abstenções* ocorreram em seis pontos de inquérito, a saber: Araguatins, Araguaína, Pedro Afonso, Mateiros, Gurupi e Paranã. O maior valor de *não respostas* se fez presente em duas das maiores cidades do Tocantins: Gurupi e Araguaína, com 25%, possivelmente por serem áreas mais urbanas e as pessoas desconhecerem o brinquedo.

Documentamos *cavalinho* em Tocantinópolis como ocorrência única. Portilho (2013) registrou um caso para *cavalo* em Imperatriz (MA), o que explica a presença em solo tocantinense, pois as duas cidades são limítrofes, apenas 100 km de distância entre elas.

Balancete teve um caso registrado em Araguaína. No conjunto *outros*, dispusemos a lexia *balango*, citada por um informante de Paranã. Sobre as referidas acepções não há registros no trabalho de Portilho (2013); enquanto Ribeiro (2012) catalogou somente *balango* (4,2%).

5.10.1 Variação para gangorra: variável mobilidade

No Gráfico 10, dispusemos o percentual de ocorrências referente à QSL 129, considerando o universo mobilidade. Os topoestáticos concederam 50 itens respostas e os topodinâmicos forneceram 48.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

A partir do Gráfico 10 podemos visualizar que os percentuais entre ambos os grupos são mínimos relacionados às variantes. Em *gangorra*, por exemplo, houve registros de: 74% para os topoestáticos e 75% para os topodinâmicos. Por sua vez, *balanço* teve 16,67% de produção entre os informantes móveis e 12% entre os informantes fixos. As *não respostas* apresentaram diferença mínima tanto entre os alóctones (8,33%) quanto entre os autóctones (8%).

Porém, em relação ao grupo *outros* somente entre os informantes nascidos e criados nos pontos de inquérito ocorreram *balancete*, *balango* e *cavalinho*. Em suma, *gangorra* é norma entre os informantes inquiridos.

5.11 Variação para *balanço*- resultado geral

As respostas consultadas para este estudo contabilizaram 100 dados distribuídos por quatro variantes e uma abstenção para designar o conceito contemplado pela questão 130. Constatamos que aqui tivemos algumas formas também registradas na QSL. 129 referente ao brinquedo formado por uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce.

Quadro 15-Designações para *Balanço* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Balanço/Balança	86	86.00%
Balancete	8	8.00%
Balango/Bambalango	3	3.00%
Balançador	2	2.00%
Não Resposta	1	1.00%
TOTAL	100	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiTTETO (SILVA, 2018).

O Quadro 15 expõe que, dentre as quatro formas registradas, *balanço/balança* obteve o maior percentual, 86%. Como vimos na QSL 129 *balanço* é considerada por Houaiss (2011) e Aulete (2011) como um brinquedo infantil, com uma tábua suspensa por duas cordas e se movimenta em vai e vem. *Balança*, por sua vez é registrada pelos dicionaristas como “um instrumento ou aparelho usado para pesar ou medir”.

Balancete ocupou o segundo lugar com apenas 8% dos dados. Segundo Houaiss (2009), *balancete* é um balanço pequeno. A informante da faixa etária I, moradora de Araguaína, descreve o brinquedo:

INF.- Hum... *balancete*.

INQ.- *Balancete*?

INF.- É que a pessoa fica balançano, marrado numa árvure, numa tábua, né?

Balancete. Balanço.

INQ.- Isso, entendi, tem diferença ou é a mesma coisa?

INF.- É a mesma coisa.

INQ.- *Balancete* vocês usam lá no Maranhão?

INF.- E aqui também, povo aqui nas roça usa muito, botava as criança.

INQ.- Entendi, é que eu só ouvi balanço. (03/6).

O item lexical *balançador* obteve apenas 2% das respostas e, de acordo com Houaiss (2011), é a junção do substantivo *balanço* + o sufixo *dor*, ou seja, aquele que balança.

Tivemos apenas 1% para *abstenções*, isso representa que os informantes não tiveram dificuldades para designar o brinquedo em questão sendo ainda um artefato muito comum entre as crianças e adultos, possivelmente por estar em parques e praças públicas.

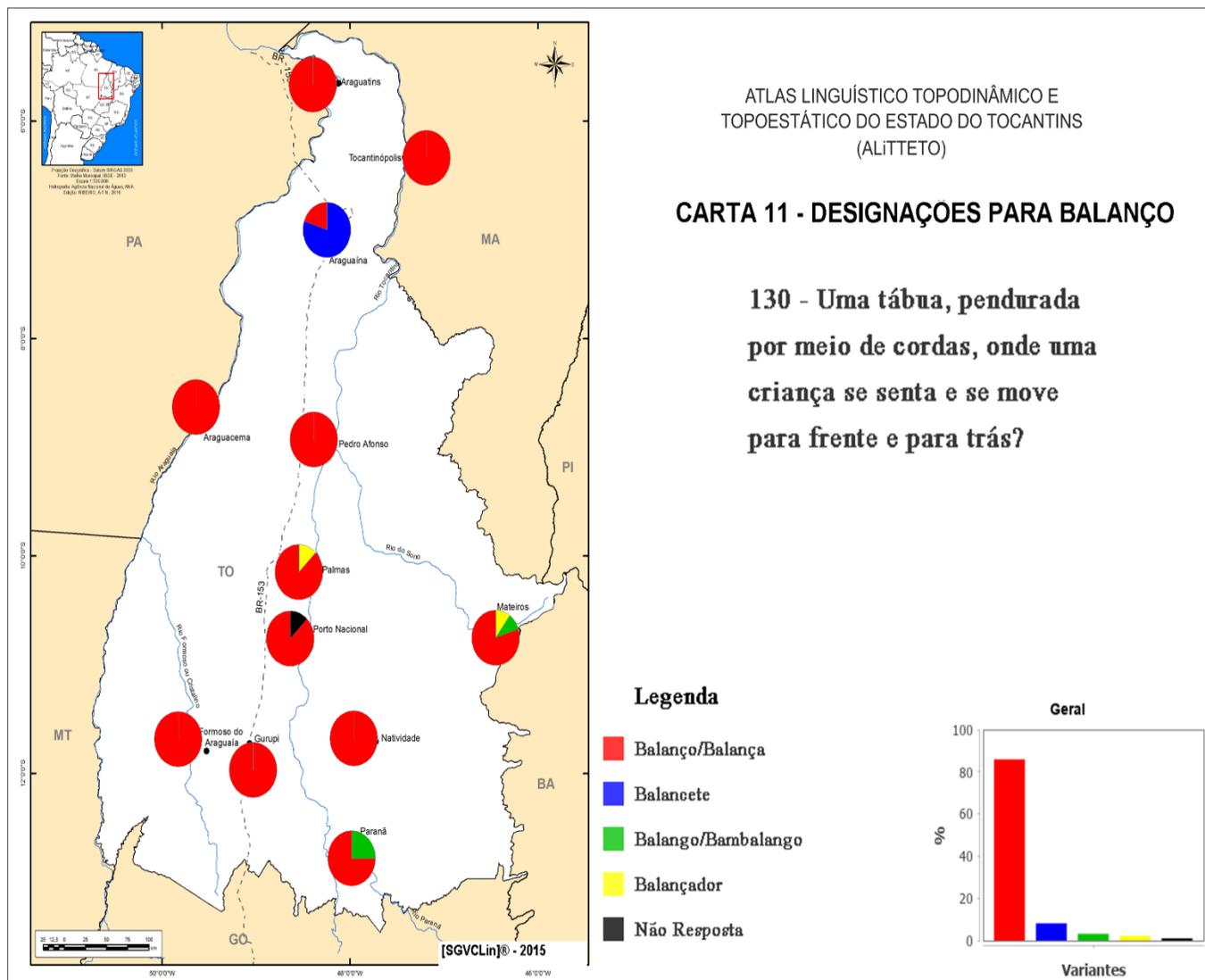
Comparando o dados aqui analisados com o falar baiano, Ribeiro (2012) catalogou *balanço* como forma mais produtiva, com 60,8% das respostas, registrou também “*gangorra* (14,3%), (*bango*) *balango* (11,0%), *balança* (6,2%), *zanza* (3,7%), *balanceio* (1,8%), *balançador* (0,7%) e as *respostas únicas* (1,5%)” (RIBEIRO, 2012, p. 404) e teve apenas 1% para *não respostas*, assim como em nosso trabalho. Dentre as lexias documentadas por Ribeiro (2012), *bambalango*, *balango*, *balancete*, *balança* e *balançador* também estão presentes no *corpus* desta dissertação.

A respeito do falar amazônico, vimos que Portilho (2013) também coletou alta produtividade para *balanço*, com 85% das ocorrências, seguida de *balançador* com 5%, entre outras lexias; a autora não documentou casos de abstenções.

Após tais ponderações é evidente que *balanço* é norma nos três falares: tocaninense, baiano e amazônico, bem como foi uma questão bastante produtiva, uma vez que houve baixa ou nenhuma abstenção, sendo de conhecimento de todos o brinquedo analisado.

A carta linguística presente na Figura 33 expõe a disposição das formas documentadas.

Figura 33-Carta 11-Diatópica Geral-Designações para *Balanço*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

A partir das informações presentes na Figura 33, a forma mais conhecida nas localidades pesquisadas é *balanço*, exclusiva (100%) em Araguatins, Tocantinópolis, Araguacema, Pedro Afonso, Formoso do Araguaia, Gurupi e Natividade.

Conforme Portilho (2013), dentre os pontos trabalhados como área de controle, Pedro Afonso apresentou *balanço* como única lexia mencionada pelos informantes, o que confirma nossos dados, uma vez que neste trabalho a variante teve exclusividade na referida localidade.

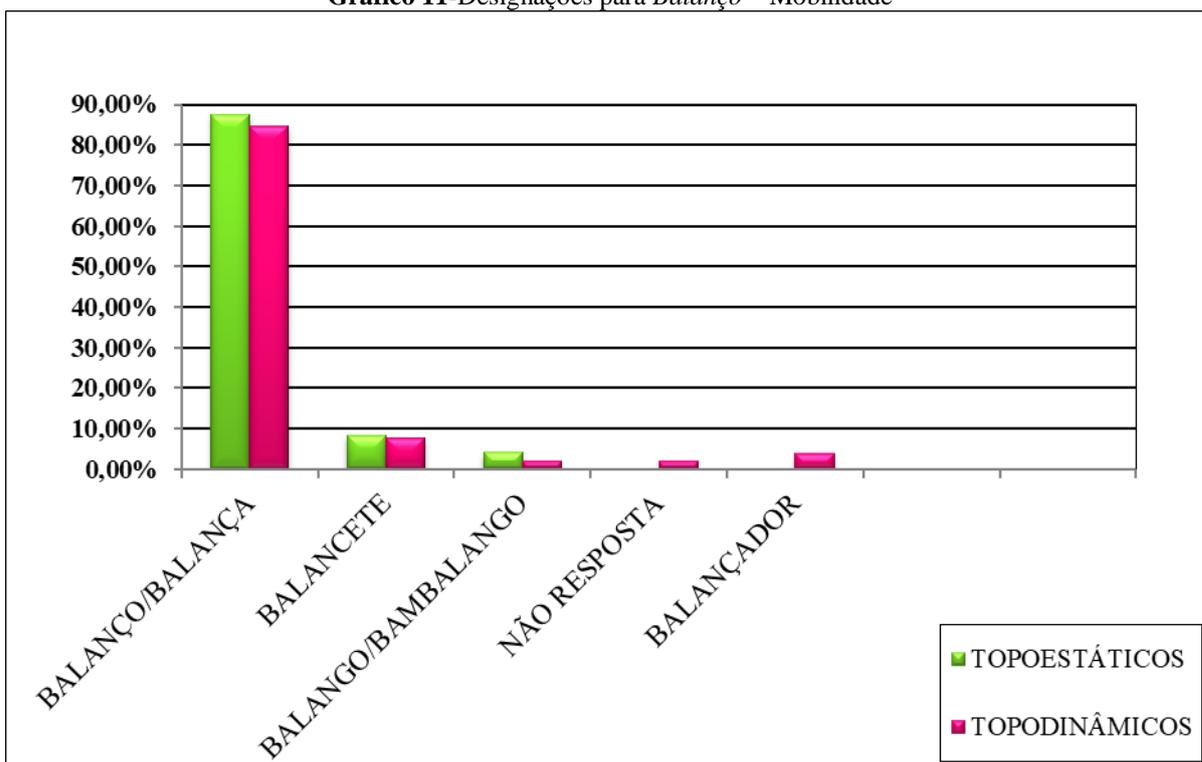
Araguaína foi o único local que teve baixa produção para *balanço* (20%), pois registrou *balancete*, em 80% das respostas. Não há registros da variante nos falares amazônico e baiano, configurando, nesta localidade, um caso particular.

Em Mateiros e Paranã documentamos *balango/bambalango*. Provavelmente, a presença da unidade lexical no Tocantins ocorra por influências externas vindas do Nordeste, uma vez que Ribeiro (2012) descreve forte presença da variante, tanto no falar baiano quanto na Área de Controle.

Balançador ocorreu em Palmas e Mateiros, com uma citação em cada local. Portilho (2013) documentou a acepção mencionada no Maranhão, o que pode explicar a sua presença em Mateiros e Palmas, uma vez que foi citada por informantes advindos de migração. Por fim, o único caso de *abstenção* ocorreu em Porto Nacional, no qual um senhor não soube responder a questão.

5.11.1 *Variação para balanço: variável mobilidade*

O Gráfico 11 apresenta os valores das designações documentadas, considerando o eixo mobilidade. Assim, registramos 48 respostas para os topoestáticos e 52 para os topodinâmicos.

Gráfico 11-Designações para *Balanço* – Mobilidade

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALITTETO (SILVA, 2018).

Balanço/balança prevaleceu nas preferências lexicais tanto das pessoas nascidas e criadas na localidade (87,50%) quanto dos informantes extralocalidades (84,62%). Processo semelhante ocorreu com *balancete*: 8,33% para os topoestáticos e 7,69% para os topodinâmicos. Fica evidente a preferência pela forma considerada a norma no uso do Português Brasileiro.

Sobre *balango/bambalango*, houve duas menções (4,17%) realizadas pelos autóctones e uma (1,92%) por um informante alóctone.

Sobre as *abstenções* computamos 1,92% das incidências somente entre os informantes extralocalidades, uma vez que os topoestáticos souberam responder a QSL 130.

Balançador foi fornecido por dois informantes advindos de migração, um homem da primeira faixa etária e uma mulher da segunda faixa etária, totalizando 3,85% dos dados.

Em resumo, nesta questão, o eixo mobilidade não demonstrou diferenças significativas, uma vez que os informantes demonstraram as mesmas preferências lexicais.

5.12 Variação para *amarelinha*: resultado geral

Nas localidades investigadas, apuramos 107 respostas para a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só. O Quadro 16 expõe os dados das variantes para *amarelinha*⁶⁶.

Quadro 16 - Designações para *Amarelinha* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Amarelinha	46	42.99%
Não Resposta	27	25.23%
Macaco/ Macaca/ Macacão	26	24.30%
Pula-Pula	3	2.80%
Quadrado	2	1.87%
Cancão	1	0.93%
Maré	1	0.93%
Guariba	1	0.93%
TOTAL	107	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Pelo disposto no Quadro 16, a maioria dos informantes conhece a brincadeira por *amarelinha* (42,9%). É designada por Houaiss (2011) como uma “brincadeira infantil em que se pula em uma só perna dentro de quadrados riscados no chão, saltando aquele em que se jogou uma pedrinha achatada, ou objeto semelhante”, de origem controversa. Sob a perspectiva de Aulete (2011), *amarelinha* possivelmente é proveniente do francês *marelle*, definida como “jogo infantil que consiste em pular, num pé só, uma série de casas riscadas no chão” (AULETE, 2011).

Ocupando o segundo lugar, temos as *não respostas* (25,23%) observadas em quase todos os pontos de pesquisas, excetuando-se o município de Natividade. A porcentagem para as *abstenções*, no que tange à brincadeira em estudo, pode ser explicada porque supostamente “o uso cada vez mais incidente de novas tecnologias têm levado as crianças a abandonarem as brincadeiras tradicionais de rua” (SILVA, 2018, p. 181).

As formas *macaco/macaca/macacão* foram documentadas em 24,30% das respostas. Para *macaco* encontramos em Aulete (2011) e em Houaiss (2011) designação referente ao animal e ao objeto usado para levantar pneus de carro; sobre *macacão*, os autores afirmam se

⁶⁶ Um informante de Mateiros nascido e criado na localidade, designou *amarelinha* como *boneca*, porém não a computamos devido ao distanciamento do que se busca apurar na pergunta QSL. 131.

tratar de uma vestimenta, ou seja, os dicionaristas não fazem menção para *macaco/macacão* como uma brincadeira infantil. Em contrapartida, Póvoa (1996) apresenta no Dicionário Tocantinense a nomenclatura *pula-macaco*, referindo-se a um “brinquedo infantil, em que se riscam várias linhas no chão, formando quadrados, para se pular com um pé só, de acordo com regras estabelecidas; também chamado *amarelinha*”.

Observamos nos depoimentos dos informantes que há uma diferença na forma de riscar a *amarelinha* e o *macaco* no chão. Um jovem de Natividade expõe:

INF.- *Amarelinha*?

INQ.- Como é que é a *amarelinha*?

INF.- Coloca os números, aí você joga a pedra, aí você vai pulá... a.. quantas casas que caiu a pedra, até chegar no... no círculo. (11/1).

Já para desenhar o *macaco*, a informante topodinâmica de Porto Nacional assim descreve:

INQ.- Mas não tem outro nome?

INF.- *Macaco*, mais *macaco* num tem número não.

INQ.- É só o quadradinho o *macaco*?

INF.- Faiz a cabeça dele, aí faiz um quadrinho o braço, aí vai descendo.

INQ.- E joga a pedrinha para ir pulando?

INF.- Hamham. (07/6).

Considerando as formas: *amarelinha* e *macaco*, juntamente com suas incidências, depreendemos que, provavelmente, os informantes vêm sendo influenciados pelos meios de comunicação (internet e livros), pois designaram a brincadeira como *amarelinha*.

Vale ressaltar que formas *macaco/macaca/macacão* são mais frequentes na fala dos informantes da segunda faixa etária (32%) do que entre os informantes da primeira (18%) (18 a 30 anos), demonstrando que a forma local pode estar em vias de desaparecimento, posto que os jovens citam mais a forma *amarelinha*. Na fala da senhora de Pedro Afonso notamos a percepção deles de que uma forma está tomando o lugar da outra e há processo de mudança.

INF.- No meu tempo era *pulá macaco*.

INQ.- Pular macaco? E hoje em dia, a senhora conhece, vê os netos da senhora brincando?

INF.- *Amarelinha*, né.

INF.- Aqui antigamente a gente chamava... *amarelinha*. Primeiro era *macaco*, *pulá macaco*, agora não, é *amarelinha*. (05/4).

Vale ressaltar que nas entrevistas os informantes citaram a brincadeira utilizando o verbo “pular” juntamente com a palavra “macaco”, porém, optamos por considerar as mesmas nomeações e agrupamentos que o ALiB (CARDOSO et al., 2014, [carta L23]), resultando em *macaco/macaca/macacão*.

Registramos também outras respostas, como *pula-pula* com 2,8% que, para Houaiss (2011), trata-se de uma cama elástica, que tem uma rede de proteção e as crianças pulam. Não há menção da *brincadeira* no dicionário de Caldas Aulete (2011). Possivelmente, os informantes utilizaram a denominação *pula-pula* porque para brincar de *amarelinha* é preciso pular os quadrados. Mas, para Alencar, “*pula-pula* pode ser compreendida como resposta válida, posto que a brincadeira em questão se refere a qualquer brinquedo próprio para pular” (ALENCAR, 2019, p. 605-606).

Outra forma citada foi *quadrado* com 1,87%; os dicionaristas Houaiss (2011) e Aulete (2011) pontuam ser um espaço, objeto ou figura que tem os lados iguais, bem como se referem a pessoas conservadoras ou antiquadas, isto é, não há nenhuma relação direta com a brincadeira em estudo. Logo, a denominação *quadrado* citada por três informantes ocorreu provavelmente pela associação às formas geométricas dos desenhos feitos no chão, considerando-o como a brincadeira.

A variante *cancão* (0,93%) é tratada somente por Póvoa (1996) como uma ave negra e barulhenta, e não consta em Houaiss (2011) e em Aulete (2011). *Maré* (0,93%) também não está dicionarizada em Houaiss (2011) e em Aulete (2011) como uma brincadeira, mas como o movimento de elevação e abaixamento das ondas do mar.

Por fim, a variante *guariba*, registrada com 0,93% das respostas, foi encontrada em Houaiss (2011), Aulete (2011) e Póvoa (1996) como uma espécie de macaco, proveniente do tupi *gwa'riwa*. Em decorrência desta definição, acreditamos que *guariba* foi mencionada porque possui relação com o animal macaco que, por sua vez, também é considerado uma variante para a brincadeira conhecida por *amarelinha*.

No estudo produzido por Portilho (2013), conferimos que a designação mais produtiva no falar amazônico foi *macaca* com 53,1% dos dados, seguida de *amarelinha*. *Pula-pula*, *cancão* e *guariba* não fazem parte do acervo lexical dos informantes da autora, que também não cita se houve ausência de respostas.

Por outro lado, no estudo de Ribeiro (2012), observamos que se tratando do quesito localidades a preferência dos informantes é por *amarelinha* (64,9%), mas em número de ocorrências *macaco* obteve mais produtividade com 39,9% dos dados.

A autora considerou a forma *amarelinha* como predominante por se tratar de um trabalho com o propósito de identificar as áreas dialetais e a variação diatópica. Ribeiro (2012) não documentou *pula-pula*, *cancão* e *guariba*, mas a forma *quadrado* fez-se presente

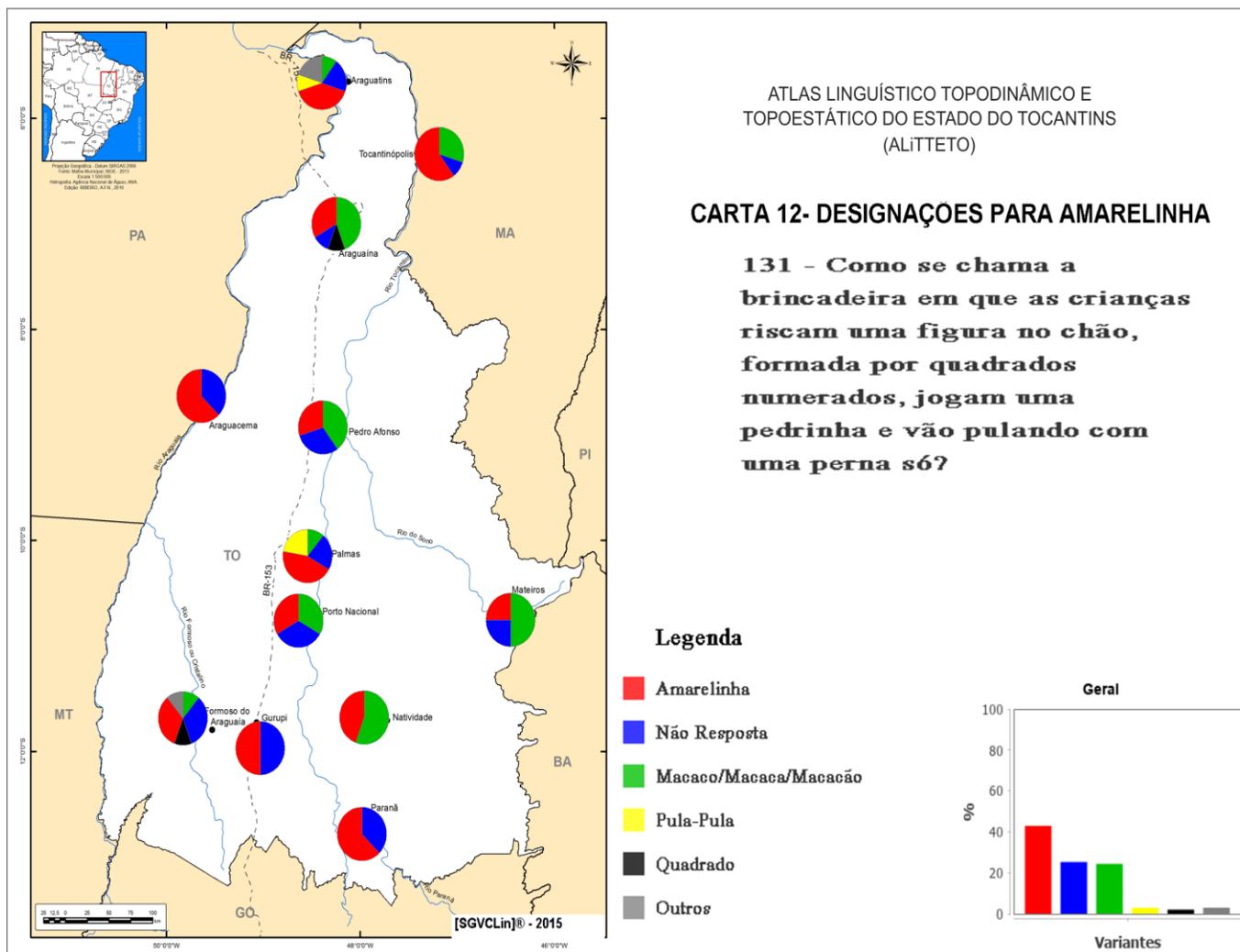
como resposta única em Goiânia; *maré*⁶⁷ teve registros em Minas Gerais e em Goiás e a autora registra 29,1% de respostas não obtidas.

Além disso, Ribeiro (2012) pontua que, mesmo *amarelinha* sendo a variante mais frequente entre as localidades, no falar baiano, assim como no falar amazônico, predomina *macaco*, pois nas Áreas de Controle as formas *macaco* e *macacão* se concentraram no noroeste e no norte do falar baiano.

A Figura 34 mostra a distribuição espacial de cada variante documentada.

⁶⁷ No estudo de Alencar (2019), em que as áreas investigadas contemplam 38 localidades de São Paulo e 10 cidades fronteiriças pertencentes aos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, a designação *maré* também teve alta frequência nas localidades pesquisadas, principalmente nos pontos de inquérito em Minas Gerais, onde foram trabalhados como área de controle. Essa informação confirma os dados de Ribeiro (2012).

Figura 34-Carta 12-Diatópica Geral-Designações para *Amarelinha*



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

A figura 34 mostra a preferência por *amarelinha*, que se distribui por todas as localidades investigadas.

As designações para *macaco/macaca/macacão* ocorreram em Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional, Mateiros, Natividade e Formoso do Araguaia. Em Araguacema, Gurupi e Paranã a variante *amarelinha* concorre com as abstenções.

A distribuição espacial das variantes para a brincadeira comumente conhecida por *amarelinha* demonstra uma possível influência, tanto nortista quanto nordestina, pois Portilho (2013) atesta no falar amazônico que as formas *macaca* e *macaquinha* tiveram altos índices, seguida de *amarelinha*, assim como aconteceu na presente pesquisa.

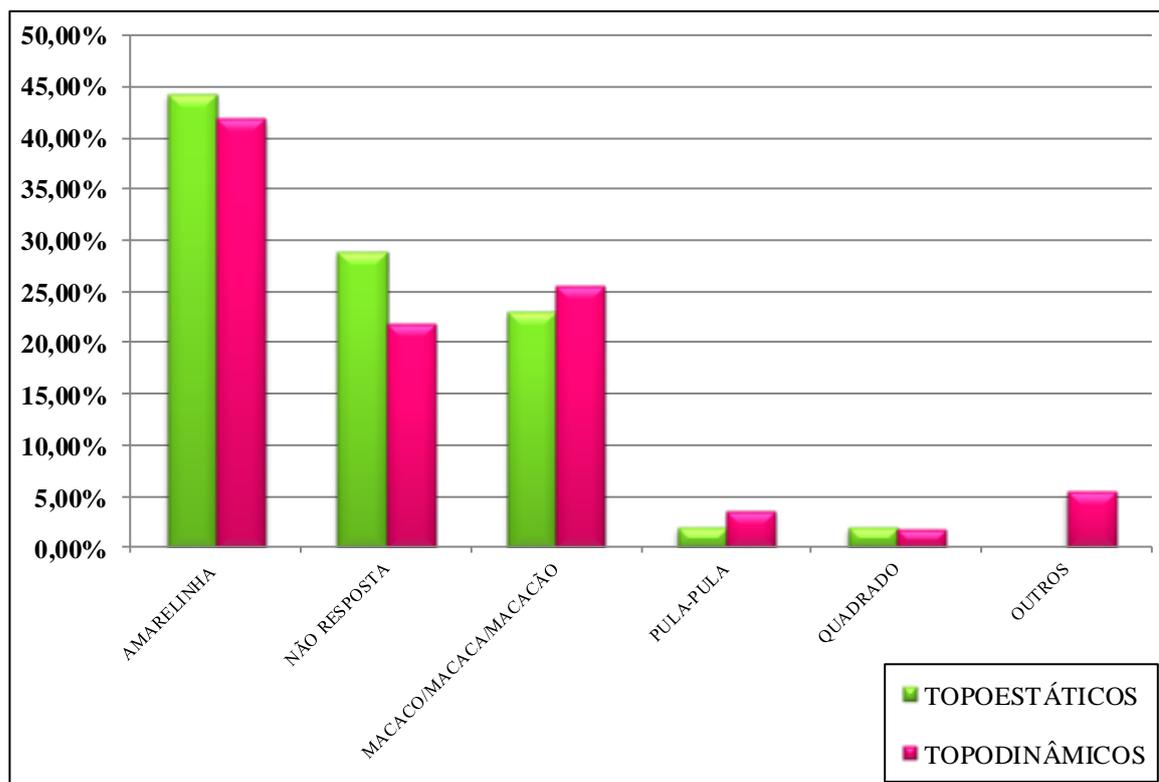
A variante *pula-pula* teve baixa incidência, sendo mencionada apenas em Araguatins (01 informante) e em Palmas (02 informantes). Enquanto *quadrado* ocorreu em Araguaína (01 informante) e Formoso do Araguaia (01 informante). Logo, *pula-pula* e *quadrado* são casos esporádicos, cujas localidades não mantêm conexão histórico-social evidente.

Os informantes topodinâmicos de Araguatins e de Formoso do Araguaia foram os únicos a fornecerem outras aceções para a brincadeira possivelmente oriundas de outras regiões: em Araguatins obtivemos *guariba* e *cancão*; *maré* se deu apenas em Formoso do Araguaia.

Em síntese, no que tange ao aspecto diatópico geral, constatamos que entre os informantes predomina *amarelinha*, seguida de número considerável de *abstenções*. As variantes *macaco/macaca/macacão* também se fizeram presentes entre os informantes. Segundo Silva (2018), a presença de *amarelinha* nos dados ocorreu porque é pertencente a uma norma linguística nacional, enquanto as designações *macaco/macaca/macacão*, formas lusitanas, vinculam o Estado a uma norma regional, composta principalmente pelos estados nortistas (SILVA, 2018, p. 180-181).

5.12.1 Variação para *amarelinha*: variável mobilidade

Os informantes topoestáticos apresentaram 52 ocorrências e os topodinâmicos 55 incidências para a QSL 131. Totalizando 107 respostas, conforme se verifica no Gráfico 12.

Gráfico 12- Designações para *Amarelinha* - Mobilidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Amarelinha é a aceção mais recorrente entre os dois tipos de informantes: 44,23% para os locais e 41,82% para os procedentes de migração. Em ambos os grupos o número de *não respostas* foi significativo: 29% para os informantes estáticos e 22% para os informantes móveis. Possivelmente, esta brincadeira tem perdido espaço entre os falantes, devido à informatização dos jogos e ao acesso à internet (redes sociais e plataformas digitais), conforme Silva destaca “o uso cada vez mais incidente de novas tecnologias têm levado as crianças a abandonarem as brincadeiras tradicionais de rua” (SILVA, 2018, p.181).

Macaco/macaca/macacão apresentam discreta preferência entre os informantes topodinâmicos, 25,45% contra 23% dos topoeestáticos.

Pula-pula também foi informada pelos dois grupos, 1,92% para topoeestáticos e 3,64% para os topodinâmicos. A forma *quadrado* foi produzida unicamente por um informante de cada grupo.

Os falantes não locais também foram responsáveis pelas formas *cancão*, *maré* e *guariba*, respectivamente com 1,82% das respostas. Enquanto o grupo local não forneceu outras designações, pois se ateu apenas as variantes: *amarelinha*, *macaco/macaca/macacão*, *pula-pula* e *quadrado*.

Logo, constatamos em nosso *corpus* que *amarelinha* é norma entre os dois grupos, embora registrem as formas *macaco/macaca/macacão*. Vimos que os topodinâmicos mencionaram outras denominações para a QSL. 131, atestando o fato de manterem seu acervo de origem.

5.13 Variação para *cair no poço* - resultado geral

Conforme o levantamento e tratamento estatístico dos dados, catalogamos 95⁶⁸ ocorrências para a brincadeira denominada por *cair no poço*. Esta brincadeira não é analisada por Ribeiro (2012) e Portilho (2013), assim como por outros trabalhos de cunho dialetológico, o que nos impede de comparar estes dados com os de obras de outros autores.

Quadro 17- Designações para *Cair no Poço* - Resultado Geral

Variante	Nº de ocorrências	%
Não Resposta	61	64.21%
Cair no Poço	22	23.16%
Salada Mista	5	5.26%
Salada de Frutas	3	3.16%
Brincadeira da Fruta/Brincar de Pêra-Uva	2	2.11%
Beijar-Beijar/Brincadeira de Beijar	2	2.11%
TOTAL	95	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Diante do exposto no Quadro 17, notamos que a brincadeira na região em estudo teve alto percentual para as *abstenções*, 64,21%. O índice elevado ocorreu porque os informantes relataram não lembrar o nome da brincadeira, mesmo justificando ter brincado na infância. Dois depoimentos esclarecem o alto índice de não respostas:

INF.- Éh, não, num...
 INQ.- Não conhece não?
 INF.- Conheço não. (04/3).

O segundo depoimento é de uma senhora, moradora em Pedro Afonso:

INF.- Conheço, mas eu num, num tô lembrada com'ê que é...
 INQ.- Não?
 INF.- Não. (05/8).

⁶⁸ Catalogamos entre as variantes uma citação para *ciranda*, no entanto, por corresponder a outra brincadeira, decidimos não considerar a forma mencionada.

Para *cair no poço*, documentamos 23,16% das respostas, percentual baixo, pois acreditávamos que os informantes conhecessem a brincadeira. *Cair no poço* não está dicionarizada e há uma descrição feita no site Mapa do Brincar (2011) “os olhos do participante é vendado que diz: “Caí no poço”, o condutor pergunta “Quem te tira?”, o participante responde: “Meu bem”. Então o condutor aponta para cada uma das crianças do grupo e pergunta: “É esse?” o participante responde sim ou não. Se a resposta for sim, o condutor pergunta: “pera, uva, maçã ou salada de frutas?” e assim o participante escolhe o que deseja”.

Em nossos levantamentos há relatos dos informantes que explicam como é a brincadeira. Dentre eles, uma mulher da faixa etária II, de Formoso do Araguaia, diz o seguinte:

INF.- *Caí den’ do poço*, é?

INQ.- Como?

INF.- *Caí den’ do poço*.

INQ.- A senhora brincou dessa brincadeira?

INF.- (risos) “*Caí den’ do poço*, quem tirá?” Aí, fala: “meu bem, quem é teu bem? É esse? Não. É esse? Não.” (10/4).

Um informante da segunda faixa etária e morador de Tocantinópolis também explica como brincar de *cair no poço*:

INF.- Eu conheci essa brincadeira, mas de outro jeito.

INQ.- Ham, por quê?

INF.- Lá nós ficava aqui e a outra pessoa fazia a fila ali, aí ficava é esse, *caí no poço*, caí, quem que tira (inint.), é esse? É esse? Ai tira é, tirô por quê, aí dizia um aperto de mão, um beijo, um abraço.

INQ.- Qual o nome dessa brincadeira?

INF.- *Cair no poço*. *Cair no poço*? Cai. Quem te tira? Bem bem. É esse, é esse? (inint.) É. E te tirou por quê? (inint.) um aperto de mão, um abraço, um bejo. (02/7).

Entre as respostas coletadas, está *salada mista* com 5,26% dos dados. Encontramos uma descrição da variante no site Mapa do Brincar (2011), que diz “um dos participantes tem os seus olhos vendados pelo condutor, esse por sua vez aponta na direção de alguém sentado e pergunta: “É esta?” e a pessoa responde “sim” ou “não”. Caso a resposta seja “sim”, o condutor pergunta: “o que você quer dele(a): aperto de mão, caminho da roça, abraço ou beijo no rosto?” Quem está com os olhos tapados decide e a pessoa escolhida tem que fazer o que foi pedido. Depois, aquela que está com os olhos tapados tem que adivinhar quem foi que ela escolheu”.

A informante de Formoso do Araguaia, pertencente à segunda faixa etária diz conhecer a brincadeira em análise por *salada mista*:

INF.- *Salada mista*, que o povo fala.
 INQ.- A senhora conhece por *salada mista*?
 INF.- *Salada mista*. (10/8).

Salada de frutas contemplou 3,16% das respostas. A *lexia* não está presente nos dicionários pesquisados, mas há uma explicação no site Mapa do Brincar (2011) que a trata como variante da mesma brincadeira, ou seja, para brincar de *salada de frutas* ou *salada mista* as regras são parecidas com as de *cair no poço*.

Na recolha dos dados, um informante de Gurupi, da faixa etária I, apresenta *salada de frutas* da seguinte forma:

INF.- Ah, hum, essa é minha preferida... Essa é... Dixa eu lembrá o nome aqui.
 INQ.- Não quer sair?
 INF.- Não quer sair o nome, mais, essa brincadeira era minha preferida.
 INQ.- Posso falar pra te ajudar?
 INF.- Pode.
 INQ.- Cantava: “pera, uva maçã, *salada mista*”.
 INF.- Pois é, essa eu num lembro... Eh, *salada de fruta*.
 INQ.- *Salada de fruta*?
 INF.- *Salada de fruta*. Na minha rua é *salada de frutas*. Até hoje ainda é, a gente brinca de vez em quando. (09/5).

Registramos *brincadeira da fruta/brincar de pêra-uva* com 2,11% das respostas. As duas variantes não constam dos dicionários e nem do site Mapa do Brincar (2011), embora os falantes as tenham descrito durante o inquérito.

Brincar de pêra-uva, por sua vez, é descrita por um jovem residente em Porto Nacional:

INF.- Ah, eu usei muito isso em Pernambuco, pra beijá menina. (risos)
 INQ.2- (risos) Eu sei.
 INF.- Lá, lá a gente... éh... colocava a venda, vamos supor, era eu que ia sê vendado, colocava a venda, eles me rodavam, as mininas trocavam de lugar... E quando não tinha venda, ia na mão mesmo. Eu gostava muito da mão porque eu falava “não, vou te dá um... um dudu”. O dudu aqui é geladim, né. Lá se chama dudu. Aí eu falava: “Não, eu te dou um dudu se tu me apon... dá uma brechinha aí”. Entendeu? Aí ele ficava apontando, quando chegava, “é essa aí”, e tal, aquela farra.
 INQ.2- Aham. Sei como é que é.
 INF.- Mas a gente brinca muito disso, brincava muito disso aí.
 INQ.- E tem um nome para você essa brincadeira?
 INF.- A gente... o nome que a gente dava, era justamente o nome das frutas. “Vamo *brincar de pera-uva*”. Entendeu?
 INQ.- Ah, tá bom.
 INF.- Ou então... brincar do, do, do... do... brincadeira de beijá também, a gente chamava. (07/5).

Beijar-beijar/brincadeira de beijar contemplaram 2,11% das respostas e nenhuma das formas constam dos dicionários e do site Mapa do Brincar (2011). A informante de Natividade descreve a brincadeira:

INF.- Como que é o nome dela? Eu já brinquei disso demais!

INQ.- Era bom, né?

INF.- Era. “Pera, uva, maçã”.

INQ.- Pois é, como é que é o nome?

INF.- (risos) Agora tá eu caçando é o nome. (risos) Já brinquei disso demais. Escon... não é esconde-esconde. **Beja-beja**, parece, sei lá como que é.

INQ.- **Beija-beija**?

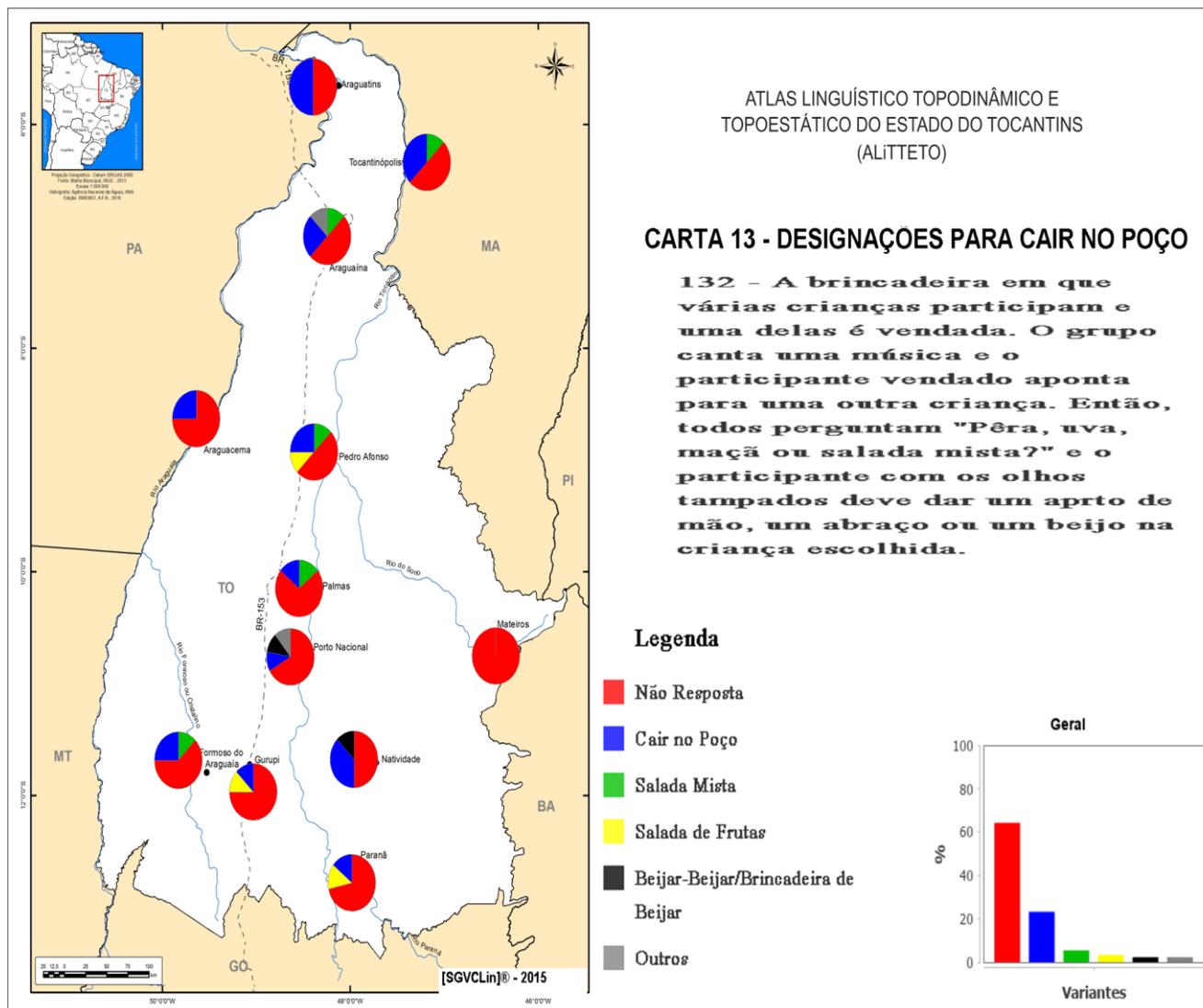
INF.- Uhum. (11/4).

Brincadeira de beijar apareceu na explicação fornecida para variante *brincar de pêra-uva*, pois o jovem informante forneceu as duas formas para descrever a mesma brincadeira.

Conforme as análises dos dados pertinentes ao resultado geral, constatamos que houve considerável número para ausência de respostas. Sobre as variantes coletadas *salada mista*, *salada de frutas*, *brincadeira da fruta* e *brincar de pêra-uva*, notamos que elas possuem relação, uma vez que as crianças ouvem nomes de algumas frutas para escolher o que se deseja ganhar, além de possuir semelhanças com o modo de brincar. Enquanto as variantes *beijar-beijar* e *brincadeira de beijar* ocorreram porque possivelmente os informantes associaram a brincadeira ao “prêmio”, um beijo, que se ganha quando escolhe uma das frutas.

Na Figura 35 apresentamos a distribuição diatópica na área estudada.

Figura 35-Carta 13-Diatópica Geral-Designações para *Cair no Poço*



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

Pelo disposto na carta linguística, nos 12 pontos de inquérito há alto índice de *não respostas*, ou seja, os informantes desconhecem a brincadeira; em Mateiros, por exemplo, nenhum informante soube responder ao questionamento.

Cair no poço ocorreu em onze pontos dos doze pesquisados. A baixa produção da variante ocorreu principalmente em Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Paranã. *Salada mista* teve ocorrências em Tocantinópolis, Araguaína, Pedro Afonso, Palmas e Formoso do Araguaia, com apenas uma menção em cada localidade. Situação semelhante à descrita anteriormente, nas cidades de Pedro Afonso, Gurupi e Paranã documentamos *salada de frutas*, com um caso para cada ponto.

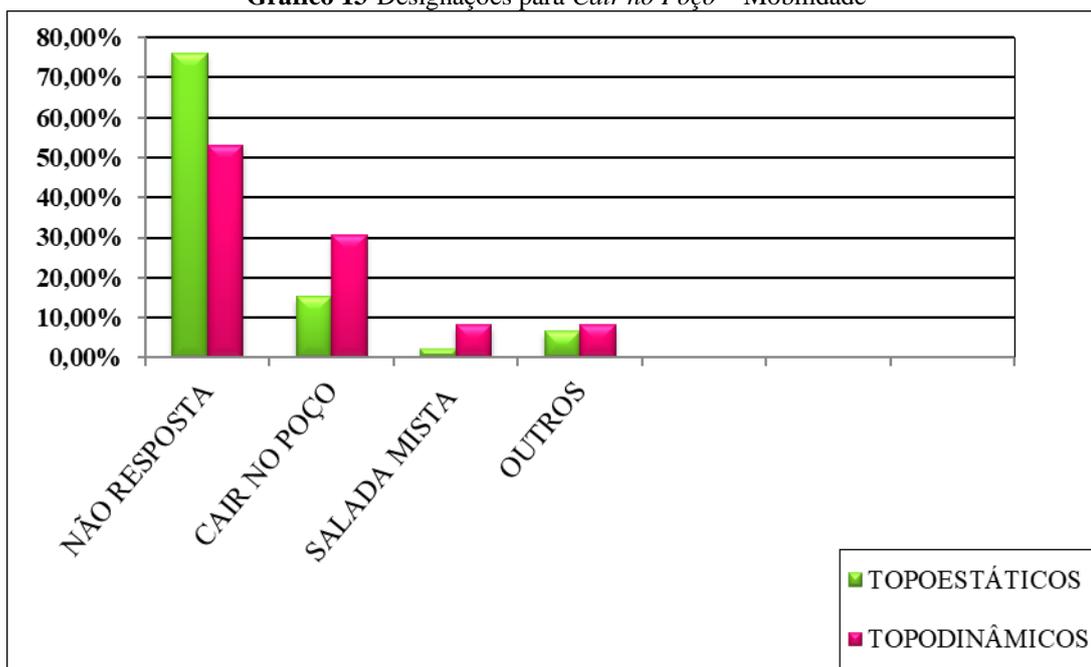
As formas *brincadeira da fruta/brincar de pera-uva* foram citadas uma única vez por informantes residentes em Araguaína e Porto Nacional. No conjunto *outros* fazem parte as acepções *beijar-beijar* e *brincadeira de beijar*, a primeira ocorreu em Natividade e a segunda em Porto Nacional.

Como *salada mista*, *salada de frutas*, *brincadeira da fruta* e *brincar de pêra-uva*, *beijar-beijar* e *brincadeira de beijar* ocorreram de forma espaçada e com baixo índice.

O Gráfico 13 expõe as informações referentes à perspectiva social mobilidade.

5.13.1 Variação para cair no poço: variável mobilidade

Compomos o Gráfico 13 com o objetivo de apresentar a variação linguística dos topoestáticos (com 46 respostas) *versus* os topodinâmicos (com 49 respostas), com base nos dados das variantes para *cair no poço*.

Gráfico 13-Designações para *Cair no Poço* – Mobilidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do ALITTETO (2018).

De acordo com os dados presentes no Gráfico 13, notamos que o alto índice para *não respostas* ocorreu entre os topoestáticos e topodinâmicos: o primeiro grupo computou 76,09% e o segundo 53,06% das *abstenções*. Logo, os informantes nascidos e criados nas localidades tiveram mais dificuldades em nomear a brincadeira.

Cair no poço foi mais frequente entre os informantes topodinâmicos (30,61%), enquanto os topoestáticos indicaram somente 15,22% dos dados. Desse modo, é evidente que aqueles advindos de migração conhecem a brincadeira em estudo e souberam nomeá-la como *cair no poço*. Já os informantes fixos provavelmente desconhecem a brincadeira por *cair no poço*, uma vez que registraram metade da porcentagem.

Constatamos que o item lexical é conhecido em outros Estados, como o relato de um informante da faixa etária II, morador de Araguatins confirma:

INF.- É o *cai no poço*, né?
 INQ.- O senhor já conhecia de Goiás?
 INF.- Já. (01/7).

Salada mista teve mais incidências entre os informantes extralocalidades, com 8,16%, enquanto os topoestáticos registraram apenas 2,17% das respostas.

Na categoria *outros*, os alóctones concederam mais respostas que os autóctones. O primeiro grupo registrou 8,16% e citaram as seguintes formas lexicais: *salada de frutas*, *brincar de pera-uva* e *brincadeira de beijar*. O segundo grupo concedeu 6,51% das respostas e mencionou as variantes *salada de frutas*, *brincadeira da fruta* e *beijar-beijar*.

Como é notável, os topodinâmicos foram mais produtivos durante as entrevistas e concederam mais respostas nesta questão. Desse modo, caberia promover estudos em outras regiões brasileiras, com o objetivo de analisar a brincadeira denominada como *cair no poço*, pois assim seria possível certificar se se trata de uma diversão conhecida em outras localidades e se chegou ao Tocantins via migração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões analisadas nesta dissertação, referente ao campo dos *Jogos e Diversões Infantis*, constatamos que o Tocantins é um exemplo de pluralidade linguística, como já apontado por Nascentes (1953).

Para tratar da configuração linguística pertinente a este espaço, contamos com as contribuições da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional associados aos recursos da Geolinguística para descrever e analisar as variantes lexicais coletadas pelo Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins, no que se refere ao campo semântico em pauta.

Assim, verificamos a distribuição das variantes coletadas dentro do espaço tocaninense (diatópica geral), como também os dados fornecidos pela dimensão: *diatópico-cinética*, ou seja, contrastamos as informações fornecidas pelo público nascido e estabelecido nas localidades de pesquisa (topoestáticos) *versus* o público advindo de migração ou de deslocamentos (topodinâmicos).

Além disso, confrontamos nossas informações com os trabalhos defendidos por Ribeiro (2012) e por Portilho (2013), em que a primeira se debruçou sob o falar baiano e a segunda tratou do falar amazônico, tendo em vista verificar quais variantes compartilhamos com os falares citados. Por fim, compusemos cartas linguísticas para que pudéssemos ver a distribuição diatópica ao longo do Estado e em cada localidade pesquisada.

Conforme os questionamentos que guiaram este estudo, foi possível verificar como o falar tocaninense se apresenta, já que os dados revelaram o seguinte:

(a) Qual a atuação exercida pelos grupos autóctones e alóctones nas variantes estudadas?

Os informantes nascidos nas localidades pesquisadas e aqueles provenientes de outras regiões mantiveram semelhanças quanto a algumas variantes.

Em alguns questionamentos os topodinâmicos elicitaram maior número de respostas demonstrando ter mais conhecimento das *brincadeiras* e *brinquedos infantis* ou terem se lembrado dos nomes delas, pois fizeram uso de unidades lexicais trazidas consigo, tornando-se o grupo mais produtivo, com um amplo acervo lexical, o que refletiu no baixo índice de abstenções. *Cambalhota*, *bola de/gude/gude/gude-gude*, *estilingue*, *arraia*, *pipa/pipinha*, *papagaio/papagainho*, *pique*, *cobra-cega*, *gangorra*, *macaco/macaca/macacão*, *cair no poço* foram as designações mais produtivas entre os informantes extralocalidades.

Os topoestáticos apresentaram menor número de variantes, ao passo que produziram formas que os topodinâmicos não utilizam, a exemplo de *tiúba/Maria tiúba* e *salto/pulo motal* para *cambalhota*. O referido grupo também registrou *peteca*, *papagaio*, *esconde-esconde*, *baladeira*, *pipa/pipão*, *pega/pega-pega*, *balanço* e *amarelinha* com maior número de ocorrências.

Portanto, entre os grupos estudados há trocas lexicais que desencadeiam o processo de covariação, no qual um grupo influencia o outro: os informantes autóctones aderem às formas mais locais, assim como os alóctones tentam manter seu acervo lexical, mas adotam as formas encontradas em solo tocantinense.

Considerando que no Tocantins a migração de nortistas e nordestinos é muito relevante, buscamos verificar se **(b) há alguma influência por parte dos falares baiano e amazônico (NASCENTES, 1953) no falar tocantinense?**

O território tocantinense apresenta cenário heterogêneo, ora com propensão ao falar amazônico (PORTILHO, 2013), ora ao falar baiano (RIBEIRO, 2012). Dentre as formas coletadas nesta dissertação, três delas encontram-se nos dois subfalares, sendo elas: *cambalhota*, *esconde-esconde* e *balanço*, ou seja, seguem a norma nacional.

Sobre as designações *pipa* (sem varetas e com varetas), *cobra-cega*, *pega-pega*, *pique*, *gangorra* e *amarelinha*, apuramos propensão do falar tocantinense ao falar baiano (RIBEIRO, 2012). Conforme Portilho (2013), no falar amazônico imperam as acepções *papagaio* (*pipa* com varetas), *curica* (*pipa* sem varetas), *pata cega*, *pira*, *mãe*, *balanço* e *macaca*. Por outro lado, as variantes *peteca* e *baladeira* são formas encontradas no falar tocantinense e amazônico (PORTILHO, 2013), enquanto no baiano predominam *gude* e *estilingue* (RIBEIRO, 2012).

Logo, concordamos com a afirmação de Silva (2018) de que, conforme a variante analisada, o Tocantins mostra-se propenso ao falar Nordeste e, outras vezes, ao Amazônico, atuando, por vezes, como ponto de transição dialetal.

Como o Tocantins apresentou resultados plurais sobre as brincadeiras e brinquedos infantis, consideramos importante responder a seguinte pergunta:

(c) Há uma variante própria do Tocantins que não se encontra em outros Estados?

Em termos gerais, os maiores índices de respostas no Tocantins são para *cambalhota*, *peteca*, *amarelinha*, *pipa/pipão* (para *pipa* com varetas), *pipa/pipinha* (para *pipa* com varetas) *esconde-esconde*, *cobra-cega*, *pega/pega-pega*, *gangorra* e *balanço/balança*. Porém, algumas nuances mais regionais podem ser depreendidas, a exemplo da nomeação da brincadeira que

se gira o corpo e cai sentado: *tambiroca/tombiroca/tumbiroca/tibiroca*. As formas ocorreram entre os falantes situados no centro-sul do estado (Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Formoso do Araguaia, Mateiros). Somente *tumbica* foi proferida por um informante da cidade de Corrente, no Piauí, na tese de Ribeiro (2012).

Os dados também revelaram uma lexia que ocorreu com exclusividade em Araguaína denominada *balancete* para nomear o brinquedo comumente conhecido como *balanço*. Não houve registros para *balancete* em outros locais tocantinenses e Ribeiro (2012) documentou a lexia no falar baiano como resposta única.

Mediante tais resultados, o Tocantins não apresentou variantes próprias regionais em sua composição. Possivelmente, em estudos futuros, e sobre outros campos semânticos, poderemos verificar se estes se mostram mais produtivos neste quesito, uma vez que acreditamos que há um falar tocantinense que se encontra em construção.

Validamos nesta dissertação a importância de considerar as *abstenções* no caso de alguns brinquedos e brincadeiras. De modo geral, este trabalho atestou três questões semânticas bem produtivas, sem nenhuma abstenção: *peteca*, *pipa com varetas* e *baladeira*. Em *cambalhota*, *esconde-esconde*, *gangorra* e *balanço* documentamos baixo índice de *não respostas*.

As variantes *pega-pega*, *cobra-cega*, *pipa (sem varetas)* e *amarelinha* apresentaram um número de abstenções relativamente baixo, uma vez que ocupou a segunda posição nos quadros de resultados gerais, nos cartogramas e nos gráficos das respectivas lexias.

Dentre as treze questões analisadas, duas demonstraram ter baixa produtividade entre os informantes, uma vez que o número de *abstenções* superou o de variantes: *cair no poço* e *pique*, demonstrando serem pouco praticadas na atualidade, assim como não são diversões difundidas e/ou conhecidas no território tocantinense. Observamos que *pipa/pipinha (sem varetas)* teve alto índice de *não respostas* apenas no eixo mobilidade.

No aspecto mobilidade, a ausência de respostas ocorreu principalmente entre os topoestáticos, indicando maior dificuldade em responder se comparado com os topodinâmicos. Provavelmente, isso ocorreu porque as pessoas nascidas e criadas no Tocantins tenham tido dificuldades em se lembrar da resposta, desconhecem as atividades lúdicas e artefatos questionados pelo inquiridor ou por não fazerem parte do mundo do falante, como alguns relatos atestaram.

Por meio das considerações tecidas, com base nos questionamentos que nortearam a presente dissertação, buscamos atingir três objetivos que se encontram interligados. O primeiro foi “cartografar as variantes nos mapas para registrar as formas linguísticas do

campo semântico *Jogos e Diversões Infantis*”. A partir dos cartogramas, as designações mostraram-se bem produtivas no repertório linguístico dos informantes, pois estiveram presentes em todas as localidades, umas com mais ocorrências que em outras; houve pontos de inquérito que determinada lexia teve 100% de exclusividade, assim como em determinados locais teve mais de duas acepções coocorrendo no espaço.

Como objetivo específico verificamos as distribuições no eixo diatópico geral e constatamos que, dentre as variantes analisadas, há uma vitalidade de um falar unificado, visto que registramos lexias pertencentes à norma nacional, consideradas escolarizadas, como *cambalhota*, *esconde-esconde*, *gangorra*, *balanço* e *amarelinha*. Dentre as questões que levaram a variantes pluriformes estão *pique*, *pipa sem varetas*, *cambalhota* e *peteca*.

O terceiro foi contrastar os falares baiano e amazônico com o falar encontrado no Tocantins e observamos que há uma covariação no uso das variantes analisadas, pois ora os informantes fazem uso de lexias pertinentes ao falar amazônico ou ao falar baiano, como também há presença de formas advindas de outros lugares não pertencentes ao espaço dos dois falares citados.

A partir destas colocações, depreendemos que este trabalho completa e inova as pesquisas realizadas por Silva (2018). A autora analisou no campo semântico lexical *Jogos e Diversões Infantis* apenas a brincadeira comumente denominada por *amarelinha* ou *macaco*, enquanto a presente dissertação contemplou as 13 questões do referido campo, tornando-o um trabalho que complementa o ALiTTETO por apresentar novos dados que ratificam o que a autora pontuou sobre o falar tocantinense: o Estado apresenta um “híbrido linguístico” (SILVA, 2018) advindo do fluxo intenso de migrações.

Diante do exposto, concluímos que o Tocantins é um espaço que comporta pluralidades linguísticas, uma vez que encontramos variantes advindas de muitas regiões brasileiras, mas, principalmente do Nordeste, bem como a área investigada compartilha de formas linguísticas consideradas norma nacional. A interinfluência entre o Tocantins e as localidades pertencentes ao falar baiano advém dos movimentos migratórios que ocorreram desde séculos passados até os dias atuais. Logo, considerando a divisão realizada por Nascente (1953), o Tocantins é um ponto de transição dialetal, no qual encontramos a atuação de diferentes formas linguísticas.

As designações para brinquedos e brincadeiras infantis mostram que há no Estado um processo de covariação que desencadeia no falar tocantinense. Mesmo compartilhando das mesmas variantes que outras regiões, acreditamos que temos no Tocantins um falar em construção, que está se formando a partir de outros falares, como o baiano, o amazônico, o

sulista, o mineiro. Serão necessários estudos mais completos para ratificar ou retificar nossa colocação.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná* - Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; YIDA, Vanessa. *Projeto ALiB uma Análise das Respostas e das Não-Respostas de Informantes das Capitais*. Signum: Estud. Ling., Londrina, n. 11/2, p. 15-31, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3040/2583>>. Acesso em 04 de mar. de 2020.
- ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS: *Memórias do Canela*; v.8. Palmas: Secult, 2000.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual*. In: Revista de Letras Norte@mentos Estudos Linguísticos, Sinop, v. 6, n. 12, p. 31-52, jul./dez. 2013.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson; THUN, Harald. As migrações e os contatos linguísticos na Geografia Linguística do Sul do Brasil e Bacia do Prata. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira (Orgs.). *A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Eduel, 2016.
- ALVES, Álvaro Marcel Palomo. *A história dos jogos e a constituição da cultura lúdica*. 2009: [S.I.: s.n.]. Não paginado. Disponível em <www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1203/1018>. Acesso em 25 out. 2019.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora O livro, 1920.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; BASTIANI, Carla. *A hodonímia do rio Araguaia nos séculos XVIII e XIX*. In.: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Departamento de Ciências Humanas – DCH I. NÚMERO 04, 2012.
- ANJOS, Ana Carolina Costa dos. *Do Girassol ao Capim dourado: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins*, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334591661_Do_Girassol_ao_Capim_dourado_apropriacao_e_resignificacao_de_elementos_naturais_na_narrativa_identitaria_do_Estado_do_Tocantins>. Acesso em 25 de jun. de 2020.
- AQUINO, Almidio; THUN, Harald. *El "Atlas Lingüístico Guaraní-Románico"(ALGR): primeros resultados*. In: Romania americana: procesos lingüísticos en situaciones de contacto. Vervuert, 2002. p. 25-40.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. *A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. *Tocantins: cidades e urbanismo em três modelos históricos*. In: III ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília, 2006. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT3.html> Acesso em 23 mar. 2020.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. *Cidades, migrações e memórias no Tocantins: (re) visitando escritas e falas na década de 1990*. Anais do XXVI – Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984.

AULETE, Caldas. *Minidicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. *Mobilidade especial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 71-93, 2011.

BARBOSA, Altair Sales; GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2 ed. rev. e ampl. - Goiânia: UFG, 2004.

BASTOS, José Timóteo Da Silva. *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*. Lisboa. 1912.

BASSI, Alessandra; MARGOTTI, Felício Wessling. Um estudo Geolinguístico nas capitais brasileiras das variantes lexicais para a brincadeira infantil amarelinha. In.: *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina, Midiograf, 2012.

BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. *Estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba*. 2002. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

BONA, Aliezer de; ARRUDA, José Carlos. Palmas, Segregação Planejada. In.: *2º SNCS Seminário Nacional de Construções Sustentáveis-Estamos Desenvolvendo Práticas Mais Sustentáveis?* 2013, Passo Fundo-RS. p. 01-08. Disponível em: <<https://www.imed.edu.br/Uploads/Palmas%2C%20Segrega%C3%A7%C3%A3o%20Planejada.pdf>>. Acesso em 03 de jul. de 2020.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A Geografia Linguística no Brasil*. São Paulo: Ática 1991. Coleção Princípios.

BRASIL, Marília Cavalcante. *Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória*. Caderno Estudos Sociais. v. 13, nº. 1, p. 61-84, 1997. Disponível em <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/download/1197/917>>. Acesso em 13 de jan. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 mar. 2021.

CALLOU, Dinah. Quando Dialetoлогия e Sociolinguística se encontram. In: *Estudos linguísticos e literários*. n. 41, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. p. 29-48.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Linguístico de Sergipe – II*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A Geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?* Revista do GELNE (UFC), Fortaleza, v. 4, n.1/2, p. 215-223, 2006. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9088>>. Acesso em 24 de jul. de 2020.

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Linguístico do Brasil: cartas linguísticas 1*. Londrina: Eduel, 2014.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 11ª edição – Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003.
- CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural*. Dissertação de Mestrado. UCG-Universidade Católica de Goiás. Goiás. 2008. Disponível em <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2261>>. Acesso em 09 de mar. 2021.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2020.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. Questionários. Londrina, EDUEL, 2001.
- COSERIU, Eugênio. A geografia linguística. *O homem e sua linguagem*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1982, p. 79-113.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Editora: Tempo Brasileiro. 1968.
- CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana (Coords.). *Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro Oeste. Sistematização das Informações Censitárias sobre Migração – Estado de Tocantins*. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 2000.
- DIÉGUES JR. Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- DONATO, Hernâni. *Lendas Indígenas*. Acervo Básico. Categoria Reconto. 2003. Disponível em: <http://editoramelhoramentos.com.br/v2/wp-content/uploads/2013/02/S%C3%89RIE-LENDAS-IND%C3%8DGENAS3.pdf>. Acesso em 05 de dez 2020.
- FEITAL, Dora; CÔRTEZ Maria. *Projeto Construindo o Futuro da Agricultura Familiar: Reencantando a Infância com cantigas, brincadeiras e diversão*. Viçosa, Junho, 2009. Disponível em <https://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/cartilha_reencantando_a_infncia_com_cantigas_51.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2020.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio versão 5.0 edição revista e atualizada: Dicionário eletrônico*. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, Carlota et al. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FIGUEIREDO JUNIOR, Selmo Ribeiro. *Atlas Linguístico Pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê*. 2018. 2.120f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. *Metodologia de estudos do contato linguístico intervareietal em lugares de migração recente: alguns apontamentos*. Revista de Letras Norteamericanas. Estudos Linguísticos, Sinop, v. 6, n. 12, p. 188-208, jul./dez. 2013. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamericanas/article/download/.../868>. Acesso em 06 jun. 2019.

FLORES, Katia Maia. Rio Tocantins: navegação no interior do Brasil. In.: SILVA FILHO, Geraldo; SOUZA SANTOS, Roberto (Orgs.). *Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica*. 1ª ed. Palmas: Nagô Editora, 2012.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. *Geografia Goiás-Tocantins*. Goiânia: UFG, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mário. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mário. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico de 2000*. Migração e deslocamentos: resultado da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>. Acesso em 12 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades.2016*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>. Acesso em 18 fev. 2020.

IPUP, *Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas: plano diretor de ordenamento territorial*. Prefeitura Municipal de Palmas/TO 2002.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *Designações para estilingue em atlas linguísticos brasileiros: perspectivas diatópica e sócio-histórica*. *Actes du XXIV CILPR*. Aberystwyth, UK, 2007, p. 533-546.

JARDIM, Joaquim R. de M. *Carta da Província de Goyaz*. Ministério d'Agricultura e Commercio e obras publicas. Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/01_AHEx.png>. Acesso em 09 de mar. 2021

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, *Jogos tradicionais infantis*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. *Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MEIRELLES, Renata. *Giramundo e outros brinquedos e brincadeiras dos meninos do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MENESES, Verônica Dantas; SILVA, Aldenes Lima da. *Memória e Comunicação na Preservação Cultural do Distrito Canela – Palmas/To*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1591-1.pdf>>. Acesso em 13 de abr. 2020.

NALLIN, Claudia Góes Franco. *Memorial de Formação: o papel dos jogos e brincadeiras na Educação*. In: Infantil / Cláudia Góes Franco Nallin. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005. p. 12.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 1. 1958.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 2. 1961.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Rio Tocantins: lugar de memórias e identidades*. Revista Mosaico-Revista de História, v. 1, n. 2, p. 163-168, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v1i2.575>. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/575/459>>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. Ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de Goiás (1722-1972)* 7º ed. Goiânia: Ed. Da UCG, Ed. Vieira 2008.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2007.

PIAGET, Jean. *Psicologia e Pedagogia*. Trad. Dirceu Accioly Lindoso; Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Goiânia, Brasília e Palmas: Entre Concepções, Vivências e Deslizamentos de Sentidos. In.: *VII Congresso Brasileiro de Geógrafo*. 2014, Vitória/ES. Anais do VII CBG-ISBN: 978-85-98539-04-1. p.01-16. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404138063_ARQUIVO_ArtigoCbg2014.pdf>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

POP, Sever. *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950.

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. *O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB*. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação

(Mestrado em Estudos de Linguagens)–Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

PÓVOA, Liberato. *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins*. 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo.: Círculo do livro, s/d.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. Tradução de Minka B. Pickbrenner e Rita Doleres Worf. Kiel: Westensee-Verl, 1996, p. 31-51.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolinguística románica. Un balance. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Orgs.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik. Akten des Symposiums Empirischen Dialektologie*. Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991 Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 466 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, 2012.

ROCHA, Patrícia Graciela da. *Bolita, bodoque e pandorga: variantes hispânicas na fala rural da região sul do Brasil*. Revista Língua&Literatura, v. 11, n. 17, p. 165-184. Dez. 2009. Recebido em: 29 set. 2009. Aprovado em: 04 dez. 2009. 2009: [S.I.: s.n.]. Não paginado. Disponível em:<revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/download/109/212.> Acesso em 26 out. 2019.

ROMANO, Valter Pereira. *Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – UFMS. Campo Grande. Vol. 18. Nº 35. 2014. p. 135 a 153.

ROMANO, Valter Pereira. *Desdobramentos, Desafios e Perspectivas e a Geolinguística Pluridimensional no Brasil*. In: Contribuições de Estudos Geolinguísticos para o Português Brasileiro: Uma Homenagem a Suzana Cardoso. Org. MOTA, Jacyra; OLIVEIRA, Josane; PAIM, Marcela; RIBEIRO, Silvana. EDUFBA, Salvador, 2019. *No prelo*.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo; OLIVEIRA, Natan. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *RELIN: Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757>> Acesso em 28 set. 2019.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1853.

SANTANA, Jocyléia. *O papel do movimento estudantil na criação do estado*. 2013. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/11709-o-papel-do-movimento-estudantil-na-criacao-do-estado>>. Acesso em: 24 de jun. de 2020.

SANTOS, Leandro Almeida dos. *Em busca de áreas dialetais brasileiras: jogando “bolinha de gude”*. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 182-194, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/723/380>>. Acesso em 30 de jan. de 2020.

SANTOS, Leandro Almeida dos. *Brincando pelos caminhos do falar fluminense*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2016.

SANTOS-IKEUCHI, Ariane Cardoso. *Atlas linguístico topodinâmico do oeste do estado de São Paulo*. 374 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA FILHO, Geraldo. Tênuas Fronteiras: Escravidão, Economia e Sociedade no Tocantins Colonial. In.: SILVA FILHO, Geraldo; SOUZA SANTOS, Roberto (Orgs.). *Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica*. 1ª ed. Palmas: Nagô Editora, 2012.

SILVA NETO, Serafim. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Presença/MEC. 1950.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA, Greize Alves da. *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO)*. 2018. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SILVA, Greize Alves da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Trocas Sociodialetais entre Falantes Topoestáticos e Topodinâmicos: Dados do ALITTETO*. Revista da Anpoll, v. 1, n. 48, p. 145-156, 2019. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.18309/anp.v1i48.1219>>. Acesso em 26 out. 2019.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Ruralidade e Urbanização em Goiás. In: AIRES, Aidenor et al. 2017. *Formação de Goiás contemporâneo– Identidade histórico-geográfica e político-cultural*. Goiânia: Ed. Kelps, p. 121-152.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. *A formação de Palmas*. Revista UFG, v. 11, n. 6, 2009. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/06_Palmas.pdf>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

THUN, Harald. *Atlanti Linguistici italiani e romanzi. Esperienze a confronto. Centro di studi filologici e linguistici siciliani*. Atti del Congresso Internazionale. Palermo, 3-7 ottobre 1990/1992.

THUN, Harald. La pluridimensionalidad del Atlas linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). In: *Congreso Del español de Américas*. Bruxelas: 1995, p. 1-35.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY (21. 1995: Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

THUN, Harald. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine; SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000, p. 185-227.

THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Dirigido por. Fasc. A.1. Kiel: Westensee, 2000.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os Falares Mineiros: Esboço de Um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In.: AGUILERA, Vanderci de Andrade (organizadora) *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer* [livro eletrônico] – Londrina: Eduel, 2013. Livro digital.